

A FÉ NÃO COSTUMA FALHAR:

A DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS DOS OBJETOS DO REINADO DE OURO PRETO NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

por

Fabiana Vidal Costa,
Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de
Financiamento 001


Orientadora: Professora Doutora Elizabete de
Castro Mendonça

UNIRIO/MAST - RJ, abril de 2026

FOLHA DE APROVAÇÃO


A FÉ NÃO COSTUMA FALHAR: *A Documentação em Museus dos Objetos do Reinado de Ouro Preto no Museu Histórico Nacional*

Dissertação de Mestrado de Fabiana Vidal Costa submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.


Documento assinado digitalmente
 **ELIZABETE DE CASTRO MENDONÇA**
Data: 27/05/2026 17:52:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aprovada por

Profa. Dra. Elizabete de Castro Mendonça
(orientador - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Documento assinado digitalmente
 **JULIA NOLASCO LEITAO DE MORAES**
Data: 26/05/2026 11:10:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Júlia Nolasco Leitão de Moraes
(membro interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Documento assinado digitalmente
 **RENATA CARDOZO PADILHA**
Data: 25/05/2026 13:07:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Renata Cardozo Padilha
(membro externo – Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC)

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

C837 Costa, Fabiana Vidal
A fé não costuma falhar: a documentação em museus dos objetos do Reinado de Ouro Preto no Museu Histórico Nacional / Fabiana Vidal Costa. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2026.
xvii, 253 f. : il. col.

Orientadora: Elizabete de Castro Mendonça.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2026.

1. Documentação em museu. 2. Patrimônio Imaterial. 3. Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto. I. Mendonça, Elizabete de Castro, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À Nossa Senhora do Rosário por iluminar meus caminhos.

Às minhas avós, Zilda da Silva Vidal (*in memoriam*) e Amarilis Alves Fernandez, pelos ensinamentos e pela força que sempre demonstraram.

À minha família por me apoiar em todos os momentos e diante dos obstáculos impostos neste percurso.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que me recebeu para o Curso de Museologia e para o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

Agradeço à minha orientadora Dra. Elizabete de Castro Mendonça, a quem reconheço como fonte de inspiração para o desenvolvimento deste trabalho, pelas sementes brotadas no curso de museologia e que seguem florescendo em mim.

Aos professores Dr. Bruno César Brulon Soares, Dr. Marcio Ferreira Rangel, Dr. Marcus Granato, Dr. Ivan Coelho de Sá, Dr. José Pais, Dra. Tereza Cristina Moletta Scheiner pelas aulas durante o mestrado. Em especial reconheço a dupla função da Dra. Julia Nolasco Leitão de Moraes pelas aulas com textos desafiadores e por aceitar compor minha banca como membro interno.

À Alexandra Durão, secretária do PPG-PMUS, incansável em nos ajudar.

Um agradecimento especial à Dra. Leila Beatriz Ribeiro (*in memoriam*), Dra. Geni Chaves Fernandes, Dra. Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha, Dra. Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei pela condução neste percurso da ciência da informação com a museologia.

À Dra. Renata Cardozo Padilha por aceitar compor a banca examinadora como membro externo e pelo olhar atento para a minha escrita.

A CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa durante os dois anos do mestrado.

Aos meus colegas de turma de 2024, e aos que se juntaram nessa caminhada pelas trocas de experiências, dicas de leituras e eventos. Desejo que todos concluam com sucesso suas dissertações e teses.

À professora Dra. Aline Montenegro Magalhães agradeço pelo contínuo estímulo para prosseguimento na pesquisa, conhecimento compartilhado e o incentivo permanente para o exercício da escrita.

Aos funcionários do Museu Histórico Nacional, em especial às museólogas Maria De Simone Ferreira e Adriana Bandeira por toda a atenção e envio das fichas. Agradeço ao Juarez Guerra, Maria de Jesus Cotta.

Aos amigos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, em especial para Kedison Ferreira e Amanda Melissa dos Santos, e todos que integram o reinado por me receberem com tanto carinho.

Agradecimento mais que especial ao senhor Antonio Lima Nicanor, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Salvador, Bahia.

Ao padre Mauro Luiz da Silva pelas conversas sobre o Reinado.

As amigas Eliane Salles, Marcela Otterson e Maureen Doyle pelo apoio em todos os momentos.

Ao Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (Nummus), pela possibilidade de pesquisa e aprendizado.

À Casa das Artes de Laranjeiras (CAL) onde pude escrever com tranquilidade e dar segurança ao meu filho em recuperação.

*“Vou mostrando como sou
E vou sendo como eu posso
Jogando meu corpo no mundo
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto
E passo aos olhos nus
Ou vestidos de lunetas
Passado, presente
Participo sendo o mistério do planeta”*
Novos Baianos, “Mistério do Planeta” (1972)

RESUMO

COSTA, Fabiana Vidal. **A Fé não costuma falhar**: a documentação em museus dos objetos do Reinado de Ouro Preto no Museu Histórico Nacional. 2026. 253 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins. Orientadora: Elizabete de Castro Mendonça.

Este trabalho une-se às discussões sobre o papel fundamental da Documentação para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, considerando as diretrizes estabelecidas no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), em diálogo com as tendências da Museologia nos processos de Musealização. Ocupa-se da documentação de quatro bens musealizados: Coroa de Congada n.º de reg.: 356, Cetro de Congada n.º de reg.: 357, Instrumento de Percussão: Caxambu (Atabaque) n.º de reg.: 3687 e Escultura (Máscara) Maria Cambinda n.º de reg.:4046. Estes objetos integraram a manifestação cultural Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto (MG), e hoje encontram-se sob a guarda do Museu Histórico Nacional (MHN) representando “ A Festa Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia - A Fé que Canta e Dança”, reconhecida desde 2019 como Patrimônio Imaterial brasileiro. Neste contexto — considerando a musealização como um processo contínuo, patrimonialização dessa festa e a produção de conhecimentos gerados pelo MHN sobre bens associados ao Reinado e os documentos emitidos pela Igreja Católica, ao longo dos séculos XX e XXI e a manifestação religiosa em pauta. O Objetivo Geral é analisar lacunas documentais e informacionais relativas à biografia cultural dos objetos da manifestação religiosa e cultural no período de 1928 a 2024. A pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, objetivando uma aplicação prática do conhecimento gerado quando identificadas ausências que, ao longo das décadas, interferiram na comunicação dos objetos. Com abordagem qualitativa, pelo estudo do contexto no MHN e em Ouro Preto. Enquadra-se no objetivo de pesquisa exploratória, cujo procedimento metodológico é o estudo de caso. As evidências apontam que a documentação em museus é uma tarefa contínua com impacto nos objetos e conseqüentemente ao que estes podem nos servir. E no âmbito da gestão do museu há consequência para a memória institucional. Demonstra-se que inserir a temática da preservação digital para instituições de memória constitui-se como ação de salvaguarda do patrimônio. Esta análise justifica-se porque cada objeto de museu, é primeiramente representante da construção da memória afro-brasileira e seguramente testemunho da prática da intolerância religiosa, marcada pela proibição de rituais no Brasil. Temáticas que em tempos atuais exigem revisão da documentação para que atuem em consonância com a Agenda 2030 - ODS 18 - Igualdade Étnico-racial, estipulada em documento adotado pelo Governo Federal.

Palavras-chave: documentação em museu; patrimônio imaterial; Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto; Museu Histórico Nacional.

ABSTRACT

COSTA, Fabiana Vidal. **Faith doesn't usually fail**: the museum documentation about objects of the Reinado de Ouro Preto in the National Historical Museum. 2026. 253 l. Dissertation (Museology and Heritage) - Federal University of the State of Rio de Janeiro, Museum of Astronomy and Related Sciences. Advisor: Elizabete de Castro Mendonça.

This work joins the discussions about the role of Documentation to safeguard Intangible Heritage, considering the issues established at the National Program of Intangible Heritage (PNPI), according to the Museology trends in the Musealization process. Focusing on the documentation that belongs to four museum objects: Coroa de Congada - ID no.: 356, Cetro de Congada ID no.: 357, Instrumento de Percussão: Caxambu (Atabaque) - ID no.: 3687 e Escultura (Máscara) - Maria Cambinda ID no.: 4046. These objects come from the Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto, Minas Gerais, and nowadays they are still under the custody of National Historical Museum (MHN) representing "A Festa Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia - A Fé que Canta e Dança", recognized since 2019 as Brazilian Intangible Heritage. In this context — considering that musealization is a continuous process, the heritage process of this celebration and the knowledge produced by MHN about assets related to Reinado, the documents provided by Catholic Church during the XX and XXI centuries and the religious manifestation. The main objective is to analyze documents and information related to cultural biography objects from the religious and cultural manifestation between 1928 to 2024. This investigation is characterized as applied research, which intends to retain this knowledge when gaps are identified because over the decades, this has interfered with the objects' communication. Therefore this research adopts a qualitative approach, considering the MHN and Ouro Preto contexts. It is structured as an exploratory work where the methodological procedure is a case study. The evidence points out that museum documentation is continuously impacting objects' communication and consequently dealing with them since in the museum management scope, it is demonstrated that digital preservation is an action to safeguard heritage. This analysis is justified because each museum object is a primary factor of afro-brazilian memory and testimony of religious intolerance, marked by the historical prohibition in Brazil. These themes currently demand a documentation revision to be ready by the 2030 Agenda - ODS 18 - Ethnic - Racial Equality adopted by the Federal Government.

Keywords: museum documentation; intangible heritage; Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto; National Historical Museum.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMHN	Anais do Museu Histórico Nacional
AMIREI	Associação dos Amigos do Reinado
CIDOC	Comitê Internacional de Documentação
CNPq	Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DDOC	Divisão de Documentação
DTOM	Divisão de Tombamento
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional para a Museologia
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHOP	Instituto Histórico de Ouro Preto
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IMN	Inspetoria dos Monumentos Nacionais
INSROP	Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MHN	Museu Histórico Nacional
MG	Minas Gerais (Estado)
NUCRE MHN	Núcleo de Registro do Museu Histórico Nacional
NUGEP	Núcleo de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus
NUMMUS	Núcleo de Memória da Museologia no Brasil
OIM	Offices Internacional de Musées
OP	Ouro Preto (Cidade)
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
SERET	Sistema Eletrônico da Reserva Técnica
SIGA	Sistema de Gerenciamento de Acervo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TIDCs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
WWW	<i>World Wide Web</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixos da Pesquisa	10
Figura 2 – Percurso da Pesquisa	10
Figura 3 – Objetos museológicos do Reinado	19
Figura 4 – Matéria da Revista Selecta, 1930	38
Figura 5 – Guia do viajante, 1939, p. 392	40
Figura 6 – Arte Negra, 1941	41
Figura 7 – Carta de junho de 1928	43
Figura 8 – Carta de novembro de 1928	46
Figura 9 – Carta de dezembro de 1928	47
Figura 10 – Notas do v. VII	49
Figura 11 – [FESTA DE N. S. DO ROSÁRIO, PADROEIRA DOS NEGROS] (1835)	170
Figura 12 – Igreja do Rosário em Ouro Preto, Minas Gerais	171
Figura 13 – Primeiro Synodo da Diocese de Mariana, folha 1 (1904)	172
Figura 14 – Primeiro Synodo da Diocese de Mariana, folha 2 (1904)	173
Figura 15 – Trecho do documento Motu Proprio	174
Figura 16 – Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Provincias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mari- anna, S. Paulo e Porto Alegre, folha 1 (1911)	175
Figura 17 – Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bis- pos das Provincias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo e Porto Alegre, folha 2 (1911)	176
Figura 18 – Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bis- pos das Provincias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo e Porto Alegre, folha 3 (1911)	177
Figura 19 – Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bis- pos das Provincias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo e Porto Alegre, folha 4 (1911)	178
Figura 20 – Aviso número 5	179
Figura 21 – Aviso número 5 (cont.)	179
Figura 22 – Reparação Histórica (2023)	180
Figura 23 – Decreto nº 016/2023, Arquidiocese de Belo Horizonte	181
Figura 24 – Provisão de Capelão, Arquidiocese de Belo Horizonte	182
Figura 25 – Página do Jornal do Commercio de 12 de dezembro de 1912	183

Figura 26 – Recorte da matéria “O culto da saudade” do Jornal do Commercio de 12 de dezembro de 1912	184
Figura 27 – Página da revista Ilustração Brasileira	185
Figura 28 – Igrejas e capelas em Ouro Preto (MG) em 1935	186
Figura 29 – Ficha usada no MHN (modelo)	187
Figura 30 – Ficha de registro (modelo)	188
Figura 31 – Ficha cadastral (modelo)	189
Figura 32 – Dossiês com adesivo com o número de registro do objeto, em formato adotado no Siga, no canto superior direito do envelope	190
Figura 33 – Dossiê do objeto “Caxambu”	191
Figura 34 – Fichas do objeto “xícara” (frente)	192
Figura 35 – Ficha do objeto “xícara” (atrás)	192
Figura 36 – Fichas do objeto “xícara” no MHN	193
Figura 37 – Ficha da década de 1970	194
Figura 38 – Ficha da década de 1970 (cont.)	194
Figura 39 – Ficha Cadastral em 1987	195
Figura 40 – Ficha Cadastral em 1987 (cont.)	196
Figura 41 – Ficha Arquivo Fotográfico Prataria	196
Figura 42 – Ficha Arquivo Fotográfico Joalheria	197
Figura 43 – Ficha Seret 2018/2019	197
Figura 44 – Ficha Tainacan, 2020 (1)	198
Figura 45 – Ficha Tainacan, 2020 (2)	199
Figura 46 – Ficha Tainacan, 2020 (3)	200
Figura 47 – Ficha Tainacan, 2024 (1)	201
Figura 48 – Ficha Tainacan, 2024 (2)	202
Figura 49 – Ficha Tainacan, 2024 (3)	203
Figura 50 – Ficha Tainacan, 2024 (4)	204
Figura 51 – Ficha Cadastral de 1987 (1)	205
Figura 52 – Ficha Cadastral de 1987 (cont.)	206
Figura 53 – Ficha Seret em dezembro de 2017	207

Figura 54 – Ficha Tainacan em 2020 (1)	208
Figura 55 – Ficha Tainacan em 2020 (2)	209
Figura 56 – Ficha Tainacan, 2024 (1)	210
Figura 57 – Ficha Tainacan, 2024 (2)	211
Figura 58 – Ficha Tainacan, 2024 (3)	212
Figura 59 – Ficha Tainacan, 2024 (4)	213
Figura 60 – Ficha Cadastral	214
Figura 61 – Ficha Seret, 2018	215
Figura 62 – Ficha Tainacan, 2020 (1)	216
Figura 63 – Ficha Tainacan, 2020 (2)	217
Figura 64 – Ficha Tainacan, 2022 (1)	218
Figura 65 – Ficha Tainacan, 2022 (2)	219
Figura 66 – Ficha Tainacan, 2023 (1)	220
Figura 67 – Ficha Tainacan, 2023 (2)	221
Figura 68 – Ficha Tainacan, 2023 (3)	222
Figura 69 – Ficha Tainacan, 2024 (1)	223
Figura 70 – Ficha Tainacan, 2024 (2)	224
Figura 71 – Ficha Tainacan, 2024 (2)	225
Figura 72 – Ficha Tainacan, 2024 (3)	226
Figura 73 – Ficha Tainacan, 2024 (4)	227
Figura 74 – Ficha Cadastral, 2024 (1)	228
Figura 75 – Ficha Cadastral, 2024 (2)	229
Figura 76 – Ficha LBW, 2024	230
Figura 77 – Ficha Seret, 2018-2019	230
Figura 78 – Ficha Tainacan, 2024 (1)	231
Figura 79 – Ficha Tainacan, 2024 (2)	232
Figura 80 – Ficha Tainacan, 2024 (3)	233
Figura 81 – Ficha Tainacan, 2024 (4)	234

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Diagnóstico por sistema documental	93
Quadro II – Fontes documentais para inserção nas fichas de catalogação	141
Quadro III – Fichas de catalogação dos objetos de pesquisa	168

SUMÁRIO

PREÂMBULO	xvii
INTRODUÇÃO	2
Cap. 1 A FÉ NÃO COSTUMA FALHAR: DA SACRISTIA AO MUSEU	18
1.1 Do silêncio ao toque do tambor	23
1.2 Museu Histórico: Do Brasileiro ao Nacional	31
1.3 Os objetos do Reinado em publicações comerciais e institucionais	37
Cap. 2 DOCUMENTAÇÃO NO MHN	58
2.1 Os relatórios de direção: mapeamento de práticas	69
2.2 Presenças e ausências nos conjuntos documentais	85
Cap. 3 A DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS COMO SUPORTE PARA NARRATIVAS INSTITUCIONAIS	96
3.1 Coroa, Cetro, Caxambu e Maria Cambinda nas fichas de catalogação	101
3.2 A salvaguarda do Patrimônio Imaterial: integrando as fontes aos dossiês dos objetos	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICE A – Fichas de Catalogação dos objetos de pesquisa	168
ANEXO A – Festa de N. S. do Rosário, litografia de Johann Moritz Rugendas, 1835	170
ANEXO B – Fotografia da Igreja do Rosário (Ouro Preto, MG)	171
ANEXO C – Publicação Primeiro Synodo da Diocese de Mariana, ocorrido em 1903 (2fl)	172
ANEXO D – Documento Motu Proprio (Observar item 19)	174
ANEXO E – Publicação Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Provincias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo e Porto Alegre, 1911 (4fl)	175
ANEXO F – Livro Manuscrito – Aviso Número 5	179
ANEXO G – Reparação Histórica Prot. n. 039/2023	180
ANEXO H – Decreto nº 016/2023	181
ANEXO I – Provisão do Capelão 154/2023	182

ANEXO J - Página do Jornal do Commercio – 12/12/1912 – Edição da Tarde – O Culto da Saudade, de João do Norte.....	183
ANEXO K – Ilustração Brasileira, 1922	185
ANEXO L – Igrejas e Capelas em Ouro Preto (1935).....	186
ANEXO M – MODELO DE FICHA USADA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	187
ANEXO N – MODELO DE FICHA DE REGISTRO.....	188
ANEXO O – MODELO DE FICHA CADASTRAL	189
ANEXO P – Exemplo do adesivo com número de registro.....	190
ANEXO Q – DOSSIÊ CAXAMBU NR 003687	191
ANEXO R – Fichas do DOSSIÊ XÍCARA – NR 001128.....	192
ANEXO S – Fichas da Coroa de Congada n.º de reg.: 356	194
ANEXO T – Fichas do Cetro de Congada n.º de reg.: 357	205
ANEXO U – Fichas do Caxambu n.º de reg.: 3687	214
ANEXO V – Fichas Maria Cambinda n.º de reg.: 4046.....	228

PREÂMBULO

PREÂMBULO

Diferentemente dos que não gostam ou simplesmente não se encantam com os museus, e que os vêem como resíduos do passado, eu gosto dos museus. De todo e qualquer museu. E tenho especial apreço por aqueles que têm cheiro de vida e querem, por decisão de quem os alimenta, inundar a vida de mais vida; gosto dos museus que seguem se fazendo e se refazendo (Gil, 2004).

É seguro dizer que o tema da dissertação teve inspiração na vivência em museus. Quer seja do meu gosto pelas visitas, inauguradas pelas mãos de minha mãe, ou pelos aprendizados acadêmicos adquiridos na vida adulta, ambos estão permeados pela vontade de conhecer o mundo também a partir dos objetos selecionados para ilustrá-lo. Por pactuar que o objeto de museu¹, testemunho da passagem do tempo, guarda seus mistérios e quem sabe sejamos partícipes neste desvelar.

Durante a minha jornada acadêmica², surgiu a oportunidade de aprender sobre Pesquisa em Museus no Museu Histórico Nacional (MHN)³ por meio do projeto⁴ “Escritas da História no Museu Histórico Nacional: o (não) lugar de negros e negras nos Anais do MHN (1940-1975)”, ocorrido no biênio 2018-2020. A parceria entre a Universidade e o Museu visa a produção de conhecimento, e neste sentido, participamos do Seminário Pesquisa em Museus em 2019⁵, quando nasceu a primeira semente desta dissertação, e posteriormente, publicamos artigo (Magalhães; Costa, 2021) como forma de publicizar a pesquisa produzida. Ocorrências fundamentais que despertaram em mim a vontade de continuar com a Pesquisa em Museus.

A minha atribuição durante o projeto de pesquisa foi direcionada para a leitura, interpretação e sistematização dos artigos contidos na publicação científica denominada Anais do Museu Histórico Nacional (AMHN), em sua primeira fase⁶, que versassem sobre a presença/ausência do Negro no MHN, possibilitando ao menos em parte, observar e aprender

¹ “Um “objeto de museu” é uma coisa musealizada, sendo “coisa” definida como qualquer tipo de realidade em geral” (Desvallées; Mairesse, 2014, p. 68)

² Enquanto aluna do Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) no período de 2017.2 até 2022.2.

³ O regulamento do Museu Histórico Nacional foi aprovado pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>. Acesso em: 7 jul. 2025

⁴ Realizado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e o Museu Histórico Nacional (MHN). Projeto orientado pela Professora Dra. Aline Montenegro Magalhães, que à época integrava o Núcleo de Pesquisa do MHN.

⁵ Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/programacao-completa-do-seminario-pesquisa-em-museus-2019/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

⁶ A primeira fase da publicação compreende 26 volumes produzidos entre 1940-1975. Disponível em: https://app.docvirt.com/Anais_MHN/pageid/1. Acesso em: 7 jun. 2025.

sobre a política institucional do museu, manifestada nos artigos pelos conservadores de museu (Sá; Siqueira, 2007), assim chamados desde a criação do curso na década de 30.

Os dois anos de pesquisa incluíram a leitura do artigo “Os instrumentos musicais primitivos afro-brasileiros no Museu Histórico Nacional”, de autoria de Gerardo Alves Carvalho⁷ (1948). E em diálogo com a Museologia, tratei de investigar as fichas de catalogação dos objetos museológicos tratados na publicação. A experiência enquanto bolsista originou a temática para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)⁸, com percurso inicial apresentado no seminário de 2019. O projeto foi concluído, mas a fonte ainda jorrava possibilidades, levando-me a prosseguir com a pesquisa estimulada pelo artigo em diálogo com as fichas de catalogação até então observadas.

Ciente que tanto os Anais, veículo de comunicação, como a Documentação em Museus são fontes primárias de informação sobre as coleções e testemunho da interpretação destas pelos profissionais⁹, segui na apreciação da escrita dos que nos antecederam na defesa do patrimônio nacional. E, por gosto neste caminho, comecei a realizar pesquisas no ambiente da universidade, no Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS), um manancial de informações sem precedentes e fundamental para a nossa formação e continuidade.

Chegando ao TCC intitulado “Desafino entre Pesquisa e Documentação: os instrumentos musicais afro-brasileiros no Museu Histórico Nacional”, com abordagem entre a Documentação e a Pesquisa em Museus de dois instrumentos musicais: Rabeca (3680) e Caxambu (3687). Foram também observados dois outros objetos, Coroa de Congada (356) e Cetro de Congada (357), citados no artigo que deu origem ao TCC, como forma de apontar a amplificação da dissociação. A documentação dos objetos apresenta lacunas informacionais confirmando falta de correspondência entre o artigo e as fichas de catalogação disponíveis.

Os questionamentos iniciados na graduação, durante o projeto de pesquisa, também impulsionados pela minha formação em comunicação¹⁰, dialogam com a questão que ronda os museus e os profissionais envolvidos: Qual é o papel social da instituição museu no século XXI? E aqui, estamos para colaborar com a atualização destas, não pelas modas passageiras.

⁷ Informações sobre Gerardo Alves Carvalho em Sá; Siqueira (2007, p. 90).

⁸ TCC orientado pela Professora Dra. Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha em Museologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2022.

⁹ Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 27, p. 149-157, 1995. Disponível em: https://app.docvirt.com/Anais_MHN/pageid/6780. Acesso em: 3 out. 2025. Consta levantamento dos autores/artigos da primeira fase.

¹⁰ Formada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA) em 2000.

E sim, através da pesquisa, pela constante danação do objeto (Ramos, 2004), buscando reunir o enquadramento destes pelo viés classificatório (Sá, 2019) sem deixar de lado a inquietação da natureza humana por não deixar as coisas em paz (Antunes, 1993).

O que se apresenta a seguir, é uma investigação com o intuito de valorizar quatro bens culturais, sob a guarda do museu, e notabilizar as contribuições para a saída de cena dos objetos, reafirmando como: “Deles podem provir as referências para compreensão de nossa trajetória como cultura e os indicadores para uma projeção no futuro” (Magalhães, 1997, p. 60). São objetos de museu que um dia foram associados ao primitivo e que, ao longo de quase 100 anos, performaram para encenar fragmentos da história dos descendentes de África. Nos últimos anos, revestidos de mais uma camada, por serem objetos oriundos de manifestação religiosa e cultural reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial.

Acredito também que cada pesquisa realizada é uma forma de tomarmos fôlego para prosseguir e colaborarmos com os nossos pares tão penalizados pela escassez de recursos, o que gera impacto no fazer, e conseqüentemente, na entrega para o presente e para as gerações futuras.

Que essa pesquisa seja recebida como forma de agradecimento aos que me antecederam na museologia, aos que caminham comigo na construção desse trabalho e aos que estão por vir para continuidade da pesquisa.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, tratamos de mapear e investigar a Documentação¹¹, parte do processo de Musealização¹², referente ao período de 1928¹³ a 2024¹⁴, associada a quatro objetos religiosos, que atualmente encontram-se no MHN, oriundos da cidade de Ouro Preto¹⁵.

Integrantes do Reinado de Nossa Senhora do Rosário¹⁶, denominados¹⁷ e registrados pelo museu da seguinte forma: Coroa de Congada (número de registro: 356), Cetro de Congada (número de registro: 357), Instrumento de Percussão: Caxambu/Atabaque (número de registro: 3687) e Escultura (Máscara) – Maria Cambinda (número de registro: 4046). Estes adentraram ao museu na sua primeira década de criação. Não há indícios no MHN de outros objetos participantes do Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto, além dos citados e que integram a pesquisa, porém há objetos que dialogam com a cidade e com a fé em Nossa Senhora do Rosário.

As nuances do vínculo entre o MHN e o Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto, Minas Gerais, são aqui apresentadas a partir de uma contextualização histórica, com impactos diretos sobre o uso dos objetos em atos religiosos, nos primeiros anos do século XX.

¹¹ “É o conjunto de políticas, processos e procedimentos que visam a organização, a recuperação e a gestão das informações sobre cada um dos objetos de museu, representando-o por meio de palavras e elementos audiovisuais” (Mendonça, 2020, p.194).

¹² “[...] é o conjunto de ações, medidas, estratégias e procedimentos de ordem simbólica, política, técnica e administrativa aplicadas às referências culturais pelo museu” (Mendonça, 2020, p. 194).

¹³ Considera-se como a data de chegada dos objetos ao museu, sendo possível confirmar ao menos dois destes com a intenção e o envio para a estação de trem de Ouro Preto (Barroso, 1944, v.5, p. 25-26).

¹⁴ Montenegro, Aline Magalhães (2020). Com base no relatório de pós-doutorado da historiadora Dra. Aline Montenegro, no qual consta na página 22 a minha participação, na pesquisa foram procedidas alterações nas fichas de catalogação dos quatro objetos em novembro de 2024.

¹⁵ Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) em 1938 e reconhecida como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373/>. Acesso em: 13 jul. 2025 e <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/ouro-preto-mg-celebra-45-anos-como-patrimonio-mundial-da-humanidade>. Acesso em: 10 set. 2025.

¹⁶ Segundo Noronha (2017, p. 38-39), “Reinado ou Congado é o termo mais abrangente, que define um ciclo anual de festas em devoção a Nossa Senhora do Rosário e aos Santos Pretos, principalmente São Benedito e Santa Efigênia. Envolve a realização de novenas, levantamento de mastros e bandeiras, procissões, cortejos solenes, coroações de reis e rainhas, cumprimento de promessas, leilões, cantos, danças, banquetes coletivos”.

¹⁷ Como consta a denominação na última versão (novembro/2024) coletada para a pesquisa, da ficha de catalogação (termo utilizado no Manual de Catalogação de 1984 do MHN). Questões relacionadas ao preenchimento dos metadados serão tratados no capítulo 3. Para encurtar o texto sempre que necessário, adotaremos: Coroa, Cetro, Caxambu e Maria Cambinda.

E serão discutidas no âmbito da Museologia¹⁸, pela ótica da Preservação¹⁹, como atividade complexa, concatenada com as demandas sociais, culturais, informacionais e comunicacionais do tempo presente para o direcionamento das ações em museus (Mendonça, 2020), observadas pelo impacto na Documentação dos Objetos, mais precisamente, nas fichas de catalogação²⁰.

A manifestação religiosa e cultural²¹ outrora proibida, alcança no mesmo século XX o reconhecimento de bem cultural²². No século XXI, obtém os registros de Patrimônio nas três esferas de governo, fruto das recentes políticas públicas que ampliaram a noção de Patrimônio, como o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000²³ (Fonseca, 2009), acrescentando para o MHN a possibilidade de abordagem a partir de estratos dos objetos, agora pertencentes ao Patrimônio Imaterial²⁴. Demonstra-se também que a presença em museu da materialidade impõe desafios para a preservação dos bens musealizados na articulação com o patrimônio imaterial (Lima, 2017; Mendonça, 2020).

¹⁸ “Museologia: uma ciência aplicada, a ciência do museu [...] o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica ligadas ao campo museal” (Desvallées; Mairesse, 2014, p. 61-64)

¹⁹ “Preservação aqui compreendida como um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribui direta ou indiretamente para a manutenção da integridade material da referência cultural. Cabe destacar que este conjunto de medidas e estratégias também contribui direta ou indiretamente para a potencialidade informacional sobre a referência cultural. Reúne teoria e prática, consciência política individual e/ou coletiva, particular e/ou institucional. Visa proteger e salvaguardar, focando hoje nas perguntas por que e para quem preservar” (Mendonça, 2020, p. 183)

²⁰ “Instrumento de auxílio para documentação dos objetos” (Padiilha, 2014, p. 50).

²¹ Adota-se o termo “manifestação religiosa e cultural” com a compreensão que a religiosidade e a identidade cultural estão entrelaçadas. Este termo consta no Dossiê elaborado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHEA-MG). Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/sociedade-pode-se-manifestar-sobre-proposta-de-registro-dos-saberes-do-rosario/DossieSaberesdoRosario.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

²² Ao longo do século XX o termo “Bem Cultural” foi aplicado considerando as necessidades do tempo presente. A denominação tem o intuito de atribuir o mérito da preservação visto o valor nas mais diversas qualificações (arqueológica, arquitetônica, artística, histórica, religiosa etc.), seja no âmbito do Estado com suas devidas operações ou no discurso/ações de instituições que operam para a proteção. A definição do termo, ou quiçá uma historiografia deste, está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>. Acesso em: 19 set. 2025.

²³ O Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constitui patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 13 jan. 2026

²⁴ “Entende-se por patrimônio cultural imaterial, as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saber-fazer — assim como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como fazendo parte de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial transmitido de geração em geração é recriado permanentemente pelas comunidades e grupos em função de seu meio, de sua interação com a natureza e de sua história, e lhes confere um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO, 2003 *apud* Desvallées; Mairesse, 2014, p. 75).

O reconhecimento no âmbito federal foi obtido em 2025, como Saberes do Rosário: Reinados, Congados e Congadas (IPHAN, 2025), considerando a presença de grupos observados pelos estados²⁵ do Brasil. A este somam-se os títulos do ano de 2024 no âmbito estadual: Caminhos, Expressões e Celebrações do Rosário em Minas Gerais (Minas Gerais, 2023; 2025) como Patrimônio Cultural Imaterial Mineiro; e inscrito pela cidade de Ouro Preto, na esfera municipal (Ouro Preto, 2019), em 2019 como: A Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, como Patrimônio Cultural Imaterial. Formada a tríade de instâncias governamentais, alinhadas pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial²⁶ (PNPI), instrumento do decreto publicado em 2000, verificam-se as mobilizações para a continuidade, um ato também de preservação, e difusão asseguradas pelo Estado e admitidas pela Igreja Católica.

Neste sentido, pretende-se que a pesquisa seja percebida como uma conta de um rosário²⁷, por atender também à proposição do PNPI do estabelecimento de parcerias entre universidades, órgãos federais e instituições públicas e privadas, unindo-se às demais sobre a mesma temática. Não tratarei da celebração em si, esta tarefa foi abraçada por outros pesquisadores²⁸. Os dossiês²⁹, elaborados para registro enquanto Patrimônio, e citados ao longo dessa dissertação, tornaram-se também fontes primárias para entendimento da manifestação religiosa e cultural.

Ao longo dos anos, o MHN, criado para propagar a história da Pátria, compartilha com os museus da normalidade de articular mundos e tempos diferentes (Chagas, 2009), na busca do nexos³⁰, consonante com o discurso institucional, que um objeto estabeleceu

²⁵ Conforme matéria publicada em 29/08/2025, há ocorrências nos seguintes estados: Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, e em estados do Norte do país. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/congadas-e-reinados-existem-ha-mais-de-300-anos-mas-so-viraram-patrimonio-do-brasil-agora/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

²⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-do-patrimonio-imaterial-pnpi>. Acesso em: 7 jan. 2026.

²⁷ “O Rosário é uma corrente ou fio auxiliar na contagem das rezas durante a oração. Reinadeiros e congadeiros costumam usá-lo cruzado em seu tronco como uma forma de proteção. Nesse contexto, geralmente são feitos de sementes chamadas ‘lágrimas de Nossa Senhora’ e possuem um crucifixo em uma ponta. Na cosmologia dos Reinados e Congados, o rosário representa a força espiritual da tradição congadeira e a expressão da existência, fundamento, sacramento e mandamento das Irmandades” (Minas Gerais, 2024, p. 268).

²⁸ Diferentes vertentes de pesquisa foram realizadas com abordagens de: memória, história, patrimônio imaterial, educação escolar. Terror, Vinicius, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DX_rJULWC6A. Santos, Amanda Melissa dos, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/f3f54c92-786d-4be9-9702-314268b087e4>. Guarilha, Hugo Xavier, 2015. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy2_of_hugo_xavier_guarilha.pdf. Acessos em: 7 jul. 2025.

²⁹ Elaborados por representantes dos grupos de congado com o auxílio do estado. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/sociedade-pode-se-manifestar-sobre-proposta-de-registro-dos-saberes-do-rosario/DossieSaberesdoRosario.pdf> e <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/92-caminhos-expressoes-e-celebracoes-do-rosario-em-minas-gerais>. Acessos em: 7 jul. 2025.

³⁰ Os Anais do MHN, com fases distintas revelam a posição institucional do museu, além da principal característica de manancial de informações sobre os objetos, principalmente na primeira fase.

com o passado. O que foi posto e expresso nas fichas de catalogação, para os objetos da Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, não corresponde a potência informacional, que ao longo do século XX e XXI, não se restringiu ao que foi vivido e encapsulado no museu, mas do que foi e é vivido no território e, por fim, reconhecido como Patrimônio Cultural.

Muitos são os desafios impostos na gestão dos museus no século XXI relacionadas também na difusão dos acervos: relevância numa sociedade do imediatismo, e que clama por narrativas mais inclusivas. A ausência de recursos com consequências na gestão de acervos, fica mais aparente em dias atuais, pela possibilidade comunicação interativa³¹ (Castells, 2019), que congrega a circulação, interação e compartilhamento de informações entre os públicos de interesse (Cândido, 2014).

Tal cenário encontra diálogo nas discussões da museologia sobre a função social dos museus na sociedade contemporânea abordadas por Cândido (2014); Padilha, Café e Silva (2014) e Brulon (2020), nas reflexões sobre os processos de musealização enquanto atividade contínua e realizada, em diálogo com públicos a partir das considerações de Moraes (2020), dotados pela ressonância ou aderência propostos por Borges e Campos (2012), ao atribuírem ao objeto de museu a capacidade de despertar emoções, sentimentos e lembranças em nós, acrescentando para a abordagem outros discursos além do institucional.

Assim sendo, a abordagem pensada para os museus de história (Ramos, 2004), torna oportuno analisar a qualidade da documentação em museus, pregressa que valorizam/desvalorizam pontos sobre os objetos, com o respaldo de documentos relacionados ao Reinado, que afetam diretamente as práticas, colocando em evidência a pesquisa enquanto função para um museu, com amparo na definição de museu na esfera internacional (Brulon, 2021)³².

Foram observadas lacunas documentais, evidentes pela profusão/alteração do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCs), correspondentes aos objetos pesquisados, mas não restritos a esses. Apontando para a questão que permeia tanto as instituições de memória, arquivos, museus e bibliotecas, como a sociedade, a demanda pela Preservação Digital³³.

³¹ “[...] caracterizada pela capacidade de enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou tempo escolhido [...]” (Castells, 2019, p. 101)

³² O artigo aborda as questões levantadas para a definição de museu no século XXI, com atenção para o impacto da definição em instituições da periferia do sul global. Como condutas institucionalizadas no âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM) podem impedir uma harmonia entre discursos e práticas? Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cura.12436>. Acesso em: 2 maio 2025.

³³ “É a série de estratégias e ações tomadas para promover a disponibilidade e usabilidade da informação digital ao longo do tempo” (Arellano, [201-?]).

O Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM — 2025-2035)³⁴, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), tem no Eixo 2 — diretriz 2.9, a questão da salvaguarda e universalização dos acervos, em alinhamento com as discussões (Brasil, 2025), sobre a Preservação Digital, aponta-se para a necessidade que o debate alcance um dos instrumentos da Documentação em Museus, as fichas de catalogação. E dessas decorrem lacunas informacionais, já apontadas no TCC de 2022, e com novas apurações. Destaca-se a ausência de diálogo entre a documentação recuperada e as fontes, publicações externas e internas, que registram a chegada e informações sobre os objetos.

As melhores práticas para a documentação das coleções estão relacionadas à compreensão de um trabalho de pesquisa atrelado à continuidade de interpretação e reinterpretação do objeto, e coleta de fontes que possam explicar as experiências humanas. O sistema de informação³⁵, físico ou digital, conjugado com os instrumentos documentais, inseridos ou não neste sistema, como: livros de tomo, inventários, fichas de catalogação e suas mais diversas versões, física e digital, e as variantes implementadas para recuperação de informação ao longo dos anos do MHN, demonstram que a presença/ausência destes instrumentos relacionados aos objetos impactam diretamente na produção de informação e difusão do conhecimento.

Busca-se relevar a importância da investigação, recolha, interpretação e difusão da documentação como processo integrante da musealização, que aperfeiçoa o entendimento do lugar do objeto no mundo, e no museu, acrescentando camadas ao conhecimento produzido e demonstrando a potência das redes de conhecimento³⁶ que foram instauradas no MHN, e que seguem em continuidade, com atores externos.

O museu atua também como um lugar para o compartilhamento de experiências humanas que são atravessadas por relações afetivas, e ampliada pelas redes de relações que os objetos suscitam e que não podem ficar encobertas na comunicação. Esse desvelamento, produzido pelas redes de conhecimento, também coloca em evidência a importância do museólogo e profissionais que atuam nos museus, demonstrando o quanto importante é a valorização destes, como indicado no PNSM — Eixo 1 nas diretrizes 1.9 e 1.10.

³⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm-2025-a-2035.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2026.

³⁵ “[...] partes interligadas (inserção de documentos, classificação, catalogação e indexação) com o objetivo comum de disponibilizar a informação da melhor maneira possível” (Lousada *et al*, 2011, p. 191).

³⁶ “Nas redes de conhecimento, a informação carece de interpretação. Normalmente é subjetiva e provém de um ator que coopera na rede com sua bagagem intelectual, cultural e organizacional. É essa informação, e seu compartilhamento, o foco do estudo das redes de conhecimento e é por meio dela que o conhecimento individual pode ser o mote para parcerias que tragam benefícios recíprocos” (Tomaél, 2008, p. 2).

A partir dessas considerações sobre os quatro objetos e inspirada por uma perspectiva antropológica, adotamos o termo biografia cultural³⁷. O termo é definido por Igor Kopytoff (2008) e enquadra os objetos, enquanto agentes sociais com poder de interação e intermediação nos processos culturais fundamentados desde a sua concepção. E realça a importância da busca de uma metodologia para a interpretação da cultura material: “O que faz uma biografia ser cultural não é o assunto tratado, mas como e de que perspectiva ela aborda o assunto” (Kopytoff, p. 4, 2008).

Em face disso, buscamos iluminar como esses objetos foram interpretados e difundidos sob a ótica de servir a um contexto cultural, afastados do enquadramento de mercadoria, visto que foram doados. Ao tempo que, contextos políticos e religiosos acabaram por determinar a entrada desses objetos em Museu federal integrando um acervo com a missão de ensinar sobre a história da Pátria, até então repleta de nacionalismos. Diante das demandas atuais para os museus formulou-se a **Questão Problema**: Considerando a musealização como um processo contínuo, a titulação de “A Festa Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia” como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, e a produção de conhecimentos gerados pelo MHN sobre bens associados ao Reinado e os documentos emitidos pela Igreja Católica, ao longo do século XX, sobre a manifestação religiosa em pauta, quais as lacunas documentais e informacionais relativas à biografia cultural de quatro objetos sob a guarda do MHN podem ser identificados no processo de documentação em museus realizado pela instituição no período de 1928 a 2024?

Tendo como **Pressuposto** que existe ausência de documentos e/ou fichas de catalogação, bem como de lacunas de informações sobre a biografia cultural dos objetos que estão versados nos Anais do MHN (conhecimentos gerados pelo MHN), nos relatórios institucionais e nos documentos emitidos pela Igreja Católica. Estas lacunas documentais e informacionais comprometem o processo de documentação em museus e a difusão sobre bens culturais que hoje são associados a um bem cultural patrimonializado nas três esferas públicas (federal, estadual e municipal) como patrimônio imaterial.

Assim, conformamos enquanto **Objetivo Geral**: Analisar lacunas documentais e informacionais relativas à biografia cultural dos objetos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário sob a guarda do Museu Histórico Nacional no período de 1928 a 2024. Como **Objetivos Específicos**: 1) Identificar documentos produzidos pelo Estado e pela Igreja Católica que contribuíram para o encaminhamento dos objetos para o museu e documen-

³⁷ Inspirada pela forma como os quatro objetos de estudo foram postos em doação (o leitor terá informações adiante) quando à época o Museu também comprava objetos. A “Biografia Cultural” busca compreender a vida pregressa e a vida no museu. É necessário entendê-los como entidades dentro da sociedade que os produziu e em contraponto da interpretação mercadológica. A inspiração vem de: “Examinar as biografias das coisas pode dar grande realce a facetas que de outra forma seriam ignoradas” (Kopytoff, 2008, p. 3).

tos administrativos do MHN e publicações que abordam os bens musealizados; 2) Confrontar as informações que expressam a biografia cultural dos objetos selecionados em contraponto com as informações e referências documentais do MHN referente ao período de 1928 a 2024; 3) relacionar como estas lacunas documentais e informacionais identificadas nos objetos musealizados de 1928 a 2024, estão associadas ao processo de (re)construção de narrativas institucionais do MHN.

Além de projetar a pesquisa como parte de um todo sobre os Reinados, Congadas e Congados (Noronha, 2017), na teia de produção de conhecimento que são operadas também pela colaboração das instituições culturais. Entende-se que também se une às medidas do âmbito federal, ao esclarecer práticas adotadas que inviabilizaram grupos religiosos e culturais, enquanto causa para as práticas de intolerância religiosa que hoje assistimos e que devem ser combatidas.

A ampliação das redes de conhecimento pela possibilidade de troca de informações com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's)³⁸ acabam por favorecer a instituição, no caso o MHN, pela possibilidade que a pesquisa oferece de contribuição para a documentação do museu. A difusão dos acervos também está inserida na estratégia do Governo Federal, via programa Sociedade da Informação no Brasil, no plano para a globalização do acesso, onde identifica-se a linha de ação “Conteúdos e Identidade cultural”³⁹, e quanto mais os documentos forem fidedignos à biografia cultural dos objetos, conseqüentemente a difusão da identidade cultural será transmitida com transparência.

Por unir-se às normas jurídicas: Lei nº 10639/2003 (Brasil, 2003) da obrigatoriedade de ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e a Lei nº 12.288/2010 (Brasil, 2010) que institui o Estatuto da Igualdade Racial. E a mobilização global como ação afirmativa na luta contra o racismo⁴⁰ e a intolerância religiosa em consonância com a Agenda 2030 — ODS

³⁸ Ao longo das duas últimas décadas, atualizaram-se as possibilidades de promoção e de interação. O Censo 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informa que 90% dos domicílios têm acesso à internet. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 12. dez.2024

³⁹ Lançado em 2000, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, o programa Sociedade da Informação no Brasil — livro verde. Há uma Linha de ação “Conteúdos e Identidade cultural” com direcionamento para digitalização de acervos impactando na gestão aplicada às coleções de instituições de memória (arquivos, bibliotecas e museus) e a sua difusão para os públicos de interesse. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>. Acesso em: 14 dez.2024

⁴⁰ Mais em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/mais-de-5-2-mil-violacoes-de-racismo-e-injuria-racial-foram-registradas-pelo-disque-100-em-2024#:~:text=Mais%20de%205%2C2%20mil,Di-reitos%20Humanos%20e%20da%20Cidadania>. Acesso em: 1 mar. 2025.

18 — Igualdade Étnico-racial⁴¹, estipulada em documento pelo Governo Federal, os discursos sobre os objetos, e conseqüentemente, sobre Reinado transformam-se em aliados às lutas em curso.

Contudo, para falar dos objetos do Reinado foi necessário conhecê-los. Investigar objetos sagrados significa estudá-los pela sua vivência, em suas funcionalidades ritualísticas, no território de origem, e nas relações que a comunidade mantém com os objetos. Estive em Ouro Preto nos anos de 2024⁴² e 2026⁴³, para a celebração Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia — A Fé que Canta e Dança, de 06/01/2024 a 14/01/2024 e de 09/01/2026 até 11/01/2026. Conheci a contextualização de objetos correspondentes aos pesquisados, observei a dinâmica dos viventes da festa e compreendi que os objetos que estudo são: objetos cerimoniais, mediadores de vínculos religiosos, sociais e culturais reiterados na celebração.

Como expressa Jorge Larrosa Bondía (2002), sobre experiência/vivência como: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (Bondía, 2002, p. 21). Durante a primeira visita recebi dos congadeiros o assentimento para prosseguir. Era preciso povoar o espírito dessa experiência para que a pesquisa seja instrumento para salvaguardar e difundir o Patrimônio Cultural Brasileiro. Os objetos em museu, apartados do seu território e do seu povo, não impedidos de configurar como instrumentos para difusão do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia.

Com isso, entende-se o MHN como um lugar para compartilhar experiências humanas por meio dos objetos que detém. Com respaldo dos documentos que aqui nos propomos a apresentar e examinar, reafirmamos o papel dos museus no século XXI: Construção do Conhecimento sobre o Reinado, a partir do tratamento da informação deste, tendo as redes como facilitadores para essa difusão através do Patrimônio Digital (Padilha; Café; Silva, 2014), um dos caminhos para a salvaguarda, onde inclui-se a difusão do Patrimônio Cultural no diálogo estabelecido entre as três esferas (Figura 1).

⁴¹ Disponível em: <https://heyzine.com/flip-book/513d2db71b.html#page/23>. Acesso em: 19 jan. 2026.

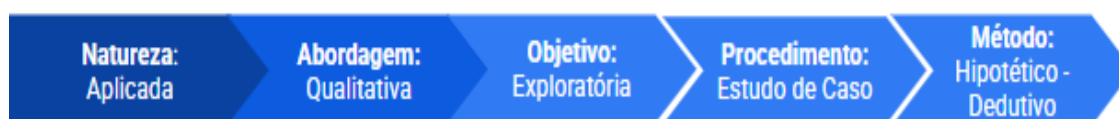
⁴² Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/evento/533>. Acesso em: 27 fev. 2025.

⁴³ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DUCDpHEiejh/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

Figura 1 – Eixos da Pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

O caminho para a construção da dissertação pode ser descrito com base em Silveira e Córdova (2009), o perfil da pesquisa científica empreendida consiste em: “[...] descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade” (Silveira; Córdova, 2009, p. 33). Apresenta-se da seguinte forma:

Figura 2 – Percurso da Pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Desde sempre o documento apresentado como inicial da proibição da ocorrência do Reinado, denominado Aviso Número 5 (Anexo F) sugeria um documento anterior: “[...] lembro de ordem do Sr. Bispo Diocesano [...]”. Hipótese conectada com a aula de Análise da Informação da Professora Geni Chaves em 2018⁴⁴, quando esta proferiu: “um documento se apoia em outro documento”, principalmente para documentos históricos (Chaves, 2018, informação verbal).

⁴⁴ Discurso proferido pela Professora Dra. Geni Chaves Almeida na Disciplina Análise da Informação no Curso de Museologia e Patrimônio, no segundo semestre de 2018 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Desdobrando-se em uma pesquisa de natureza aplicada, objetivando uma aplicação prática do conhecimento gerado pela identificação das lacunas documentais e informacionais, que ao longo das décadas interferiram na comunicação dos objetos. Adotou-se uma abordagem qualitativa, o estudo do contexto, fornecendo um diagnóstico produzido com análise textual dos documentos do Estado, da Igreja Católica e do Museu Histórico Nacional, para a partir das completudes e incompletudes identificadas elaborar a: “[...] hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno [...]” (Silveira; Córdova, 2009, p. 34) esclarecendo a motivação para a doação.

Enquadra-se no objetivo de pesquisa exploratória cujo procedimento metodológico é o estudo de caso da documentação em museus de quatro objetos, a partir de coleta da trajetória documental que relacionem os objetos ou a abordagem destinada a esses; estendendo o campo de busca de documentos com coleta de dados concentradas nas seguintes instituições:

- a.1) Museu Histórico Nacional — Arquivo, Biblioteca e Museu
- a.2) Núcleo da Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS)
- a.3) Associação de Amigos do Reinado (AMIREI) — Reinado de Ouro Preto.
- a.4) Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
- a.5) Arquidiocese de Mariana — Documentos expedidos pela Diocese de Mariana no começo do século XX.
- a.6) Biblioteca Nacional — Repositório de Jornais e Revista para busca dos artigos publicados por Gustavo Barroso e Mário Barata.
- a.7) Vaticano — Documento emitido pelo Sumo Pontífice.

No caso do item a.1) instituição MHN, tivemos que ampliar o estudo das fichas de catalogação para objetos, cumpridores de ao menos dois critérios em comum com os objetos da pesquisa: 1 – data de coleta no período de 1922/1940 como forma de compreender que documentos de doação, entrada e permanência, foram produzidos neste período; 2 – Incluídos na mesma classificação para evidenciar documentos específicos; 3 – Compartilhamento de temática/cidade de origem para análise de informações da ficha; 4 – Objetos que formam conjunto para verificar tratamento informacional; 5 – Objetos de mesma procedência para verificação de documentos relacionados à doação. E, por fim, uma exceção, sem objetivar uma comparação. Objeto com documentação produzida a partir do ano 2000, mais precisamente, a partir de 2003 em formato manual para observar as práticas de entrada, na era informatizada.

Seguiu-se com o levantamento bibliográfico, o acesso aos documentos está restrito ao DOC-Pro⁴⁵ através do site do MHN. O uso do ambiente digital tem favorecido o acesso à informação, porém há falhas em decorrência do sucateamento da área da cultura⁴⁶.

O aporte teórico tem foco nas discussões sobre o processo de Musealização aplicado ao museu de história, onde se encontram os objetos desta pesquisa. Toma esse cenário para a abordagem da presença da cultura material do que hoje é reconhecido como Patrimônio Imaterial. É pela Documentação em Museus, cujo instrumento ficha de catalogação, registra ou deveria registrar, a existência enquanto objeto e enquanto objeto museológico, configurando-se como uma ação de Preservação continuada destes, instância material e documento de Patrimônio Imaterial.

Para tanto, articulamos Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro (2014), Bruno Brulon (2021, 2020, 2016), Diana Farjalla Correia Lima (2017), Elizabete de Castro Mendonça (2020), Julia Nolasco de Moraes (2020) pela abordagem holística para a musealização enquanto um processo que toma para si também o imponderável atrelado à metodologia instituída pela Museologia nas suas conexões com disciplinas como a antropologia, arqueologia, arte, biologia, história etc.

Aplicou-se o método hipotético-dedutivo, a partir da leitura dos documentos institucionais, com cenário para a presença e a produção documental dos objetos pesquisados, porém não localizados durante a pesquisa, suscitando hipóteses para tais produções.

Após análise e diante das lacunas percebidas nos dossiês destes, definiu-se buscar no MHN documentação de objetos comparativos, com critérios estabelecidos, para efeito de comparação da produção documental, observou-se a ausência de política de preservação digital com impacto na pesquisa.

Para os objetos comparativos, ao menos dois critérios em comum com os objetos da pesquisa, foram estabelecidos: data de coleta no período de 1922/1940, condição primária de seleção, como forma de compreender que documentos foram produzidos neste período; objetos pertencentes à mesma classificação para evidenciar documentos específicos; objetos pertencentes à mesma temática para análise de informações da ficha; objetos com relação com a cidade de origem; objetos que formam conjunto; objetos de mesma procedência para verificação de cartas de agradecimento. E, por fim, uma exceção: um

⁴⁵ Plataforma que disponibiliza os documentos digitalizados. Faço a ressalva que há documentos não organizados conforme o período, sendo necessário consultar todas as pastas, o ideal seria uma reorganização dos arquivos e revisão, visto que há documentos com datas e assinaturas cortadas. Em pasta denominada relatório de 1942/1945, consta o de 1946. Apontamentos que devem ser observados ou o leitor alertado evitando ausências de pesquisa.

⁴⁶ Disponível em: <https://asminc.org.br/2025/04/29/servidores-federais-da-cultura-em-greve-por-todo-o-pais/>. Acesso em: 11 maio 2025.

objeto com documentação produzida a partir do ano 2000, mais precisamente, a partir de 2003 em formato manual para observar as práticas de entrada, na era informatizada.

A dissertação organiza-se em três capítulos: O primeiro capítulo apresenta-se com característica investigativa. Intitulado: A Fé não costuma falhar: da Sacristia ao Museu, estruturado em três subcapítulos para assim mostrar o cenário no começo do século XX com impacto no MHN e nos objetos.

Nos concentramos em identificar documentos emitidos pelo Estado e pela Igreja Católica, ocorrências sobre as determinações para as práticas religiosas, que direcionaram os objetos para a sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e, posteriormente, para o MHN. Num segundo momento, a ideia de criação do MHN foi atravessada pela ideia de um museu temático, o que não se sustentou confirmando a força política de Gustavo Barroso. Em sequência a reunião das publicações comerciais e institucionais, enquanto reconhecimento produzido pela instituição que aborda os bens musealizados.

No 1.1 “Do silêncio ao toque do tambor” demonstra-se como os instrumentos do estado atuaram na regulação das práticas religiosas. Inicia-se pela análise da Constituição de 1824, Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890 e Constituição 1891, constata-se a reação da Igreja católica diante destes documentos, pela ordenação dos cultos com o Primeiro Synodo da Diocese de Mariana em 1903, O regulamento para música sacra nas igrejas em 1911, culminando na proibição do Reinado expresso no Aviso Número 5 de 1923.

Analisou-se como o processo de redemocratização com a Constituição de 1988, a implementação de políticas culturais relacionadas às manifestações afro-religiosas frente às mobilizações políticas e sociais, na promulgação da Lei nº 11.635 de 2007 de combate à intolerância religiosa, favoreceram o reconhecimento do Reinado enquanto Patrimônio Imaterial nas três esferas e a revogação da proibição, por documento de Reparação Histórica 039/2023, por parte da Igreja Católica.

No subcapítulo 1.2 “Museu Histórico: do Brasileiro ao Nacional”, averiguou-se a partir de três artigos escritos por Gustavo Barroso, em periódicos pretéritos à criação do Museu Histórico Nacional, as motivações para a criação do museu, considerando a continuidade do discurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Apresentou-se um panorama da gestão nos primeiros anos, incluindo a atuação de Gustavo Barroso na área do Patrimônio, demonstrando como as iniciativas de recolha, integrante do processo de musealização, alcançaram objetos relacionados às construções históricas de Ouro Preto.

O seguinte 1.3 “Os objetos do Reinado em publicações comerciais e institucionais”, de onde ressoam as primeiras constatações de lacunas documentais informacionais sobre os objetos, articulam-se as três cartas oriundas de Ouro Preto, esclarecendo o processo

de doação dos objetos para o museu e também se contesta a afirmação adicionada no Anais. Demonstrou-se, assim, como os procedimentos museológicos estão refletidos na escrita dos anais.

Ainda que seja um capítulo com a primazia do levantamento de documentos, inicia-se uma articulação com autores que serão invocados também nos capítulos seguintes: Abreu (1995), Brulon (2020, 2021, 2023), Camargo-Moro (1986), Ceravolo e Tálamo (2000), Ferrez (1991), Guarilha (2015), Guimarães (1988), Ladkin (2015), Loureiro (2014), Magalhães (2006), Mendonça (2020), Meneses (1998), Noronha (2023), Palazzi *et al* (2022), Poulot (2013), Ramos (2004), Rubim (2007), Sá (2019), Santos (2019), Scheiner (2008), Soares (2023) e Williams (1997).

O segundo capítulo nomeado: “Documentação do MHN”, foi construído para contextualizar para o leitor quanto ao cenário no MHN quando da chegada dos objetos, em época que objetos pertencentes à seção de História e Numismática eram prioritários para toda a cadeia de produção documental. Para tanto, busca-se um panorama da Documentação no MHN, recorre-se aos relatórios de direção de 1922-1970 com subcapítulo 2.1 “Relatórios de direção: mapeamento de práticas”. Esses indicaram que a gestão do MHN foi construída dia a dia com a prática num cenário de recursos escassos, humano e financeiro.

E, por fim, o último subcapítulo 2.2 “Os dossiês dos objetos do Reinado: presenças e ausências documentais” uma análise dos dossiês dos objetos que congregam fichas de catalogação e outras fontes textuais sobre os objetos com o objetivo de compará-los e caracterizá-los frente às indicações de uma produção documental. Cabendo observar se as fichas de catalogação, que integram os dossiês dos objetos do Reinado, correspondem às instruções sistematizadas nos relatórios e presentes nos objetos comparativos.

Para entender o passado da Documentação em Museus, mais precisamente o século XX, em que se localiza a criação do MHN, recorreremos à abordagem das autoras Suely Moraes Ceravolo e Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo (2000, 2007), Ivan Coelho de Sá (2019) e autores que se debruçaram sobre a temática da aquisição, como José Bittencourt, Lia Silvia P. Fernandes e Vera Lúcia Bottrel Tostes (1995).

Selecionadas também as publicações de Gustavo Barroso (1951), Regina Real (1956) e Fernanda Camargo-Moro (1986), enquanto fundamentação teórica “fundacional” do campo dos museus no Brasil, por expressarem as postulações, por vezes em documentos institucionais, com práticas ou vestígios, que confirmam ou indicam, como o tema da Documentação em Museus, foi gerido pelo MHN, na tentativa de entender o contexto de produção da documentação dos quatro objetos. Inclui-se considerações sobre a informatização em período concorrente à implementação da linguagem controlada de Helena Dodd

Ferrez (1984) e a metodologia para extrair informações do objeto (Ferrez, 1994) pela compreensão que os objetos pertencentes ao Reinado são documentos (Loureiro, 2019).

Ao terceiro capítulo, “A Documentação em Museus como suporte para narrativas institucionais” que desdobramos em dois subcapítulos. Nele, busca-se compreender a narrativa desses objetos no MHN. A partir da leitura de Williams (1997) percebeu-se a necessidade de consulta sobre a escrita da história do Brasil, pelo Instituto Histórico Geográfico, de Manoel Luis Lima Salgado Guimarães (1988), para entendimento dessa transição Império - República e manutenção dos valores da nação, que estão expressas na missão e função do museu, como consta em Decreto de criação do MHN.

Aplicado ao acervo relacionado à diáspora africana e integrante dessa dissertação, selecionamos: “O Negro no Museu Histórico Nacional”, de Marfa Barbosa Vianna (1947), “Os instrumentos musicais primitivos no Museu Histórico Nacional”, de Gerardo Alves Carvalho (1948) e Caminhos do Sofrimento de Afonso Celso Villela de Carvalho (1974). A Imaginação Museal (Chagas, 2009) de Gustavo Barroso foi observada na revista científica em Adolpho Dumas (1940, 1943) e Gustavo Barroso (1943, 1944, 1953) em artigos selecionados por relação com o tema desta pesquisa expresso nos relatórios de gestão e publicações administrativas.

No subcapítulo 3.1 “Coroa, Cetro, Caxambu e Maria Cambinda nas fichas de catalogação”, analisamos a composição das fichas e o conteúdo informacional produzido no período de 1928 até 2024, que foram relacionados com as indicações de Ferrez (1987, 1994), Ferrez e Bianchini (1987), Maroevic (1997), Ceravolo e Tálamo (2007), CIDOC (2014), Padilha (2014), Brulon (2016), Sá (2019), Mendonça (2020), em diálogo com enquadramento narrativo considerando a presença/ausência de aspectos culturais e religiosos. São raras as publicações que tratam da sistematização informacional digital em museus, bem como uma historiografia por instituição. Observou-se que os registros sobre as fichas na maioria das vezes encontram-se na memória dos servidores⁴⁷.

No subcapítulo 3.2 “A Salvaguarda do Patrimônio Imaterial: integrando as fontes aos dossiês”, indica-se como os documentos expostos no primeiro capítulo, que tratam da proibição e da reparação histórica, integram um conjunto de documentos sobre o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e colaboram para a produção do conhecimento sobre a temática e respondem aos desafios para o papel das instituições museológicas, também de reparação histórica, tendo a Documentação em Museus à atribuição de preservação informacional. A partir desses textos, observa-se a musealidade, conforme definida por Ivo

⁴⁷ Tive a oportunidade de conversar em 6 junho de 2025 com Maria de Jesus Cota (funcionária do MHN 1985-2015) e Juarez Fonseca Menezes Guerra (funcionário do MHN desde a década de 80 até os dias atuais).

Maroevic (1997), do objeto enquanto documento de uma realidade para a submissão destes à musealização, definida enquanto processo informacional por Maria Lucia de Niemeier Matheus Loureiro (2014). Pela caracterização, enquanto Patrimônio Imaterial e os enlaces com reafirmação de identidade, recorremos a Elizabete de Castro Mendonça (2020) pela dimensão no processo de musealização e a potência de um objeto que integra uma referência cultural como cita: “visando atribuir ao objeto função de documento, desvelar seus sentidos, contribuir para a potencialidade informacional sobre a referência cultural e contribuir também para a manutenção da integridade material” (Mendonça, 2020, p. 194).

Conseqüentemente, observa-se as nuances inseridas nos processos de musealização examinadas e debatidas por Bruno Brulon Soares (2016), Júlia Nolasco de Moraes (2020), Marília Xavier Cury (2020). Considera-se também a salvaguarda de Patrimônio Imaterial em museus por Elizabete de Castro Mendonça (2020) pelas reivindicações da Irmandade de Ouro Preto e o Reinado de Nossa Senhora e Santa Efigênia, considerando as percepções sobre a vida dos objetos no MHN em diálogo com as publicações de Magalhães e Palazzi (2019) e Magalhães (2022).

Na esteira das contribuições sobre museus, cultura material e museologia, selecionamos Francisco Régis Lopes Ramos (2004), José Neves Bittencourt (2000-2001; 2008), José Reginaldo Santos Gonçalves (2005), Raul Lody (2005), Tereza Scheiner (2015) e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1983; 1998); escritas que instigam a reflexão sobre cultura material. Nessas leituras, observam-se também a instância simbólica, religiosa dos objetos elencados, e a presença destes em um museu de história, reiterando a interdependência entre materialidade e imaterialidade (Lima, 2017). Há em Nila Rodrigues Barbosa (2018) pela discussão sobre a presença do negro no museu com debate sobre etnicidade em museus de história, para pensar a representação de minorias em museus. E, para além disso, textos que apoiam a interpretação da cultura material em outras vertentes, como os de Alfred Gell (2001) e Clifford Geertz (2018).

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia permeia toda a dissertação, e na tentativa de aprender sobre ele, realizei a leitura de *Rastros de África no Brasil: Práticas Educativas no Reinado de Nossa Senhora do Rosário*, Vânia Noronha (2017), e *A Peregrinação das Coisas: Trajetórias de imagens de santos, ex-votos e outros objetos de devoção* de Lilian Alves Gomes (2024), ambas tratam de como a fé permeia as relações instituídas entre o humano e o divino. A tese do Padre Mauro (2021) e as dissertações de Hugo Xavier Guarilha (2015) e Amanda Melissa dos Santos (2019) e o documentário de Vinicius Terror (2021) auxiliam no entendimento da manifestação e a relação com a cultura material em Ouro Preto. Houve também o acompanhamento das atividades dos grupos de congado de Ouro Preto, via Instagram, no canal Associação dos Amigos do Reinado (AMI-REI).

CAPÍTULO 1
A FÉ NÃO COSTUMA FALHAR:
DA SACRISTIA AO MUSEU

1 A FÉ NÃO COSTUMA FALHAR⁴⁸: DA SACRISTIA AO MUSEU

Pois o que move os museus no tempo e lhes assegura a existência está muito além da presença de acervos, da excelência técnica ou do interesse dos públicos: está na sua própria essência enquanto representação simbólica, e na sua intrínseca – e constante – capacidade de transformação (Scheiner, 2008).

Pensar sobre as circunstâncias para o percurso “da Sacristia ao Museu” dos objetos e observar a releitura⁴⁹ destes no MHN, confirmam as transformações operadas na instituição desde a inauguração em 1922, e ultimamente pelos debates oriundos do pensamento decolonial⁵⁰. Colocando em pauta, os processos de chegada de bens culturais em instituições nacionais e internacionais, assunto inerente a essa abertura de capítulo. Consequentemente, discute-se também sobre a presença⁵¹ de objetos, entendidos enquanto sagrados e o distanciamento destes do seu lugar de origem.

Há quase um século quatro bens musealizados: Coroa de Congada, Cetro de Congada, Instrumento de Percussão - caxambu (atabaque) e Escultura (máscara) - Maria Cambinda (Figura 3), expressão da cultura material da manifestação religiosa e cultural, reconhecida como Patrimônio Cultural nas três esferas governamentais, estão em exposição no MHN.

Estes que são atores da contextualização que podemos observar no vídeo “A Fé que Canta e Dança” no depoimento de Kedison Guimarães: “A Festa de Congo chega no Brasil [...] uma festa em louvação aos santos negros, em louvação ao Reinado que tinha em África, no continente africano então é de origem Banto, eles vêm com essa tradição com esse conhecimento” (Terror, 2021, 0min57s-1min17s).

⁴⁸ Inspirada pela poesia cantada de Gilberto Gil (1942-) “Andar com fé” do ano de 1982. Os versos “Que a fé não costuma faiá” e “a fé vai aonde quer eu que vá” me conduziram na observação desses objetos mediadores da vivência da fé religiosa.

⁴⁹ No Volume 55 dos Anais do MHN, publicado como de praxe com textos oriundos de chamada pública, nota-se a diretriz: “Uma dessas preocupações é a releitura de acervos, tendo por norte a noção que os acervos museológicos são polifônicos e que sua riqueza documental reside justamente nessa possibilidade de reinterpretá-los a partir de novas perguntas e de novos olhares” (Magalhães; Rangel; Bezerra, 2024) Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/65>. Acesso em: 30 set. 2025. As práticas incluem: interferência no circuito expositivo, ações do educativo como o Bonde da História e publicações do MHN.

⁵⁰ “A decolonização não é uma postura; nenhuma instituição pode ser decolonial enquanto a sociedade não for decolonizada, e não existe museu fora do mundo social que o criou” (Vergés, 2023, p. 41). A decolonização em museus é uma ação crítica que alcançou a própria definição do termo museu no século XXI. Sobre essa jornada vide Brulon (2021).

⁵¹ Repatriação, retorno e restituição são termos distintos dependendo da transação para aquisição, segundo aponta Anauene Soares (2023). Temática inserida na Programação anual de 2025/2026 do ICOM Brasil. Disponível em: <https://www.icom.org.br/assembleia-geral-do-icom-brasil-2025/>. Acesso em: 17 set. 2025. E panorama das discussões, disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/revisitando-e-expondo-o-passado/>. Acesso em: 17 set. 2025.

Figura 3 – Objetos museológicos do Reinado



Fonte: MHN - Acervo Museológico. Produzida pela autora (2025) a partir da busca pelo termo de indexação: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Ao longo dos anos, a biografia cultural desses objetos, versadas em publicações e documentos, demonstram que estes receberam tratamento quase que individualizado. Foram publicizados em fontes diversas, internas e externas ao museu, configurando, ainda que sem intenção, uma rede de conhecimento sobre o Reinado.

Primeiramente, proponho compreender as circunstâncias que favoreceram a movimentação de objetos oriundos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (INSROP)⁵² pertencentes ao Reinado de Ouro Preto (Anexo A), Minas Gerais, que se encontravam na sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Anexo B) e foram doados para o MHN, na primeira década de criação deste.

O trânsito dos objetos e a entrada destes na instituição, ocorrências carentes de fundamentação documental, e não exclusivas destes objetos, suscitaram hipóteses sobre a produção e a existência de documentos, produzidos no MHN e fora deste, não localizados ou descartados, em virtude das leituras iniciais para conformação do projeto de pesquisa.

Por ora, o contexto que a pesquisa encontrou sugere que o trâmite de doação, facultou a preservação destes objetos, visto a pregação da religião católica⁵³, principalmente com ações regionais, determinando um padrão de prática e efetuando a perseguição

⁵² Saiba mais em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/atrativo-item/2708>. Acesso em: 18 set. 2025.

⁵³ Consta em periódico dominical de Ouro Preto, datado de 19 de março de 1911, a realização de uma conferência em 20 de março de 1911, de título "O Catholicismo é a única religião divina" <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=767115&pagfis=1>.

ao Reinado, confirmada em documento datado de 1923, divulgado em matéria publicada⁵⁴, estabelecido como o marco da proibição, que quase concorre à criação do museu.

A ausência de procedimentos/documentos inviabiliza a narração da trajetória destes da sacristia ao museu, há possibilidades parciais de contextualização. Tampouco há biografia de quase um século destes enquanto museália⁵⁵, ou dito de forma mais clara, objeto de museu pelos mesmos motivos. Demonstrando o quando é urgente para a gestão em museus que o Programa de Acervo considere o diagnóstico da documentação para a implementação de processos que garantam o acesso à informação.

Faço este preâmbulo sobre as circunstâncias por entender que o dossiê⁵⁶ de cada objeto pode abarcar documentos que expliquem o cenário para aquisição, neste caso com foco em Ouro Preto, quando alterações nas práticas religiosas foram impostas no começo do século XX. Desconsiderar esse arranjo é uma das formas de desconectar a coisa, o objeto, do seu lugar, desbotando a biografia cultural do objeto e perdendo a oportunidade de incrementar de fatos esse conjunto de objetos.

Questão tratada na abordagem museológica no contexto da Musealização, quando da seleção e retirada do objeto de seu contexto original, da relação com sua comunidade, para vivência no ambiente do museu, é interpretado como objeto de museu, sendo submetido à Documentação.

O saber sobre o objeto não se encerra na sua materialidade e a estruturação desse saber é estruturado pela documentação, entendida como: “conjunto de atividades voltadas ao tratamento da informação” (Almeida, 2016, p. 165), e organizado nas fichas de catalogação⁵⁷. A ordenação da informação sobre o objeto, considerando as características físicas, a história pregressa e sua trajetória no museu são conformadas nesse instrumento técnico. Um saber descrito de forma poética por Arnaldo Antunes⁵⁸, na poesia “As Coisas” que familiariza para o leitor, ao menos em parte, os itens descritos em ficha de catalogação.

⁵⁴Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cv8oL1xtpv9/> e <https://regiaorensa.arquidiocesebh.org.br/noticias/dom-nivaldo-dialoga-com-reinados-e-apresenta-documento-de-reparacao-historica/>. Acesso em: 23 set. 2025.

⁵⁵ “O objeto de museu (museália) é uma ‘soma de significados’ e a Museologia tem a ver com a pesquisa, o descobrimento e a leitura da musealidade (ou significação) **escondida** em, ou em conexão com os objetos”. (Maroevic, 1997, tradução de Tereza Scheiner, grifo nosso).

⁵⁶ Envelope contendo documentos relacionados ao objeto: fichas de catalogação, recortes de jornais e revistas, legendas dos objetos, textos produzidos para exposição. Segundo Espécie/Formato Documental: Unidade documental que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa com uma finalidade específica. Tipo Documental: Dossiê de Peça. Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2021/04/2021.04-Glossario.pdf>. Acesso em: 24 out. 2025.

⁵⁷ “[...] processo de identificação, com pormenores descritivos, de cada objeto do acervo e a atribuição de um número de identificação único” (Ladkin, 2015, p. 21).

⁵⁸ “As coisas” poesia de Arnaldo Antunes, Disponível em: <https://www.letras.mus.br/arnaldo-antunes/91403/>. Acesso em: 24 set. 2025.

Analisá-las enquanto um conhecimento estruturado e fonte de pesquisa, a partir das presenças e ausências documentais/informacionais, salienta para as possibilidades de qualificação da informação e, conseqüentemente, a geração de conhecimento também sobre a instituição a partir desses documentos.

As perguntas a partir do objeto são formuladas considerando os interesses da instituição e de quem o documenta, e em consonância com os temas em voga. Sobre o processo de documentação, a autora Helena Dodd Ferrez (1991) definiu que os objetos são plenos de: “[...] informações intrínsecas são deduzidas do próprio objeto, através da análise das suas qualidades físicas. As informações extrínsecas, denominadas por Mensch de informações documental e contextual, são aquelas obtidas de outras fontes que não o objeto [...]” (Ferrez, 1991, p. 2). E assim, como as informações intrínsecas e extrínsecas também estão sujeitas para o seu revelar à continuidade de pesquisa, o aqui se propõe e foi produzido por Magalhães *et al* (2022).

Ressalto que as investigações da pesquisa consideram os apontamentos de Ulpiano Bezerra de Meneses (1998) e José Reginaldo Gonçalves (2005a), por avaliar que as ações em museus não são meramente técnicas, carregam intenções e mobilizações. Assim, as “relíquias, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e são as necessidades do presente que eles respondem” (Meneses, 1998, p. 94).

Se outrora foram: “reclassificados para servir de indicadores dos estágios de evolução pelos quais supostamente passaria a humanidade” (Gonçalves, 2005a, p. 6), que reconhecemos a aplicação dessa afirmação nas primeiras fases dos Anais em: Vianna (1947) e Carvalho (1948); por ora revelam-se como potentes instrumentos de diálogo sobre a manifestação em si e sobre aspectos discutidos em sociedade como a intolerância religiosa e o racismo.

Essas “coisas” servem de suporte para as discussões sobre a nossa historicidade (Ramos, 2004), ou seja, há processos comunicacionais possíveis, de uma outra ordem, sem a intenção de produzir nacionalismos (Brulon, 2023), como explicitado por Dominique Poulot (2013): “se a história no presente pretende apreender, com cada objeto, o conjunto das memórias que o constituem e contribuem para a sua significação, isso ocorre em nome de uma história da memória coletiva — de uma história crítica dirigida contra a história-memória nacional” (Poulot, 2013, p. 81).

Em consonância com os debates atuais, me interesse em observar como as ocorrências do presente, como por exemplo, reconhecimento enquanto Patrimônio Imaterial, foram absorvidas pelo MHN para difusão dos objetos e do Reinado.

Toca ao primeiro capítulo, subdividido em três, e iniciando o primeiro subcapítulo: apurar as determinações do Estado, no que tange à religião, considerando o ciclo iniciado com a Constituição de 1824. Em sequência, os documentos emitidos pela Igreja Católica, possível resposta ao Estado pela liberação de práticas religiosas não católicas e não restritas ao ambiente fechado.

Com isso, a pesquisa investigou a possibilidade de documentos anteriores ao ano 1923, chegamos a quem sabe o marco inicial declarado de proibição do Reinado em 1903. Ou seja, duas décadas pregressas, excluindo os objetos da função original por quase três décadas, do primeiro documento em 1903 ao ano de doação em 1928.

É a partir deste conjunto de documentos, os primeiros do que hoje denominamos de intolerância religiosa, que interpretamos os objetos, “indícios culturais do tempo” (Baudrillard, 2015, p. 82), da manifestação que ocorre em Ouro Preto desde meados do século XVIII (Guarilha, 2015), que retidos na sacristia da referida igreja, vítimas da intolerância religiosa e, conseqüentemente, passíveis de doação.

Segue-se com o objetivo de compreender o cenário e no subcapítulo seguinte, compreender através de artigos publicados em jornais, datados de 10 anos antes da criação do Museu Histórico Nacional, como este foi idealizado. São notórias as inspirações advindas do cenário internacional dos museus europeus do século XIX, “símbolo de uma nação ou uma coletividade” (Poulot, 2013, p. 63) e as mobilizações nacionais para criação de um museu no Rio de Janeiro, capital federal à época.

As circunstâncias em que se encontravam as “reliquias”⁵⁹ nacionais fundamentam a necessidade de culto ao passado (Magalhães, 2006), facultando ao museu um papel didático, possível por meio de objetos selecionados para ensinarem a história do Brasil.

E para fechar o primeiro capítulo e dar encadeamento para o segundo, apresento como os quatro objetos foram publicizados nas primeiras décadas do museu. Sugerindo a hipótese de que o processo de documentação dos quatro objetos foi realizado, já que estes configuram em publicações externas, logo após a entrada no museu, e interna, em publicações dos Anais do Museu Histórico Nacional⁶⁰.

O uso de publicações para divulgar o acervo, consta no artigo primeiro do decreto de criação, e particularmente no artigo 12, item 26, explicitado Anaes do Museu Histórico

⁵⁹Substantivo feminino, de amplo uso, aparece no singular “reliquia” - com 362 ocorrências (<https://app.docvirt.com/MHN/pageid/9418/search/rel%C3%ADquia>) e no plural “reliquias” - 930 ocorrências (<https://app.docvirt.com/MHN/pageid/9333/search/rel%C3%ADquias>) nos registros escritos do MHN, em títulos e textos, pelos diversos profissionais que passaram pelo MHN. De uso constante por Gustavo Barroso para se referir aos objetos, não se restringindo à objetos religiosos ou históricos.

⁶⁰ No volume 27 de 1995, ano da retomada da publicação, consta da página 149-157 levantamento dos autores/artigos da primeira fase, o que facilita a busca de artigos em diálogo com a pesquisa. Disponível em: https://app.docvirt.com/Anais_MHN/pageid/6780. Acesso em: 3 out. 2025.

Nacional, a publicação é inaugurada nos anos 40, e os objetos aqui estudados constam nas publicações impressas no final da década de 1950.

Art. 1º O Museu Historico Nacional, dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, terá por fim recôlher, classificar e expor ao publico objectos de importancia historica, principalmente os que forem relativos ao Brasil, e concorrer por meio de cursos, conferencias, commemorações e **publicações** para o conhecimento da historia patria e o culto das nossas tradições (Brasil, 1922, grifo nosso).

Reitero que o primeiro capítulo pretende demonstrar que o panorama político, religioso e cultural esclarece o contexto em que estavam inseridos os objetos em Ouro Preto, e posteriormente, no MHN. A ideia de criação de um museu de história na capital federal, não era desejo exclusivo de Gustavo Barroso, reiterando a sua força política e consequentemente, sua ascendência em outras capitais. E por fim, a atitude de comunicar e historicizar a presença dos objetos no museu, inaugurando a possibilidade de rede de conhecimentos sobre os objetos e o que está relacionado a eles.

1.1 *Do silêncio ao toque do tambor*

225. Ficam proibidas quaesquer festividades que, sob o pretexto de devoção, **se celebram com orgias ou dansas**, v. g. os **congados**, charolas, etc., como também prohibimos **o abuso de senhoras conduzirem andores em procissões ou terços**⁶¹ (Pimenta, 1904, p. 66, grifo nosso).

É proibido, na Igreja, o uso do piano bem como o de instrumentos fragorosos, **o tambor**, o bombo, os pratos, as campainhas e semelhantes⁶² (Motu proprio, VI, 1903, grifo nosso).

[...] é pensamento e desejo da auctoridade Diocesana que desapareça **o reinado**; e que os fiéis sejam bens instruídos sobre a vantagem da utilíssima devoção do rosário⁶³ (Belo Horizonte, 1923, n. p., grifo nosso).

As três citações que abrem este subcapítulo constam em documentos emitidos pela Igreja Católica nas duas primeiras décadas do século XX. A última citação foi retomada recentemente para ilustrar matérias jornalísticas, como documento que comprova a data para a proibição da manifestação religiosa e cultural pela Diocese de Belo Horizonte. No entanto, as citações anteriores confirmam que o segundo semestre de 1903 foi marcado

⁶¹ Título III, Capítulo XXII, "Das Cerimônias", o Primeiro Synodo da Diocese de Mariana (11/07/1903) 1904, p. 66 (Anexo C). Recebido por e-mail da Diocese de Mariana em: 25 jun. 2025.

⁶² Motu Proprio. (22/11/1903) Tra Le Sollicitude do Sumo Pontífice Pio X sobre a música sacra. VI. Órgão e Instrumentos. Nota número 19. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/motu_proprio/documents/hf_p-x_motu-proprio_19031122_sollicitudini.html. Acesso em: 20 jun. 2025

⁶³ Este aviso foi publicado no ano de 1921 pela recém-criada Diocese de Belo Horizonte, sendo conduzida pelo Bispo Diocesano Dom Antônio dos Santos Cabral.

por documentos expedidos tanto no âmbito nacional, em evento ocorrido em Mariana⁶⁴ (MG), e no âmbito internacional, na sede do Vaticano em Roma.

Nesse período a Igreja católica tem sua autonomia estabelecida e busca assegurar o status de religião oficial, que detinha desde a invasão dos portugueses no Brasil, e oficialmente, com o Estado Imperial. Essas citações encontram-se em documentos, a serem demonstrados adiante, enquanto instrumentos que coibiram a prática de forma direta nas primeiras décadas do século XX, e que podemos denominar de normatização da intolerância religiosa⁶⁵.

A Constituição Política do Império do Brasil, que antecedeu as imposições da Igreja Católica, informa do poder do Estado sobre a Igreja e o reconhecimento como única religião oficial do Brasil: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fóma alguma exterior do Templo” (Brasil, 1824). Neste período a prática do Congado já estava presente em Ouro Preto, como nos esclarece Santos (2019):

O Congado emerge no contexto da escravidão no Brasil, quando irmandades negras, associações leigas religiosas ligadas à Igreja Católica em devoção a Nossa Senhora do Rosário e a santos negros, são criadas. O movimento de irmandades negras consolidou-se como um espaço de afirmação social e cultural de africanos escravos, forros, libertos e livres; por utilizar-se de uma instituição de modelo europeu, para louvação, com reminiscências africanas, aos santos de devoção (Santos, 2019, p. 27).

Passados quase meio século, e em um Brasil recém-republicano, é emitido o Decreto Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que extingue o poder do Estado sobre a Igreja e possíveis intervenções (Brasil, 1890). A primeira constituição do Brasil República de 1891, ao destituir a soberania da Igreja Católica enquanto religião oficial do Estado, conforme consta na Seção II - Declaração de Direitos, declara que “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum” (Brasil, 1891) O Estado permite práticas religiosas distintas e permite o livre exercício, não estando restrito ao ambiente fechado.

⁶⁴Para saber sobre a importância de Mariana nesse contexto. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/9-verbetes-iniciados-em-b/1344-bispado-de-mariana>. Acesso em: 21 jan. 2026.

⁶⁵ Faço a ressalva que o termo intolerância e o antônimo - tolerância, vêm sendo substituídos na oralidade pelo termo respeito religioso. Os representantes de matriz africana justificam que os termos iniciais os mantêm na posição de subalterno. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AmK7zA6i-zg>. Acesso em: 5 abr. 2025. Foi decretado 21 de Janeiro como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/2017/01-janeiro/21-de-janeiro-dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa.

Diante desse novo cenário de perda de exclusividade, a Igreja Católica expressa em documentos oficiais as condutas definidas para os fiéis. Conforme ilustra a primeira citação, fruto do Primeiro Synodo⁶⁶ da Diocese de Mariana (Anexo C), criada no século XVIII⁶⁷, que abrangia Ouro Preto, foi celebrado pelo Bispo D. Silverio Gomes Pimenta, quando se estabeleceu o primeiro código jurídico-eclesiástico (Rocha, 2019). A publicação impressa em 1904, condena de forma explícita o congado.

A mais alta hierarquia da Igreja Católica publica, meses depois, a segunda citação sobre a música sacra, proibindo o que denominou de instrumentos fragorosos (Anexo D). A proibição abrange os instrumentos de percussão, dentre eles, o tambor. A relação estabelecida pelos praticantes do Reinado com o tambor ultrapassa a percepção deste enquanto instrumento musical (Palazzi *et al*, 2022).

Em 1911, é publicado o resultado da “Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Provincias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S.Paulo e Porto Alegre” (Anexo E). Ocorrida de 25 de setembro a 10 de outubro de 1910, reproduzindo o ordenamento para música sacra do Vaticano e endereçada ao clero e aos fiéis. Dentre as proibições destacamos: a proibição de cantos na língua cotidiana (artigo primeiro), bandas dentro da Igreja (Artigo 6º), execução vocal ou instrumental de ópera ou música profana (Artigo 6º), bandas no interior da igreja (Artigo 9º) e reitera-se a proibição de instrumentos de percussão, incluindo o tambor (Artigo 10º).

Deste mesmo ano, localizou-se o número 1 do periódico dominical, denominado “Ouro Preto”⁶⁸, datado de 19 de maio de 1911, com a primeira página dedicada ao catolicismo para uma programação prevista de 16 dias a partir de 24/06/1911. Demonstrando uma reorganização da Igreja Católica após o Primeiro Synodo, utilizando a imprensa como instrumento para convocação da população.

A terceira citação foi publicada pela Diocese de Belo Horizonte em 1923, que existia há pouco mais de dois anos. Nomeada de Aviso número 5 (Anexo F), alerta para o mando

⁶⁶ Reunião de bispos convocada pelo Papa em exercício. “[...] sínodo significa todo empenho para se fazer juntos um mesmo caminho; um *caminho com* outros. [...] é um recurso que a Igreja utiliza, desde os primeiros séculos da era cristã, reunindo pessoas para juntas refletir e decidir caminhos comuns sobre sua vida e missão, sobre questões de doutrina ou de disciplina eclesiástica” (Angotti, 2024).

⁶⁷ Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/9-verbetes-iniciados-em-b/1344-bispado-de-mariana#:~:text=O%201%C2%BA%20bispo%20nome-ado%20foi,atividades%20entre%201748%20e%201764>. Acesso em: 21 jan. 2025.

⁶⁸ Neste cita-se que não havia jornal de circulação na cidade, um indício do desprestígio iniciado com a perda do posto de capital de Minas Gerais ao final do século XIX. Página com a programação da Igreja Católica, citada no texto. Vale conferir o exemplar e perceber que o intuito desta publicação foi a divulgação da programação em primeira página. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=767115&pagfis=1>. Acesso: 03 out. 2025.

do Bispo Diocesano do desejo de desaparecimento do Reinado, o que de fato se concretizou, como relatou Amanda Melissa dos Santos (2019), apesar de reconhecermos uma possível resistência da manifestação nos primeiros anos do século XX com base nos documentos emitidos em 1903 e 1923.

[...] a cidade de Ouro Preto apresenta um histórico de irmandades negras, das quais ergueram seus templos e elegeram reis e rainhas. Pelo mito de Chico Rei, Ouro Preto se torna o local de origem do Congado. No entanto, houve um processo de desaparecimento das guardas de Congado em Ouro Preto no início do século XX (Santos, 2019, p. 43).

O que constatou Santos (2019) foi resultado das ordens emitidas pela Igreja Católica, e a partir da escrita de Vânia Noronha (2023) em publicação, cujo enfoque é a Intolerância Religiosa, identifiquei diálogo entre os documentos aqui apresentados e a pesquisa de Noronha (2023). A prática do racismo religioso é percebida nas três citações, quando: Congado e Reinado (existência), o abuso de senhoras conduzirem andores em procissões ou terços /tambor (sobre as práticas):

O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência (Nogueira, 2020, p. 89 *apud* Noronha, 2023, p. 299).

Documentos merecedores de integrarem os dossiês dos objetos, e quem sabe o percurso expositivo, por esclarecerem os mandos da Igreja Católica para coibição da manifestação, cujo intuito foi cessar o Reinado de Nossa Senhora do Rosário. O embranquecimento da Irmandade negra no começo do século XX, como nos relata Palazzi *et al* (2022), também foi uma medida no sentido de coibir a prática, sendo uma das ações a exclusão dos objetos dos atos religiosos informado em carta por Neves (1928 *apud* Barroso, 1944). A historiadora também apontou um vácuo documental no período de 1898 até 1930/1940, o que nos impossibilita compreender as diretrizes da Irmandade nesse período.

O interesse nas construções históricas de Ouro Preto estava na mira dos mesmos responsáveis pela Exposição do Centenário conforme notas⁶⁹ da Revista Ilustração Brasileira dos meses de abril e maio do ano de 1922. Durante as preparações da Comemoração do Centenário da Independência, a Comissão Executiva do Centenário expressa interesse sobre conservação de prédios históricos relacionados à Inconfidência Mineira.

⁶⁹ Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107468&id=1349002774884&pagfis=5523> e <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107468&id=1349002774884&pagfis=5617> Acesso em: 18 out. 2025.

Sobre uma ação efetiva em prol do Patrimônio, particularmente sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizamos no artigo “A Defesa do Nosso Passado”⁷⁰ de Barroso (1943), este descreve que a preocupação com o Patrimônio Nacional nasce em Minas Gerais, no ano de 1928, com ações efetivas em prol da preservação de construções históricas que sofriam com a ação do tempo, apresentando um diagnóstico da visita à Ouro Preto no ano de 1926, quando teve a seguinte percepção: “[...] fiz enternecida visita de três dias a fio a **abandonada** cidade de Ouro Prêto” e completa “[...] ser necessário e urgente trabalhar por aquele patrimônio que se **esfacelava**” (Barroso, 1943, p. 580, grifo nosso).

É também neste artigo que localizamos a informação da visita de Barroso no ano de 1928, sendo possível que nesta viagem o diretor do MHN tenha tido contato com os objetos, mesmo ano do trâmite de doação dos objetos: “Em princípios de 1928, porém, fiz nova excursão a Mariana e Ouro Prêto. Encontrei as duas cidades ainda mais **arruinadas** do que no ano anterior. **O teto da Igreja do Rosário, em Ouro Prêto, afundara e ameaçava vir abaixo**” (Barroso, 1943, p. 582, grifo nosso).

O diagnóstico de Barroso tinha por objetivo alertar para a urgente restauração para proteção das construções em risco da cidade que foram procedidas nos anos de 1928/1929. O artigo do Jornal Correio da Manhã⁷¹, demonstra o êxito para a execução das reformas necessárias, com o apoio do Governo de Minas. Observamos que a atuação de Barroso correspondia a inspeção: “[...] ficando eu oficiosamente encarregado de fiscalizar os serviços que indicasse como mais necessários” (Barroso, 1943, p. 583).

No mesmo artigo há o registro de ações que completam a intenção de proteção do patrimônio, como o impedimento de saída de bens culturais do estado. E a ideia de criação de um museu, com protagonismo da documentação, sobre a arquitetura e o mobiliário das construções históricas da cidade também constam no mesmo artigo.

Após o advento da República e até os anos de 1930, as ações realizadas pelo estado em prol do Patrimônio eram pontuais, com foco em alguns estados, não configurando uma política cultural (Rubim, 2007). Cabe a reafirmação que na época de doação dos objetos para o MHN, as questões relacionadas ao Patrimônio não tinham uma diretriz estatal, cenário modificado também com a atuação de Barroso.

No âmbito das providências do Estado, em prol da Cultura e, conseqüentemente, do Patrimônio, há mudanças significativas com a criação de órgãos reguladores da cultura, incluindo: O Ministério da Educação e Saúde em 1930, denominação que aparece nas

⁷⁰ Barroso (v.4, 1943, p. 579-585). Disponível em: https://app.docvirt.com/Anais_MHN/pageid/1784. Acesso em: 4 out. 2025. Obs.: Há ausência da página 581, um erro de digitalização comunicado ao museu em 4 out. 2025. Faço a ressalva que esse texto foi escrito a partir do ano de 1946. Há uma citação sobre o Presidente Antônio Carlos (1870-1946) como não mais presente entre os vivos.

⁷¹ Disponível em: https://app.docvirt.com/Anais_MHN/pageid/1817. Acesso em: 11 nov. 2025.

fichas de catalogação do MHN, permitindo uma suposição de datação do documento. No ano de 1931, é fundado o Instituto Histórico de Ouro Preto (IHOP)⁷² e, em 1933, a cidade é declarada Monumento Nacional. A Inspetoria dos Monumentos Nacionais (IMN)⁷³ 1934 - 1937, existiu como um departamento do MHN. Um plano de obras foi concebido e apresentado ao congresso no ano de 1935, com início no mesmo ano (Barroso, 1944, p. 19 a p. 43). Posteriormente substituído pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁷⁴ em 1937, órgão não submetido ao MHN.

Em meados da década de 30 foram criados órgãos para o controle da produção cultural no Brasil. Antônio Albino Canelas Rubim (2007) define a década: “exuberância e criatividade deste marco inicial das políticas culturais no Brasil” (Rubim, 2007, p. 104), acompanhadas de práticas ditatoriais, como cita o mesmo autor, fato que acompanhará as políticas culturais ainda no século XXI.

No começo do século XX, o entendimento de Patrimônio como Histórico e Artístico estava configurado dentro do que Maria Cecília Londres Fonseca denominou de “Pedra e Cal”: “[...] conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos ou em narrativas dos historiadores” (Fonseca, 2009, p. 59). Esse direcionamento aparece versado nos documentos iniciais do MHN, do IMN e do SPHAN, provavelmente inspirado na Carta de Atenas⁷⁵. Um dos tópicos do documento apresenta a vida na cidade como processo contínuo, e defende um culto ao passado.

Na década de 1940 manteve-se o direcionamento no SPHAN: “[...] preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental” (Rubim, 2007, p. 104). O órgão não estava submetido ao MHN, ambos eram alinhados pela política estatal. Consta na primeira fase dos Anais do MHN, a ideia de criação do Museu Ergológico Brasileiro⁷⁶, como forma de separar o histórico e o folclórico, na promoção do nacionalismo e sedimentação do estereótipo⁷⁷ dos africanos escravizados.

⁷² Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/atrativo-item/1384>.

⁷³ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>. Acesso em: 6 out. 2025. Regulamento da Inspetoria dos Monumentos Nacionais. (v. 5, 1944, p. 127-p. 129) Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/11116/search/regulamento>. Acesso em: 6 out. 2025.

⁷⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

⁷⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. (1933, ver p. 25-27 sobre o Patrimônio Histórico das Cidades). Acesso em: 6 out. 2025.

⁷⁶ Disponível em: https://app.docvirt.com/Anais_MHN/pageid/1129/search/ergol%C3%B3gico. Acesso em: 22 jan. 2026.

⁷⁷ A política de imigração do governo Vargas (1930-1945) é definida por Maria Luiza Tucci Carneiro (2007) como: “[...] uma política restritiva e racista” (Carneiro, 2007), priorizando europeus e discriminando negros, judeus e asiáticos chineses. Disponível em: <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>. Acesso em: 6 out. 2025.

Diante desse cenário e das perseguições instauradas até 1946⁷⁸ às religiões praticadas por descendentes de África, tem-se em Ouro Preto a supressão do Reinado, primeiramente, pelos mandos da Igreja Católica, como demonstrado e posteriormente, pela discriminação e ausência de apoio do Poder Público.

Em meados do século XX o Reinado deixou de acontecer em Ouro Preto. Em parte isso se deve pela pouca valorização da cultura tradicional afro-descendente, em parte pela pouca valorização dos grupos sociais que sustentam o Congado, e em grande parte pela adoção em massa de referências externas em detrimento da cultura local, o que acarreta nas gerações mais jovens diminuição de autoestima e abandono de relações de identidade (Amirei, 2019, p. 28).

As décadas de 50 e 60 foram marcadas por movimentos em prol da Cultura Popular, interrompidos pelo golpe de 1964, de reações autoritárias às expressões culturais. A Comissão Nacional do Folclore⁷⁹, criada no final da década de 1940, realizou a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em 1958, que coincide em data com o artigo dos anais de Carvalho (1948), demonstrando um alinhamento no discurso das instituições, como hoje observamos no uso do discurso decolonial pelas instituições de cultura.

As décadas de 1970 e 1980 caracterizam-se pela participação política da sociedade nas esferas da cultura e do patrimônio, e nesse sentido Fonseca (2003) explica que as culturas indígenas e afro-brasileiras passaram a integrar os bens protegidos. É correspondente a esse período a primeira documentação produzida em comum dos objetos pesquisados, ainda que se apresentassem dissociados.

Não nos dedicamos a traçar o cenário das políticas culturais nessa pesquisa. Apenas continuamos demonstrando como na segunda metade do século XX, as ações e os documentos estatais produzidos, como a Constituição Federal de 1988, com o artigo⁸⁰ 215 da proteção à cultura afro-brasileira, configura-se como instrumento potencializador para as ocorrências seguintes. Cabe a ressalva que nesse período o financiamento é definido pelo mercado (Rubim, 2007), o que ocorre até os dias atuais, privilegiando a cultura de massa e perpetuando o processo de exclusão de grupos minoritários, refletindo no esvaziamento das práticas culturais em Ouro Preto (Guarilha, 2015; Santos, 2019).

⁷⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-lanca-acervo-nosso-sagrado-em-parceria-com-a-uniro-e-liderancas-religiosas>. Acesso em: 7 out. 2025.

⁷⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular/o-cnfcfp>. Acesso em: 22 jan. 2026.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/legislacao/art-215-216-art-68.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

As providências estatais e a mobilização da sociedade também dialogam com Cartas Patrimoniais⁸¹ e documentos patrimoniais⁸², instrumentos em prol da preservação do patrimônio. Destacamos os que tratam da temática de Patrimônio Imaterial. Começamos pela Declaração do México de 1985 que define que o Patrimônio Cultural abarca: “[...] as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida” Entendimento nomeado como imaterial, e presente na Constituição Federal de 1988, no artigo 216, com a denominação Patrimônio Cultural Brasileiro abarcando os bens de natureza material e imaterial. Na mesma década temos a Recomendação de Paris⁸³ de 1989, que inclui orientações para Salvaguarda e Difusão da Cultura Tradicional e Popular.

Quase dez anos depois um documento nacional é emitido sobre Patrimônio Imaterial⁸⁴, pelo IPHAN em 1997, a Carta de Fortaleza⁸⁵. E uma das motivações citada no próprio documento é a mobilização do poder público e dos grupos sociais para tal proteção. Esta mobilização buscou levantar informações para criação de instrumentos legais para proteção e ação perante o Patrimônio Imaterial, culminando no ato seguinte, de âmbito federal, a publicação do Decreto nº 3.551 de 2000, que estabeleceu o Livro de Registro para os bens de natureza imaterial, que também pode ser solicitado pela sociedade civil e a criação de um Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Em 2003 há uma segunda Recomendação de Paris⁸⁶, onde expressa-se o reconhecimento: “[...] a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural” (IPHAN, 2003, p. 1) e o quanto o patrimônio imaterial é um instrumento de mediação e entendimento da sociedade sobre a sua história.

Em 27 de dezembro de 2007 foi instituída a Lei n.º 11.635, para demarcar em 21 de janeiro, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, sendo mais um instrumento para orientar a sociedade e minimizar conflitos. Dados recentes apontam crescimento de

⁸¹ “[...] documentos elaborados por especialistas que objetivam orientar e uniformizar as práticas em torno da proteção aos bens culturais” (Granato; Ribeiro; Araújo, 2018, p. 202). As cartas podem ser emitidas pelo IPHAN ou pela UNESCO.

⁸² Estes se dividem em: Preâmbulos, Convenções, Recomendações e Declarações e são emitidos pela UNESCO (Granato; Ribeiro; Araújo, 2018).

⁸³ A partir da Conferência Geral da UNESCO, reunida em Paris, entre 17 de Outubro e 16 de Novembro de 1989, em sua vigésima quinta reunião, adota essa Recomendação em 15 de novembro de 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em: 8 out. 2025.

⁸⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Patrimônio Imaterial verbete, cartas patrimoniais e instrumentos de salvaguarda. Acesso em: 8 out. 2025.

⁸⁵ Em celebração aos 60 anos de criação do IPHAN ocorreu em Fortaleza, de 10 a 14 de novembro de 1997, o seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas e Proteção”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

⁸⁶ A partir da Conferência Geral da UNESCO, reunida em Paris, em 3 de Novembro de 2003, em sua trigésima segunda reunião, adota essa Recomendação na mesma data. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

80% nos ataques (Cardoso, 2025), com predominância sobre as religiões de matriz africana. É na mobilização para o respeito às manifestações religiosas, que o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, na comunidade do Alto da Cruz, em Ouro Preto, encontrou espaço para a sua retomada⁸⁷ em 2009 (Guarilha, 2015) e alcançando em 2019 o reconhecimento, demandando pela comunidade, de Patrimônio Imaterial. Observou-se que a construção dos dossiês registro apoia-se nesse histórico de instrumentos apresentados, levando também a Igreja Católica a rever sua posição.

Assim, foi publicada a revogação do Aviso Número 5 (Anexo F), sob o título de “Reparação Histórica Prot. n. 039/2023” (Anexo G), e celebrada⁸⁸ pelos congadeiros. Dois meses depois, foi criada pelo Decreto 016/2023 a Capelania⁸⁹ dos Reinados Negros da Arquidiocese de Belo Horizonte (Anexo H) e designado para o cargo de capelão, por provisão 154/2023 (Anexo I), o Pe. Mauro Luiz da Silva⁹⁰. Encerrando um ciclo de mais de 100 anos de proibição por parte da Igreja Católica.

Este subcapítulo, se desenvolve como forma de sustentar que todas as ações decorridas, intra e extramuros, ao MHN integram a biografia dos objetos da pesquisa. São documentos que não podem ser apartados dos objetos, pela interferência positiva ou negativa, que provocaram no Reinado de Ouro Preto, acrescidos das produções de Guarilha (2015); Santos (2019) e Terror (2021). Os objetos desempenham duplamente o papel de documento, sobre a manifestação religiosa de Ouro Preto e de testemunhos da intolerância religiosa culminando no encaminhamento para o MHN. Até aqui, buscou-se compreender o entrelaçamento do cenário político, religioso e cultural com desdobramentos no Reinado que afetaram os objetos.

1.2 Museu Histórico: Do Brasileiro⁹¹ ao Nacional

As maiores relíquias da nossa tradição andam esparsas e ao abandono; umas as mais queridas estão no Archivo Nacional e no Museu da Quinta da Boa Vista, outras, as mais infelizes, como a espada de Solano Lopez, numa sala do colegio militar (Norte, 1912, capa).

⁸⁷ Sobre a retomada do Reinado, Guarilha (2015) dedicou o subcapítulo 3.1 (p. 103-109) Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy2_of_hugo_xavier_guarilha.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cv71q0QPwwu/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

⁸⁹ Disponível em: <https://www.confecap.com.br/images/stories/ebooks/ebook-confecap-o-que-eh-capelania-origem-significado-2022.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

⁹⁰ Cabe nota para informar da conexão do capelão no ambiente católico e no ambiente educacional, revelando sua atuação consciente em prol do respeito religioso. Disponível em: <https://arquidiocesebh.org.br/noticias/padre-mauro-luiz-da-silva-defende-tese-sobre-patrimonio-sacro-da-arquidiocese-de-bh-e-o-afro-patrimonio-da-capital-mineira/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

⁹¹ Título do terceiro artigo que trataremos neste segundo sub-capítulo (Dumans, 1942, p. 388)

A mim, como único elemento oficial então encarregado da guarda das relíquias da Pátria, caberia a ação junto aos poderes públicos (Barroso, 1943, p. 580).

Considerando que os objetos, dos quais estudo a documentação, foram recolhidos na primeira década de criação do MHN, busquei compreender como nasceu essa ideia de museu. A raiz dessa inspiração encontra-se no início do século XIX quando surgem no ocidente os museus nacionais para assim: “[...] se estabelecer aquele que seria o tesouro específico da nação, estético, histórico, e, mais tarde, folclórico” (Soares, 2023, p. 108).

O ato de recolha, integrante do processo de musealização⁹², para formação de um museu histórico (Dumans, 1942) estava no âmago de Gustavo Barroso, enquanto este almejava a criação do Museu Histórico Brasileiro. Em “A ideia de criação do Museu Histórico Nacional”, de Adolpho Dumans⁹³, constam três artigos publicados por Gustavo Barroso, reproduzidos na edição dos Anais do MHN no volume III, datado 1942⁹⁴.

O primeiro artigo “Museu Militar”, publicado no Jornal do Comércio data de 1911, foi assinado com o pseudônimo de João do Norte⁹⁵. Nesse, com o discurso para equiparação com as demais nações, o autor clama por um museu militar com objetos enquanto testemunho de vitórias do passado e que tratasse do desenvolvimento armamentista, e assim declarou: “O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, **mudos companheiros** dos nossos guerreiros e dos nossos heróis [...]” (Barroso, 1911, p. 384 *apud* Dumans, 1942, grifo nosso).

Para Barroso, esses objetos no contexto museológico, enquanto objeto de museu, eram entendidos como: “[...] objetos autênticos móveis que, como testemunhos irrefutáveis, revelam os desenvolvimentos da natureza ou da sociedade.” (Schreiner, 1985 *apud* Desvallées; Mairesse, 2013). Os objetos desta pesquisa não se enquadram nesta concepção do desenvolvimento/progresso, que motivaram a criação do museu. São dotados de aspectos que representam os habitantes do Brasil, discursos temáticos, no caso a escravidão, para compor a narrativa desejada pelo museu.

A primeira citação deste subcapítulo é publicada dois anos após a viagem de Gustavo Barroso a Paris (Sá, 2019, p. 570), sob o mesmo pseudônimo, em 12 de dezembro

⁹² Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro (2014): “um processo ou conjunto de processos integrado por uma série de práticas (coleta, identificação, pesquisa, documentação, conservação etc.)”. O conceito de musealização não se esgota aqui e será tratado nos capítulos seguintes. Somente para esclarecimento do termo.

⁹³ Informações sobre Adolpho Dumans em Sá e Siqueira (2007, p. 30).

⁹⁴ Consta em relatório do Museu essa data de lançamento da publicação oficial e prevista no decreto de criação do museu. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42747>. Acesso em: 15. jun. 2025.

⁹⁵ Abreu (1994, p. 206). A autora explica o uso do pseudônimo João do Norte por Gustavo Barroso. Disponível em: <https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/19%20Historia%20de%20uma%20cole%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

de 1912. Em “Culto da Saudade”⁹⁶ (Anexo J), confirmando a Cidade Luz como uma de suas fontes de inspiração para a criação de um museu de história, os quais: “se inscrevem comumente em uma perspectiva identitária para defender uma convicção, uma nação ou comunidades” (Poulot, 2013, p. 35). E para tal imposição, é necessário cercar-se de objetos que tenham a reputação desejada, seja pelo objeto em si ou por extensão, o doador.

No artigo, observam-se críticas às instituições nacionais pela situação em que se encontravam obras de arte e objetos relacionados à história do Brasil. O descaso e a falta de consciência do povo com as tradições do país também foram narrados. Mais uma vez o autor expressa o desejo de um museu que pudesse reunir objetos considerados “reliquias”⁹⁷.

Nesse mesmo artigo, relatou-se o abandono às construções históricas de Ouro Preto, a preocupação com a tradição, pela via da arquitetura, revelando o interesse do autor: “Ouro Preto, um ninho de tradições e glórias, derroca-se e esborôa-se dia a dia. Ninguém escora as suas ombreiras de pedra bruta nem as suas paredes desaprumadas” (Norte⁹⁸, 1912, capa). O autor ao mencionar um “velho hábito” em Paris, o compara a manifestação do “Rei do Congo”.

O terceiro artigo “Museu Histórico Brasileiro”⁹⁹ foi publicado na Revista Carioca Ilustração Brasileira em dezembro de 1920 (Dumans, 1942; Sá, 2019), com a afirmação que o Brasil é o único país sem museu histórico, o autor reforça a perda dos objetos do passado, e as valoriza ao indicar seu possível encaminhamento para leilões culminando na saída do país — visto que os estrangeiros reconhecem o seu valor. A narrativa de Barroso demonstra o quão este sabia o que recolher para um museu histórico e a localização de tais objetos, como vemos a seguir:

Não entrou em conta até agora o que se poderá recolher percorrendo o interior e apelando para a generosidade do particular. Poder-se-ão obter verdadeiros tesouros referente à vida antiga no campo ou na cidade, à arquitetura, à cerâmica, à marcenaria, aos costumes dos tempos idos (Barroso, p. 392, 1921 *apud* Dumans, 1942).

⁹⁶ Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=111988&pagfis=3377>. Acesso em: 1 jun. 2025.

⁹⁷ Gustavo Barroso assinou uma coluna na Revista Selecta no ano de 1930 denominada Relíquias Brasileiras onde apresentava os objetos do Museu. A coluna de 28/05/1930 integra essa pesquisa.

⁹⁸ Em Abreu (1994, p. 206). A autora explica o uso do pseudônimo João do Norte por Gustavo Barroso. Disponível em: <https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/19%20Historia%20de%20uma%20cole%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

⁹⁹ A primeira fonte de consulta foi o AMHN v. III de 1942, neste consta erroneamente que o artigo foi publicado em dezembro de 1921, no entanto na leitura de Sá (2019, p. 15) verificou-se que a publicação data de dezembro de 1920. Provavelmente a troca de datas se deu em função de Gustavo Barroso/João do Norte serem presença constante na publicação. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107468&pagfis=4302>. Acesso em: 17 out. 2025.

Os artigos publicados demonstram que Barroso conhecia a condição em que se encontrava o patrimônio nacional e os artefatos relacionados à história do Brasil, em comparação com o cenário internacional, como nos relata Ivan Coelho de Sá (2019), sobre as fontes de Barroso para delinear um Museu Histórico no Brasil.

As experiências de viagens à França, Estados Unidos e Canadá, associadas a uma literatura fundamentada em catálogos e guia de museus, bem como em textos pioneiros de teóricos da Preservação, e ainda as obras críticas de autores franceses relativas à estética clássica são as fontes que constituíram o corpus teórico que deve ter fundamentado Barroso ao lançar-se à abertura do MHN em 1922, bem como ao longo do processo de implantação deste museu no decorrer dos anos 1920 (Sá, p. 571, 2019).

Seis meses antes da criação do MHN, publicou-se na Revista Ilustração Brasileira (Anexo K), como programa oficial do Centenário da Independência, a criação de um museu temático da independência, incluindo a lista dos responsáveis para tal empreitada, repleta de nomes que já ocupavam cargos em instituições de memória e sem a citação do nome Gustavo Barroso. No entanto, o museu da independência não se concretizou, evidenciando a força política de Gustavo Barroso.

Os primeiros anos de criação do MHN, designado para instrução pública, foi marcado por verbas escassas, falta de pessoal para execução de tarefas, ausência de mobiliários e locais adequados para os objetos. Os impactos dessa sequência de falhas nos primeiros anos têm consequências atuais na documentação, em fichas de catalogação ausentes, produzidas/recolhidas para essa pesquisa.

Ao longo dos oito primeiros anos do museu, este ficou sob a alçada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores¹⁰⁰. A pouca atenção do governo até 1930, é narrada também por Dumans (1940; 1942). Cabe ressaltar que esse cenário pouco mudou ao longo dos anos, conforme observamos nos relatórios disponibilizados e lidos de 1922 até 1970.

O comprometimento do gestor, trajado de guardião oficial das relíquias da Pátria, como este se autodenomina em artigo da década de 1940, pode ser observado na recolha de objetos, tarefa empreendida com afinco, confirmada também com a leitura dos relatórios da instituição da década de 1920. Gustavo Barroso foi além do que constava em Decreto¹⁰¹ para o recebimento de objetos, que se encontravam em estabelecimentos oficiais, estes seriam testemunhos de um saber sobre a Pátria, para a formação da coleção do museu, conjuntamente com objetos de outra natureza, para o estabelecimento do elo com o tempo

¹⁰⁰ Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/521-ministerio-da-justica-e-negocios-interiores>. Acesso em: 8 jun. 2025.

¹⁰¹ O Decreto nº 15.596 de 2 de agosto de 1922, que cria o MHN e aprova seu regulamento. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/41295> e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d15596.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

no sentido retrospectivo, de culto ao passado e, conseqüentemente, da valorização da tradição.

Se enquanto Império, o Instituto Histórico Geográfico se encarregava de constituir o quimérico cenário nacional, conforme narra Manoel Luis Lima Salgado Guimarães (1988), a continuidade dessa narrativa se deu no âmbito do MHN, cabendo a este, a perpetuação e encenação da nação nos trópicos, herdeira do passado heroico conjugando memória e poder como descreveu Regina Abreu (1995).

Questões relacionadas à gestão do museu, como autorização para alteração no regulamento publicado em 1922, com a justificativa que a direção de um museu é distinta das repartições públicas, foi reiterada em sequência nos relatórios seguintes, o que confirma a pouca atenção dada ao museu pelo governo. A necessidade de verbas para o funcionamento adequado da instituição para organização, conservação e higienização dos objetos também integra a lista de pedidos ao governo sem o atendimento devido.

As dinâmicas para recolha e exibição de objetos observadas em relatórios, postas em prática durante a gestão de Gustavo Barroso, foram dignas de um plano de marketing de Philip Kotler¹⁰². Quando em dois anos de atuação, em 1924, publicou o Catálogo Geral¹⁰³ - 1ª Seção Archeologia e História com 2496 objetos, sendo a maioria oriunda de estabelecimentos oficiais, conforme visto em decreto.

Observou-se que os objetos foram apresentados conforme dispostos nas salas e separados por semelhança da seguinte forma: Sala das Bandeiras, Sala dos Canhões e assim por diante. “Até então, objetos similares eram reunidos sem que se observassem maiores liames históricos entre eles [...]” (Williams, 1997, p. 144). A sistematização temática também integrou o primeiro catálogo, os objetos de tortura utilizados em pessoas escravizadas integravam a “Sala da Abolição e o Exílio”, com 77 objetos relacionados à época da monarquia e república.

Com relação à organização da informação no primeiro catálogo de 1924, denota-se descritivo da peça, forma de aquisição e procedência, dados relevantes nessa época, conforme ressaltado em Ceravolo e Tálamo (2000). As possibilidades de aquisição, foram descritas: “[...] pode ser através de: coleta de campo, compra, permuta (troca), doação e legado” (Camargo-Moro, 1986, p. 17), oriundas de instituições, de particulares tratadas enquanto coleção ou não, com a ressalva que o termo “offerta”, aplicado por Barroso (1924, p. 32), deve ser lido como doação, confirmou-se que não havia nesta época uma padronização para a descrição do tipo de aquisição. A missão que definiu para si como um dever

¹⁰² Philip Kotler (1931-) autor imprescindível na minha primeira formação, assim como, estudar Gustavo Barroso (1888-1959) na museologia. A leitura dos relatórios do MHN conduziu para a reflexão do quão marketeira foi a atuação do primeiro gestor do MHN.

¹⁰³ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/24851>. Acesso em: 1 jun. 2025.

cívico, também influenciou a concepção e gestão de outras instituições como o Museu Imperial e o Museu da República.

Além da gestão do museu, Barroso via-se diante do desafio de preservar o Patrimônio Nacional, assim, as visitas à cidade de Ouro Preto, após assumir a direção do Museu, datam de 1926 e o retorno em 1928. Os relatos do abandono das construções históricas são narrados desde 1912, incluindo a descaracterização e demolição de construções. Como narrado anteriormente, o desabamento do telhado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto colocou os objetos da instituição, que se encontravam na sacristia, na mira de Gustavo Barroso, no intuito de preservá-los.

Nesse entendimento de guardião oficial das relíquias da Pátria, no ano de 1928, Barroso atuou também na área do Patrimônio, e declarou um afastamento do Museu em função de atribuições governamentais (v. 4, 1943, p. 582). Em negociação com o presidente de Minas, deu auxílio técnico à prefeitura de Ouro Preto para “reparos urgentes nos monumentos ouropretanos” (Barroso, 1943, p. 582), incluindo os reparos no telhado da Igreja do Rosário. Sua atuação continuou com a Inspetoria dos Monumentos Nacionais¹⁰⁴, enquanto departamento do MHN e as ações iniciais em Ouro Preto, reafirmando uma política de preservação isolada e pontual (Rubim, 2007). Posteriormente, foi criado o SPHAN, órgão que também contou com a atuação deste mesmo diretor.

O pensamento pioneiro¹⁰⁵ de Gustavo Barroso para o campo da Museologia e do Patrimônio (Sá, 2019) foram demonstrados pela sua atuação e nas estratégias instituídas para aquisição dos objetos. E, por considerar que a recolha era possível em uma outra vertente: a serendipidade, visto que os objetos aqui estudados se enquadram nos achados ao acaso. Um acaso idealizado expresso nos artigos publicados por Barroso antes da criação do Museu e que durante a sua gestão de 1922 a 1959 teve por missão: “[...] ensinar a população a conhecer fatos e personagens do passado, de modo a incentivar o culto à tradição e a formação cívica, vistos como fatores de coesão e progresso da nação” (Julião, 2006, p. 20). Instituído como o local de propagação da história oficial fazendo jus ao nome de Museu Histórico Nacional, o nacionalismo era uma vertente internacional na década de 1930, como aponta Sá (2019).

¹⁰⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937>. Acesso em: 1 jun. 2025. A Historiadora Aline Montenegro Magalhães escreveu sobre: Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/273/27354752010/html/> . <https://app.docvirt.com/MHN/pag/id/39337/search/reliqu%C3%ADas>. Acesso em: 1 jun. 2025. Consta a função de inspeção dos monumentos nacionais no novo regulamento do MHN de 1934. Acesso em: 1 jun. 2025. Localizei no NUMMUS recibos de pagamentos assinados por Barroso para o funcionário Epaminondas Macedo dos anos de 1935, 1936 e 1937, relativos às obras indicadas como “obras de monumentos de arte e história”.

¹⁰⁵ Em *Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso*, o autor examina fontes e concepções de Barroso, leitura indispensável para compreensão das bases da museologia no Brasil (Sá, 2019).

Ao longo destes 100 anos o MHN foi analisado por diversos autores, é de Mário de Souza Chagas (2009) a expressão *Imaginação Museal*, que não está restrita à gestão de Barroso, e o autor a define da seguinte maneira:

O que desejo sublinhar é que a imaginação museal brasileira não apenas surge nos quadros da modernidade, como se fixa e se desenvolve aliada aos projetos de modernização do país que entram em campo a partir do início da década de 1920 e, sobretudo, na década de 1930 (Chagas, 2009, p. 73).

Apesar da concentração de objetos históricos constantemente adjetivados enquanto relíquias, objetos da escravidão também foram assim adjetivados. Barroso considerava que o passado imaginado tinha outras frentes que se completavam para a narrativa nacional. O enfoque na escravidão e conseqüentemente, nas adjetivações escolhidas para essa narrativa — como primitivo, ausência de técnica e aspectos negativos da religiosidade — permeiam as primeiras publicações sobre os objetos. A mudança na abordagem é nítida nas publicações da segunda fase, confirmando a transformação do discurso da instituição em diálogo com o panorama político, religioso e cultural, expressos na difusão dos objetos.

Como fato consumado, o MHN, instituição moderna, imbuído de representar um passado imaginado para uma nação, recém-saída do status de Império para República, com inspiração advinda dos museus europeus participava de um novo momento da cidade quando da sua inauguração, e responde hoje à missão dos museus de história na formação de consciência histórica (Ramos, 2004).

1.3 Os objetos do Reinado em publicações comerciais e institucionais

Abre-se este subcapítulo para demonstrar que a divulgação dos objetos museológicos do Reinado, em publicações comerciais e institucionais, não assegurou o uso dessas informações em fichas de catalogação, o que será demonstrado no capítulo três. Ou se em algum momento existiram fichas com essas informações para origem das publicações, essas se perderam ou foram descartadas; revelando lacunas documentais e informacionais para esses quatro objetos e o ônus das decisões, por vontade ou falta de verba, ou ambas, em não valorizar a Documentação em Museus, com reflexos nas gerações futuras.

A inspiração para publicizar o MHN pelos acontecimentos e pelos objetos preservados advém dos museus da América do Norte, que recorrem à “bôa publicidade” (Barroso, 1946, p. 25 *apud* Sá, 2019, p. 520) para instigar o público. E foram levadas a cabo desde a abertura do museu e intensificadas nas décadas seguintes, com a orientação do uso da fotografia para os objetos (Sá, 2019). Em *Introdução à Técnica de Museus*, Barroso (1951) orienta para a necessidade de um departamento para divulgação do museu e dos objetos.

Sob essas orientações, foram produzidas as primeiras matérias sobre os objetos aqui pesquisados, e em comum reiteram uma característica dos museus de história: demonstrar um resgate histórico (Scheiner, 2015).

As revistas destinadas ao público feminino, Revista Selecta e Revista da Semana, circularam em um período ditatorial, e, assim como o guia de turismo, foram as publicações aqui reunidas. São três matérias, publicadas de 1930 até 1941, apresentadas em ordem de veiculação, que antecedem a veiculação do Anais do MHN. De caráter não científico, destinadas ao público, sendo a primeira de autoria de Gustavo Barroso, diretor do MHN; a segunda um guia turístico, sem indicação de autor; e a terceira uma publicação na revista da Semana de Mário Antônio Barata¹⁰⁶.

O artigo “Relíquias Brasileiras - Lembranças da Escravidão” (Figura 4), da revista Selecta, assinada por Gustavo Barroso, de 28/05/1930, expressa a motivação para a conservação de tais objetos “[...] devem ser conservadas para o estudo dos caracteres, das personalidades, dos hábitos, dos costumes, das maneiras da vida em summa nas épocas preteritas” (1930 *apud* Magalhães e Palazzi, 2019).

Figura 4 – Matéria da Revista Selecta, 1930



Fonte: Google Arts and Culture. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/KgVRV6elZHH-dw?hl=pt-BR>. Acesso em: 1. fev. 2026.

¹⁰⁶ Informações sobre Mário Barata em Sá e Siqueira, 2007, p. 57 a p. 58.

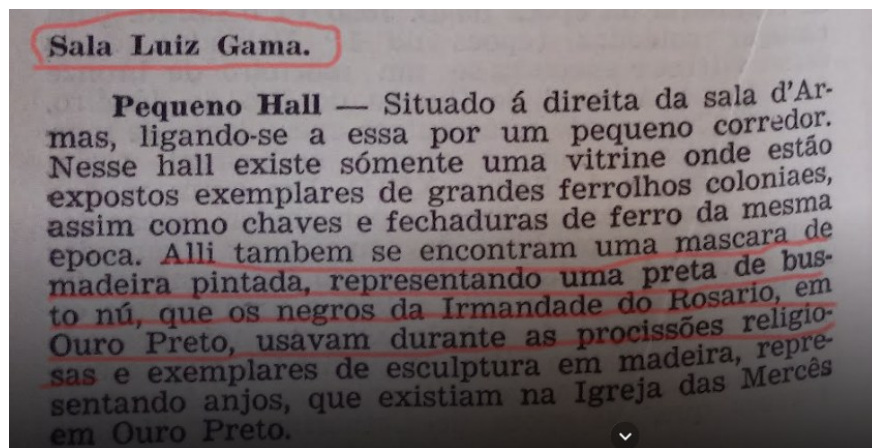
As lembranças da escravidão não englobariam o aspecto cultural, caberia a estes objetos o papel: “[...] de perpetuar o papel que o negro, pelo trabalho e pela dor, representou na constituição da nacionalidade” (Barroso, 1930 *apud* Magalhães; Palazzi, 2019). Observa-se o Caxambu, citado no texto, e a Maria Cambinda posicionados no chão da sala Antonio Prado Junior, revestidos pela sua representatividade ao passado escravocrata desde o título. Não há menção à religiosidade ou à procedência dos objetos.

Não foi possível visualizar/confirmar se a Coroa e o Cetro estavam no local. O enquadramento dos objetos apresentados revela-se para atender um contexto quase que artificial, demonstrando objetos de um período terminado, a escravidão. Ou melhor dito, esvaziado de seu significado dentro desse contexto. O contexto natural foi, em parte, preservado nos processos de documentação possível de recuperação (Maroevic, 1997). A fragmentação da coleção foi notada nas publicações seguintes e até nas mais recentes.

Configurando o que apontou Bruno Brulon (2020), para as possíveis ocorrências nos processos de musealização de objetos oriundos de povos afrodescentes. “Ao serem reapresentados no museu sem referências precisas sobre a situação da coleta, mas a partir das novas disposições informacionais que lhes são conferidas, os objetos musealizados são destituídos das implicações políticas de seu passado” (Brulon, 2020, p. 14-15). Ao confrontar a prática com a teoria, confirma-se que os documentos emitidos contra a prática da manifestação devem configurar no processo de musealização, ausências documentais e informacionais, que estão presentes nos quatro objetos, em graus diferentes, e serão abordadas nos capítulos seguintes.

A segunda matéria foi publicada no Guia Turístico Rio de Janeiro e arredores (Figura 5), de 1939, indicando mudança no nome da sala para Luiz Gama. A publicação apresenta o uso da escultura, sem denominação: “uma máscara de madeira pintada, representando uma preta de busto nú, que os negros da Irmandade do Rosário (identificação dos usuários), em Ouro Preto (Local), usavam durante as procissões religiosas (uso religioso) [...]” (Guia do viajante..., 1939, p. 392). Não há indicação da presença do Caxambu, Coroa e Cetro nesse espaço (Figura 5):

Figura 5 – Guia do viajante, 1939, p. 392



Fonte: Google Arts & Culture. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/KqVRV6elZHh-dw>. Acesso em: 1 fev. 2026.

A última matéria resgatada (Figura 6) “Arte Negra” é de 17 de maio de 1941, exibida nas páginas 17 e 34 da Revista da Semana. Período anterior do exercício de Mário Barata enquanto conservador do museu de 1942 - 1954 (Sá; Siqueira, 2007). Na publicação, a Arte Negra é valorizada e vinculada à religiosidade, e não ao processo de escravização ou ao folclore, como os demais textos da mesma época. Para configurar ao lado do subtítulo A Arte Negra no Brasil, o autor escolheu a imagem de Maria Cambinda, e assim descreve o tratamento dado à categoria.

Sempre foi curiosa e digna de ser estudada a produção artística do africano e seus descendentes no Brasil. Admiramos como essa manifestação cultural duma raça passou despercebida e apagada durante tanto tempo e ainda hoje é uma verdadeira desconhecida (Barata, 1941, p. 17).

Há demonstração de objetos nas coleções do Museu Nacional e no Museu Nacional de Belas Artes. Maria Cambinda é enquadrada como uma expressão artística relacionada à religiosidade, Barata (1941) utiliza a denominação máscara, e indica o uso do objeto. A publicação da Revista da Semana foi a fonte para Aline Montenegro Magalhães identificar, em 2018, a escultura presente no MHN e que até aquele momento estava documentada enquanto deusa da fertilidade.

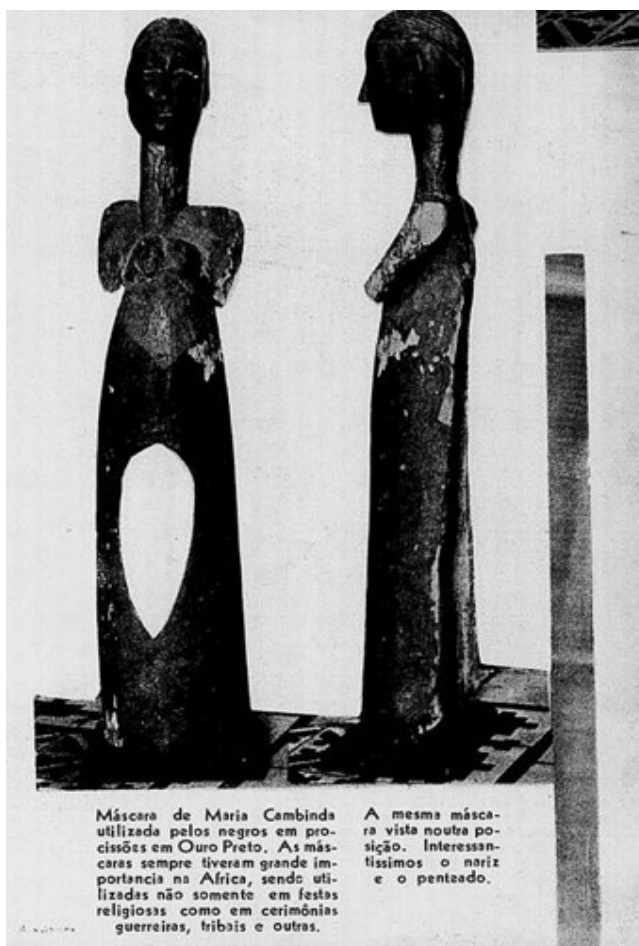
Máscara de Maria Cambinda utilizada pelos negros em procissões em Ouro Preto. As máscaras sempre tiveram grande importância na África, sendo utilizadas não somente em festas religiosas como em cerimônias guerreiras, tribais e outras. A mesma máscara vista noutra posição. Interessantíssimos o nariz e o penteado (Barata, 1941, p.17).

O autor relacionou a arte negra à macumba, período em que os artefatos utilizados em cerimônias de matriz africana eram levados dos terreiros pela polícia e essas apre-

sões eram acompanhadas pela mídia. Também faz considerações sobre uma desorganização da religião negra e o fato de os chefes produzirem os artefatos, assim como a ideia de desaparecimento da arte negra com a miscigenação cultural. Ideias que permearam o imaginário da época sobre as práticas das populações afrodescendentes e que também observamos no discurso de preservação do folclore.

Algumas das esculturas das macumbas cariocas estão perdendo a linha reta característica. Entretanto, nas que existem no Museu Histórico Nacional [...] ela aparece fortemente. [...] No mesmo museu há uma curiosíssima **máscara de madeira dos negros da Irmandade do Rosário de Ouro Preto, onde era levada nas procissões**. O rosto de mulher, esculpido em arte puramente negra, representa **Maria Cambinda** (Barata, 1941, p. 34, grifo nosso).

Figura 6 – Arte Negra, 1941



Fonte: Revista da Semana, 1941.

Cabe mencionar os usos de denominações como: Arte Negra, Arte primitiva e Museu Ergológico como títulos significativos e indicadores de uma posição de ambiguidade e/ou hierarquia (Lima, 2013). Essas aparições midiáticas, confirmam o trabalho de Barroso

para tornar conhecido o MHN no seu compromisso em apresentar o acervo e estimular a visita para conhecimento do discurso estabelecido pelo Museu.

Com o lançamento dos Anais do Museu Histórico Nacional no ano de 1941, os objetos do Reinado passam a configurar na publicação científica, por vezes, como protagonistas e outras, como coadjuvantes. Em comum, as publicações prestam contas das pesquisas produzidas pelos conservadores e versam sobre os objetos, revelando informações intrínsecas e extrínsecas.

Os primeiros indícios do interesse de Gustavo Barroso sobre os objetos, datam da mesma época que esse exercia a Defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil, como consta no Volume V, de 1944, impresso em 1955. Identificado como uma prestação de contas, o “Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil” informa sobre as obras realizadas em Ouro Preto, e outras atuações no âmbito nacional.

Neste volume foram reproduzidas as correspondências¹⁰⁷, escritas no ano de 1928, pelo Juiz da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e zelador da Igreja, Odorico Neves (Figura 7, 8 e 9), e enviadas no período de seis meses ao então diretor do MHN. Sendo possível compreender a relação de Gustavo Barroso com a cidade de Ouro Preto, a qual denominou de “Cidade Sagrada”¹⁰⁸.

Não há, até o momento, como determinar se o interesse de Gustavo Barroso, pelos objetos estava atrelado ao seu conhecimento sobre o Rei do Congo, manifestado no artigo “Culto da Saudade” (Norte, 1912) (Anexo J). Pelo artigo, esse a considerava retida no passado escravocrata e demonstra conhecimento das passagens da celebração ao compará-la com um festejo em Paris, como vemos a seguir:

[...] as vendedoras fazem uma festa alegre, regada de vinho e acompanhada de cantos, em que aparecem quatro delas vestidas de Rainha, **sendo uma escolhida rainha de Halles para um anno inteiro. É uma cousa semelhante ao rei do Congo, nos tempos da escravatura** (Norte, 1912, p. 1, grifo nosso).

A primeira carta¹⁰⁹, de 20 de junho de 1928 (Figura 7), informa que Odorico recebeu correspondência¹¹⁰ em 16 de junho de 1928, enviada por Gustavo Barroso, a qual não

¹⁰⁷ Consta reprodução no volume 5 dos Anais do MHN, datado de 1944 e publicado em 1955. Não foram localizadas as respostas de Gustavo Barroso às cartas de Odorico Neves no arquivo do MHN ou na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

¹⁰⁸ Barroso (1944, p.10) denomina Ouro Preto como Cidade Sagrada, título de texto de cinco páginas sobre a cidade.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44806>. Acesso em: 10 dez. 2025.

¹¹⁰ Não foi localizada, nos arquivos da Irmandade, a carta enviada por Gustavo Barroso para Odorico Neves. A pesquisa de uma cópia nos arquivos do MHN não foi possível devido às obras.

tivemos acesso por ser um documento desconhecido na Irmandade. Seguindo a análise, há a dispensa de consulta ao Arcebispo de Mariana – DOM. Helvécio Gomes de Oliveira¹¹¹, sobre: “os objetos que pertencem à Igreja e interessam ao Museu [...] visto não pertencerem ao culto” (Neves 1928 *apud* Barroso, 1944, p. 25).

Supõe-se que esse interesse pode ter sido despertado na visita realizada no começo de 1928, quando o diretor esteve em Ouro Preto (Barroso, 1943). O que sugere que até essa data os quatro objetos encontravam-se na Sacristia da Igreja, pois até a data da carta a doação dependia da autorização do Arcebispo. A partir da carta, entende-se que Odorico Neves os inseriu na esteira dos objetos sem utilidade, “O objeto antigo tem sempre o ar de estar sobrando” (Baudrillard, 2015, p. 82).

Figura 7 – Carta de junho de 1928

“Ouro Preto, 20 de junho de 1928. Exmo. Amigo Dr. Gustavo Barroso. Tenho em mão sua carta de 16 do corrente. Muito agradeço o interesse tomado junto ao Presidente Antônio Carlos relativamente às obras da igreja do Rosário. Que Nossa Senhora do Rosário lhe dê vida, saúde e felicidade, juntamente com a Exma. família, são os meus votos. Se o Sr. ainda não escreveu a D. Helvécio sobre os objetos que pertencem à igreja e interessam ao Museu, não precisa consultá-lo, pois resolvi com os outros mesários cedê-los, conforme sua proposta, visto não pertencerem ao culto (*). Aguardando suas ordens, subscrevo-me amigo grato Odorico Neves.”

(*) Trata-se dum caxambu e duma Maria Cambinda, tambor e boneca usados pelos negros nas suas festividades, aos quais outras cartas se referem e se acham incorporados às coleções do Museu Histórico.

Fonte: Trecho recortado pela autora dos Anais do MHN, 1944, v. V, p. 25.

Esse primeiro documento não indica quais objetos o diretor do museu tinha interesse. Há dúvidas se a notação feita no rodapé é a expressão da verdade em virtude do que localizamos posteriormente (Carvalho, 1948). As informações extraídas do documento foram: procedência (Igreja Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto); localização no ato de coleta (Brasil, Minas Gerais, Ouro Preto); forma de aquisição (doação); responsável

¹¹¹ Para saber mais: <https://projetomemoriaarquidiocese.faculdadedomluciano.com.br/episcopado/dom-helvecio-gomes-de-oliveira/>. Acesso em: 17 maio 2025.

pela doação (Odorico Neves), com respaldo no Decreto nº 15.596 de 1922, no artigo 12 das competências do diretor:

Aceitar, si na ocasião o Museu dispuzer de espaço sufficiente, para expor ou sómente para, guardar, objectos de reconhecida importancia historica, pertencentes a instituições ou a particulares, os quaes restituirá logo que forem reclamados ou não convier que continuem a seu cargo (Brasil, 1922, Artigo 12, item 23).

Consta em nota de rodapé, e que apresentamos dúvidas da veracidade, que a partir da leitura das cartas seguintes (Figuras 8 e 9) identificou-se os objetos. O autor acrescenta as seguintes informações na nota: título (Caxambu e Maria Cambinda); denominação do objeto (Tambor e Boneca); uso (pelos negros em suas festividades), com a informação que os objetos integram a coleção.

Esse apontamento sugeriu a investigação para checagem se esses objetos tinham passado pelo processo que denominamos de musealização¹¹², expediente para a preservação, visto que consta a informação de que esses objetos estavam incorporados à coleção, porém a documentação localizada desses objetos tem uma posteridade de quase 30 anos. Com isso, pelas leituras anteriores, que revelaram problemas de ordem de organização da coleção, as investigações sobre a incorporação dos objetos, conseqüentemente, registros, consideraram a pesquisa no registro de objetos até a década de publicação do referido volume.

Para esclarecimento do que hoje nomeamos de musealização, recorremos à publicação Introdução à Técnica de Museus (Barroso, 1951) produzida para o Curso de Museus, para verificação dos procedimentos adotados no tratamento do acervo, assunto que abordaremos no capítulo 2 e 3. De forma resumida, a organização dos volumes foi descrita por Sá (2019):

Introdução à Técnica de Museus foi publicado em dois volumes, o primeiro em 1946, e o segundo, em 1947. O **primeiro volume** corresponde à Parte Geral - “Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração.” - e a Parte Básica - Noções de Cronologia, Epigrafia, Bibliografia, Diplomática e Paleografia, e Iconografia (Sá, 2019, p. 5).

O que nos informa que a catalogação desses, nos padrões detalhados por Barroso (1951, p. 12-13), já era uma prática da instituição antes da data de publicação do volume

¹¹² Verbete da publicação oficial do ICOM: “O processo de musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu, como explica Zbyněk Stránský [1995]. Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu. Por meio da mudança de contexto e do processo de seleção, de “thesaurização” e de apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto. Seja este um **objeto de culto**, um objeto utilitário, ou de deleite, animal ou vegetal, ou mesmo algo que não seja concebido claramente como objeto, uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo assim, **uma realidade cultural específica** (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 56, grifo nosso).

com a primeira carta e nota de rodapé. A partir da informação do rodapé (Figura 7), solicitei ao Núcleo de Controle e Registros de Acervo do MHN, informações sobre a entrada dos objetos, e obtive a seguinte resposta:

Não consegui localizar no conteúdo de nossa documentação de registros e entradas informações acerca da aquisição dos objetos mencionados. Não há registro de entrada, documento de doação e nem menção no relatório anual do diretor (Pinto, 2025).

Considerando a ausência de registros de aquisição, entendido por: “[...] **o ato de adquirir acervo para um museu ou instituição similar, qualquer que seja sua forma ou procedimento**” (Camargo-Moro, 1986, p. 17, grifo da autora). Constam nos relatórios de gestão de 1922 até 1927, informações sobre aquisição e a responsabilidade para tal procedimento. Por conta disso, definiu-se a organização de um subcapítulo dentro do capítulo 2, para análise dos relatórios de direção para compreender os trâmites.

Identificamos no Acervo Gustavo Barroso/Seção Gustavo Barroso/Inspetoria dos Monumentos Nacionais, carta¹¹³ redigida por Gustavo Barroso endereçada ao Presidente Antônio Carlos, datada de 02 de dezembro de 1928, na qual há uma rasura corrigindo a data para 01 de novembro de 1928, o que sugere a hipótese de ser a data correta, visto que Gustavo Barroso solicita interferência do presidente na obra da Igreja do Carmo pelo “crime” de modernização. A interferência do presidente foi confirmada por Odorico Neves na carta de 18 de novembro de 1928, por isso presume-se que a carta de Barroso corresponde à data de novembro.

A escrita confirma a recente passagem de Gustavo Barroso a Ouro Preto, nos últimos meses de 1928, e reafirma a frequência deste ao interior da Igreja, e o contato com os objetos na sacristia meses antes e que por lá permaneceram.

Regressando de Ouro Preto, cumpre-me relatar a V. Ex., de acordo com a incumbência que me deu, minhas impressões sobre os trabalhos de restauração e conservação, que por instâncias minhas, houve o governo de minas ali realizar. [...] Igreja do Rosário - Examinei o templo todo com Odorico Neves, [...] (Barroso, 1928).

Passamos para a observação da segunda carta¹¹⁴ (Figura 8) enviada por Odorico Neves, datada de 18 de novembro de 1928, cinco meses depois da primeira carta. O conteúdo apresenta informações sobre a obra em andamento na Igreja Nossa Senhora do Rosário.

¹¹³ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44813>. Acesso em: 10 dez. 2025.

¹¹⁴ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44807>. Acesso em: 10 dez. 2025.

Supõe-se que nessa ida de Barroso para Ouro Preto, e pelo conteúdo da segunda carta, que menciona dois dos quatro objetos, que o mesmo pode ter transportado consigo a coroa e o cetro. O artigo redigido por Carvalho (1948) reforça essa hipótese, principalmente pela proximidade do autor com a temática. Ao descrever o instrumento musical caxambu, complementa: “Foi encontrado pelo Dr. Gustavo Barroso na sacristia da referida igreja e de lá trazido para o Museu juntamente com a coroa e o cetro usados nas cerimônias da tradicional festa popular (Carvalho, 1948, p. 146).

É nesta segunda correspondência que os objetos, Caxambu e Maria Cambinda, são nomeados, com a informação que não foram aceitos na condição frete a pagar, somente com requisição para tal ação, Odorico Neves solicita posição de Barroso.

Figura 8 – Carta de novembro de 1928

“Ouro Preto, 18 de novembro de 1928. Exmo. Am.º Sr. Dr. Gustavo Barroso. Sinceras saudações. Junto remeto os croquis das portas e do lajeado da igreja de Nossa Senhora do Rosário, para o fim combinado. Relativamente às pedras (lajes) que lhe pedi obter do Dr. Zander, Diretor da Central, podem ser tiradas na pedreira do Taquaral, próxima da estação de Itacolumi, pois a referida pedreira produz pedras de superior qualidade, apropriadas para o fim a que se destinam. O Caxambu e a Maria Cambinda estão na estação, porque não quiseram despachar com frete a pagar, conforme me autorizou a fazer. O agente disse-me ser melhor o Sr. enviar uma requisição. Em todo o caso, consulto se quer que despache com frete pago. As novas obras do Rosário vão bem adiantadas. O Dr. Antônio Carlos mandou sustar a destruição do assoalho do Carmo. Foi tarde, porque já haviam serrado quase tudo. Tenho lido seus artigos no “Correio da Manhã”. Agradeço pela parte que me toca. Do amigo grato Odorico Neves.”

Fonte: Anais do Museu Histórico Nacional, v. V, p. 25, 1944. Trecho recortado e destacado pela autora.

Em face da ausência de resposta, estando os objetos na estação há mais de 10 dias, Odorico envia a terceira carta¹¹⁵ (Figura 9), com data de 01 de dezembro de 1928. Nessa, a confirmação do envio dos objetos para o MHN, com frete pago, pois foram con-

¹¹⁵ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44808>. Acesso em: 10 dez. 2025.

siderados desprovidos de valor, sem funcionalidade e não percebidos pela sua significação. Presume-se que estes dois objetos chegaram a partir de dezembro de 1928. O remetente também aproveita para relatar o andamento das obras em Ouro Preto.

Figura 9 – Carta de dezembro de 1928

“Ouro Preto, 1 de dezembro de 1928. Exmo. Am.º Sr. Dr. Gustavo Barroso. Confirmando minha carta de 18 do próximo findo. Junto remeto o conhecimento do Caxambu e da Maria Cambinda. Como já expliquei, a Central não quis despachar com frete a pagar, porque o despacho não tinha valor; por esse motivo resolvi despachar com frete pago. Estou providenciando para arranjar as rótulas das janelas antigas de que me falou; logo que as obtenha avisarei. Os chafarizes já estão quase prontos, o telhado do Rosário já está bem adiantado. Temos encontrado muita madeira estragada, motivo por que ainda não se fechou o telhado da nave. Com meus cumprimentos, aqui fica ao inteiro dispôr o amigo grato Odo-rico Neves.”

Fonte: Anais do Museu Histórico Nacional, v. V, p. 25 e 26, 1944.

Os objetos Caxambu e Maria Cambinda foram submetidos a aplicação do conceito de valor, enquanto mercadoria, no sentido comercial: “[...] é a estimativa de cada produto satisfazer o seu conjunto de necessidades. (Kotler, 1998, p. 29). Diferente da interpretação de valor atribuída aos objetos que assumimos para esse trabalho segundo Borges e Campos (2012) inspirados por Marx (1983; 2008).

[...] valor equivale ao trabalho humano, ou à substância social inerente a cada coisa que existe no mundo humano. Isto significa que cada coisa humanamente produzida incorpora essa substância social (histórica, cultural, na forma de uma fração do valor que, como tal, só existe (conceitualmente) na sociedade em seu conjunto). O que é o mesmo que dizer que cada sociedade, em seu tempo ou a cada tempo, produz para si mesma seu conjunto de valores (Borges; Campos, 2012, p.114).

Em decorrência da intolerância religiosa foram dispostos como sem serventia na sacristia, por não pertencerem ao culto. Num mundo que se organiza de forma funcional, foram lidos e expostos nos Anais em Vianna (1947) e Carvalho (1948) como: “[...] objetos marginais: são objetos singulares, barrocos, **folclóricos**, **exóticos**, antigos” (Baudrillard, 2015, p. 81, grifo nosso), interpretações que não mais servem aos objetos, interpretados enquanto bens simbólicos, apresentam dupla face, entendidos enquanto mercadorias, de baixo valor, e doados pelas suas significações (Bourdieu, 1986, p. 102 *apud* Lima, 2013, p.49-50). Ao contrário dos objetos funcionais, esses têm a partir da sua significação a sua funcionalidade exercida.

A relação de Gustavo Barroso com Odorico Neves também está expressa em rascunho de carta¹¹⁶, endereçada ao Ministro da Educação e Saúde, na qual é feita a ressalva que esse ministério existe a partir de 1930, de conteúdo que sugere datação posterior ao ano de 1928: “algumas têm, entretanto, recebido conforto merecido, como a de Nossa Senhora do Rosário, **cuja administração procura retribuir, com desvelo extremado**, a bondade daquela que a evitou a ruína” (Barroso, [1930?], grifo nosso). Aventa-se a possibilidade que as doações de Odorico Neves estão incorporadas na palavra retribuir.

A prestação de contas de Gustavo Barroso, que à época assinava como Inspetor de Monumentos e Diretor do MHN, sobre a atuação em Ouro Preto consta em documentos do Acervo Gustavo Barroso/Seção Gustavo Barroso, onde localizou-se descritivo (Anexo K) produzido¹¹⁷ por Epaminondas Macedo e datado de 1935. Nessa há informações históricas, como a data de construção da Igreja e dados arquitetônicos que conflitam com a data de construção da Igreja do Rosário publicada nos Anais. Esse documento também deve ser considerado para análise e informações sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Constatou-se uma segunda menção aos objetos Coroa e Cetro, estes são mencionados no volume VII dos Anais, “Documentário Iconográfico de Cidades e Monumentos do Brasil”, datado de 1953¹¹⁸. Também em tom de prestação de contas, detalhando as ações em prol do Patrimônio, com atuação restrita a construções e monumentos, como demonstra o título da publicação. Há duas notas explicativas, de número 77 e 78 (Figura 10) escritas pelo diretor Gustavo Barroso, digo isso pelo tratamento em primeira pessoa da nota 78. Ambas versam sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Ouro Preto, com informações históricas sobre a construção da mesma.

A primeira nota demonstra que o diretor sabia da ocorrência de manifestação religiosa e cultural praticada pelos africanos e descendentes desses. A afirmação “A Irmandade do Rosário zeladora do templo era outrora composta de pretos” (Barroso, [s. d.] *apud* AMHN, 1953, p.24); revela o embranquecimento da Irmandade, fato confirmado por Solange Palazzi (2021) “a partir de 1900 a gente perde o Reinado Negro na Irmandade, a gente perde a mesa administrativa na Irmandade e essa irmandade sofre um embranquecimento” (transcrição de vídeo - Youtube - 21min00s - 21min30s); as consequências desse embranquecimento se refletem na ausência de laços com a cultura negra, justificando a

¹¹⁶ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44825>. Acesso em: 11 dez. 2025.

¹¹⁷ Página do documento informando que Epaminondas fez o descritivo. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44826>. Acesso em: 11 dez. 2025.

¹¹⁸ Durante o levantamento bibliográfico e para evitar ruídos de leitura, esclarece-se que apesar do ano indicado, é o número do volume, neste caso VII, que indica a ordem de produção das publicações. Sabe-se que publicações datadas de 1947 e 1948, que abordam os objetos foram impressas em 1957 e 1958, respectivamente.

dispensa dos objetos do culto. A informação sobre a Coroa e Cetro confirmam a origem, mas permanecemos sem o esclarecimento de como os objetos chegaram ao museu.

Figura 10 – Notas do v. VII

77 — Igreja do Rosário .Ouro Preto. Minas Gerais.

Projeto do arquiteto português Antônio Ferreira de Souza Calheiros em 1780, todo êle em linhas curvas, com dois notabilíssimos arcos cruzeiros, que acompanham as curvas da nave na galilé e na capela-mor. Estilo barroco de elegância e sobriedade incomparáveis. Pinturas semelhantes às de Manuel da Costa Ataíde na igreja de S. Francisco de Assis, em Mariana. Levantada no local duma capela que datava de 1709. A Irmandade do Rosário zeladora do templo era outrora composta de pretos, que elegiam o chamado Imperador do Divino. A coroa e o cetro dêst: encontram-se no Museu Histórico Nacional.

78 — Igreja do Rosário. Ouro Preto. Minas Gerais.

O desenho salienta admiravelmente as linhas curvas do templo. Há dois com essa mesma planta em Minas Gerais: o do Rosário em Ouro Preto e o de S. Pedro em Mariana.

Deve-se a construção dêsse belo e majestoso templo, em grande parte, senão totalmente, aos humildes escravos da mineração, que, para isso, davam o ouro que podiam adquirir trabalhando além das horas a que eram obrigados.

A galilé da igreja era fechada por grades e sarrafos de madeira. Em 1928, o Dr. Gustavo Barros, por conta do Govêrno de Minas, restaurou a igreja e pôs nesses arcos grades de ferro no estilo próprio da época.

Fonte: Anais do MHN, v. VII, p. 24, 1953.

A segunda nota valoriza o trabalho realizado por pessoas escravizadas para a construção da igreja e confirma a atuação de Gustavo Barroso em Ouro Preto no ano de 1928, ano de chegada dos objetos ao museu. Nenhuma das notas menciona o Caxambu e a Maria Cambinda.

Os artigos foram lidos e examinados, procurando possibilidades de diálogo com a documentação. Percebe-se que o título do artigo “Documentário Iconográfico de Cidades e Monumentos do Brasil” foi utilizado em campo do “Assunto”, como: “Iconografia Cidades e Monumentos”, detectado em dossiê do objeto: Pintura documental - Igreja de Santa Efigênia (número de registro: 811), demonstrando a correspondência entre a documentação em museus e a produção dos anais (Barroso, 1951). O assunto em comum, direcionou a investigação para objetos que versassem sobre Ouro Preto.

Comparando os artigos do volume V e do volume VII, entendidos como uma prestação de contas sobre as ações, denotamos que em nenhum momento os quatro objetos foram indicados enquanto integrantes de manifestação religiosa e cultural da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, reiterando a dissociação entre esses.

As publicações seguintes, volumes VIII e IX, datadas respectivamente de 1947 e 1948, porém impressas em 1957 e 1958, possuem a característica de apresentação dos objetos tomados enquanto folclóricos/primitivos. É desse período o movimento folclorista, que certamente influenciou as escritas de Vianna (1947) e Carvalho (1948), bem como a necessidade de classificar os objetos é tema recorrente nos anais na primeira fase.

A ideia de um Museu Ergológico Brasileiro, consta no volume III de 1942, publicado no ano de 1945 por Gustavo Barroso. Busca estabelecer o lugar do Folclore, visto que o MHN era uma instituição do lugar do erudito. Através da Ergologia, se cumpriria a demanda do estado para o campo da cultura: “A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro” (Rubim, 2007, p. 104). Podemos observar esse traço em textos dos anais, vide Barros (1947).

O artigo de Marfa Barbosa Vianna¹¹⁹, intitulado “O Negro no Museu Histórico Nacional” tem por objetivo: “relatar alguns fatos pitorescos sobre os escravos” (Vianna, 1947, p. 82). Relaciona os objetos à escravidão e à abolição e a escassez desses: “Nos tempos atuais é muito difícil, reunir-se, numa coleção de museu objetos dos escravos” (Vianna, 1947, p. 84), o que atribuímos a campanha abolicionista.

Sobre os objetos pesquisados, a autora descreve somente o tambor. É a primeira publicação do museu com foto desse objeto, denominado Caxambu, na legenda. Outras denominações são empregadas, oscilando entre tambor e atabaque, mas o classifica enquanto Caxambu, e informa que é também o nome de uma dança a qual serve de instrumento, segundo a autora que a compara com a “macumba atual” (Vianna, 1947, p. 99), o indica em bom estado de conservação e a inscrição na peça “Viva o Brasil e todo o seu valor e viva o nosso imperador” (Vianna, 197, p. 99). Observamos que o tambor foi dissociado de sua procedência bem como de sua instância religiosa, e não há menção aos demais objetos: Coroa, Cetro e Maria Cambinda. A autora menciona pesquisadores do Brasil e do exterior, que se dedicam ao tema, incluindo informações do folclore destes (Vianna, 1947).

No ano seguinte, é publicado o artigo “Os instrumentos musicais primitivos afro-brasileiros no Museu Histórico Nacional”, escrito pelo professor Gerardo Alves Carvalho, no volume IX dos Anais, último artigo da publicação de abordagem etnográfica, matéria lecionada pelo professor do curso de museus. O artigo também tem inspiração nos museus enciclopédicos do século XIX, pela detalhada dissecação feita nos objetos.

¹¹⁹ Informações sobre Marfa Barbosa Vianna em Sá e Siqueira, 2007, p. 57.

O artigo de Carvalho (1948) tem narrativa analisando os objetos da cultura material enquanto pertencentes a uma sociedade “primitiva” e dialoga com a análise de José Reginaldo Gonçalves (2005a) “O objetivo destes era narrar a história da humanidade desde suas origens mais remotas, reconstituindo esse longo caminho até chegar ao que entendiam como o estágio mais avançado do processo evolutivo: as modernas sociedades ocidentais” (Gonçalves, 2005a, p. 7).

Carvalho (1948) justifica a necessidade desse estudo inicial, como um enquadramento que viabilize a classificação, esse procedimento foi inspirado nos naturalistas/conservadores de museus de viés classificatório, priorizado e considerado por Barroso como a parte mais complexa da Técnica de Museus, por exigir estudo especializado conjugado com a lida com os objetos (Sá, 2019).

Atribuiu o uso da palavra primitivo, pelo contexto da fabricação dos instrumentos, produzidos por: “[...] mãos inexperientes de indivíduos que, sem serem profissionais nessa tarefa, procuram realizar, com meios ao seu alcance [...]” (Carvalho, 1948, p. 139). Centrado em classificar, acaba por dispensar as denominações de folclórico ou popular, fruto da descontextualização o que os afastou das acepções do movimento folclórico.

Assim como Vianna (1947), há reprodução da fotografia do Caxambu com a denominação de atabaque antigo e localização na sala Conde de Bobadella. A classificação pela ótica ocidental, Gevaert (Carvalho, 1948) considerando a emissão do som. De maneira geral, o autor indica que todos os instrumentos que integram a publicação têm inspiração africana, a associação ao primitivo tem sua origem. De forma detalhada o autor apresenta a sua descrição:

O maior dos atabaques existentes no Museu encontra-se na sala Conde de Bobadella. É bem antigo e de proveniência mineira. Sua forma é cilíndrica, tendo sido escavado num tronco de 92 centímetros de altura por 53 centímetros de diâmetro. É de cedro e apresenta alguns orifícios resultantes de “nós” da madeira que saltaram. O couro, bem espesso, é mantido por meio de cunhas cravadas no cilindro, em número de nove, das quais falta uma. Cêrca de 25 centímetros abaixo da borda superior, observa-se uma inscrição em letras capitais negras, um tanto desbotadas, lendo-se “VIVA O BRASIL E TODO O SEO VALOR E VIVA O NOSSO IMPERADOR”. Pertenceu à Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos, de Ouro Preto, tendo servido nas festas do Divino Espírito Santo, a cujo Imperador-Menino se refere a mencionada legenda. Foi encontrado pelo Dr. Gustavo Barroso na sacristia da referida igreja e de lá trazido para o museu juntamente com a coroa e o cetro usados nas cerimônias da tradicional festa popular. Peça muito interessante, não só pela sua antiguidade como também pelo seu tamanho, é conhecido entre muitos pelo nome genérico de “Caxambu” (Carvalho, 1948, p. 145-146).

Em seguida também associa o nome do instrumento a uma dança, tendo como fonte o dicionário de Câmara Cascudo¹²⁰, estabelecendo a conexão do instrumento com a África, explica o uso: “Serviu a todos os folguedos e rituais do negro escravo, permaneceu nos cultos afro-brasileiros, nos seus sincretismos caboclos e prepondera no instrumental do nosso folclore e do nosso carnaval” (Carvalho, 1948, p. 146). Sobre os demais instrumentos que compõem o artigo, informa que estes servem ao curso de museus, como material didático com a descrição detalhada destes, seus usos e funções.

Pelo período de quase duas décadas, não localizamos publicações institucionais ou comerciais mencionando os objetos. A publicação seguinte pertence à primeira fase, volume XXV de 1974, com um artigo sobre o período de escravização. A gestão do museu estava nesse período a cargo de Gerardo Britto Raposo da Câmara¹²¹. O Artigo “Caminhos do Sofrimento”, de Afonso Celso Vilella de Carvalho, tem por objetivo narrar a vida das pessoas escravizadas no Brasil em comparação com a Europa, considerando também o ponto de vista de outros autores. Há menção à Irmandade Nossa Senhora do Rosário, sem especificação de localidade: “Os negros no Brasil podiam reunir-se em sociedade, onde tinham reis e vassallos, e constituiriam irmandades religiosas (S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário)” (Carvalho, 1974, p. 119). Não há menção aos objetos que estão no MHN originários da Irmandade.

A segunda fase dos Anais iniciou-se em 1995, após interrupção de duas décadas. O volume 40, de 2008, tem dossiê dedicado à representação do negro no museu. O artigo “As várias faces de um equívoco: Observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história de José Neves Bittencourt, examina os três últimos artigos citados acima. Cita o Caxambu e indica o uso do instrumento: “Usado provavelmente em comemorações de sociedades de negros libertos, faz uma homenagem explícita ao imperador Pedro II, detalhe que deve ter chamado a atenção de Barroso” (Bittencourt, 2008, p. 207).

É nesse artigo que o autor informa sobre um levantamento produzido pelo arquivo histórico do museu que deu origem ao catálogo da Documentação referente ao Negro no Brasil, não localizado por mim para pesquisa. E informa sobre o catálogo do Museu, produzido em 1989, após processo de revitalização, que também nos serviu de fonte.

Bittencourt (2008) reproduz informações do catálogo de 1989, e comunica que o Caxambu foi deslocado da instância primitiva para compor com a Coroa e Cetro uma representação da festa do divino, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens

¹²⁰ Disponível em: <https://www.cascudo.org.br/camara-cascudo/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

¹²¹ Informações sobre Gerardo Britto Raposo da Câmara em Sá e Siqueira (2007, p. 60).

Pretos. Observamos que, por vezes, as publicações reproduzem informações de publicações anteriores sem apuração. Em contraponto, há continuidade do desenho de uma rede de conhecimento sobre os objetos.

Dando continuidade à presença dos objetos, aqui estudados nos anais, há no volume 51, de 2019, o artigo “Notas sobre a Diáspora Africana na Exposição e Na Ação Educativa do Museu Histórico Nacional”, de Aline Montenegro Magalhães, Erika Azevedo, Fernanda Castro e Stephanie Santana. As autoras analisam a partir da exposição inaugurada em 2010, pelo viés da Educação Museal, como a representação da História do Brasil versou-se em exposição, identificando presenças e ausências da diáspora africana (Magalhães *et al*, 2019). O enfoque é na Maria Cambinda sem associação com os demais objetos oriundos de Ouro Preto, e apresenta uma análise da ficha de catalogação, em vigor em 2019.

Outro objeto que merece destaque é a boneca “Maria Cambinda”, escultura em madeira, oriunda da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Ouro Preto, identificada na legenda apenas como “Escultura”. Na sua ficha catalográfica está definida como “Deusa da Fertilidade” do século XIX, classificada como divindade (Magalhães *et al*, 2019, p. 51).

As autoras indicam a dupla dissociação ocorrida com a Maria Cambinda, pela relação imagem/denominação apresentada em publicação da década de 1940 e a novamente pela origem e uso do objeto também descrita em publicações anteriores.

Encerrada a pesquisa nos Anais, incluem-se duas publicações que possuem um tom celebrativo. Antes, uma ressalva sobre o catálogo do Museu de 1924, quando se observa o enquadramento dado aos objetos aqui estudados. Os objetos relacionados ao período de escravização foram abordados pela temática da “Abolição” e um novo posicionamento foi inaugurado com a exposição “BRASIL DECOLONIAL”¹²². Não trataremos da exposição nessa dissertação, mas não podemos deixar de reconhecer a contribuição documental sobre os objetos que ela oferece.

Voltando às publicações, a primeira também é uma prestação de contas da gestão que se inicia em 1985, sob a direção de Solange de Sampaio Godoy¹²³, é dessa fase a informatização para a documentação em museus, assunto que trataremos no capítulo 2.

O Catálogo publicado em 1989, que serviu de fonte para Bittencourt (2008), apresenta no prefácio o desejo para o MHN: “Contamos com o apoio da sociedade brasileira

¹²² Sobre a concepção da exposição. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZVhQevYSY9Y>. Acesso em: 25 set. 2025. Realizada no MHN a partir de novembro de 2021 e disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/KqVRV6elZhh-dw>. Acesso em: 15 jun. 2025.

¹²³ Informações sobre Solange de Sampaio Godoy em Sá e Siqueira (2007, p. 148).

para que, no futuro, os nossos museus possam ser efetivamente identificados como instituições-documento, indispensáveis à construção do perfil cultural da Nação e da cidadania” (MHN, 1989, p. 6). Consta na publicação, três dos objetos aqui pesquisados, descritos da seguinte forma: “[...] um caxambu (atabaque de origem africana), uma coroa e um cetro da festa do Divino, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto [...]” (MHN, 1989, p. 26). A fotografia que consta na página seguinte não apresenta o Caxambu, somente a Coroa e o Cetro. O que percebemos com essa publicação é que a mesma reproduz informações dos anais VIII e IX, e, posteriormente, serve de fonte para os Anais seguintes denotando que a pesquisa ficou restrita às publicações do museu.

Produzida para o centenário da instituição “História do Brasil - 100 objetos do Museu Histórico Nacional 1922-2022”, integram a publicação dois artigos. O primeiro “Maria Cambinda - Máscara, Boneca, Escultura”, escrito por Aline Montenegro Magalhães e Solange Palazzi, que descrevem as diversas possibilidades de uso da Maria Cambinda e sua relação com o imaginário popular local e citação das publicações comerciais com esses objetos.

A atribuição de deusa da fertilidade, que constou por anos em ficha de catalogação, e a redescoberta enquanto peça da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, foi mencionada também no artigo (Magalhães *et al*, 2019). Ainda que a peça tenha sido encontrada na sacristia da igreja, as autoras informam que não há registros sobre Maria Cambinda nos arquivos da Irmandade.

O segundo texto, “O Tambor caxambu”, com quatro autores, que representam instituições diferentes, há o apelo para a potência que emana desse objeto silenciado (Palazzi *et al*, 2022) em um museu: “Exemplar único, dar uma definição a este objeto é trancá-lo em uma vitrine, quando a representatividade que ele traz é muito maior que ser apenas uma peça de museu” (Palazzi *et al*, p. 221, 2022). O texto é um contraponto ao texto de Carvalho (1948), pela narrativa que valoriza a confecção do tambor desde a escolha do tronco, este não pode ser definido somente como um instrumento musical, uma vez que tocar o tambor é estabelecer uma conexão com a ancestralidade (Palazzi *et al*, 2022).

Ambos retomam a conexão dos objetos com a sua origem, sem mencionar os demais objetos oriundos da sacristia. A escrita em conjunto demonstra que o museu está trabalhando em diálogo com os que possuem relação com os objetos, que hoje estão sob a sua guarda.

Não sabemos ao certo a data de entrada dos objetos no ano de 1928. Pelas cartas enviadas por Odorico Neves a Gustavo Barroso, deduz-se que o Caxambu e a Maria Cambinda chegaram a partir de dezembro de 1928. Já a Coroa e o Cetro há possibilidade de terem chegado antes, como apontamos. A condução desses objetos para o Museu de forma não institucional, quiçá um artifício para protegê-los da destruição. A ausência de

registro de entrada não foi impeditiva para a difusão destes nas primeiras décadas em publicações do museu ou em prol deste.

Neste subcapítulo confirmamos que prevalecem como testemunhos da presença dos quatro objetos no Museu, nos primeiros anos de criação, os artigos em publicações comerciais e nos Anais do MHN nos volumes V, VII, VIII e IX¹²⁴ e XXV, publicados até 1975, referências bibliográficas que constam parcialmente e/ou ausentes nas fichas de catalogação. Com propósito diverso, de demonstrar o tratamento dado aos objetos relacionados ao período de escravização, as publicações da segunda fase, presentes nos volumes 40 e 51 dos anais e nos catálogos institucionais, completam a pesquisa nas publicações de âmbito institucional.

Como resultado da pesquisa do primeiro capítulo, esclarecemos as circunstâncias que favoreceram a doação dos objetos biográficos (Ramos, 2004) do Reinado de Nossa Senhora do Rosário ao Museu. Os documentos históricos, produzidos pela Igreja Católica desde 1903, e não o ano 1923 como foi comumente divulgado em 2023, antecipam a proibição da manifestação, bem como o uso de instrumentos musicais relacionados à essas para a primeira década do século XX.

Entendemos que as inspirações advindas dos museus internacionais e as condições em que se encontravam as relíquias nacionais, como também em Ouro Preto, foram justificativas para a criação no Museu Histórico Nacional, que sob o comando de Gustavo Barroso prolongou suas ações em prol do Patrimônio, termo que ao longo do século XX foi ressignificado e acabou por gerar gradações para as interpretações dos objetos do Reinado no MHN.

Em análise do conteúdo das publicações comerciais e institucionais, denotamos que os quatro objetos não foram citados enquanto conjunto, ou parte de um todo, em nenhuma publicação, o que reafirma o distanciamento instaurado entre os objetos desde a chegada até os dias de hoje. Fato que comprova a importância da correlação entre objetos nas fichas de catalogação como forma de indicar a integralidade do objeto e, consequentemente, do Reinado. E, atestam a importância da pesquisa em museus para a produção de sentido com base na interpretação do objeto a partir da sua totalidade (Meneses, 1983), ainda que apresentem equívocos, estes também são parte dos processos da museologia.

Os documentos levantados e identificados no primeiro capítulo, terão sua presença ou ausência confirmadas nas fichas de catalogação para que essas sejam instrumentos de pesquisa respondendo aos anseios informacionais da sociedade no século XXI.

¹²⁴ Consta <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39798> que a publicação IX foi editada entre 1956 e 1960. Pela data de capa temos o ano de 1958 para considerar.

Esses primeiros apontamentos indicam que o capítulo dois seja dedicado à compreensão da gestão do museu a partir dos relatórios de direção em diálogo com a documentação em museus, como forma de efetivar uma análise documentária.

CAPÍTULO 2

DOCUMENTAÇÃO NO MHN

2 DOCUMENTAÇÃO NO MHN

Art. 34. Não serão expostos os objectos que ainda não tiverem devidamente inventariados e catalogados (Brasil, 1922).

Art. 84. Os objectos que forem transferidos de estabelecimentos publicos federaes ou de outro modo adquiridos por ocasião da instalação do Museu poderão ser expostos ao publico antes de preenchida e até que se preencha a exigencia do art. 34, devendo, porém, organizar-se uma relação provisoria de taes objectos, aproveitados os inventariados de que tiverem vindo acompanhados (Brasil, 1922).

Seria ilusório acreditar que os documentos institucionais pesquisados constituem a totalidade do cenário do MHN. Visto que, foram produzidos a partir das intenções do autor para prestação de contas ao governo. Se faz esse percurso, no intuito de compreender como as teorias e práticas internacionais (Ceravolo; Tálamo, 2000) estavam sendo absorvidas e postas em uso no Museu Histórico Nacional.

As primeiras diretrizes para a Documentação em Museus no MHN, citações de abertura do capítulo, foram determinadas no decreto de criação da instituição. Constituindo-se como indicação que todo objeto quando da chegada ao museu estaria sujeito a duas possibilidades.

Sobre a Coroa, o Cetro, o Caxambu e a Maria Cambinda, não podemos confirmar se foram submetidos ao artigo 34, cujos documentos, se existiram, foram extraviados, descartados ou ainda se encontram em alguma parte do museu. Ou se seguiram o artigo 84, sendo submetidos ao processo de documentação somente décadas depois da entrada. O que sabemos em virtude de nota de rodapé: “[...] e se acham incorporados às coleções do Museu Histórico” (Barroso, 1944, p. 25), com a ressalva de que a publicação foi impressa em 1955, é que nesta data, dois dos quatro objetos pertenciam à coleção do MHN.

Independente do rumo tomado, artigo 34 ou artigo 84, houve impacto na produção de informação sobre estes objetos, em face da ausência de documentos pretéritos (guia de aquisição¹²⁵ e carta de agradecimento¹²⁶). Documentos observados em objetos comparativos que compõem a coleção do MHN. A ausência destes propicia a dissociação do conjunto e da procedência em comum.

¹²⁵ Este documento demonstra que os objetos foram doados pela Baronesa de Miracema em 1927, ou seja, um ano antes da chegada da Coroa e do Cetro. O ano de 1928 não registra doações da Baronesa. Colaborando para a possibilidade de atribuição errônea. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/30521>. Acesso em: 20 set. 2025.

¹²⁶ Localizada uma única carta de agradecimento de 18/06/1928 para Odorico Neves. Nos informa que os objetos do Reinado não foram os primeiros que este doou para o Museu. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/30864>. Na mesma data foi enviada carta de agradecimento para a Baronesa de Miracema. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/30523> com o mesmo item doado ao museu. Supõe-se que o ruído sobre o Cetro e a Coroa podem ser oriundos dessa proximidade de produção documental. Acesso em: 20 set. 2025.

O pressuposto desta dissertação apontou para a necessidade de entendimento do cenário do MHN, nos primeiros anos de criação, ainda que não seja possível em sua totalidade¹²⁷. Cujo o foco deu-se nas orientações para documentação dos objetos em período síncrono à chegada destes.

A publicação do professor Ivan Coelho de Sá (2019) indica as fontes do pensamento do gestor para sua atuação no museu. Enquanto os relatórios de direção, disponíveis a partir do ano de 1922, materializam e são fontes também para observar a gestão do museu¹²⁸, e inteirar-me sobre o tratamento dado aos objetos da aquisição à exposição, bem como a publicação destes.

Em paralelo, buscou-se a compreensão da política de aquisição do período descrito como “Expansão do Acervo de 1925-1956” José Bittencourt, Lia Silvia P. Fernandes e Vera Lúcia Bottrel Tostes (1995), justamente no período de chegada e sinalização que os objetos encontram-se na coleção do museu, cujas as diretrizes estão expressas no decreto de criação, e frente à aquisição declaram: “Nesta primeira fase, o Museu atua como recolhedor ativo, visto que tomava a iniciativa, na maior parte dos casos, de buscar os objetos que estivessem de acordo com seu projeto e de incentivar doações deste caráter” (Bittencourt, Fernandes e Tostes, 1995, p. 66).

Na tentativa de encontrar conteúdos sobre os quatro objetos recorreu-se aos relatórios¹²⁹ de direção do MHN, onde localizamos as estratégias adotadas para garantir a formação da coleção. Dentre elas: a indicação dos objetos desejados e localização destes; o envio de ofícios aos governadores do estado e ao presidente solicitando objetos para o museu com efeito no ano seguinte; solicitação de verba para envio de funcionário aos estados para coleta de campo; e ações para impedir a perda de relíquias históricas pelo tempo ou por roubo (Barroso, 1924).

Em relação a uma organização dos museus no âmbito internacional nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente de 1927 a 1945, as orientações para o setor estavam

¹²⁷ Devido ao processo de obras no MHN não foi possível observar os livros de registro de objetos. Também consultamos o Arquivo Institucional para checagem de histórico da sequência de fichas de catalogação adotadas pelo museu ao longo dos anos e fomos informados que não há essa prática.

¹²⁸ O que hoje se denomina de Gestão de Museus foi esquematizado por Barroso (1951, p. 21) em: *Serviços Administrativos, Serviços Técnicos e Serviços Gerais*. “A gestão dos museus e do patrimônio musealizado, para além da gestão direta das coleções, deverá então ser vista sob duas grandes vertentes: a administração propriamente dita, abrangendo os métodos de gestão adequados a qualquer organização, e a gestão econômico-financeira acrescida do marketing. Num segundo componente, teremos as questões ligadas à gestão das instalações, entrando concretamente na área de segurança” (Serra, 2007, p. 13 *apud* Cândido, 2014, p. 120)

¹²⁹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/45177>. Acesso em: 19. jun. 2025.

a cargo do L'Offices Internacional de Musées (OIM)¹³⁰. Da parte que nos toca sobre documentação, a informação solicitada estava voltada para procedência/posse em função dos roubos/apreensão. As primeiras cinco décadas do século XX foram resumidas da seguinte forma:

[...] a documentação ainda não era pensada como uma atividade especializada com procedimentos e objetivos particulares, sendo este um dos focos de discussões e de tentativas de implementação de sistemas durante o decorrer de décadas do século XX (Ceravolo; Tálamo, 2000, p. 242).

Em concomitância com a OIM, a parte teórica aplicada no MHN e descrita por Sá (2019), entende-se que a escrita da publicação *Introdução à Técnica de Museus* (Barroso, 1951), definida como: “[...] conjunto de regras, princípios, observações e conhecimentos indispensáveis à organização e funcionamento dum museu” (Barroso, 1951, p. 7), desenrolou-se na década de 30, período de inauguração do Curso de Museus¹³¹ e demonstrava o quão complexo consistia a atividade no Museu.

O texto que abre a publicação data de 1945, servindo para uso didático no Curso de Museus com aplicação no MHN. Os processos museológicos seguiam as tendências internacionais, com a ressalva de que os diálogos entre Brasil e Europa foram prejudicados na década de 1940, por conta da Segunda Guerra Mundial, como aponta Sá (2019).

Em escrita do pioneirismo da gestão de um museu, declara a importância de uma “moldura teórica” (Barroso, 1951, p. 8) ou seja, instrumentos normativos para um bom funcionamento. Sistematizou a Técnica de Museus considerando as seguintes partes: Organização, Arrumação, Catalogação, Restauração e Classificação de Objetos (Barroso, 1951, p. 7) e considerava a última a mais complexa, pois depende da tipologia do museu e de um conhecimento específico. Questões relativas à administração do museu, incluindo relacionamento com diversos públicos também constam na publicação, reafirmando a visão de marketing do diretor.

Em Barroso (1951) há explicação dos procedimentos de entrada, numeração e etiquetagem, não há informação da metodologia para estrutura da numeração, o que nos deixa muitas dúvidas no momento de análise das fichas. Na sequência, a produção de documentação para cada objeto pertencendo aos catálogos: enumerativo, descritivo, comentado e fichário, cada qual com finalidade específica.

¹³⁰ “[...] foi uma agência que recomendou o emprego de fichas e a padronização de etiquetas descritivas para dar suporte ao intercâmbio de obras de arte no âmbito internacional, como a unificação de catálogos iconográficos e classificações normalizadas (Ceravolo; Tálamo, 2007, p. 2).

¹³¹ A criação do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN) consta no Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 mar. 1932, Decreto nº 21.129, de 07-03-1932. O curso funcionou dentro do Museu Histórico Nacional até o ano de 1979, quando foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), alterada para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O catálogo enumerativo serve ao controle do acervo. O descritivo é de consulta para os usuários do museu. Já o catálogo comentado tem a intenção de expressar um conhecimento especializado sobre o objeto, servindo como fonte de pesquisa. O fichário equivale a um dossiê do objeto com documentos e fotos, e com as informações relativas à procedência. (Barroso, 1951)

O capítulo IV “COMO SE CATALOGA UM MUSEU” (Barroso, 1951) explica detalhadamente o procedimento. A indicação é que a numeração seja feita para dois fins diferentes: o primeiro de cunho administrativo, denominado numeração de inventário, de característica imutável, número atribuído pela secretaria quando da chegada do objeto. O preenchimento da guia de aquisição e o envio do objeto à seção correspondente também cabiam à secretaria. A etiqueta produzida para o objeto constava no catálogo enumerativo.

Posteriormente há indicação de uma numeração de catálogo que correspondia à presença do objeto no catálogo descritivo. Quando do acréscimo de objetos à coleção e a sua entrada em catálogo, ocorria alteração na numeração dos objetos que já integravam a publicação. Em consequência, um mesmo objeto recebia diversos números ao longo da sua trajetória no museu. O autor reconhece que numerações diferentes para um mesmo objeto, criadas para fins distintos, acabaram por gerar ruídos. Supomos que a numeração de catálogo se tornou a mais usada pelo impacto observado décadas seguintes: “[...] provaram ser ineficazes para identificação específica de cada elemento do acervo. Desta forma, um mesmo número é muitas vezes dado a diversos objetos e vice-versa” (MHN, 1984, p. 6).

O catálogo descritivo é o mais próximo do Guia do Visitante¹³² (Barroso, 1951) abarca informações sobre a instituição, desde a sua criação e aspectos arquitetônicos. A ideia do autor foi transmitir a dimensão do MHN também pelo quantitativo de peças e diversidade para que fosse reconhecido o valor da instituição. Na mesma publicação observamos a indicação das informações sugeridas por objeto, no caso um item de indumentária: número de ordem, denominação do objeto acrescido do material, qual momento histórico integrou, pertencimentos e procedência, entendida como último proprietário.

Para o catálogo comentado além das informações do catálogo descritivo são acrescentadas informações sobre o uso do objeto. Em uma correlação com os objetos estudados, seria um estudo aprofundado sobre o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, o que demonstra que aspectos do contexto o qual os objetos estão inseridos sempre tiveram lugar na gestão do MHN. Incluem-se desde a criação, formação e indumentária, cabendo integrar o registro em iconografia, Rugendas (1835) do Anexo A, com o intuito de demonstrar conhecimento sobre a representatividade do objeto no contexto histórico.

¹³² Vide exemplar da década de 1950. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/41313>. Acesso em: 23 jan. 2026.

O catálogo comentado deu lugar aos Anais do MHN para o cumprimento dessa função, com a nítida preocupação em classificar a coleção, principalmente na primeira fase. Os objetos pesquisados foram submetidos a esse processo, seguindo as orientações das ciências naturais que desde o século XVIII buscavam ordenar o mundo (Sá, 2019). Resta a dúvida se os estudos iniciados no processo de catalogação, que por vezes deram origem à produção de artigos, como Vianna (1947) e Carvalho (1948), de conteúdo aprofundado, engendrou a revisão nos documentos que compunham o fichário, caso estes tenham sido produzidos. O que nos causa estranhamento é a publicação de artigos sobre os objetos em contraponto com a informação de ausência de registro dos mesmos. A ausência da primeira ação dificultaria a busca dos objetos no museu, bem como informações de coleta, aspectos identificados nos artigos.

Há recomendação de utilização de fichário, com fichas identificadas de três formas: “Por dependências ou salas, por natureza dos objetos ou por procedência dos mesmos” (Barroso, 1951, p. 81). Não disponível para o grande público, restrito aos pesquisadores, diferentemente do catálogo descritivo e comentado.

Sequencial à recomendação do fichário, a publicação apresenta o Modelo de Ficha usada no Museu Histórico Nacional (Anexo M), localizada nos dossiês de objetos que chegaram ao museu nas décadas de 1920, 1930 e 1940. A pesquisa demonstrou o uso deste modelo de ficha em dois objetos comparativos¹³³: A primeira que apresento é a ficha da Pianola (NR 000435) produzida provavelmente em 1942 conforme consta em relatório¹³⁴ de localização Sala D. Pedro I. A segunda é a ficha da Xícara (NR 001128), datada de 01/08/1946, fazendo-se a ressalva que este objeto chegou no MHN em 1927 com localização na Sala dos Donatários. Estes em exposição, do mesmo modo que observamos Caxambu e Maria Cambinda, divulgados no circuito expositivo nas publicações comerciais, o que nos leva a considerar a possível produção desse modelo de ficha (Anexo M) para os objetos do Reinado.

Comparando a ficha publicada e a ficha utilizada há uma inversão na posição dos campos Modo de Aquisição e Procedência, porém a hipótese é um erro de produção da ficha que serviu de exemplo para a publicação, visto que a orientação para definir os campos estão invertidos.

Como indica Sá (2019), os quatro primeiros capítulos da publicação Introdução à Técnica de Museus (Barroso, 1951) foram redigidos na década de 1930, e o seu lançamento

¹³³ Indico que estes objetos foram selecionados por diferentes características, o primeiro para que pudéssemos observar o conjunto documental de um instrumento musical e o segundo, por configurar enquanto doação da Baronesa de Miracema, suposta doadora da Coroa e Cetro aqui pesquisados, no intuito de observar os documentos gerados a partir destes e entendimento do processo de documentação do MHN.

¹³⁴ Há demonstração de atribuição ao Conservador Paulo Olinto para inventariação e catalogação, informando o total de 325 preenchidas. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/41027>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ocorreu respectivamente em 1946 e 1947. Conclui-se que, na prática, as orientações da publicação foram adaptadas conforme as possibilidades de gestão do museu.

No ano de 1946, o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) assumiu o lugar do OIM e a organização do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), dentro do ICOM, foi estabelecida nos anos 1950. A década seguinte é marcada pelo surgimento da diversidade de tipologias de instituições, conseqüentemente de acervo com impacto nas discussões sobre a gestão de acervo diversos, conseqüentemente a documentação tende a pensar sobre o processamento de informações a partir desse cenário.

A necessidade de padronização dos registros também foi estimulada pela informatização que chegou aos museus. Com isso, a documentação “[...] assume um estatuto significativo no interior das instituições, quer como suporte para as atividades administrativas quer como elemento de apoio para a pesquisa científica neles desenvolvidas” (Ceravolo; Tálamo, 2000, p. 242).

A tendência reflexiva de inspiração francesa centrada no objeto enquanto documento da realidade e aplicada no âmbito do MHN (Barroso, 1951), tem na citação seguinte, razão para a possibilidade de ocorrência de produção de documentação dos objetos pesquisados de forma pretérita às publicações apresentadas no capítulo 1.3.

Quando o objeto der lugar a comentários muito longos, recheados de documentos comprobatórios, em resultado de estudos e pesquisas profundos, êsses trabalhos já não serão próprios a figurar em um Catálogo Comentado e deverão ser publicados como teses, dissertações e **comunicados nos Anais** ou na Revista que dispuser a instituição para revelar ao público e aos estudiosos sua vida mental (Barroso, 1951, p. 78, grifo nosso).

A outra vertente de foco administrativo, inspirada nos museus norte-americanos (Ceravolo; Tálamo, 2000), que objetiva agilidade para acesso ao objeto, também foi adotada por Barroso, (1951), quando este ao discorrer sobre inventariação e catalogação, demonstra que a adoção para o MHN tem origem em aprendizados com outras instituições: “Em muitos museus, a numeração é tríplice: uma para Inventário, outra para a Etiquetagem e outra para o Catálogo. É a mais inconveniente de tôdas as numerações pelas confusões que gera a cada passo” (Barroso, 1951, p. 71).

Concorre temporalmente com Barroso (1951), a publicação de 1958, de Regina Monteiro Real¹³⁵. Em “O Museu Ideal” consta que as ações em museus se centravam na “classificação, preservação e exposição” (Real, 1958, p. 13). Ao abordar a técnica de apresentação do objeto, a autora indica os procedimentos para seleção e a valorização, posteriormente definidos pelo campo da museologia como ações integrantes do processo de musealização.

¹³⁵ Informações sobre Regina Monteiro Real em Sá e Siqueira (2007, p. 44-45).

Na etapa de Seleção para a tipologia de Museu de História há a seguinte orientação: “No caso de épocas históricas ou determinados aspectos da civilização (mobiliário, armas, moedas e medalhas, vestuário, técnicas agrícolas ou industriais, etc.) escolhe-se, também, o tema principal, que se quer destacar” (Real, 1958, p. 24 e p. 25), podemos considerar como princípio de um processo de indexação, que confirma a abordagem da escavidão utilizada para objetos relacionados às pessoas escravizadas.

Para a valorização do objeto, encontra-se a sugestão de etiquetas, denominadas primárias e complementares, e ficha de registro incluindo uso de fotografia (Anexo N) e finaliza com o reconhecimento da importância da Documentação para os profissionais, e a simplificação para o público (Real, 1958), Publicações que demonstram a difusão da teoria/prática museológica, aprendida no MHN, a partir da constituição de uma formação em âmbito nacional.

Ceravolo e Tálamo (2000) complementam que é na década de 1960 que a documentação tem uma performance aplicada para o campo dos museus, também impulsionada pela informatização. No entanto, as informações sobre o processo de Documentação no MHN são escassas a partir dos anos 1960, e o cenário nos anos 1970 foi resumido da seguinte forma:

Em 1971 assume a Direção do Museu Gerardo B. Raposo da Câmara. A crise da Instituição se aprofunda. A equipe está desarticulada e pouco coesa. O estado de conservação dos bens culturais vai gradualmente piorando. A documentação museográfica do acervo é setorial, utiliza fichas múltiplas, cores e números e inviabiliza a recuperação de informações (Chagas; Godoy, 1995, p. 46).

Observam-se fichas do objeto Pianola (NR 000435), denominadas de: Ficha de Entrada, Ficha Bibliográfica, Ficha de Alterações e Ficha Descritiva, que apresentam somente a indicação do Número do Catálogo como número de identificação do objeto e se apresenta sem preenchimento muitas vezes, confirmando na materialidade os ruídos causados por essa opção, visto que a cada entrada de objeto em catálogo, a numeração sofria alteração. E no final década de 1970, há ficha com nomenclatura da Fundação Pró Memória¹³⁶, nesta as informações estão restritas à denominação, número de ordem geral e fotografia. O que extraímos desse período é uma profusão de fichas para responder a objetivos distintos ao passo que observamos que nem todos os objetos foram contemplados nesses processos.

Em sequência a tendência da informatização, foi na década de 1980 que estas foram percebidas de forma mais clara no âmbito da Documentação no MHN. O projeto, criado no

¹³⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>. Acesso em: 12 nov. 2025

ano de 1978 para Sistematização e Montagem do Catálogo Geral de Informações, desencadeou no Manual de Serviço da Seção de Catalogação (1984), pela Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo - Divisão de Museologia e Museografia, Seção de Catalogação.

Este foi concebido com a orientação técnica de Maria Helena S. Bianchini e coordenação de Helena Dodd Ferrez, produzido visando uma padronização, tendo como meta a realização de inventário geral para informatização do processamento técnico do acervo, a partir da entrada de dados. A publicação fornece informações históricas sobre o trabalho de documentação na instituição.

Consta a orientação para Registro do Objetos, sendo esta ação primária quando da entrada do objeto, a fim de evitar ruídos e de responsabilidade do chefe da seção de catalogação (MHN, 1984). A ordenação dos tópicos é apresentada da seguinte forma:

Número de Registro do Objeto, Nome do objeto, Título eventual e descrição sumária, autor, dimensões (altura, largura, comprimento, diâmetro), Modo de Aquisição (compra, doação, legado, permuta, transferência), Número do processo de aquisição, Nome e endereço do vendedor, doador ou testador ou responsável pela permuta ou transferência. Observações: antigos números de inventários, preço de compra em US\$ dólar, e etc (MHN, 1984, p. 4).

Há instrução para composição do número de registro, com a implementação de número tripartite a partir de 1980, sendo este estruturado da seguinte forma: dois ou três últimos números do ano de entrada do objeto no museu, seguido de número da coleção que o objeto é parte, seguido do número deste na coleção (MHN, 1984, p. 6). O entendimento de coleção foi descrito da seguinte forma:

[...] objetos provenientes de uma mesma fonte de aquisição [...] conjuntos de objetos da mesma natureza ou que tem qualquer relação entre si, podendo, portanto, serem formados a partir de diversos critérios tais como assunto, espécie do objeto, procedência, etc. (MHN, 1984, p. 5).

Na mesma publicação consta a prescrição, para adoção de Registro Retrospectivo (RR), para todos os objetos que entraram no MHN até o ano de 1979. devido ao ruído provocado pelo número de registro que estava em vigor, e o número de ordem geral (NOG) oriundo do inventário de 1972/1973 (MHN, 1984). Sendo formatado assim: Adota a letra R seguida do ano em curso, a segunda parte é preenchida com o número de classe e a terceira parte é o número do objeto na classe.

Constatamos o uso do registro retrospectivo, na ficha implementada (Anexo O) na década de 80. Nas análises iniciais percebemos modificações entre o que foi publicado no manual e o que foi adotado pelo museu, como a exclusão da informação do modo de aquisição.

Publicado como anexo II no Manual (MHN, 1984), visualizamos o Plano Geral de Classificação, resultando em Sistema de Organização do Conhecimento (SOC), denominado

posteriormente de Thesaurus para Acervos Museológicos (Ferrez; Bianchini, 1987), visando a padronização e posteriormente servindo a interoperabilidade. As funções dessa tipologia de SOC foram definidas por Carlan e Medeiros (2011, p. 54): “[...] a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos”. O resultado dessa prática pode ser observado pela entrada de dados nas fichas, servindo também para a recuperação da informação.

Deste período, localizamos publicação dedicada ao tema Aquisição e Documentação, de Fernanda Camargo-Moro de 1986, produzida em diálogo com órgãos voltados para os museus e publicações internacionais dedicadas ao tema. Abordou em “tempo real”¹³⁷ a percepção da aplicação das tecnologias nos museus no campo da Documentação. Encontramos a demonstração de precaução com o uso da informática, e um panorama da Documentação em museus e sua relação com as tecnologias, pensamento respaldado por Paulette Olcina (1986), responsável por mais de uma década do Centro de Documentação da UNESCO - ICOM, no prefácio da mesma publicação.

Mas, em todos os domínios que a Informática conquistou, a experiência demonstrou e ainda demonstrará diariamente que ela não é boa servidora de uma disciplina se não for manipulada por aqueles que a controlam perfeitamente, na teoria ou na prática. A museologia não escapa desta regra fundamental (Olcina, 1986, p. 11).

Camargo-Moro (1986) relata a atuação do Ministério da Educação e Cultura, a partir de levantamento do acervo em Museus brasileiros em 1971. Sabemos que nesse período o MHN implementou o número de ordem geral (NOG) conforme está relatado no (MHN, 1984). Com diagnóstico destes em 1975, e ao final de 1976, a proposição de um fichamento básico para o acervo brasileiro, com duas vertentes: “1- os objetos feitos pelo homem; 2- os objetos não feitos pelo homem” (Camargo-Moro, 1986, p. 208). O projeto não foi adiante, reafirmando o período de instabilidade do setor cultural (Rubim, 2007). As iniciativas da administração pública no MHN foram marcadas pela ausência de recursos para prosseguimento das ações necessárias à gestão, com consequências para a documentação.

Grande parte dos sistemas utilizados para documentação é insuficiente e afirmamos que esta insuficiência torna-se ainda maior nos sistemas que utilizam a informática, sem o devido preparo prévio dos dossiês dentro das normas necessárias de documentação museológica (Camargo-Moro, 1986, p. 13-14).

Para Camargo-Moro (1986) o trabalho do museólogo, o exercício da musealização, na interpretação do objeto para que o passado seja lido na documentação, é fundamental. Para

¹³⁷A publicação de Camargo-Moro (1986), dividida em duas partes, tem a segunda dedicada ao processo de Documentação com especificidades para tipologias de museus para os processos de documentação, utilizando as diretrizes do ICOM e da publicação Museion de 1986.

tanto, a sequência do processo deve iniciar com a preparação da documentação pelo museólogo para, em sequência, seguir para a informatização.

Esse cenário não é exclusivo do MHN, o final da década de 1980 é marcado pela entrada de sistemas informatizados para a administração das coleções em museus, “a ênfase recai sobre a importância do controle de vocabulários e de terminologias descritivas especializadas” (Ceravolo; Tálamo, 2000, p. 243). No caso do MHN a entrada de dados no ambiente informatizado seguiu os preceitos do Manual de Catalogação de 1984.

Coube ao Setor de Informática, implementado em 1987 (Chagas; Godoy, 1995), os procedimentos para a consolidação de informações, com o uso do Sistema de Informações Gerenciais do Acervo (SIGA), que vigorou até o ano de 2000, ainda sem conexão com a World Wide Web (www). A vertente administrativa do sistema foi enaltecida: “[...] a possibilidade de emissão de quase doze tipos de relatórios impressos” (MHN, 1989).

Aqui abrimos um parêntese sobre a força-tarefa empreendida para entrada dos dados em sistema que originou uma lista de doadores¹³⁸, apontamos este dado informacional em relação à pesquisa. Buscou-se na lista os seguintes nomes: Diocese de Mariana, Helvécio Gomes de Oliveira, Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto. Por fim, confirmamos os nomes da Baronesa de Miracema e de Odorico Neves¹³⁹, estes relacionados aos objetos pesquisados. Como não tivemos acesso ao documento que gerou a lista, não sabemos nem se existe, não há como indicar se Odorico Neves configurou nesta lista pelos objetos da Irmandade ou pelo objeto doado no ano anterior, o sinete, o único que possui carta de agradecimento localizada.

O que observamos é que nesse período as informações sobre os objetos estavam no Setor de Informática, na Divisão de Acervo Museológico e no Departamento de Controle e Preservação do Patrimônio (MHN, 1989). Na década de 1990 a coleção foi inventariada para dar sequência ao processo 1392-T-97¹⁴⁰ de tombamento das coleções e do complexo arquitetônico do MHN, processo aprovado pelo IPHAN em 2001 (Castro, 2002).

¹³⁸ Publicação de 70 anos de bons amigos. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/23376>. Acesso em: 17 maio 2025.

¹³⁹ Nas pesquisas nos processos de entrada de acervo do ano de 1928, verificou-se a existência no Processo 15/28 contendo carta de agradecimento datada de 18/06/1928, mesma data da carta de agradecimento para Baronesa com registro de doação de item de mesma denominação. Endereçada à Odorico Neves com agradecimento da doação de um sinete do Banco do Brasil de Ouro Preto. Conforme apresentado no subcapítulo 1.3, 20/06/1928 foi a data da carta de Odorico Neves oferecendo o Caxambu e a Maria Cambinda ao Museu. O que demonstra que a atuação de Odorico Neves, como doador do MHN, não estava restrita aos objetos religiosos e nem foi iniciada com os objetos da Irmandade.

¹⁴⁰ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat_memoriaspatrimonio_entrevistasilvates_m.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

Em 2005, há migração para o Light Base Web (LBW) que, assim como o SIGA era acessado somente pela equipe da reserva técnica¹⁴¹. Em 2012, entra em operação o Sistema Eletrônico da Reserva Técnica (SERET), base de dados acessível para todos os funcionários do MHN.

Desde 2018, o MHN opera com o TAINACAN¹⁴², plataforma *on-line* de acesso às últimas fichas produzidas. Em comum, todos os sistemas informatizados apresentam a virtualidade das fichas, conseqüentemente, a sua efemeridade; logo as informações incluídas, excluídas ou alteradas podem não deixar vestígios, salvo na impressão/digitalização de versões. A migração de uma base para outra foi realizada sem a ideiação de preservação digital. Salvaram-se fichas que foram impressas, em algum momento de pesquisa, e que integram os dossiês.

Nesta lida com documentos históricos caberia uma ação de preservação digital, composta de várias fases, visando o acesso aos documentos pretéritos. Para tal ação necessita-se: “planejamento, alocação de recursos, e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável” (Hedstrom, 1996 *apud* Boeres; Arellano, 2005, p. 2).

Na leitura do Plano Museológico 2020-2023, considerando a análise da documentação até 2024, não identifiquei no Programa de Gestão de Acervo estratégia para a preservação digital no âmbito da documentação.

Consciente da realidade do museu e do histórico da cultura no Brasil (Rubim, 2007), que sigamos para discussões que considerem o tema a partir do entendimento que estes constituem-se enquanto Patrimônio Digital.

Esse breve panorama da Documentação foi necessário para a interpretação do conteúdo dos dossiês. A exiguidade documental, possivelmente até os anos 80, em comparação com objetos que chegaram ao museu no mesmo período, suscitam hipóteses de armazenamento de fichas ainda não localizadas nas dependências do Museu, extravio ou descarte. O que pode ter levado a esse fato tem indício na produção da ficha considerando a presença ou ausência de informações institucionais.

Se nos primeiros anos do MHN avaliou-se como a documentação foi orquestrada tendo passo a passo determinado pelas diretrizes do seu gestor, num segundo momento, observamos a entrada dos sistemas informatizados e a natural passagem do tempo, conse-

¹⁴¹ Informação recebida da servidora e museóloga Adriana Bandeira, por e-mail em 26 jun. 2025.

¹⁴² Software livre desenvolvido na Universidade Federal de Goiás como repositório de acervos museológicos, adotado pelo IBRAM, para uso nas instituições que são geridas pelo órgão. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/acervo-em-rede-e-projeto-tainacan>. Acesso em: 23 jan. 2025.

quentemente o acúmulo de documentos. Com isso, observamos como a informação produzida, versada nas fichas de catalogação foram geridas apesar da escassez documental constatada durante a análise documental.

Recorreu-se aos instrumentos de produção de documentos: controle de entrada - registro de acervo, processamento técnico de acervo - Inventários, Fichas de Catalogação para verificação da presença dos objetos no MHN, documentos que não estão digitalizados e os quais não tive acesso em função das obras. Ficaram expostas questões relacionadas à escassez de política de memória organizacional devido também às perdas documentais e informacionais, ocasionadas pelas mudanças dos sistemas de informática. Os vazios observados constituem desafio para compreensão da história dos objetos dentro da instituição.

Ao considerar a análise extramuros e intramuros, observou-se a história do fazer profissional, consolidado no MHN, propagado em instituições museais nacionais ao longo das décadas do século XX. Ciente que as institucionalizações dos órgãos reguladores do campo são posteriores às práticas estabelecidas no MHN quando da sua criação, e sem desconsiderar o contínuo processo de construção da Museologia (Loureiro, 2005) somadas às consequências da redemocratização do país: “A transformação dos anos 1980 pôs, ao menos discursivamente, as diversas manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Gouveia, 2020, p. 3), argumentos que operam para a interpretação dos objetos ao longo do século XX.

Entender a conformação da Documentação no MHN, foi um dos caminhos trilhados para interpretar a documentação disponível dos objetos. Um outro percurso também foi adotado para o mesmo fim: estudar os relatórios de direção de 1922-1970.

2.1 Os relatórios de direção: mapeamento de práticas

A leitura destes instrumentos de prestação de contas pareceu-me um campo fértil por alguns tópicos que apareceram durante a pesquisa: a ausência/ocultação de registro de entrada¹⁴³, a difusão ocorrida dos quatro objetos em datas pretéritas ao registro e a ausência de ficha de catalogação correspondente ao período de entrada.

Sob essa ótica, aventou-se a possibilidade de encontrar citações aos objetos nos relatórios de direção. Esses foram citados de forma direta ou indireta? Enquadrados em alguma narrativa? Por que somente dois dos quatro objetos pesquisados possuem fichas de catalogação a partir dos anos 70? São alguns pontos que culminaram na decisão de consultar os relatórios. Nas primeiras leituras, observou-se que os objetos considerados mais importantes

¹⁴³ Servidora no Museu informou em 20/03/2025 às 16h26 que não localizou informações de aquisição/doação e registros de entrada dos objetos.

ou oriundos de doadores célebres, foram citados nos relatórios direcionados ao Ministro como forma de confirmar o prestígio da instituição.

Com feições diversas, organizados por seções e endereçados hierarquicamente — Do Chefe da Seção para o Diretor do Museu, e do Diretor do Museu para o Ministro pertencente ao Ministério, ao qual o museu era subordinado. Com os seguintes intervalos de tempo: anual, bianual e períodos que concorrem com o primeiro governo de Getúlio Vargas, como o relatório de 1930 a 1944¹⁴⁴. Alguns com data e assinatura, outros sem qualquer menção a data e assinatura, dificultando a interpretação de informações, principalmente quando cruzados com outros documentos.

Encontra-se sobreposição de relatórios e, conseqüentemente, de informações, acarretando a repetição de uma ação em curso no museu, utilizada como forma de demonstrar que os trabalhos eram informados para a primeira hierarquia, e pela sua relevância ou não eram informados ao ministro.

Os relatórios, enquanto fontes primárias, indicam a possibilidade de pesquisa em outras fontes primárias, documentos gerados pela instituição, como: cartas, catálogos, fichas, inventários, livros, ofícios etc. Esses podem fornecer pistas diretas, quando versam sobre os objetos, ou indiretas quando sugeridas por termos que os objetos são enquadrados, como por exemplo: escravidão, arte popular da colônia, objetos de uso dos escravos (Relatório de 1930).

Sendo assim, justifica-se, que por vezes, podemos nos distanciar da análise dos relatórios para recorrer a documentos produzidos no mesmo período desses, para confronto de informações, principalmente no que diz respeito ao período de 1928, provável chegada dos objetos ao museu, até 1930, para possível vestígio sobre os objetos em outros documentos.

A leitura contínua dos relatórios foi encorajada – sim, este é o adjetivo –, visto que as denominações nem sempre correspondem aos documentos apresentados. A qualidade da cópia falha no corte de partes textuais de conteúdo¹⁴⁵, possível data ou assinatura, ou até mesmo troca ou ausência de página.

O trabalho de digitalização deve ser procedido com consciência de uma das etapas da preservação digital de documentos históricos. A qualidade informacional dos relatórios expressa os afazeres no MHN, favorecendo a compreensão, ao menos em parte, da gestão retrospectiva ainda que a leitura tenha sido prejudicada.

¹⁴⁴ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42743>. Acesso em: 1 nov. 2025

¹⁴⁵ Exemplo de documento com falha na digitalização. Elemento probatório que digitalização não é sinônimo de preservação digital. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44653>. Acesso em: 1 nov. 2025

Iniciam-se as leituras dos relatórios¹⁴⁶. O primeiro considera os seis meses de gestão (02.08.1922 a 31.12.1922), sendo que o museu só foi aberto nos últimos dois meses do ano. Dados da Seção de História, a cargo de Alberto Faria¹⁴⁷ até 1925. Há um padrão definido, empregado no primeiro relatório referente ao ano de 1922, com indicação do objeto, forma de aquisição e procedência, campos de cautela, sendo os primeiros a configurar nas fichas dos museus de arte no começo do século XX (Ceravolo; Tálamo, 2000).

É possível notar que a falta de espaço e de recursos impactaram a gestão do museu nato deficitário. Conforme descrito abaixo, há pendências de catalogação, e a prática de aguardar as aquisições para organização do trabalho de documentação.

Os trabalhos de organização, as aperturas de tempo e local **não nos permitem ainda preparar a catalogação definitiva desta secção**, em que existem reliquias de alto valor intrínseco e Histórico. **Além disso, não valeria a pena fazê-lo estando-se à espera de novas remessas dum momento para outro.** Entretanto, na mesma, já se acham devidamente expostos ao público, convenientemente etiquetados, documentados e identificados 643 objetos (Barroso, [1923?], p. 7).

Não foi esclarecido se os objetos da seção foram ao menos inventariados, como prega o regulamento do Museu. O procedimento após o ato de aquisição foi detalhado por Barroso (1951), como de responsabilidade da secretaria, o preenchimento da guia¹⁴⁸ de remessa para seção.

A existência de um passivo documental foi apresentada a partir do relatório do ano de 1925 e reiterada até o ano de 1929. Não há informação se esse passivo foi concluído. Recém-empossado, o chefe da Seção de História, Joaquim Menezes de Oliva¹⁴⁹, relata falhas no livro de registro de objetos, sem identificação de doador/procedência. A declaração a seguir informa das condições da seção de história, razão da criação do museu, já penalizada nos primeiros anos de existência. A produção de documentação tardia favorece a perda informacional.

[...] há também um livro destinado ao registro de “objectos recebidos da secretaria pela 1ª secção” cujo primeiro lançamento é de 15 de abril de 1925, (quasi três anos depois da criação do Museu Histórico!) e o último de 22 de

¹⁴⁶ Foi observada a seguinte dinâmica: Os chefes de seção encaminhavam o relatório para Gustavo Barroso, que produzia um novo relatório, tendo o primeiro como fonte, para encaminhamento ao ministro.

¹⁴⁷Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2025/09/1925-morre-alberto-faria-membro-da-academia-brasileira-de-letras.shtml#:~:text=O%20jornalista%2C%20professor%2C%20folclorista%20e,Paquet%C3%A1%2C%20no%20Rio%20de%20Janeiro>. Acesso em: 12 dez. 2025

¹⁴⁸ Primeira guia localizada no processo 01/23 de número 50, referente à primeira seção. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/29306>. Acesso em: 26 out. 2025.

¹⁴⁹ Professor do Curso de Museus nas primeiras décadas Sá (2006, p. 14).

setembro do mesmo ano, prova mais eloquente do desmantelamento que estava a 1ª secção do museu (Oliva, 1926, p. 2).

Em 1924, o Museu publicou o catálogo geral da 1ª Seção Archeologia e História, com o intuito de auxiliar o visitante em seu percurso — anos mais tarde denominado de catálogo descritivo (Barroso, 1951). Nele a numeração dos objetos apresenta-se por sala, seguida da denominação do objeto atrelado ao seu testemunho do passado, indicação do uso e a procedência. A intenção na publicação de um catálogo é demonstrar a proficiência do museu nos temas relacionados aos objetos que detém, resultado da produção de conhecimento gerada pela instituição para visibilidade no âmbito nacional e internacional.

Desse primeiro catálogo, do total de 2496 objetos, 1402 foram transferidos de locais públicos, por extinção ou por adequação ao MHN, cumprindo-se a política de aquisição estabelecida em decreto. Complementam as formas de entrada de acervo: aquisições de várias espécies, ofertas de particulares e associações, e dádivas de governo e associações estrangeiras (Barroso, 1924, p. 201). As denominações utilizadas por Barroso nos relatórios de direção não expressam claramente a forma de aquisição e podem até se fundir.

Em resumo, esclarecem as práticas da instituição e a transparência ao listar os doadores, ou seja, a procedência e nos auxilia no entendimento desse arranjo. Com relação à organização/catalogação dos objetos, apreende-se que estes foram contabilizados por sala, informação confirmada posteriormente na leitura dos relatórios que serão apresentados a seguir.

No relatório seguinte, Oliva (1927) informa que havia objetos sem registro de procedência e outros com informações desnecessárias, como a formação universitária dos doadores. E descreve a situação encontrada ao tomar posse na seção, onde havia grande quantidade de objetos no gabinete sem qualquer nota e informações de procedência (Oliva, 1927).

Nesse sentido, a partir do ano de 1926 e nos anos seguintes, a informação sobre o “Registro de Livros e Objectos” foi apresentada como função árdua: “que muito se tem esforçado para trazer sempre em dia a escripturação dos livros a seu cargo” (Oliva, 1927, p. 3). No mesmo documento, demonstra-se a necessidade de inventário¹⁵⁰ e nova catalogação, ação restrita aos objetos em exposição, e que este procedimento foi interrompido pela espera de incorporações de objetos do Museu da Marinha.

Seja pelo volume de peças ou pela escassez de funcionários, decide-se em 1926 que somente as peças mais importantes serão detalhadas no relatório, restando a dúvida se de

¹⁵⁰ Segundo as Diretrizes Internacionais sobre Objetos de Museus definem-se: o primeiro “[...] informações básicas de gestão do acervo relativas a cada objeto, incluindo detalhes essenciais necessários à definição de responsabilidades e segurança” (CIDOC-ICOM, 2014).

fato a Baronesa fez doação de um item, ou se esse era o único importante para configurar no relatório, o que nos levou a investigar os processos de doação dos anos seguintes.

Se até aqui, buscava-se compreender a forma de execução das tarefas, a partir do ano de 1928, objetiva-se localizar no relatório informação sobre os quatro objetos. Partindo dos doadores indicados nos documentos (cartas de doação e cartas de agradecimento do Diretor do MHN), bem como o esclarecimento sobre quais documentos registram a entrada no acervo, e a quais procedimentos foram submetidos, já que nesta fase as doações de particulares/elite superam as transferências de estabelecimentos oficiais e as compras.

No relatório referente ao ano de 1929¹⁵¹, em comparação com o relatório de 1928, suprimiu-se a lista dos objetos mais importantes, doadores que foram substituídos por número de objetos e lista de doadores sem correlação entre esses dados, menos uma fonte para conferência em caso de dúvida em outro registro. Menciona-se que a falta de recursos impede o museu de participar de leilões e o envio dos funcionários a viagens para coleta de objetos em outros estados também foi frenado.

Não foi possível identificar nos relatórios de seção de 1928 e 1929: menção aos objetos pesquisados, citação a Odorico Neves, Irmandade Nossa Senhora do Rosário, Igreja Nossa Senhora do Rosário ou qualquer termo relacionado e sobre a presença dos objetos no museu. Buscou-se também documentos relacionados à Baronesa de Miracema, esses não mencionam a Coroa e Cetro nem de forma indireta, o que reforça a hipótese de erro nesse processamento informacional em ficha de catalogação como doadora desses.

Optamos por continuar a leitura dos relatórios, considerando o possível atraso no registro dos objetos pesquisados, visto que, o tardamento indicado por Oliva (1926) já demonstrava impacto na documentação.

Avançamos para a leitura do relatório de 1931/1932 e de 1930/1944 no intuito de localizar uma referência aos objetos, que por estarem em exposição, foram sinalizados como integrantes do procedimento de revisão da catalogação. Com o avançar da leitura, identificamos que esse processo estava restrito às salas reconhecidas como mais importantes, a exemplo da Sala Pedro I — ação confirmada no relatório referente ao ano de 1930, apresentado pelo então diretor Rodolpho de Amorim Garcia, no cargo de 1930 a 1932, dando continuidade ao trabalho de Barroso. Retoma-se a utilização de lista de objetos doados e seu respectivo doador, o que mereceu uma análise para busca dos objetos, ainda que estes não possuíssem o apelo histórico.

¹⁵¹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/4272>. Acesso em: 20 jun. 2025. Consta informação da licença de Joaquim Menezes de Oliva a partir de outubro do mesmo ano, o que pode influenciar nos processos de documentação.

Surge a primeira hipótese de enquadramento dos objetos: “VIII) Sala da Abolição — Contem os ferros da escravidão, arte popular da colonia, objectos de uso dos africanos, a iconographia da abolição” (MHN, 1930¹⁵², p. 4), entendidos como uma pista, uma possível citação indireta sobre os objetos, com a ressalva de que objetos de suplício também eram enquadrados como de uso dos africanos.

O relatório referente ao ano de 1931, encaminhado ao ministro, menciona a produção de um catálogo, por ora não localizado. Nele o diretor informa que: “Trata-se de um trabalho de classificação e estudo de cada peça pacientemente organizado, e de relevancia, não só para os fins imediatos a que se destina (guia de visitantes) como para o conhecimento de nossa história” (Garcia, [1932?], p. 15). O modo de produção de tal catálogo espelha o feitiço definido como: “essencialmente documentalista da Museologia do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com ênfase nos procedimentos técnicos de documentação: identificação, classificação, numeração, inventariação e catalogação” (Sá, 2019, p. 37). Consta no relatório de 1933¹⁵³: “Arrecadamos, igualmente, todas as peças históricas, ao nosso alcance, nas cidades e nos estados” (Barroso, [1934?], p. 2), afirmação que denota o empenho do diretor na ação de coleta de campo como a ocorrida em Ouro Preto, e a continuidade dessa ação.

No relatório referente ao ano de 1935¹⁵⁴, enviado pelo diretor ao Ministro da educação e com a reivindicação que o MHN fosse denominado de “Casa do Brasil”, observamos que, ao tratar da seção de História, há menção à produção de um catálogo geral do museu, em vários volumes, mais uma vez a indicação que o procedimento de catalogação era feito por salas. Com a leitura de Introdução à Técnica (Barroso, 1951) e o Manual de Catalogação (MHN, 1984), entendemos que a cada produção de catálogo as peças recebiam nova numeração. Revela-se a escassez de funcionários para cumprimento de função de caráter patriótico.

A informação sobre o registro dos objetos, lida no relatório de 1926, tem a etapa esclarecida no relatório emitido em 27 de janeiro de 1939, do exercício de 1938¹⁵⁵: “Registo de objéto — o serviço de registo de objéto tem sido feito de conformidade com as **guias remetidas pela secretaria** pelo Dr. José Mariano Filho” (Barroso, 1939, p. 3-4, grifo nosso). Aqui, esclarece-se que os objetos eram registrados a partir da guia de aquisição. Supõe-se que a

¹⁵² Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42755>. Acesso em: 10 maio. 2025

¹⁵³ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42852>. Acesso em: 10 maio. 2025

¹⁵⁴ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42892>. Acesso em: 10 maio. 2025

¹⁵⁵ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43005>. Acesso em: 12 maio. 2025

ausência de processo de doação dos objetos estudados, incluindo a guia de remessa, contribuíram para a privação de registro dos objetos e conseqüentemente a dissociação destes.

No mesmo documento, consta um resumo¹⁵⁶ quantitativo dos objetos em poder do MHN, relativo ao período de 1930 até 1938, contabilizando a procedência entendida por três vias (doação, transferência e permuta, compra) e avaliação monetária considerando a divisão (compras e permutas e doações). Este documento não faz menção aos objetos que chegaram ao museu antes de 1930, suponho que tenha sido uma estratégia de gestão para responder ao governo em voga, pois à época o Museu respondia ao Ministério da Educação e Saúde Pública¹⁵⁷ sob o Governo de Getúlio Vargas.

Por dialogar com informações que constam nos relatórios anteriores, há matéria publicada em virtude do 17º aniversário do Museu Histórico Nacional, no *Jornal do Comércio* em 22/10/1939, por Luiz Marques Poliano¹⁵⁸, então secretário do curso de museus de 1935-1940 (Sá; Siqueira, 2007), demonstrando que a manutenção e organização do museu permaneceram como um desafio e foram publicizadas¹⁵⁹. Poliano (1939) esclarece que as menções à produção de catálogos, lidas em relatórios da década de 1930 não foram efetivadas, ao informar que somente um catálogo foi produzido pelo museu, logo após a abertura, o que supomos ser o de 1924, tratado anteriormente.

Expressa também a importância da Pesquisa e Documentação, para levantamentos dos dados relativos aos objetos, considerando as informações intrínsecas, com enfoque na classificação nesse momento, e destaque para as informações extrínsecas, definida por (Mensch, 1987 *apud* Ferrez, 1991): “são aquelas obtidas de outras fontes que não o objeto” (Ferrez, 1991, p. 1), que permitem enquadrar o objeto no acontecimento que encenaram.

No relatório referente ao ano de 1940¹⁶⁰ consta: “[...] não havendo no museu, nas suas vinte salas e mais de 10 mil relíquias, nenhuma a que falte a indicação referida” (Romero, 1941, p. 3). No entanto, o serviço de catalogação continua restrito às salas dos denominados “heróis nacionais”, como identificamos igualmente em páginas seguintes. “Foram relacionados os objetos de todas as salas da Seção, sendo os serviços de catalogação das mesmas distribuídos aos conservadores Paulo Olinto de Oliveira (Sala Pedro I), [...]” (Romero, 1941, p. 11), cujo trabalho identificamos na pesquisa das fichas de catalogação do objeto Pianola (NR 000435) que pertenceu a D. Pedro I, assinada pelo conservador Paulo Olinto em modelo

¹⁵⁶ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43009>. Acesso em: 12 maio 2025

¹⁵⁷ De acordo com o Decreto nº 19.444, de 1º de dezembro de 1930. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf-arq/d19444.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.

¹⁵⁸ Informações sobre Luiz Marques Poliano em Sá e Siqueira, 2007, p.31.

¹⁵⁹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/45092>. Acesso em: 12 maio 2025.

¹⁶⁰ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43016>. Acesso em: 14 maio 2025.

de ficha descrito em Barroso (1951). O que aprendemos investigando os relatórios e outros documentos institucionais, é que a leitura e interpretação destes se dá em processo de interconexão favorecendo a formação da rede de conhecimento.

Seguimos com as informações administrativas com impacto na documentação dos objetos. Para o ano de 1942, referente à 1ª seção¹⁶¹, consta a adoção de um novo livro de registro destinado aos objetos com entrada a partir de dezembro de 1925. Como na década de 1940, conforme demonstrado em publicações comerciais, Caxambu e Maria Cambinda estavam expostos no museu, cogitou-se a possibilidade de configurarem no novo livro de registro, porém não houve confirmação da existência dessa publicação e também não foi possível pesquisar em virtude das obras que ocorriam na instituição.

Em fevereiro de 1946, é emitido relatório referente ao ano de 1945¹⁶². Há menção da reorganização do MHN a partir do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. É desse período a instalação de um gabinete fotográfico com fotógrafo mensalista. Há informação que Nilza Botelho¹⁶³, conservador classe H, segue com o registro no novo livro dos objetos, iniciado em 1942, para objetos com entrada no museu a partir de dezembro de 1925. Cabe salientar que, no ano de 1946 o museu detinha 115 mil objetos (Castro, 2002), o que nos coloca frente à falta de capacidade de registro e catalogação destes diante da escassez de funcionários e verbas relatadas perenemente.

Seguimos com a leitura dos relatórios, pelas indicações de documentos que podem mencionar os objetos pesquisados. Detectamos informação sobre a produção de inventário geral e de levantamento parcial dos objetos que estavam fora das vitrines no relatório emitido em fevereiro de 1947¹⁶⁴ sobre o ano de 1946. Acesso também solicitado para checagem, visto que o Caxambu e a Maria Cambinda, aparecem fora da vitrine quando foram publicizados em 1930, e nesse período os objetos comprovadamente aparecem no circuito do museu, e conforme o relatório de 1940 todas as peças que estavam no circuito possuíam etiquetas.

Nesse mesmo relatório afirma-se que todas as salas passaram pelo processo de inventário e avaliação¹⁶⁵, o que nos seria útil: uma lista de objetos por sala para consulta. O que hoje é produzido para visita virtual, no futuro servirá enquanto fonte, as ações do presente e seus usos e consequências no futuro, nos orienta continuamente para uma gestão que considere a acessibilidade em diversas frentes.

¹⁶¹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43115>. Acesso em: 14 maio 2025.

¹⁶² Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43209>. Acesso em: 14 maio 2025.

¹⁶³ Informação sobre Nilza Botelho em Sá e Siqueira, 2007, p. 53.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43125>. Acesso em: 16 maio 2025.

¹⁶⁵ Disponível em: app.docvirt.com/MHN/pageid/43157. Acesso em: 16 maio 2025.

É a partir dos relatórios da década de 1950 que as ocorrências de roubo¹⁶⁶ são relatadas, reflexo do orçamento reduzido, insuficiência de funcionários e de medidas sistemáticas para controle do acervo. É também desse período a prática de lista de aquisições com indicação do valor da peça, já a informação de procedência foi encontrada em alguns relatórios, não sendo uma prática como na primeira década.

Apresenta-se no relatório de 1950¹⁶⁷, nomenclatura para três tipos de fichas: auxiliares, comentadas para o catálogo e de referência ([1951?], p. 20 e 21). Nas pesquisas realizadas em fichas de catalogação não localizamos fichas com essas nomenclaturas ou que expressassem essa diferenciação. Em *Introdução à Técnica de Museus* (Barroso, 1951) não há menção às diversas fichas citadas no relatório, seguimos com a indicação de ficha única em uso no Museu.

Em 1953, é criada pela portaria número 63 a 2ª Seção de História, em desdobramento da 1ª seção, e, a partir de 25 de novembro do mesmo ano, entra em funcionamento. A divisão entre as seções é feita por sala conforme demonstra o relatório datado de 11 de janeiro de 1954¹⁶⁸, e os objetos relativos ao período de escravização, passam a compor essa seção, que também abarca: armas, marinha e carruagens (Oliveira, 1954). As salas foram distribuídas por funcionário, e a Conservadora Marfa Barbosa Vianna, ficou responsável pela sala Conde de Bobadela, configurando uma pista direta sobre os objetos, pois pelo artigo que consta nos Anais de 1947, sabemos que o Caxambu se encontrava nesta sala. As responsabilidades da conservadora foram descritas em relatório¹⁶⁹:

O Conservador Marfa Barbosa Viana, do mesmo modo continuou o trabalho recebido ainda na 1ª Seção, inventário, fichário auxiliar, etiquetagem e catálogo dos objetos de escravatura e coloniais, estando adiantadas as pesquisas sobre os objetos em questão (Oliveira, 1954, p. 3).

Informa-se sobre a realização de pesquisa dos objetos (Oliveira, 1954), possível fonte para a publicação do artigo da Conservadora Marfa Barbosa Vianna, “O Negro no Museu Histórico Nacional” no volume VIII de 1947, porém impresso em 1957.

Há indicação de registro de objetos que já estavam em exposição, mas não integravam a 1ª seção. Ao mencionar o registro da coleção Miguel de Calmon: “[...] do mesmo modo serão registrados os demais objetos que compõem as coleções das salas que passaram a integrar a 2ª seção de História” (Oliveira, 1954, p. 2). Restando a sugestão do ato de registro dos

¹⁶⁶ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39059>. Acesso em: 17 maio 2025.

¹⁶⁷ Das atribuições da Conservadora Octavia dos Santos Oliveira e dos demais Conservadores na produção de fichas. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39072>. Acesso em: 1 nov. 2025.

¹⁶⁸ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43419>. Acesso em: 17 maio 2025.

¹⁶⁹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39473>. Acesso em: 17 maio 2025.

objetos, que não pertenciam à 1ª seção, só terem sido efetuadas quando integraram a 2ª seção. É possível que os objetos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário tenham sido registrados nesse período, seguindo o artigo 84, quando transferidos para nova seção. Cabe ressaltar, que o registro tardio não estava atrelado somente aos objetos relacionados às pessoas escravizadas.

Em relatório emitido pelo diretor do museu ao ministro sobre as atividades do ano de 1955¹⁷⁰, demonstra-se que nem todos os objetos passaram pelos procedimentos de aquisição/documentação para entrada no museu.

Para sanar as confusões verificadas durante a arrumação tais como os objetos aparentemente perdidos ou desaparecidos, ou não identificados, foi iniciada uma revisão geral baseada nos catálogos atuais e verificação nos livros de inscrição antigos (Barroso, 1956, p. 16).

Em relatório remetido, referente ao ano de 1956, pela 1ª seção de História do Museu Histórico Nacional para o diretor do MHN. Há a seguinte informação: “O catálogo dos doadores já está pronto desde o ano de 1939 até os tempos atuais, estando em andamento os dos anos anteriores” (Lévy, [1957?]). Infelizmente o documento não foi escaneado corretamente apagando assinatura e data. Ainda assim, considerando que provavelmente os objetos da pesquisa não constavam na 1ª seção, seria oportuno verificar se o nome de Odorico Neves foi considerado e se haveria alguma citação aos objetos doados.

No relatório interno¹⁷¹ de 1955 enviado ao diretor do museu, os conservadores foram designados para salas específicas (Barros, 1955). Expressando os termos utilizados à época, consta nele a palavra depósito para a guarda de objetos, o que hoje vem a ser reserva técnica. Também observamos essa alteração de termos nas fichas dos objetos, permitindo uma demarcação temporal alinhando produção de relatório/ficha.

Na sequência, o Relatório de Atividades do Ano de 1956¹⁷², enviado ao ministro com as seguintes informações: instalação de gabinete fotográfico¹⁷³ no museu e edição do volume VIII dos anais, onde identificamos a primeira foto do Caxambu¹⁷⁴, sem indicação da localização no museu, porém relevante pelo artigo relacionado à essa pesquisa. Sobre a 2ª seção de História, há indicação de livro para registro específico da seção e quais campos constam em ficha: procedência, valor, dimensão e localização. Essa informação também aparece no relatório de 1959, demonstrando a permanência da prática privilegiando esses quatro campos.

¹⁷⁰ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39750>. Acesso em: 17 maio 2025.

¹⁷¹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39521>. Acesso em: 17 maio 2025.

¹⁷² Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39802>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁷³ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39794>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁷⁴ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/11873>. Acesso em: 23 maio 2025.

Com a localização dos objetos relacionados aos afrodescendentes e consequentemente, a presença do Caxambu¹⁷⁵, confirmada nos Anais do MHN, v. IX, p. 141, 1948, há indicação de fichário com a classificação e localização dos objetos na sala. Por fim, Barroso completa: “Encontra-se toda a 2ª seção de história inventariada, com exceção dos objetos da coleção Miguel Calmon, e com fichários completos quer de classificação como de localização, bem como o acervo completo da mesma” (Barroso, [1957?], p. 20). Configurando-se como evidência de documentação produzida para o Caxambu, e para os demais objetos relacionados à temática.

Também foi produzido relatório englobando o período, de 1956 até 1959¹⁷⁶, em papel timbrado do Ministério da Educação e Saúde¹⁷⁷, órgão com nomenclatura alterada a partir do ano de 1953. Nesse, confirma-se a edição dos Anais no volume IX¹⁷⁸. Esse documento foi produzido quase sete anos após a mudança da nomenclatura, demonstrando que a documentação em museus, mais precisamente as fichas que indicam o ministério, não necessariamente foram preenchidas na vigência de tal órgão, sugerindo uma temporalidade enganosa.

Seguindo a leitura desse indica-se que a 1ª e 2ª seção de história possuíam conteúdo disponível sobre os objetos: “As seções apresentam fichários de catálogos informativos de todas as salas de exposição” (1956-1959, 1960?, p. 5). Em pesquisa à documentação de objetos que chegaram no mesmo período ou que possuem afinidade temática, observamos fichas diversas nos dossiês, que anteriormente integravam os fichários que foram desmembrados para dar lugar aos dossiês.

Em relatório seguinte, de 1956-1960¹⁷⁹, produzido em papel timbrado do Ministério da Educação e Cultura, há na página III a informação que os setores Arquivo, Biblioteca e Divisões de História e Numismática seguem com o trabalho de fichamento descritivo de todo o acervo do museu.

O CIDOC, parte do ICOM, foi criado em 1963 com o objetivo de promover trocas em instância científica e normatizar estratégias de documentação, a partir de síntese das práticas utilizadas nos museus. Os impactos das ações do ICOM - CIDOC, constam nos relatórios das décadas seguintes.

¹⁷⁵ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/12149>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁷⁶ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39791>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁷⁷ Esclarecido que o Ministério da Educação e Saúde tem essa nomenclatura a partir da data da reforma do Ministério em 1937 e permanece até 1953. Mais informações em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/83-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-vargas/1628-ministerio-da-educacao-e-saude-publica-1930-1945?highlight=WyJtaW5pc3RcdTAwZTlyaW8iLCJkYSIsImVkdWNhXHUwMGU3XHUwM-GUzbyJd>. Acesso em 23 maio 2025.

¹⁷⁸ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39792>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁷⁹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39797>. Acesso em: 24 maio 2025.

No processo de observação de documentos de gestão, viu-se que no relatório da década de 1960¹⁸⁰, documento interno enviado pelo chefe da seção ao diretor, quando o Museu já era subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, foi produzido em documento do Ministério da Educação e Saúde. Essa ocorrência, já detectada em outros momentos, impacta na leitura da temporalidade da produção documental do Museu, principalmente quando esse não é datado e assinado.

No relatório de serviços prestados no ano de 1960¹⁸¹, descrito pelo Conservador Clovis Bornay: “Trabalhos executados: 1º — Iniciado o catálogo comentado dos objetos dos escravos, localizados na Sala Conde de Bobadela”, indica-se produção do catálogo comentado, mesma nomenclatura utilizada por Barroso (1955, p. 76), relacionado aos objetos de pessoas escravizadas, com a confirmação de permanência desses na sala Conde de Bobadela. Uma evidência de pesquisa sobre o Caxambu, quanto aos demais, não há como confirmar se estavam na sala.

É na década de 1960 que ocorre a atualização do Regimento do Museu, alterado novamente nos anos 1990. Em Relatório da Divisão de Documentação e Divulgação de 1962¹⁸², não há informações de procedimentos de documentação relacionados à catalogação, aqui a documentação é compreendida como ato de documentar os feitos do Museu.

Em relatório produzido por Marfa Barbosa Viana referente ao ano de 1962¹⁸³, apresentado em 12 de fevereiro de 1963, há informação de atualização dos fichários de algumas salas, dentre elas a Conde de Bobadela, onde estão os objetos relacionados ao período de escravização. Por motivos de saúde, a conservadora esteve afastada, não constando nos relatórios seguintes informações sobre as salas que estavam sob sua responsabilidade.

O relatório referente ao ano de 1965¹⁸⁴ da Seção de História, da divisão de História e Arte retrospectiva do MHN, contém rubrica supostamente de Sigrid Porto de Barros, mas não há data ou assinatura ao final do documento. A ausência de funcionários para a conservação do acervo e a ausência de segurança foram relatadas neste documento.

Com novidades sobre transferência de peças relacionadas ao povo negro. Os objetos foram retirados de local apontado como propício para oxidação de metais, o Calabouço - sala Conde de Bobadela e transferidos para a Casa do Trem: “Elementos históricos: 1. Sala Ferreira Vianna (Elementos também de Cultura Negra)” (Barros, [1966?], p. 1). Há queixas sobre

¹⁸⁰ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43446>. Acesso em: 24 maio 2025.

¹⁸¹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43449>. Acesso em: 24 maio 2025.

¹⁸² Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43495>. Acesso em: 26 maio 2025.

¹⁸³ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43542>. Acesso em: 26 maio 2025.

¹⁸⁴ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43960>. Acesso em: 26 maio 2025.

segurança, pontua-se que as peças de considerado valor intrínseco foram removidas da Casa do Trem.

Porém, o mesmo relatório aponta a permanência de objetos na sala Conde de Bobadela: “Alí, contudo, ficaram expostos os objetos que documentavam e [sic] Escravidão no Brasil”. Aplicando a visão de Paul Otlet do objeto interpretado enquanto documento: “[...] as próprias coisas materiais (objetos) podem ser vistas como **documentos**, uma vez erigidas como elementos sensíveis diretos de estudo ou prova de uma demonstração” (1934, p. 217 *apud* Loureiro, 2019, p. 16). Loureiro (2019) aponta que as discussões do objeto enquanto documento na Museologia foram abordadas na década de 1960 por autores ligados ao Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), demonstrando permanente diálogo entre a teoria e a prática no MHN.

Seguiu-se no relatório, no item 4B, a explicação sobre a exibição das peças na sala Ferreira Viana: “[...] os melhores exemplares que documentassem, não só a condição do elemento escravo, mas também os vários traços característicos da **cultura espiritual e material dos grupos negros**, introduzidos desde os tempos coloniais do Brasil (Barros, [1966?], p. 4, grifo nosso). Uma pista da presença dos objetos pesquisados nessa exposição. E, por fim, a confirmação de fichários dos objetos: “Elaboramos e atualizamos [sic] os seguintes fichários: 1. Sala Carruagens, Abril/Maio de 1965; 2. Escravatura. (Depósito) Ag./1965; 3. Ferreira Viana e novas peças dos Negros, Julho de 1965” ([196?], p. 6), o que confirma que a produção documental tardia afetava para além dos objetos relacionados às pessoas escravizadas.

O Relatório de 1966¹⁸⁵, datado de 15 de fevereiro de 1967, com nome de Octavia Correa dos Santos Oliveira, chefe da Divisão de História e Arte Retrospectiva, foi produzido em papel timbrado correspondente ao período. São raras as aparições de datas com dia, mês e ano, nome e assinatura nos relatórios disponíveis para consulta. Como já relatado, essas ausências também foram verificadas nas fichas de catalogação, contribuindo para leitura sem precisão temporal do documento. Isso nos alerta para a necessidade de observar esses campos para a produção documental atual, questão sanada em parte pela automação da ferramenta digital.

Nesse relatório foi evidenciado como a estrutura do museu e o acervo foram afetados pela tempestade que atingiu a cidade em 11 de janeiro de 1966. Há relato da inundação do depósito com danos para as peças, que já sofriam por questões de conservação. Além disso, mais uma vez consta nova baixa de peças por roubo sequenciais.

¹⁸⁵ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44138>. Acesso em: 26 maio 2025.

Em documento de Atividades de 1969/1970¹⁸⁶, da Divisão de Planejamento e Organização, setor recém-criado, há a tentativa de apresentar uma organização geral do museu, juntando ações administrativas, como as datas de aniversário de funcionários e ações museológicas. Na lista de trabalhos realizados em 1969, no primeiro item consta: numeração decimal para o acervo do museu (p. 3). Na lista de trabalhos realizados em 1970, constam o item 9, Levantamento do Acervo do MHN (março de 1970) e o item 18, Organização do novo regimento do MHN. Este documento está assinado por Auta Rojas Barreto Phebo, encarregada do setor.

Localizamos o documento¹⁸⁷ com as diretrizes para elaboração de relatório de gestão do período 9/5/67 a 30/10/70, solicitação do Diretor Léo Fonseca e Silva, no qual consta previsão de execução do relatório de 4 a 6 de novembro de 1970. No entanto, o documento final subsequente a esse não foi localizado para pesquisa. O que temos são os relatórios das seções que estão sendo aqui apresentados.

Em documento¹⁸⁸ enviado ao diretor do Museu por Therezinha Moraes Sarmiento com data em caneta de 4.8.69 e assinado, constam as atividades realizadas no ano corrente na Seção de Tombamento e Catalogação. Designada para organizar a seção de tombamento, a primeira meta consistia em criar um novo sistema de fichas para o MHN. As fichas coletadas em viagem pela Europa e Oriente, serviram de fonte “criamos um sistema de fichas baseado no que de melhor vimos, adaptando-o ao acervo eclético do Museu Histórico Nacional” (Sarmiento, 1969, p. 1).

A autora informa que há dois modelos de fichas: grandes e pequenas, ambas não ficaram a contento, mas são passíveis de correção. A ficha grande com alteração foi anexada ao relatório, conforme informação do texto. No entanto, o modelo não está disponível digitalizado e a consulta presencial não foi oportunizada. As fichas pequenas deveriam apresentar os dizeres: artes plásticas, artes decorativas, as quais também não localizamos.

Observa-se a continuidade no atraso de registro de peças, presentes na gestão do MHN há mais de quatro décadas. Consta a informação de objetos no museu há três meses sem o devido fichamento, pois aguardavam a etapa da fotografia, como procedimento de entrada, em continuidade com a indicação de Barroso (1951). A conservadora expressou as ações em andamento:

Preocupou-se a nova Seção em revisar as fichas existentes numerando-as de acordo com os livros de tombamento; criar um novo fichário, baseado nos

¹⁸⁶ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44508>. Acesso em: 27 maio 2025.

¹⁸⁷ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44590>. Acesso em: 27 maio 2025.

¹⁸⁸ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44632>. Acesso em: 27 maio 2025.

livros de tombamento, cujas fichas estão sendo separadas por espécie; copiar para novos livros que mandamos fazer para a Seção, os catálogos de 1924 até 1968 (Sarmiento, 1969, p. 1).

Ao longo das décadas, os relatórios registram o que foi feito e o que estava em andamento, com a consciência da importância da documentação em museus, mas na prática percebe-se que as ações não são efetivadas na totalidade pela ausência de recurso financeiro e profissionais habilitados.

Observou-se um rascunho do anteprojeto¹⁸⁹ do novo regimento do MHN com o termo *tombar* nas finalidades. Há anotação em lápis de data de 03.08.70 como publicação em Diário Oficial. No entanto, faço a ressalva que as nomenclaturas/siglas¹⁹⁰ escolhidas não esclarecem a atribuição, por ora denominam um lugar do museu e por outra uma atividade.

Em sequência a esse rascunho, consta relatório¹⁹¹ datado de novembro de 1970, de elaboração do novo regimento. Segue-se a prática de explicitar a metodologia, e nesta, as diretrizes para museus foram estabelecidas pela Unesco e pelo ICOM, enquanto fontes. Nesse documento é possível observar que o novo regimento ainda está em construção, pelas indicações de necessidade de esclarecimentos de atribuição de funções.

Em documento nominado “OP nº 70”¹⁹², sem data ou assinatura, apresentam-se as atribuições da Divisão de Documentação (DDOC) e da Divisão de Tombamento (DTOM) integrante do Departamento Técnico Geral. Denota-se que a divisão DDOC não detém responsabilidade sobre a entrada de acervo no museu, suas atribuições estão circunscritas em ações secundárias de continuidade, como organizar publicações do museu e serviços fotográficos confirmando o cenário de escassa informação sobre a atividade de Documentação em Museus mencionada anteriormente.

No caso da DTOM, essa detém responsabilidade pela entrada do acervo no museu, atendimento de pesquisa e fluxo das peças dentro da instituição. Menciona-se atualização do fichário, sem definição se é uma ação de inserção de dados das peças da coleção ou relacionada às entradas. Observa-se que a nomenclatura depósito se mantém nos anos 1970. Os primeiros seis meses do DTOM foram postos em relatório¹⁹³, em maio de 1970, pela então chefe da DTOM, Solange Godoy Sampaio Fonseca, que o inicia indicando o cenário de tarefas incompletas encontrado em agosto de 1969.

¹⁸⁹Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44591>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁹⁰ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44592>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁹¹ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44598>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁹² Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44608>. Acesso em: 29 maio 2025.

¹⁹³ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44635>. Acesso em: 29 maio 2025.

No relatório são mencionados quatro tipos (fichas completas, fichas pequenas do fichário topográfico, ficha por espécie, cuja fonte é o livro de entrada), e reitera-se a incompletude de tarefas e a escassez de documentos/informações sobre a entrada das peças. Finaliza-se o relatório com soluções de curto e médio prazo. A análise dos relatórios se encerra pela indisponibilidade dos relatórios seguintes no ambiente digital.

De contribuição para essa pesquisa há resumo do cenário para o período de 1967-1984, com mudanças tanto nas áreas administrativas em prol de uma autodeterminação e relacionado ao acervo ações para catalogação e tombamento. Em análise documental da atuação de Gerardo Brito Raposo da Câmara (1971-1984) realizada por Vânia Dolores Esteves de Oliveira (1996), a autora constatou dedicação com o tratamento do acervo no que diz respeito ao “[...] registro ou tombamento, numeração dos objetos, catalogação, classificação [...]” (Oliveira, 1996, p. 79), tendo em vista a informatização com implementação do setor no museu no ano de 1987 na gestão de Solange Godoy (1984 a 1989). Como desse período em diante localizamos documentos sobre os objetos, a falta de sequência na leitura não compromete a pesquisa.

Este subcapítulo foi fundamental para a compreensão da organização do museu em relação aos processos de aquisição/documentação nas primeiras décadas, período de atuação de Gustavo Barroso, que interpretados como fontes revelaram o cenário do MHN, sendo possível reunir dados para a produção do histórico da instituição como parte do Plano Museológico (Cândido, 2014). Demonstra-se, assim, que os problemas institucionais identificados, como a produção de documentação tardia sobre os objetos, são permitidas desde a criação do museu, se perpetuam até os dias atuais.

Encerra-se este subcapítulo com pendências de leituras que foram sinalizadas na análise dos relatórios apresentados em confluência com a leitura dos Anais do MHN: livros de registro; Inventário na Seção de História em 1940 (v. I, 1940); Inventário geral do MHN 1946/1948; fichários de catálogos informativos da 1ª e 2ª seção de história como consta no relatório do triênio 1956-1959 ([195-?], p. 5); Catálogo comentado informado no relatório de 1960 (Bornay, 1961); livros mencionados por Sarmiento (1969); e o levantamento do Acervo, realizado em 1970 e coordenado por Auta Rojas Barreto Phebo; Inventário do Acervo 1972; Inventário geral das Coleções 1989/1990 (AMHN, v. 34, 2002, p. 162; v. 39, 2007, p. 449). Documentos não confirmados para consulta ou se há possibilidade de perda documental.

O intuito de averiguar os documentos citados, consistia em checar o registro tardio da presença dos objetos no museu. E, a partir da datação de registro, entender a intencionalidade documental, posta ou não em prática.

A leitura concomitante, para análise e comparação, de relatórios, textos dos anais e fichas de catalogação relacionadas à pesquisa, contribuíram para sugerir, como resultado

parcial e não conclusivo, que os objetos pesquisados (Coroa, Cetro, Caxambu e Maria Cambinda) passaram pelo processo de musealização, incluindo possivelmente a produção de fichas de catalogação não localizadas em relação ao período de 1928 até meados da década de 1980. Para o período posterior a análise concentra-se em fichas natas digitais.

Diante da análise dos relatórios e a possibilidade de confronto entre os processos de documentação citados e as fichas de catalogação dos objetos; entendemos que os dossiês recolhidos não refletem a diversidade de fichas de catalogação físicas implementadas ao longo da trajetória do MHN. Os modelos correspondentes aos sistemas informatizados também não configuram em totalidade nos dossiês. Com isso, podemos afirmar que há ausências documentais de fichas de catalogação, influenciando a construção do subcapítulo seguinte para investigação nos dossiês.

Cabe destacar o ganho no entendimento histórico do percurso no âmbito também administrativo do Museu Histórico Nacional com ensinamentos para o presente e para o futuro da importância dos relatórios anuais de gestão do museu.

2.2 Presenças e ausências nos conjuntos documentais

Com os estudos empenhados até aqui, nos relatórios de direção e nos documentos institucionais indicados nesses, ideou-se como se apresentariam os dossiês (Anexo P), dos objetos pesquisados. A composição do dossiê (Anexo Q), fornecida pelo MHN, inclui: fichas de catalogação, artigos e legendas de exposição que foram acondicionados em envelope pardo. Esses foram digitalizados e enviados por e-mail, por meio de solicitação.

Para a compreensão da composição dos dossiês, consideramos duas alternativas para checar a completude, que poderíamos colocá-las em interseção: a primeira, o arquivo institucional, a partir do histórico de fichas de catalogação, que seriam exemplares em branco, dos modelos adotados pelo museu e que soubemos da existência pelos relatórios. Diferentemente, da publicação de Barroso (1951) e do Manual de Catalogação (MHN, 1984), quando foi possível identificar as fichas evidenciadas pelos autores nos dossiês dos objetos, as demais, mencionadas nos relatórios, acabam por padecer da difícil assimilação pela ausência de informações mais precisas no documento, como tamanho e campos, o que seria sanado com um exemplar anexo ao relatório.

A segunda opção, ainda visando a completude de um dossiê, questionou-se ao setor do acervo museológico a existência de um objeto paradigma ao menos nas fichas de catalogação. A partir de um objeto identificar os modelos de fichas de catalogação adotadas ao longo da história do MHN, demonstrando a performance dos bens musealizados no processo de documentação. As duas possibilidades levantadas foram descartadas, pois não existiam

para análise. Dos trabalhos que gostaria de efetivar em um museu, acredito que seja uma tarefa que em muito contribuirá para a memória institucional.

As fichas de catalogação recolhidas para análise representam a produção documental recuperada referente ao período de 1928-2024, versada no Apêndice A. No entanto, as duas últimas colunas indicam que as fichas, coletadas primeiramente no ambiente digital do MHN, têm a sua recuperação restrita às pesquisadoras que possuem esses arquivos digitalizados, o que culminou na ampliação do dossiê de cada objeto.

Consideramos também as fichas de seção do arquivo fotográfico como fichas auxiliares. Sendo assim, temos no total: sete fichas da Coroa, sete fichas do Cetro, seis fichas do Caxambu e quatro fichas da Maria Cambinda¹⁹⁴.

Em primeira análise dos produtos documentários (Cerávolo; Tálamo, 2007), fichas de catalogação, é possível observar que os quatro objetos foram impactados de formas distintas pela ação de dissociação, iniciada quando esses foram encaminhados para a instituição desagregados, se considerarmos o total de quatro objetos. Isso não seria um obstáculo, se existisse documentação do processo de doação, prática instituída no MHN desde a abertura e correspondente aos dias atuais em Padilha (2014). A dissociação integra o conjunto de 10 agentes que colocam em risco o Patrimônio Museológico (Ibram, 2021), ocorrência observada nos relatórios de direção da instituição previamente à chegada dos objetos pesquisados.

Danos gerados a partir da perda total ou parcial de informações sobre o bem musealizado, impossibilitando a associação de dados, o controle e o conhecimento sobre o item do acervo. Suas causas mais comuns estão ligadas à inexistência ou à falta de atualização das ferramentas de identificação, catalogação e gestão dos acervos musealizados (Ibram, 2021, p. 16).

Em Oliva (1926), quando da menção da ausência de registro dos objetos enquanto consequência da ausência de funcionários, como o aguardo de novos objetos ou mais tardiamente da ausência de registro, ação realizada em conjunto com a fotografia, demonstrando que, em tempos distintos, a dissociação foi provocada por vários fatores.

No caso dos objetos estudados, observamos que a ausência de processo de aquisição ou a perda desses, favoreceu a dissociação. Primeiramente há ausência do termo de doação, prática observada a partir dos documentos disponíveis em Processos de Entrada de Acervo¹⁹⁵. Seguida da ausência de registro em data correspondente à chegada, e a possível separação do conjunto de objetos oriundos da manifestação religiosa e cultural. Verificou-se

¹⁹⁴ Devo esclarecer que o Objeto Maria Cambinda só entrou na minha pesquisa ao final de 2024, quando decidi trabalhar com a Coleção de Objetos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto. Os demais objetos, foram privilegiados em função do trabalho de conclusão de curso, quando eu coletava as fichas com mais assiduidade, principalmente do Caxambu inserido no meu TCC em 2022.

¹⁹⁵ Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/45174> Acesso em: 2 dez. 2025.

também que a dissociação persistiu na documentação recolhida em 2024, porém há tentativa de reuni-los no ambiente digital a partir dos termos de indexação¹⁹⁶.

Faz-se a ressalva que a dissociação também pode ser observada no âmbito institucional, na construção das fichas de catalogação, quando essas não portam o nome do museu denominado “campo nuclear” (Roberts, 2015, p. 35). O que faz com que esse agente de risco vá aumentando a sua participação na construção da documentação dos objetos.

A documentação disponível apresenta-se, além do suporte físico, em duas vertentes no ambiente virtual, enquanto: documentos que foram digitalizados para visualização em suportes eletrônicos e documentos nativos digitais, ambos considerados informações digitais; os nativos digitais também são designados de informações virtuais, por só existirem nesse ambiente (Karpinski; Kressin; Vieira, 2022). Via de regra os dossiês apresentaram versões manuais de fichas e versões digitais ocasionalmente impressas e integradas ao envelope.

Ao denotar que os dossiês não contemplavam fichas às quais eu já havia me deparado, especialmente as fichas nativas digitais, recorri à coleta empreendida por Aline Montenegro¹⁹⁷, que detinha as fichas do sistema Seret, e as fichas extraídas por mim do Tainacan, ao longo do meu processo de pesquisa enquanto bolsista PiBic e para a produção do TCC.

Os documentos enviados pelo MHN foram produzidos a partir da década de 1970. Segundo a leitura dos relatórios, principalmente os das décadas de 1950 e 1960, há sugestão de produção documental para os objetos aqui pesquisados. Ao analisarmos somente a coluna do MHN, a Coroa e o Cetro possuem o maior volume de documentos. A ficha da década de 1970, consta somente no dossiê da Coroa, mas por indicar também o Cetro e ter numeração para esse objeto, considereirei também como ficha deste último objeto.

Em comum, os quatro objetos possuem a ficha cadastral da década de 80, preenchidas em dias distintos e por diferentes profissionais. Já a Coroa e Cetro mantiveram a distância

¹⁹⁶ Descrito na publicação Declaração de princípio de Documentação em Museus como: Grupo de Informação sobre o assunto representado (2019, p. 71) e tem como principal objetivo facilitar o acesso, visto que auxilia na identificação do objeto. Para além disso, indica a inclusão do aspecto relacional: pessoas, lugares, eventos ou objetos representados. Disponível em: <https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CI-DOC-Declaracao-de-principios.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025. Consta no Manual de Serviço da Seção de Catalogação do MHN de 1984, a orientação para preenchimento deste termo, cujo objetivo era organizar a informação visando também a recuperação no ambiente digital. Este documento me foi apresentado por Maria Cota que trabalhou no MHN de 1984 até 1991.

¹⁹⁷ Bacharel e licenciada em História pela UFRJ, mestre e doutora em História Social pela UFRJ. É docente no Museu Paulista da USP, onde também atua como Chefe da Divisão de Acervo e Curadoria. Trabalhou por mais de 20 anos como historiadora no Museu Histórico Nacional (IBRAM), tendo assumido o cargo de diretora substituta entre fevereiro e julho de 2022. Foi bolsista pós-doutorado Sênior do CNPq, entre 2018 e 2020, desenvolvendo o projeto de pesquisa "Os negros no Museu Histórico Nacional: por uma coleção descolonizada. 1922-2018". Integra o Conselho Editorial da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Conselho de Orientação Artística da Pinacoteca de São Paulo e o Comitê Curatorial dos museus Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida e Casa Mário de Andrade. Tem experiência na área de História, com ênfase em Escrita da História nos museus e no patrimônio, atuando principalmente nos seguintes temas: colecionismo e cultura material da diáspora africana em museus. Disponível em: https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do;jsessionid=3A4B3F3FACD22BE6286FFF2AB25FCD6F.buscatextual_0. Acesso em: 24 mar. 2026.

temporal, mas foram catalogados pela mesma pessoa, indicando a falta de agrupamento das peças. É neste período, a realização da força-tarefa com foco na entrada do acervo no ambiente informatizado comentada anteriormente. Denotam-se às ausências de fichas manuais e datilografadas implementadas desde a gestão de Gustavo Barroso, até o processo de informatização do museu, ou seja, mais de 50 anos de gestão. Essa identificação foi possível a partir de levantamento realizado com dossiês comparativos¹⁹⁸ de objetos que adentraram ao museu nas primeiras décadas.

Para que fossem passíveis de comparação, deveriam enquadrar-se nos seguintes critérios: entrada no museu próxima à chegada dos objetos pesquisados, ou seja, década de 1920/1930, procedência comum, relação com Ouro Preto e/ou Nossa Senhora do Rosário, pertencente à mesma classe: escultura/insígnias/instrumento musical, para fins de comparação de fichas específicas, na observação dos campos/metadados¹⁹⁹, no caso de banco de dados informatizados. Para alguns dos objetos selecionados, como no caso das pinturas das Igrejas, local da manifestação religiosa, também busquei nos dossiês citações à Coroa, Cetro, Caxambu e Maria Cambinda.

Outro ponto identificado neste levantamento foi a privação das fichas natas digitais, instituídas pelos benefícios apontados: “O sistema informatizado facilita a catalogação e amplia as possibilidades de pesquisa. E permite que o museu armazene cópias de seus registros em outros lugares” (Roberts, 2015, p. 32), o resultado dessa implementação não garantiu a existência e consulta oportunamente, visto que só foram passíveis de recuperação as que foram digitalizadas ou baixadas durante processos de pesquisa, e ocasionalmente incorporadas aos dossiês.

As fichas a seguir estão digitalizadas, mas não disponíveis para consulta como integrantes de fichas geradas pelos respectivos sistemas: ficha gerada pelo sistema LBW para a Maria Cambinda, nas fichas geradas pelo Seret dos quatro objetos que foram enviados pela Aline Montenegro, e as fichas do Tainacan baixadas por mim desde 2020.

A tecnologia vem impondo desafios para os processos de documentação e vem paupando nossa atuação para a proteção e salvaguarda do conhecimento produzido sobre o Patrimônio. A produção do documento no ambiente digital já está relacionada com a decisão do

¹⁹⁸ Os dossiês solicitados foram: Xícara (NR 001128) por doação o objeto consta no processo 16/27, da Baronesa de Miracema supostamente doadora do cetro e coroa; Pinturas documentais: Igreja de Santa Efigênia (NR 000811), Igreja Nossa Senhora do Rosário (NR 000813), ambientes de ocorrência da manifestação de origem dos objetos e Igreja Matriz do Pilar (NR 000814) por integrar o conjunto das pinturas constam no processo 12/34; Escultura de Nossa Senhora do Rosário (NR 003221) integra a coleção Souza Lima consta no processo 12/39; Pianola (NR 000435) processo 1/40 menção nos documentos de catalogação na década de 40; Coroa Pedro II (NR 000844) e Tereza Cristina (NR 000845) processo 24/40 para observação do tratamento de conjunto.

¹⁹⁹ “subdivisão de um sistema de registro que contém uma informação especificamente definida dentro de um sistema. Por exemplo, “nome do autor”, “nome simples”, “Denominação” (CIDOC-ICOM, 2014).

que será preservado. Até o momento, trabalhamos com a impossibilidade de recuperação das fichas que foram geradas nos sistemas informatizados adotados pelo Museu ao final dos anos 1980 e até do sistema em voga, o Tainacan. Tópico que precisamos discutir visto a perda de histórico informacional, já que a reunião de fichas demonstra a progressão informacional do objeto museológico.

No processo de comparação, os dossiês dos quatro objetos mostraram-se diminutos. O que coloca em face, primeiramente, a gestão do acervo, partindo do entendimento da correspondência entre o registro, a preservação e o acesso controlado do acervo (Padilha, 2014), quando da ausência do primeiro o impacto nas demais ações.

Para exemplificar a adjetivação, apresenta-se a produção documental de objeto com entrada em 1927. A xícara (NR 001128) (Anexo R), doada pela Baronesa de Miracema, a quem também se atribuiu, ainda que optemos pela hipótese de atribuição errônea, a doação da Coroa e Cetro. Nessa análise identificamos nove fichas, oito dessas antecedem a ficha cadastral dos anos 1980, e não contabilizamos as possíveis fichas do ambiente digital, indicando que ao longo da sua trajetória no MHN, o objeto foi catalogado em várias versões. Isso nos leva a refletir sobre as doações recebidas pelos MHN: “[...] feitas por famílias ilustres, de peças de arte decorativa, **sem nenhuma documentação**, que julgam ter pertencido aos seus antepassados, ou antepassado, personagem vinculado à história” (Camargo-Moro, 1986, p. 18, grifo nosso)

Esse objeto confirma que a extemporânea catalogação não é um privilégio dos objetos estudados. Observamos que mesmo integrando um *locus* privilegiado, também padeceu de documentação tardia. Há ficha correspondente com Barroso (1951) preenchida em 01.08.1946 (Anexo R) indicando que o objeto foi integrado à 1ª Seção de História - 2º Reinado, quase duas décadas depois da entrada deste no museu.

Apresentaram-se heterogêneos, reiterando que os quatro objetos não seguiam enquanto conjunto, o que será atestado pelo conteúdo informacional dos documentos. E incompletos, por ausência ou desvio de documentos, ao não corresponderem às fichas de catalogação implementadas no MHN, e observadas nos oito dossiês que serviram para a comparação.

A incompletude dos quatro dossiês foi antecedida pela inexistência de documentos do processo de doação, carta de doação, carta de agradecimento e guia de remessa para a seção. Em geral, as cartas demonstram o quão importante é a doação dos objetos para contar a História da Pátria e enaltecem o ato do doador. Documentos observados em diversos processos e indicados anteriormente quando da sua ausência contribuem para a dissociação.

Os adjetivos que qualificam os dossiês recolhidos são diminutos, heterogêneos e incompletos, e revelam o quão necessário é a valorização da Documentação em Museus, e a

compreensão do trabalho progressivo, a partir do entendimento que o objeto guarda sempre um devir (Brulon, 2016) a ser revelado no processo de musealização, que nas últimas décadas vem sendo absorvida como “[...] uma prática que escapa aos limites dos museus.” (Moraes, 2020, p. 148). Os processos de releitura dos objetos, em parceria com pessoas integrantes do Reinado de Ouro Preto, observados na publicação que celebra o centenário do museu, ampliaram o conteúdo informacional das fichas de catalogação, confirmando a análise de Moraes (2020).

Confirmando as indicações de Alexandre Matos (2007) sobre o papel da documentação, enquanto fonte para a comunicação sobre os objetos e como esse processo deve ser desenvolvido para uma efetiva gestão das coleções, declarando que: “A documentação das coleções exige um continuado esforço de recolha, classificação e arrumação de documentos, depoimentos e outro tipo de materiais” (Matos, 2007, p. 8). Esta dissertação vem buscando cumprir, ao iniciar a pesquisa pelos documentos emitidos pela Igreja com amparo do Estado, com interpretação da visão de Matos (2007) que os documentos recolhidos são passíveis de integrarem os dossiês, incluindo citação nas fichas de catalogação.

A dificuldade de dispor em camadas temporais ordenadas, as fichas de catalogação, desde a criação do MHN, principalmente as manuais e datilografadas, pode ser explicada pela ausência do nome do catalogador e da datação do registro, apesar da existência dos campos para tal inscrição no modelo de ficha apresentado por Barroso (1951), no modelo apresentado por Odon no início da década de 1970 reproduzido por Camargo-Moro (1986, p. 94) e na ficha cadastral que consta no manual de catalogação (MHN, 1984). Consta na publicação do CIDOC-ICOM (2014), a orientação para preenchimento do campo Grupo de Informação sobre a Catalogação que tem por finalidade: “A informação de catalogação favorece a segurança, a responsabilidade, o acesso e o arquivo Histórico” (CIDOC-ICOM, 2014, p. 69)

Essa ocorrência não é exclusiva da diáspora africana, permeia objetos de diversas procedências e classes. Há objetos ainda não documentados, reflexo também da ausência de recursos, treinamento e pessoal relatadas desde o primeiro relatório de gestão. No caso das fichas natas digitais, implementadas a partir da década de 1990, essas têm a sua recuperação restrita ao ambiente físico, até o momento. Ou seja, caso tenham sido impressas, demonstrando que não há um padrão para composição dos dossiês, e que estes são resultado do processamento de cada objeto.

Considerando as ausências documentais denotadas em comparação com os oito dossiês comparativos solicitados, voltei-me para a interpretação das fichas recuperadas, enquanto produtos digitais. Esses expressam não somente informações sobre os objetos, mas também revelam questões de ordem institucional na disposição e no discurso para os objetos dentro do museu.

A exiguidade documental sugere hipóteses fundamentadas nas leituras dos documentos institucionais. A primeira hipótese é que estes objetos foram alocados para a “fila” do registro, informação expressa em relatórios da primeira década, em virtude da falta de requisito de participação na história da Pátria, para entrada na 1ª seção de História.

A ausência ou o registro tardio, possibilidade observada pela leitura dos relatórios, pode ter submetido os objetos ao artigo 84, de exibição dos mesmos sem o devido processo de documentação. Como demonstram as publicações da década de 1930, com o Caxambu e a Maria Cambinda no circuito expositivo. Pensamos também na hipótese de extravio ou descarte de documentos/publicações dos objetos pesquisados, pela falta de identificação institucional, exemplifico a partir das fichas produzidas para a Xícara (NR 001128) (Anexo R), sendo a única pista a indicação de localização da peça “Casa do Trem”, informação quase que restrita aos conservadores da época, e mesmo na ficha cadastral do Manual de Catalogação não há indicação da instituição, porém já constava em recomendação do ICOM (2014) um campo dedicado ao Código do Museu (Camargo-Moro, 1986, p. 94). Em caso de extravio dificultaria o retorno dos documentos para a instituição.

É notório que as fichas passam pelo processo de inclusão/exclusão de campos. Primeiramente incluíam o nome da instituição, Barroso (1951) e posteriormente excluída, como o exemplar do Manual de Catalogação (MHN, 1984). O modelo de ficha polivalente (Camargo-Moro, 1986, p. 93) apresentado na década de 1970 pelo centro de documentação UNESCO-ICOM por Yvonne Odden, indica como segundo campo de preenchimento o nome da instituição, e todos os outros modelos de ficha (coleta, transferência, etc) seguem esse preceito. No entanto, observou-se a perda desse campo em diversos modelos de fichas que foram analisadas oriundas dos dossiês comparativos.

Faz-se a ressalva que as fichas manuais são insubstituíveis e não devem ser descartadas, mesmo que em tempo de digitalização, e devem ser compreendidas como fontes de pesquisa, segundo Camargo-Moro (1986). A autora também defendia o acesso imediato aos documentos: “Os chamados arquivos mortos (documentação antiga quando da existência de uma nova) precisam ser guardados de forma prática que permita o rápido acesso e manuseio” (Camargo-Moro, 1986, p. 42), sendo este um dos benefícios da informatização nos museus, permitindo o acesso ao documento em formato digital e, conseqüentemente, ampliando o acesso.

As fichas de catalogação exprimem também as fases institucionais: órgãos ligados à instituição e a possibilidade de diagnóstico da documentação em museu. Sobre os objetos, estampam a biografia cultural desses, a partir da produção de conhecimento gerada no ambiente do museu e cada vez mais com a colaboração de pessoas externas à instituição. O

resultado disponibilizado no ambiente digital, ou possível de ser, enquadra-se no entendimento que esses ganham mais uma camada no contexto digital, constituindo-se enquanto Patrimônio Digital, conforme definição da Unesco:

[...] recursos do conhecimento e da expressão humana, no âmbito cultural, educacional, científico, administrativo, técnico, jurídico, médico, dentre outros produzidos em ambiência digital (documentos natos digitais) ou convertidos de sua forma analógica original para formatos digitais (documentos digitalizados), tais como textos, bases de dados, imagens fixas e em movimento, áudio, gráficos, aplicações computacionais e páginas web (Ramos; Nogueira; Rocha, 2022, p. 127).

Entende-se que os documentos produzidos a partir dos objetos, expressões da cultura material do que hoje é reconhecido enquanto Patrimônio Imaterial, oriundos do processo de musealização, definido por Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro (2008), como estratégia de preservação e dotada de processo informacional, pelo valor do objeto enquanto documento e o papel da museologia nessa atribuição, já que estes serão lidos pela ‘soma de significados’ (Maroevic, 1997). E para além, da leitura da musealidade, o papel da museologia para reafirmação do museu enquanto canal de comunicação para difusão do Patrimônio Cultural.

Interpretar a produção documental enquanto Patrimônio Digital reafirma a importância da preservação da documentação em museus, resultado da produção de conhecimento dos objetos musealizados. A documentação ocupa um espaço de debate favorecida pela ampla circulação e a relevância da informação no século XXI, pelo seu poder de reiteração ou de quebras de paradigmas (Cândido, 2014), potencializada por uma comunicação sem fios com autonomia e protagonismo dos usuários (Castells, 2019).

Retomando a análise do Quadro 1, das fichas coletadas, observamos que a Coroa e Cetro possuem fichas da década 1970, quando ambos foram cadastrados em uma única ficha. O mesmo procedimento, catalogação conjunta, se repetiu na ficha da seção do arquivo fotográfico de período concorrente.

Podemos indicar que os quatro objetos possuem, enquanto primeiro conjunto documental, equivalente e recuperado, a ficha cadastral²⁰⁰ (Anexo O). Se compararmos o modelo do manual de catalogação (MHN, 1984) com o que foi implementado, observamos alterações na nomenclatura dos campos de informação, reordenamento dos campos e a extinção do campo “Modo de Aquisição”, deixamos a análise do conteúdo para o próximo capítulo.

²⁰⁰ Segundo e-mail da servidora Maria de Simoni de 05. dez. 2024. “Esse modelo de ficha foi utilizado no fim dos anos 1980 e princípios de 1990, na ocasião do Inventário Geral da transição do Iphan para o IBPC.” Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/54/instituto-brasileiro-do-patrimonio-cultural-ibpc-1990-1994>. Acesso em: 2 dez. 2025.

A ficha foi criada visando a organização dos dados e entrada no SIGA, não conseguimos coletar o Manual de uso do SIGA, contendo as diretrizes de preenchimento, para observação de adição e supressão de campos, bem como, a ficha gerada por esse sistema para cada objeto pesquisado e o histórico da entrada de dados.

Na sequência, conseguimos recolher as fichas dos quatro objetos do sistema Seret, criado em 2012, coletadas pela historiadora Aline Montenegro, que correspondem ao período de 2017 até 2019. Assim como no SIGA, também não temos o histórico de inclusões/exclusões do período de vigência da ficha. E por fim, as fichas coletadas do Tainacan, sistema implementado em 2017, compreendem o período de 2020 até 2024. O Sistema Tainacan também não possui manual de entrada de dados, o aprendizado²⁰¹ foi oportunizado em treinamentos, e as dúvidas sanadas por e-mail ou telefone.

Assim, como resultado desse subcapítulo, há observações para as fichas relacionadas ao estudo de caso, como há também apontamentos para pensar a documentação como elemento estrutural na Gestão do Acervo. Resumo o conjunto documental reunido e analisado frente ao período/sistema de catalogação (Quadro I), enquanto incompletos por não responderem aos processos documentais descritos em relatórios e pelo confronto com os oito dossiês comparativos selecionados. Demonstram a ausência de padrões consistentes, como o tratamento enquanto conjunto, no processo documental gerando dissociação entre os objetos desde a chegada.

Quadro I - Diagnóstico por sistema documental

Período/Sistema de Catalogação	Ficha do objeto	Data de produção da ficha
1928 -1970 - Diversos modelos	ausentes	-
1970 -1980 - Fichário eletrônico	Coroa e Cetro	s/data [197?]
1984 -1990 - Ficha cadastral	Coroa, Cetro, Caxambu e Maria Cambinda	29/05/1987, 3/06/1987, s/data [199?], setembro/85
1987 - 2000 - Ficha SIGA	ausentes	-
1999 - 2013 - Ficha LBW	Maria Cambinda	s/data
2012 - 2019 - Ficha Seret	Coroa, Cetro, Caxambu e Maria Cambinda	2018/2019, 12/20217, 2018/2019, 2018/2019
	Coroa	12/11/2020, 20/11/2024

²⁰¹ Em 26 nov. 2025, enviei e-mail para o MHN para sanar dúvidas sobre o aprendizado/entrada de dados no Tainacan. O e-mail foi respondido pela servidora e museóloga Adriana Bandeira.

2017 - Em curso - Ficha Tainacan	Cetro	12/11/2020, 20/11/2024
	Caxambu	17/04/2019, 12/11/2020,09/06/2022, 20/11/2024
	Maria Cambinda	20/11/2024

Fonte: elaborado pela autora, 2026.

Demonstrou-se com isso, a importância da Gestão do Acervo: da preservação das fichas manuais e, conseqüentemente, das fichas natas digitais. A implementação de sistemas informatizados requer também o desenvolvimento de uma política de preservação digital, que exige a ação em duas frentes: retrospectiva na busca pelos registros antigos e prospectiva considerando a obsolescência dos sistemas informatizados.

Em diversos relatórios de direção identificamos as seguintes menções: novos livros de registro, produção de inventário e criação de fichas de catalogação com certa regularidade. Estas últimas objetivando atender às diversas demandas de organização e recuperação da informação, que não foram efetivadas em face da ausência de recursos e pessoal, comprometendo sobremaneira a execução das atividades. Ainda que as ocorrências tenham quase um século de existência, é uma questão atual e que interfere no cumprimento da missão do museu.

O desenvolvimento da dissertação, considerando a pesquisa documental retrospectiva demonstra que há razões para se planejar/ordenar a área de documentação, visando minimizar o impacto na produção de conhecimento e difusão dos objetos para as gerações futuras.

CAPÍTULO 3
A DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS COMO
SUORTE PARA AS NARRATIVAS
INSTITUCIONAIS

3 A DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS COMO SUPORTE PARA NARRATIVAS INSTITUCIONAIS

Quando da criação do Museu Histórico Nacional, tanto as publicações internacionais como os órgãos criados para sistematizar o trabalho em museus tiveram seu lugar enquanto fonte de inspiração na gestão desse (Sá, 2019), confirmando um alinhamento com o pensamento internacional.

Presente na escrita sobre o período de 1922 - 1959, da historiadora Aline Montenegro Magalhães, que expressa: “Por intermédio dos objetos, entendidos como relíquias, tomava-se contato com os grandes feitos e os grandes vultos que deveriam ser cultuados e imitados para edificação de um futuro melhor. (Magalhães, 2006, p. 42). Assim, o Museu Histórico Nacional estabeleceu o elo com o passado, entre o século XX e o século XIX, entre a República e o Império, entre os gestos heróicos do presente e do passado. O que estava em causa não era ruptura, era continuidade e a tradição (Guimarães, 1988; Magalhães, 2006), fazendo jus à tipologia de Museu Histórico Nacional.

Para tal feito, a formatação em duas seções: História e Numismática, descritas nos relatórios²⁰² de direção. Destinados à seção de História, os objetos relacionados às pessoas escravizadas foram enquadrados pelo tópico colônia/monarquia, momentos da história que ficaram no passado, conseqüentemente tudo relacionado ao período também, como consta no artigo Culto da Saudade (Anexo J). As relíquias da escravidão²⁰³ foram planejadas para o museu ergológico, que não se concretizou, e permaneceram, por algum tempo, em um corredor do MHN.

A idealização do museu ergológico, com uma dose de saudosismo, englobaria o que estava afastado dos acontecimentos da cidade, do cosmopolitismo e até mesmo do tempo presente. Barroso (1942) enxergava o museu como produtor de conhecimento, enquanto atrativo para o público internacional pela singularidade de conteúdo, como expressa a seguir:

Meus votos são pela realização desta, porque nossa ergologia, compendiada num museu tecnicamente organizado e instalado, será inesgotável manancial de estudos e um admirável cartão de visita ao estrangeiro em nome de nossa peculiaridade nacional (Barroso, 1942, p. 448).

É neste mesmo texto que o autor reafirma sua força política com as proposições concretizadas e de sucesso. Desde a sugestão de criação do Museu Histórico Nacional, que se sobrepõe a um possível Museu da Independência (Anexo J), passando pela sua atuação na

²⁰² Relatórios disponíveis até o ano de 1970: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/45177>. Acesso em: 17 maio 2025.

²⁰³ Vide capítulo 1 - título da matéria da Revista Selecta 1930.

Inspetoria de Monumentos Nacionais com a garantia da defesa do Patrimônio Histórico e Artístico ainda que local no período (Rubim, 2007).

O pensamento de Gustavo Barroso, encadeado nas citações a seguir, demonstram que a partir do atributo relíquia, utilizado pela capacidade de suscitar um passado primitivo e folclórico em um espaço entendido como “organismo vivo”, pela sua capacidade de didatismo para apresentar parte da história a partir da escravidão, abordagem que acabou por predominar na difusão dos objetos.

[...] foi destinada às relíquias da escravidão: ídolos africanos, **caxambus**, cerâmicas, documentos alusivos à Abolição, retratos de abolicionistas, e envolta com pequenos objetos de arte colonial, as algemas, os viramundos, as grilhetas e os troncos das senzalas. São documentos dum longo período de nossa existência, característicos, embora dolorosos alguns, recordando as fazendas e os senhores feudais do ciclo do açúcar e do ciclo do café, no desenvolvimento de nossa existência econômica (Barroso, 1930 *apud* Magalhães e Palazzi, 2019, grifo nosso).

[...] divisão da ciência folclórica em duas partes principais: a animologia ou a referente à alma, ao espírito: costumes, usos, cerimônias, ritos, fórmulas de vida, contos, cantos, músicas, danças, anexins, parêmias, jogos, pulhas, adivinhações, apólogos, fábulas, etc.; e a ergologia, ou a que diz respeito aos “Valores de utilidade”, desde alimentos e os modos de prepará-los até os ofícios manuais [...] (Barroso, 1942, p. 434).

Um museu não deve ser unicamente um necrotério de relíquias históricas, etnográficas, artísticas, folclóricas ou arqueológicas; mas um organismo vivo que se imponha pelo valor educativo, ressuscitando o passado nele acumulado (Barroso, 1946 *apud* Sá, 2019).

O desejo de estudos folclóricos foi temática compartilhada por outros pensadores do período. Os objetos pesquisados foram enquadrados três categorias: “VIII - ARTE DAS REPRESENTAÇÕES 3 - Autos: [...] Os congos, reisados [...]; XII - ARTE DA FEITIÇARIA 1 - RITOS: [...] tambores [...]; XV - ARTES DIVERSAS 1 - Instrumentos de música: caxambus [...] (AMHN, v. III, 1942, p. 445-446). Encontram-se relatos nos anais do MHN, que esclarecem a coleta desses objetos como um dos sustentáculos do discurso de soberania da raça branca (Barros, 1947) e a notoriedade de civilização e progresso. Os escritos de Dumas (1940), e Barroso (1943) confirmam a coleta de um passado glorioso.

A recolha dos objetos da “vida popular”, entendimento para Barroso sobre a ergologia, foi o lugar destinado aos objetos afro-diaspóricos. Os usos pregressos desses objetos em Ouro Preto, foram confirmados pelos documentos citados no primeiro capítulo, as informações foram em parte dissociadas dos objetos no processo de musealização, quando deveria ocorrer o que define Lima (2013), e sugere-se que essa ocorrência foi em parte provocada pela ausência de ritos documentais como a pesquisa demonstrou nos capítulos anteriores. Sem

esquecer das precárias condições do MHN que culminaram na dissociação dos objetos e do afastamento de dois anos de Gustavo Barroso logo após a chegada dos objetos ao museu.

É um processo institucionalizado de apropriação cultural. Imprime caráter específico de valorização a elementos de origem natural e cultural. Estabelece sua caracterização identificando formas interpretativas materiais e imateriais da humanidade às quais imprime a interpretação de testemunhos que referenciam as existências e identidades (Lima, 2013, p. 51).

O discurso adotado pelo museu de uso dos objetos no passado escravocrata e a não concretização do museu ergológico, não atendeu os aspectos da ação de musealização apontados por Lima (2013), e, confirma os desvios em museus nacionais de uma “[...] assepsia dos fatos históricos [...] A ação museal é, portanto, temível, pois exerce o poder de classificar os vivos e docilizar a experiência vivente” (Brulon, 2020, p. 15).

A narrativa da história da humanidade era escrita também com o suporte destes objetos da cultura material: “aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. [...] intervém, modela, e dá forma a elementos do meio físico segundo propósitos e normas culturais [...] como produto e como vetores das relações sociais” (Meneses, 1983, p.112 e 113), alinhadas à própria expressão da manifestação cultural e religiosa já que “incorporam informações única sobre a natureza do homem na sociedade” (Pearce, 1994, p. 25 *apud* Loureiro, 2014, p. 92).

Como registra José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2005a), sobre o período final do século XIX e começo do século XX, quando os testemunhos de uma memória espelhados na cultura material, passaram a ser colecionados e classificados visando atestar as teorias evolucionistas conformadas dentro de uma história macro, com seus personagens principais e figurantes. A partir de uma narrativa de engajamento: “quando busca legitimar as ações da organização por meio de valores universais” (Bomfim *et al*, 2018), aplicou-se o uso das teorias evolucionistas no Museu Histórico Nacional.

O objetivo destes era narrar a história da humanidade desde suas origens mais remotas, reconstituindo esse longo caminho até chegar ao que entendiam como o estágio mais avançado do processo evolutivo: as modernas sociedades ocidentais (Gonçalves, 2005a, p. 7).

A análise de Gonçalves (2005b) apresenta uma intertextualidade implícita em relação ao artigo “Os instrumentos musicais primitivos afro-brasileiros no Museu Histórico Nacional” escrito por Gerardo Alves Carvalho, responsável pela matéria de etnografia no curso de museus. Faz-se a ressalva que provavelmente essa produção textual é oriunda de documentação, fichas de catalogação, produzida como afirma Barroso (1951), o que nos dá a hipótese de possível produção documental anterior à localizada.

A denominação “primitivo” reforça as dualidades: histórico/etnográfico, civilizado/primitivo, ciência/magia, encenadas no MHN durante o século XX. A narrativa do autor buscou inspiração nos povos ágrafos, bem como as origens da criação de instrumentos musicais para justificar a produção dos instrumentos de forma rústica e com ausência de técnica. (Carvalho, 1948), o contexto histórico dos objetos não é detalhado, a classificação/descrição dos objetos é a tônica deste texto. Para Lody (2005), os objetos relacionados à matriz africana tiveram uma vertente decretada pelo estado e emoldurada nos museus e expressa na documentação.

Uma espécie de fatalidade e de vocação para o exótico marcou por longos anos as leituras esparsas e ocasionais sobre o que produziam, usavam e representavam populações negras e seus descendentes no espaço da sociedade nacional brasileira (Lody, 2005, p. 21).

Objetos dessa natureza serviram ao Curso de Museus²⁰⁴ para representar o primitivo pela sua origem e forma de produção, distantes de uma técnica (Carvalho, 1948), estando disponíveis para a manipulação dos alunos, indício para a sistematização de uma documentação produzida conforme artigo 84. A vocação para o exótico, rudimentar está expressa no texto de motivações para organização do acervo no museu ergológico que não saiu do papel, mas teve sua vertente no MHN.

Nila Rodrigues Barbosa (2018), analisou a presença do negro no museu, indicando a fixação deste no período colonial, e ainda enquanto escravo, sem atuação política e cultural no século XX, legando aos objetos a função de representar esse passado primitivo como contraponto para a nação, conforme denotamos na revista *Selecta* de 1930 e resumida como “A nação se estudava pela via da história, já os escravizados, indígenas, tidos como “o outro” dessa nação, por meio do folclore, da exotização, do pitoresco, da curiosidade” (Magalhães, 2023, p. 8).

Como já vimos, as intenções de Barroso para com o museu são expressas em artigos ao menos 10 anos antes da criação. Aline Montenegro (2006) buscou inspiração no artigo de 1912 ao utilizar a expressão “culto da saudade” para indicar a performance ocorrida no MHN com respaldo do estado.

O ‘culto da saudade’ deveria ser um ritual **sagrado e oficializado**, no qual os cidadãos reverenciariam os heróis nacionais, a exemplo da devoção dos fiéis católicos aos santos. Nesse ritual, os objetos que pertenceram ou estiveram em contato com algum vulto ilustre, ou que participaram de “grandes acontecimentos” recebiam uma aura de sacralidade que os tornava “reliquias”. Considerados objetos semióforos, as reliquias intermediavam a relação dos vivos

²⁰⁴ A criação do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN) consta no Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 mar. 1932. Decreto nº 21.129, de 07-03-1932. (Cf.: Sá, 2014, p. 232). O curso funcionou dentro do Museu Histórico Nacional até o ano de 1979, quando foi transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), alterada para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

com os mortos, ligando o visível ao invisível (Magalhães, 2006, p. 22, grifo nosso).

Por ora, nos Museus de História, tipologia aqui estudada, expressam tendências na mudança de paradigma no processo de musealização, a matéria “Museu em Transformação” apresenta e descreve como “Museus de história criam estratégias para identificar objetos **esquecidos** e propor novas leituras para a sociedade” (Queiroz, 2022, p.18, grifo nosso). Leio esquecidos enquanto ausente de prioridade somado à questão da precariedade, nuances que não podem ser negadas.

No caso, do Museu Histórico Nacional podemos destacar que o termo “esquecido” também pode ser lido a partir da imaginação museal²⁰⁵ e das relações entre memória oficial e memória de grupos minoritários (Pollak, 1989). Para enfim, a construção de uma memória nacional.

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (Pollak, 1989, p. 5).

Visando minimizar os distanciamentos e silenciamentos e, em razão, da celebração do centenário do Museu Histórico Nacional foi publicada: “Histórias do Brasil – 100 objetos do Museu Histórico Nacional (1922-2022)”²⁰⁶ Dos objetos que integram essa pesquisa, dois estão presentes — o Caxambu (Atabaque) (número de registro: 3687) e a Escultura/Máscara (número de registro: 4046). Foram apresentados de forma individual não associados aos demais objetos e sem menção ao reconhecimento enquanto Patrimônio Imaterial de Ouro Preto, mantendo a performance de escrita com base nos documentos presentes no Museu somadas às contribuições dos demais autores.

Em resumo, a documentação presente no MHN alimentou as narrativas expostas em produções institucionais ou para a justificativa de criação de um museu ergológico. Os documentos levantados pela pesquisa e apresentados no capítulo 1 atendem aos quesitos para a musealização conforme descrito por Lima (2017), como instrumentos que situam os objetos musealizados enquanto: testemunhos de intolerância religiosa ao mesmo tempo que integrantes do Patrimônio Cultural, vertentes não exploradas até o momento pelo Museu Histórico

²⁰⁵ Chagas, Mário (2009). O autor narra a gestão de Gustavo Barroso (1888-1959) no imbricamento de museu, história e nação. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2021/03/58imaginacao.pdf>. Acesso em: 2 maio 2025.

²⁰⁶ Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/index.php/livro-sobre-100-objetos-do-mhn-esta-disponivel-para-download-gratuito/>. Acesso em: 10 maio 2025.

Nacional e que se justificam pelo poder dos museus de provocar a consciência do visitante (Rússio, [entre 1965 e 1990] *apud* Bruno, 2010). Demonstra-se que a Documentação tem papel central nos processos de produção de narrativas nos museus.

3.1 Coroa, Cetro, Caxambu e Maria Cambinda nas fichas de catalogação

É o documento por detrás das coleções em si que conferem aos museus possibilidades de fala com o seu público. Se os objetos têm o sentido de evidências, os documentos que os acompanham atestam aquilo que essas evidências podem narrar (Soares, 2023, p. 123).

Cabendo a esse subcapítulo examinar as fontes documentais primárias, fichas de catalogação recuperadas, entendidas sob duas perspectivas “instrumento de auxílio para documentação dos objetos” Padilha (2014, p. 51); e estratégia para a salvaguarda da informação sobre o objeto (Mendonça, 2020). A responsabilidade na criação desse instrumento, que como vimos a ausência de alguns campos acaba por penalizar o objeto e a gestão sobre esse e sobre a coleção. Atrelada à sua aplicação resultando na apresentação de uma biografia do objeto, reunindo documentos textuais, iconográficos e outros.

Observou-se como o instrumento de armazenamento de dados sobre o objeto foi construído, estruturado a partir de informações intrínsecas, extraídas do objeto e informações extrínsecas sobre o objeto (Ferrez, 1987), capturadas em fontes bibliográficas ou documentárias. A partir também, das alterações, inclusões e exclusões informacionais ocorridas ao longo da vida dos objetos museológicos.

Diante desse cenário, observa-se que a afirmação de Ferrez (1994), sobre a vida do objeto museológico em relação ao processo de documentação podendo adquirir/perder informação por pesquisas ou pela ausência destas. Seja pelo impacto do distanciamento do contexto original sem a devida coleta de informações, seja como identificamos em análises iniciais quando da transferência de informação das fichas manuais.

Porém, precedem ou deveriam preceder as fichas os seguintes documentos: recibo de entrada, termos de doação, permuta e transferência, laudo técnico e a inscrição em livro de tombo e inventários (Padilha, 2014), ainda que ciente que essas práticas tenham sido postuladas posteriormente à chegada dos objetos, já estavam em parte, em voga no MHN. E são integrantes do rol de documentos necessários para completude informacional sobre o objeto museológico, a partir da “compilação dos dados e do tratamento informacional extraídos de cada objeto” (Padilha, 2014, p. 35). No entanto, na investigação das práticas, com a leitura

dos relatórios, e o exame dos processos de entrada de acervo somadas às análises dos dossiês observou-se que nem sempre a instituição conseguiu emitir evidência de entrada do objeto no museu.

Para analisar as fichas dos objetos produzidas no MHN levou-se em conta o diagnóstico da documentação do MHN, que encontramos paralelos na literatura, com outras instituições pela compatibilidade dos problemas apontados de variedade e coexistência de fichas (Cândido, 2014), somadas à apuração de ausência de histórico de criação das fichas e a constatação do preenchimento incompleto, com escassos registros de profissional responsável e data.

A partir da ficha de catalogação há concretude sobre o estatuto do objeto selecionado enquanto um documento em museu, ou seja, objeto/documento, expresso: “[...] na correlação de dados que vão da materialidade do objeto às intenções socioculturais” (Ceravolo; Tálamo, 2007, p. 7). As informações necessárias para as ações futuras, sejam de cunho administrativo ou visando a produção de conhecimento estão conformadas nessa tipologia documental.

Para a interpretação das fichas recorreu-se a padronização do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM, 2014) expressa na publicação “Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais sobre objetos de museus (CIDOC-ICOM, 2014), para interpretação da expressão dos Grupos de Informação”. Há consciência que tanto a declaração, publicada em 2014 como as Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do CIDOC de 1995, são publicações que organizam também a análise, tendo em vista que, para difusão do acervo em rede a padronização é fundamental para evitar ruídos.

Para a leitura retrospectiva das fichas de catalogação utilizaremos a única publicação direcionadora disponível, o Manual de Catalogação e Manual de Procedimentos para Entrada de Dados no Computador da Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional - Texto Provisório (Museu Histórico Nacional, 1984; 1996) para análise das fichas correspondentes. As publicações/manuais de cunho histórico da documentação do MHN auxiliam na interpretação dos campos informacionais e para identificação do vocabulário controlado adotado pelo museu que originou o Thesaurus de Acervos Museológicos (Ferrez; Bianchini, 1987).

Cogitou-se a observação das fichas tendo como base os manuais correspondentes aos sistemas informatizados para entendimento dos critérios de entrada dos grupos/categorias de informações, como forma de confrontar a teoria com a prática, o que não foi possível pela ausência de histórico na instituição. Saliento que não há manual também do sistema atual Tainacan. No que tange à escrita dos catalogadores, reproduzimos o conteúdo, correções ortográficas ou ajustes textuais não foram procedidos.

Antes de tudo, faço uma ressalva para a condição permanente da Documentação em Museus ao longo do século XX e XXI. O trabalho realizado e iniciado nos primeiros anos de criação do MHN, no preenchimento das fichas denominados de “Catalogação (Documentação-Informação) [...] até a Classificação, esta última identificada ao que se convencionou denominar Pesquisa Museológica e muito associada à Documentação-Informação” (Sá, 2019, p. 35), foi considerada fundamental com base em pesquisas e versadas na publicação científica do MHN, principalmente na primeira fase.

Por esse motivo, não há aqui, a intenção de uma escrita crítica, há o intuito de observar práticas antepassadas com os desafios impostos aos conservadores do MHN, assim denominados, e o ensinamento que nos proporcionam. Seria injusto diante dos problemas apontados em relatórios da instituição desconsiderar as condições precárias de trabalho e o impacto na gestão da instituição, e que ocorre em diversas instituições museológicas pelo mundo²⁰⁷ atualmente.

Indicadores do passado e do presente alertam para a necessidade de atenção na produção da Documentação em Museus, enquanto ferramenta para Gestão de Coleções, para que seja possível a responsabilização sobre a coleção, entendida também como prestação de contas. Em suma, para atender às normas de segurança do acervo no aspecto físico, mas também relacionado à segurança da informação sobre o acervo, pela possibilidade de contabilizar o que conforma a coleção e para facilitar o acesso, indica-se o preenchimento de 22 Grupos de Informação que permitem alcançar tais funcionalidades (CIDOC-ICOM, 2014).

Os Grupos de Informação foram estruturados para responderem sobre o objeto museológico, a partir dos seguintes critérios: segurança, responsabilidade, acesso e arquivo histórico” (CIDOC-ICOM, 2014, p. 45), e não há hierarquia entre os grupos pelos critérios que atendem, a indicação de preenchimento objetiva a tomada de decisões e colabora para a produção do conhecimento.

Cada Categoria de Informação é parte integrante para que se obtenha um Grupo de Informação, formulada para obtenção de dados a partir de respostas numéricas padronizadas, no caso de informações sobre data; múltipla escolha como no caso de respostas para método

²⁰⁷ Como um desafio para o presente, segundo dados da pesquisa: Los Almacenes Museísticos en el Mundo apresentou que 51,85% dos museus da América Latina e Caribe declararam possuir sistemas de documentação incompletos. Das seis regiões do mundo, o índice mais alto é da África com 58,18%, e o da América do Norte o mais baixo com 33,82%. No caso da Europa Ocidental e outros com 41,93 % (ICOM, 2024, p.36 e 37), lembrando da origem de criação do CIDOC nos anos 60 e a implementação de grupos de trabalho para padronização da documentação em museus neste continente (Olcina, 1986, p. 312 *apud* Ceravolo; Tálamo, 2007, p. 3-4). Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2024/10/Rapport-global-ICOM-ALMACENES_ES.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

(ex.: aquisição, alienação); escalas pré-determinadas para estados de conservação, e respostas abertas que seguem padrões descritivos da temática relacionada, como no caso das ciências naturais, visando clareza e precisão para o Grupo de Informação.

Na observação da proposição do documento (CIDOC-ICOM, 2014), e das fichas analisadas, entende-se que há necessidade de uma padronização para uma interoperabilidade²⁰⁸, que começa na própria instituição. Sendo possível, a partir de um manual de entrada de dados que agregue as orientações do ICOM (2014), e de termos que devem ser definidos pela instituição.

Dado esse cenário, o qual se inserem as fichas, e a explicação de como hoje se organizam os dados em grupos, passamos à análise desse histórico registrado na documentação em museus, entendido como: “[...] um dos métodos de preservação dos objetos e coleções de museus. Além disso, organiza o raciocínio de tratamento da informação relativa a quaisquer tipos de coleções – museológicas ou não” (CIDOC-ICOM, 2014).

Definimos para metodologia de análise apresentar os grupos de informação/categorias de informação, que estão dotados do documento textual (escrita) e documento iconográfico (imagem estática) conforme a ordem em que se apresenta em cada ficha, mantendo o ritmo definido no ato de criação do documento, considerando o preenchimento ou não dos campos e comentá-los em texto corrido. Aqui, já podemos apontar para a ausência do documento sonoro e audiovisual integrante e produzido sobre a manifestação.

Para apresentação das fichas, optamos por transcrever o conteúdo pois as fichas exibidas como anexo não possuem boa qualidade para leitura²⁰⁹, foram anexadas para comprovar a materialidade e consideramos a ordem a seguir: Coroa de Congada (356) – Anexo S, Cetro de Congada (357) – Anexo T, Caxambu (3687) – Anexo U, e Maria Cambinda (4046) – Anexo V. Enfatiza-se a dissociação parcial, sempre reiterada como alerta para casos futuros, provavelmente ocorrida por diversos fatores: pela entrada em tempos distintos no MHN, no ato de registro das peças pela distância numérica e até mesmo pela ausência de Gustavo Barroso de 1930-1932. Os objetos: Coroa de Congada e Cetro de Congada com registros que suscitam dúvida da procedência atribuída e a lacuna de data de chegada ao museu. Os outros dois, Instrumento de Percussão: Caxambu (Atabaque) e Escultura/Máscara - Maria Cambinda estes confirmados que estavam na sacristia da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto; foram doados ao MHN em 1928, confirmação obtida pelas cartas (figuras 8 e 9).

²⁰⁸ “É a capacidade de sistemas (informatizados ou não) se comunicarem com outros sistemas, por meio do compartilhamento de dados.” Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/infraestrutura-nacional-de-dados/interoperabilidade>. Acesso em: 14 dez. 2025.

²⁰⁹ Em razão disso, pensamos em anexar as fichas impressas em um envelope extra na entrega da dissertação para o programa.

COROA DE CONGADA (356)

Conforme apresentado no Quadro 1, a Coroa de Congada (356) possui cinco fichas de catalogação e duas fichas da Seção do Arquivo Fotográfico apresentadas no (Anexo S), dessas últimas o objetivo é o registro fotográfico e foram consideradas pelas informações que portam, mas não são autossuficientes e dependem da ficha de catalogação para uma interpretação sobre o objeto.

A primeira ficha, supostamente produzida na década de 1970²¹⁰, integrante do fichário eletrônico, apresenta-se datilografada e dotada de onze campos: N. Ordem, N. Catálogo, OB, Autor, Assunto, Procedência, Coleção, Estado de Conservação, Dimensões, Localização e Ref. Museográfica. Consta no mesmo documento registro do Cetro de Congada, ambos foram registrados como díade com número de ordem 10088, posteriormente, acrescentou-se um segundo número 10087, anterior ao primeiro. Alerta-se que essa ficha não consta no dossiê do Cetro enviado pelo MHN, uma medida a ser levada em consideração para que o dossiê não fique incompleto.

Consta uma segunda numeração identificada como número de catálogo que se conforma a partir da pesquisa de data de entrada do objeto e na ausência desta, pela inexecutabilidade de inventariar o acervo a curto prazo, aplica-se o número de registro retrospectivo, ambos explicados no começo do capítulo 2. O número de catálogo 28.108.1 e 28.108.2, de forma tripartida, é compatível com a descrição do Manual de Catalogação (Museu Histórico Nacional, 1984). A primeira parte informa os dois últimos dígitos do ano de entrada dos objetos 1928. A segunda parte o número da coleção 108 e a terceira parte o número do objeto na coleção 1 e 2. Aventa-se a possibilidade de inserção posterior do número de catálogo pela datilografia proeminente, destacada pela cor e pela tipologia diversa da utilizada na escrita dos campos e no preenchimento de alguns dados. Constam também anotações dos números do SIGA 000.356 e 000.357, demonstrando que as fichas recebiam as numerações em vigor, conforme alteração do sistema informatizado. Há anotações posteriores em caneta, aparentemente de pessoas distintas, o que se constitui como fato corriqueiro observado em diversas fichas durante essa pesquisa.

O campo seguinte, denominado OB de objeto, tem o seguinte preenchimento: Coroa e Cetro, registrando dois objetos a partir de termos genéricos, Rei do Congo, associando os objetos à manifestação religiosa e cultural, e Metal Dourado, dado sobre o material. Equivalentes aos grupos de informação: Nome do Objeto, Associação do Objeto e Material do Objeto

²¹⁰ Observa-se na Ficha de Barroso (1951) que aos objetos eram atribuídos um Número de Ordem. No inventário de 1972/1973 este passou a ser denominado Número de Ordem Geral (NOG), conforme informa o Manual de Catalogação (1984) e como pudemos observar em fichas de objetos comparativos.

(CIDOC-ICOM, 2014), temos um único campo com três dados imputados, dados heterogêneos não recomendados atualmente pela possibilidade de ruído.

Em ordem o campo Autor encontra-se em branco, seguido de Assunto descrito como Outras Categorias. Esclarece-se que em ficha comparativa da Pianola (000435) localizou-se em Assunto: Mobiliário Imperial, na ficha da Matriz do Pilar (000814) consta Iconografia Cidades e Monumentos, e na ficha da Escultura de Nossa Senhora do Rosário (003221) Escultura - Religião. Para entendimento de quais categorias eram empregadas, deveríamos consultar um manual desse período, ou fichas equivalentes para esclarecer quais objetos foram enquadrados em Outras Categorias.

Em sequência, há informação do nome da Baronesa de Miracema²¹¹ em procedência, seguimos com a hipótese de engano nessa atribuição. Os itens doados pela Baronesa de Miracema constam na Guia de número 34²¹², emitida pela secretaria do MHN em 18 de julho de 1927. Não há menção à Coroa e Cetro, faço uma ressalva²¹³ para a possibilidade de incompletude dos documentos que também podem ter colaborado para o equívoco do registro. A doação foi recebida pelo responsável pela seção de história, Joaquim Menezes de Oliva, em 12 de agosto de 1927.

Em 18 de junho de 1928 são emitidas cartas de agradecimento do museu à baronesa e a Odorico Neves, agradecendo a doação de sinete, ou seja, ambos doaram objetos semelhantes ao museu, o que pode ter colaborado para o ruído na doação dos objetos. A hipótese da Coroa e Cetro terem chegado ao museu em 1927 foi descartada considerando as correspondências enviadas para Odorico Neves em 1928, apresentadas no capítulo 1. Sobre esses dois objetos há indicação que estes foram trazidos por Barroso. “Foi encontrado pelo Dr. Gustavo Barroso na referida igreja e de lá trazido para o Museu juntamente com a coroa e o cetro usados nas cerimônias da tradicional festa popular” (Carvalho, 1948, p. 146). Destaca-se que

²¹¹ O site do MHN informa o nome da Baronesa de Miracema. Disponível em: https://mhn.acervos.museus.gov.br/fonte-de-aquisicao/baronesa-de-miracema-maria-sara-de-almeida-batista/?perpage=12&view_mode=masonry&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only_meta=&fetch_only_thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription. Chegando-se ao nome de seu marido, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BATISTA,%20Almeida.pdf>. As doações da Baronesa para o Museu decorrem três anos após a morte do Barão. Não localizamos informações sobre a passagem deste por Ouro Preto ou relação com a cidade. O que colabora para a indicação de um equívoco na atribuição de procedência. Objetos seguem assim indexados. Disponível em: https://mhn.acervos.museus.gov.br/termos-de-indexacao/maria-sara-de-almeida-batista/?perpage=12&view_mode=masonry&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only_meta=&fetch_only_thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription. Acessos em: 21 dez. 2025.

²¹² Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/30521>. Acesso em: 26 jan. 2025.

²¹³ As cartas de agradecimento quando confrontadas com as guias de aquisição, com as listagens de doações e com os relatórios anuais demonstram que os processos de doação por vezes registram um único objeto por doador, ou os mais “notáveis”, palavra utilizada em relatórios. Mesmo que na prática essa ação ultrapasse 20 objetos. Ocasionalmente a ausência do registro do objeto no primeiro documento relacionado à aquisição, e consequentemente a possibilidade de ausência de documentação ou de conteúdo.

o professor Gerardo era responsável pela matéria de Etnografia no Curso de Museus, tendo conhecimento dos objetos.

Como sinalizado anteriormente, o modelo de ficha implementado por Barroso (1951), foi usado para catalogação da Xícara (001128), item doado pela Baronesa e registrado em 01/8/1946, 19 anos depois da doação recebida. Acrescida nesta, o número de Ordem 519, bem distante de 10088 e 10087, registrados para Coroa e Cetro, o que seria mais um indício do registro tardio desses objetos, supostamente na década de 50.

Encontra-se em branco o preenchimento do campo coleção, que caso tivesse sido preenchido considerando os quatro objetos, teríamos nesse campo a associação entre os objetos ao invés de dissociação que marca a trajetória dos quatro objetos pesquisados. Buscamos compreender o preenchimento do campo citado, observando fichas do mesmo modelo de objetos comparativos, e, encontramos três²¹⁴ situações distintas que demonstram como o campo foi preenchido, quando à época o preenchimento desse campo apresentou-se com aplicações distintas de preenchimento. Os campos seguintes são: Estado de Conservação: 03 — o qual localizamos indicação de preenchimento em documento posterior à ficha (MHN, 1984), a numeração caracteriza um estado ruim, indicando restauração. Essa atribuição foi confirmada pela indicação do estado do objeto nas fichas seguintes. O campo das Dimensões está em branco, o da Localização: 01.1.0, informada por números foi substituída por um sistema alfanumérico a partir do Manual instituído em 1984, sendo esse mais um dado que confirma que a ficha foi produzida antes dessa data.

No verso da ficha encontram-se dois campos, sendo o primeiro de Referência Museográfica: Da Irmandade do Rosário, em Ouro Preto, informando da associação dos objetos com a instituição religiosa e a localidade, que corresponde à citação de Gerardo Alves de Carvalho (v.IX, 1948), quando o autor informa que a Coroa e o Cetro foram trazidos por Barroso. Há anotação numérica 02.24 nessa ficha com notação similar localizada em duas fichas da Xícara (001128), respectivamente 001128.4 — categoria 02.01 e 001126.6 — 02.01.1 4, demonstrando que informações são acrescentadas e suprimidas nesse contexto de elaboração de fichas de catalogação. Também localizados em fichas da Escultura da Nossa Senhora do Rosário (003221), respectivamente 003221.004 — 02.22.3, 003221.005²¹⁵ — 02.22.3, 003221.009 — cod. 02.22.3.

²¹⁴ A primeira situação assemelha-se aos objetos tratados nesse documento, campo em branco nas fichas referente às pinturas documentais (Nossa Senhora do Rosário - 000811, Santa Efigênia 000813 e Matriz do Pilar - 000814). A segunda situação ocorre quando o objeto (Escultura de Nossa Senhora do Rosário - 003221) integra um arranjo que privilegia o doador (coleção: Souza Lima número 452) desembocando na construção da documentação voltada também para o doador, comprovando um dos discursos do museu (Bittencourt 2000-2001). A terceira situação responde a tipologia do Museu, quando o objeto (Pianola 000435) teve uso de um personagem histórico, sendo a coleção denominada de: Imperial D. Pedro I.

²¹⁵ Ficha com assinatura de Emília Dyer (chefe da Seção de História Artística em 1975), provável período da ficha. Localizei documentos que demonstram a presença de Emília Dyer como funcionária do MHN no de 1960

Há uma anotação que não pode ser desprezada nessa mesma ficha, “+ 2 peças ≠ embora ligadas entre si”, o que supomos que seja uma referência ao Caxambu e a Maria Cambinda. Sendo essa a primeira ficha de catalogação com menção aos quatro objetos, ainda que indiretamente, e exigindo do leitor dessa um conhecimento prévio sobre a trajetória dos objetos.

Considerando a menção acima, informamos que os manuais localizados da década de 80, do MHN e do Departamento de Museus e Arquivos (DEMA)²¹⁶ de SP, que concorriam ao momento da informatização, não indicavam o uso do campo de associação/faz conjunto ou par de objetos, posteriormente entendido como grupo de informação (CIDOC-ICOM, 2014) a fim de evitar a dissociação de objetos.

Em sequência passamos para a análise da Ficha Cadastral correspondente ao Manual (MHN, 1984) da Coroa de Congada localizada no dossiê enviado pelo MHN, no formato 15 x 21 cm. Sendo essa a primeira ficha com possibilidade de análise em confronto com as diretrizes do Manual. Apontaremos as indicações de preenchimento que não será repetida em duplicidade com as fichas seguintes.

Encontram-se 17 campos datilografados: N.º de Registro, Código, N.º s anteriores, Objeto, Autor, Título, Data, Local, Material / Técnica / Suporte, Dimensões, Procedência, Estado de Conservação, Localização, Termo de Indexação, Obs, Cadastrado por, Data. As orientações estão descritas em oito páginas com indicações de consulta aos anexos contendo a sistematização. Observa-se um aumento no número de campos, permitindo a observação das informações intrínsecos e extrínsecas ao objeto (Ferrez, 1991), com a inclusão dos campos autoria e data, instituídos por Barroso (1951).

No campo N.º de Registro P.118, constata-se que a numeração não segue a orientação do item 2.2 do Manual (MHN, 1984) e não foi possível identificar a motivação para utilização da letra P, seguido do número 000.356 anotação posterior de número do SIGA. O Código 08 corresponde à notação de Classe, objetivando a recuperação da informação (RI) (MHN, 1984). As estratégias para recuperação dos objetos e informações sobre esses, ocorriam desde a implementação das fichas manuais, como observamos nas fichas comparativas coletadas, recuperação por coleção-doador, período, sala.

até 1977, exercendo diferentes funções. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43460/search/Emilia%20dyer> ; <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/38887/search/Emilia%20dyer> ; <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/65990/search/Emilia%20dyer> e <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/66103/search/Emilia%20dyer>. Acessos em: 31 mar. 2026.

²¹⁶ Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/manual-orientacao-museologica-museografica.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2025

Ainda sobre o número de registro, há um campo dedicado aos n.º s anteriores: II-104 — número não localizado na ficha anterior, que reforça a hipótese de registro anterior à década de 1970, com possibilidade de documentação produzida, extraviada ou descartada. Em virtude da ausência de pesquisa nos livros de registro, não podemos descartar a chance de registro dos objetos, ainda que tardiamente, quando da criação da segunda Seção de História no ano de 1953, para qual existia livro de registro específico, criada em período muito próximo às publicações dos AMHN volumes XVIII e XIV, publicados em 1957 e 1958, respectivamente, que versam sobre os objetos de pesquisa e que seguem a trajetória apontada por Barroso (1951) quando objetos documentados e pesquisados passam a configurar em artigo nos AMHN.

Nesse mesmo campo consta o número 28.108.1 identificado na ficha anterior como número de catálogo, e interpretado nessa ficha enquanto número de registro, há anotação do número 10087, que constava anotado à mão na ficha anterior, indicado como número de ordem geral (NOG), nomenclatura atribuída para identificação do inventário realizado na década de 1970, se na ficha anterior há dúvida sobre qual objeto esse número está relacionado, aqui se esclarece que foi adotado para a Coroa.

No campo Objeto observou-se a descrição: Coroa de Congada, uso do termo específico como consta no Tesouro (Ferrez; Bianchini, 1987, p. 55), qualificando a informação da ficha anterior a partir da indicação de uso na prática religiosa. Os acréscimos — de Congada — visando a indexação, foram instituídos desde que houvesse consenso entre os técnicos e anuência do chefe. Os campos seguintes: Autor e Título estão em branco. A Data [17- -] inserida entre colchetes foi atribuída pelo catalogador sobre o ano de produção da coroa, conforme indica o Manual (MHN, 1984, p. 20). O campo Local aparece em branco e tem no Manual (MHN, 1984, p. 21) a seguinte indicação: “Área geográfica do fabrico do objeto, quando conhecida cidade, estado, país ou região”. Não há a indicação do uso de colchetes para atribuição do catalogador.

O campo seguinte congrega informações do processo de criação da peça descritos em: Material / Técnica / Suporte, segundo o Manual (MHN, 1984, p. 21), descreve-se o material na ordem dos que estão mais explícitos, das técnicas de produção conforme os termos definidos nos anexos III e IV da mesma publicação. Enquanto material há indicação de Metal, há falta de informação sobre a composição. Faz-se a ressalva que o anexo III há na lista a palavra Metal, porém presume-se que o uso dessa é para quando a composição não é identificada, visto que na mesma lista há as seguintes opções: Latão, Níquel, Ouro, Platina e Prata.

Para Técnica há: Dourado, Martelado, Repuxado, Cinzelado e Fundido, esse último como a primeira técnica para confecção do objeto, no entendimento que o material foi derretido e solidificado para a criação da estrutura metálica, sem menção desses processos na

ficha. Para o campo da medida da peça, denominado Dimensões, a extração dessa informação intrínseca tem relação com a identificação do objeto e planejamento para guarda e exposição do mesmo. O Manual de Catalogação (MHN, 1984), orienta a seguinte ordem para registro das dimensões: altura, largura e comprimento e as unidades de medida descritas em metro, centímetro e milímetro, de forma abreviada e após o número: 34,5 cm (alt) x 31,5 cm (larg) x 32,4 cm (comp).

O modelo da ficha cadastral (MHN, 1984) apresenta no mesmo campo as solicitações de informações de Modo de Aquisição / Procedência. No entanto, o modo de aquisição foi excluído na efetivação da ficha para uso conforme observamos na ficha da Coroa de Congada, e para Procedência há a seguinte informação: Não existe processo de aquisição, o que de fato verificamos nos processos de entrada de acervo disponíveis para consulta.

O grupo de informação - Aquisição (CIDOC-ICOM, 2014) esclarece aspectos jurídicos da situação do objeto na instituição, com relevância na Documentação em Museus no começo do século XX, pelas consequências da Primeira Guerra Mundial (Ceravolo; Tálamo, 2007), em tempos pretéritos, o dado aquisição integrou os relatórios de direção emitidos durante a gestão de Gustavo Barroso. Consta na ficha do MHN implementada pelo primeiro diretor, que localizamos com data de uso na década de 40²¹⁷ (Barroso, 1951) duas categorias de informação: “modo de aquisição” e “procedência”. Demonstrando que a exclusão desse campo teve impacto nas fichas subsequentes contribuindo para a dissociação à época de produção do Manual de Catalogação (MHN, 1984), e, conseqüentemente, no emprego das fichas seguintes.

Este grupo reúne dados organizados nas seguintes categorias de informação: método, data e fonte, com controle de vocabulário e terminologia para a entrada destes, para que seja possível atender as demandas tecnicistas e de pesquisa científica (Ceravolo; Tálamo, 2000) na recuperação da informação.

Volta-se para um campo de informação intrínseca, Estado de Conservação. Nesse há indicação, em anexo V, no Manual (MHN, 1984). O uso de números, 1/2/3/4, como códigos correspondendo à classificação Bom, Regular, Ruim, Restaurado. Há indicação que a escala de avaliação do objeto deve ser utilizada também caso se tenha optado pelo uso do termo restaurado. Na ficha analisada só consta o número 4. A opção por esse código indica a necessidade de atenção com o objeto em todas as ações do manuseio à exposição.

Em sequência há o campo de Localização com os seguintes preenchimentos: RT1 M5 Prateleira 3 / Módulo II / Expo Sala 5. Não há como identificar a data de trânsito dos objetos

²¹⁷ Em função das obras no MHN não foi possível checar se há fichas com datas anteriores. Tomou-se como exemplo a ficha do objeto comparativo Xícara s/pires, assim registrada, em 01/08/1946 citada no capítulo 2.

considerando essas três anotações, provavelmente em momentos distintos. Tendo como referência o Manual de Procedimentos para Entrada de Dados no Computador da Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional (texto provisório) de 1996, foi possível interpretar alguns dados.

A primeira anotação, RT1 M5 Prateleira 3, indica que o objeto estava na Reserva Técnica 1 sem localização específica (MHN, 1996), não há descrição para a sigla M, podendo ser Mobiliário, Módulo ou Móvel, e a indicação da prateleira 3. A segunda anotação Módulo II, indica que o objeto foi transferido para a exposição permanente e a terceira anotação Expo Sala 5, tem-se a impressão de mudança de nomenclatura do local de exposição permanente.

No campo seguinte destinado ao Termo de Indexação lemos: MIRACEMA, Baronesa (proprietário?), indicando dúvida quanto a essa atribuição e a ocultação de informações que constavam em ficha anterior, que poderiam configurar nesse campo que também objetiva atender o usuário: “Destacar os assuntos passíveis de serem solicitados pelos usuários” (MHN, 1984, p. 23); os assuntos se resumem a acontecimentos históricos e, ou personagens, considerando que localização geográfica ou instituições/monumentos são dignos de indexação, bem como, informações que possam ser extraídas de aspectos decorativos do objeto visando o uso em exposições.

O uso do termo Baronesa de Miracema indica um arranjo utilizado desde a implementação do MHN, de recuperação da informação privilegiando o doador, com a construção da documentação voltada para o doador, um discurso do MHN (Bittencourt, [entre 2000 e 2001]), cada escrita registrada na documentação em museus demonstra como o objeto era interpretado naquele momento (Maroevic, 1997).

Para o campo Observação não há determinação para inserção, que nesse caso foi utilizado para descrição do objeto. A observação seguinte, anotada em canto inferior esquerdo, informa do processo de restauração da peça, da inserção de pregos, ou seja, novo elemento no artefato original e a informação de que o estado é ruim, sem a indicação da data de tal procedimento.

No verso da ficha há apontamentos com referência à ficha da década de 1970, que essa integrava o fichário eletrônico, e que a referência museográfica indicava: Irmandade do Rosário, Ouro Preto, MG. O segundo apontamento sobre a possibilidade de ter pertencido à Baronesa de Miracema por constar no campo procedência da ficha anterior. A ausência de processo de aquisição fez com que essa informação permanecesse somente no verso da ficha. A informação seguinte é uma explicação do termo Congada, tendo por base o festejo em Sergipe e extraída da Enciclopédia e Dicionário Internacional Delta Larousse, porém não sabemos o ano e volume da publicação.

Os dois últimos campos preenchidos da ficha cadastral da década de 1980 são: Cadastrado por e Data, sem indicação no Manual (MHN, 1984), para a sistemática de preenchimento, dados fundamentais para identificação do autor e do momento que o objeto foi catalogado. No entanto, é muito comum a ausência de preenchimento de ambos ou com letras não legíveis, nesse caso temos a informação do catalogador de forma não legível, não sendo possível identificá-lo, exigindo uma pesquisa de quais pessoas trabalharam nesta seção pela data 29/5/87, sexta-feira, assinalada, pela data sabemos que a Coroa de Congada foi cadastrada três anos após a implementação do Manual (MHN, 1984), e a ocorrência da restauração até maio de 1987.

As duas últimas fichas que constam no Dossiê da Coroa enviado pelo MHN, são da seção do Arquivo Fotográfico, como dito, para registrar o objeto por meio de imagem, o Manual (MHN, 1984), não contemplava informações relacionadas ao registro fotográfico, ainda que a temática tenha sido tratada por Barroso (1951).

Essas duas fichas enquadraram os objetos em grupos distintos: Prataria número 26 - Coroa e Cetro do Santíssimo de Ouro Preto - Metal dourado e Joalheria número 19 - Coroa do Divino de Ouro Preto (metal dourado), demonstrando que a Coroa de Congada foi registrada duas vezes nesta seção com termos Divino e Santíssimo, que não observamos em outras fichas de catalogação.

Passamos agora para a análise da ficha emitida pelo sistema Seret, fornecida por Aline Montenegro. Se considerarmos que a última ficha analisada é de 1987 e a seguinte do sistema Seret, emitida em 11/2018, temos três décadas de lacuna documental para pesquisa, somado ao fato da impossibilidade de recuperar manuais/ficha padrão, do SIGA e do Seret. Além da consciência que as fichas recuperadas do sistema Seret podem ocultar metadados²¹⁸, nomenclatura difundida no ambiente digital, logo não há como descrever quantos campos constavam no modelo de ficha do Seret, para tal trabalho teríamos que observar todos os dossiês existentes no MHN, o que não garantiria sucesso na operação, visto que não havia o hábito de impressão e armazenamento das fichas natas digitais.

Analisaremos a Ficha do Bem: 356 - Coroa de Congada, a partir das informações observadas e, em comparação com as fichas anteriores. Apresenta-se em formato digital, com a sigla e nome da instituição que detém o objeto, e nome do sistema em que foi concebida Seret. Totalizando vinte e três metadados visíveis para preenchimento: Imagem, Nro. siga,

²¹⁸ Atributos que representam uma entidade (objeto do mundo real) em um sistema de informação. Em outras palavras, são elementos descritivos ou atributos referenciais codificados que representam características próprias ou atribuídas às entidades; são ainda dados que descrevem outros dados em um sistema de informação, com o intuito de identificar de forma única uma entidade (recurso informacional) para posterior recuperação (Alves, 2010, p. 47).

Objeto, Classe, Autor/Fabrica, Local/País, Data, Fonte, Forma, Processo, Nros. de Reg, Medidas (A,L, C em cms.), Peso (em kgs), Conservação, Materiais, Técnicas, Origem, Localização Atual, Movimentado em, Obs.: Termos, Atualizado em, Por.

Quanto ao preenchimento da ficha observamos a imagem com ângulo da coroa de cima para baixo, sendo possível ver os detalhes da marcação no metal. Não há legenda ou informações sobre a produção da imagem em cor, como também o número de imagens produzidas, data e fotógrafo responsável. O Nro. siga:356 confirma a exclusão de zeros à esquerda por orientação do Manual (MHN, 1996), prática observada em fichas anteriores. Objeto: Coroa de Congada como na ficha anterior. O termo código foi alterado para Classe: 08 - Insígnias com o termo correspondente facilitando a interpretação, a definição para enquadramento nesta classe indica: “objetos usados como sinais distintivos, individuais, ou coletivos de função, dignidade, posto, comando, poder, nobreza, nação etc. [...]” (Ferrez; Bianchini, 1987, p. 7), a partir de uma comunicação visual, nesse caso com o uso de uma coroa, identifica-se que o usuário é uma autoridade no grupo.

Com relação a autoria de produção do artefato metálico, os seguintes campos: Autor/Fabrica: Em pesquisa, não mais em branco como na ficha anterior. Local/País: Brasil, assume-se o país e a Data: [17 - -] tem equivalência com a ficha cadastral.

Parte-se para os campos com relação à aquisição desmembrados em três campos — Fonte e Processo: Em pesquisa, Forma: Em branco. As fichas anteriores tratam desse grupo de informação, diretamente na primeira ficha datilografada e indiretamente na ficha cadastral. Aqui demonstra-se que, por dúvida ou escolha, optou-se por não indicar a Baronesa de Miracema em fonte e, como escrito anteriormente, não há menção da Coroa de Congada e registro da doação desse objeto por parte Baronesa. E há indicação por parte de Gerardo Alves (1948) que este foi trazido por Gustavo Barroso, reitera-se aqui a suspeita de equívoco na primeira atribuição.

Em sequência as informações intrínsecas ao objeto com a indicação das unidades que devem ser adotadas: Medidas (A,L, C em cms.): 34.50/31.50/32.40 Peso (em kgs): 0.000., provavelmente transferidos da ficha anterior. Para Conservação: RT - Restaurado, sem indicação do estado de conservação. Segue-se para Materiais: Metal e Técnicas: Dour, Mart, Repu, para este último não sabemos se essas abreviações são escolhas do autor ou determinação do Manual do Seret que não localizamos nos arquivos do MHN.

As informações seguintes respondem ao trânsito do objeto na instituição: Origem: EXPO-SALA 5 e Localização Atual: EXPO-SALA 5, reprodução da última anotação da ficha cadastral de 1987. Movimentado em: Em pesquisa. Em observação (Obs.:) há transcrição do texto da ficha citada anteriormente, com algumas supressões e acréscimos. Não sabemos se a informação sobre o restauro está oculta ou se não foi transcrita e há informação de restauro

procedido em 2011, e, também de avaliação monetária sem indicação do valor. O campo seguinte mantém o termo de indexação da ficha anterior com acréscimo de três termos diretamente ligados à manifestação, assim temos: Miracema, Baronesa de, Congada, Irmandade do Rosário de Ouro Preto, Minas Gerais.

Os últimos campos visíveis de Atualizado em: e Por: foram deixados em branco, com a possibilidade de gravação automática pelo sistema. Há hipótese de migração de dados de forma automática com ajustes por profissional, visto que palavras foram excluídas do campo de Observações, o que não dispensa a relevância informacional do catalogador e a data de tal procedimento.

As análises seguintes contemplam fichas de catalogação do sistema Tainacan e conforme informações do MHN, não houve produção de Manual dos criadores do sistema ou do MHN para entrada de dados. As versões recuperadas das fichas da Coroa de Congada são de 2020 com todos os itens disponíveis para preenchimento, e de 2024 somente itens preenchidos e liberados para o público, sendo a menor distância temporal entre fichas de catalogação desse objeto. Não foi possível obter versões, no caso de alterações de conteúdo durante esses quatro anos. E, para objetivar a leitura procurei condensar a transcrição das fichas e uma avaliação conjunta.

A ficha do Tainacan, baixada em 12/11/2020, foi recolhida enquanto estava na posição de pesquisadora da instituição, por este motivo a ficha exibe a totalidade dos campos, o que não ocorreu com a versão da ficha de 2024. A versão de 2020 apresenta o nome do objeto e imagem deste, seguido de 43 campos: Número de Registro, Outros Números, Origem dos Dados, Situação da Imagem, Denominação, Descrição, Faz conjunto ou par com, Título, Autor, Técnica, Materiais, Forma de aquisição, Fonte de aquisição, Referência de aquisição, Local de produção, Data de produção, Classe, Estado de conservação, Comentários sobre o estado de conservação, Restaurado, Comentários sobre a restauração, Termos de indexação, Termos de indexação — revisar e transferir os termos para o "Termos de indexação", Altura (cm), Largura (cm), Comprimento (cm), Diâmetro (cm), Peso (g), Valor (R\$), Localização, Revisado?, Pode ser publicado na web?, Situação:, Autorização de uso:, Fonte revisada:, Imagem em altíssima resolução?:, Condições de reprodução:, Observações:, Exposições:, Referências expográficas:, Referências bibliográficas:, Autoria das fotos, Anexo: distribuídos em quatro páginas.

Iniciamos com o Número de Registro: 356, anteriormente identificado como número do SIGA. Outros Números: Valor não informado, logo os números observados em fichas anteriores não foram transcritos, indicando perda de dados. Origem de Dados: Seret, Situação da Imagem: Valor não informado, Denominação: Coroa de Congada, Descrição: vide anexo

S na imagem 5. Observou-se que esse campo detém informações pertencentes a outros grupos de informação, somente na ficha de 2024 a descrição corresponderá a um desenho em palavras da Coroa de Congada. Para o campo de observação as informações das fichas anteriores foram reproduzidas, mantendo o padrão de perda informacional, com inclusão de informação sobre restauração não pertinente ao campo sendo que, há dois campos dedicados ao tema.

O metadado seguinte, Faz conjunto ou par com: Valor não informado.. foi desprezado no ato do preenchimento, porém, tanto a primeira ficha localizada da década de 1970 como foto inserida na presente ficha, apresentam o Cetro. Sobre essa lacuna informacional, de objetos relacionados, foi sinalizada no Seminário de Pesquisa em 2019, conforme consta na minha apresentação.

Os seguintes campos, Título e Autor: Valor não informado, sem a informação de prosseguimento de pesquisa, e não sabemos se o termo “em pesquisa”, segue disponível para uso no Tainacan. Perpetuando a ocorrência que informações entram e saem sem lastro de continuidade ou de conclusão.

Sobre as informações de produção da Coroa de Congada há: Técnica: douramento, martelamento, repuxo e Materiais: metal, são reproduzidas as informações da ficha do Seret e sem abreviações para técnica. Em relação ao preenchimento do processo de aquisição versado em: Forma de aquisição, Fonte de aquisição, Referência de aquisição, os quais foram respondidos como: Valor não informado, não esclarecendo os rumos da pesquisa informada na ficha anterior. Com acréscimo do termo “de produção” temos Local de Produção: Brasil e a Data de Produção: [17 - -] com réplica da informação da ficha anterior, o mesmo ocorre para o campo Classe 08 - Insígnias.

Há quatro entradas de dados sobre a condição da peça, com informações pretéritas que não foram transferidas para os campos a seguir: Estado de conservação, Comentários sobre o estado de conservação, Comentários sobre a restauração, inseriu-se Valor não Informado para os três itens. Exceto Restaurado: Sim. Campos relacionados à biografia do objeto em museu e as transformações da sua materialidade pela ação do tempo e do homem e que constavam na versão anterior, foram suprimidas.

Há dois campos para Termos de indexação, o primeiro é utilizando quando são aprovados, antes disso figuram enquanto informação interna em: Termos de indexação - revisar e transferir os termos para o "Termos de indexação": miracema, baronesa de, congada, irmandade do rosário de ouro preto, minas gerais. Os termos presentes na ficha do Seret, foram transferidos igualmente para a ficha de 2020, mas ainda aguardam revisão e transferência para o campo anterior.

As dimensões do objeto, antes agrupadas em um único campo, foram desmembradas, e cada campo corresponde a uma dimensão. Altura (cm) 34,5, Largura (cm) 31,5, Comprimento (cm) 32,4, Diâmetro (cm): Valor não informado, Peso (g): Valor não informado. A avaliação monetária das peças, observada nos relatórios emitidos na Gestão de Gustavo Barroso, reaparece nessa ficha de catalogação. Valor (R\$) 1. Diferentemente da avaliação de Barroso, o valor atribuído é simbólico e para fins burocráticos. Mantém-se o campo de Localização: EXPO-SALA 5 e as informações seguintes Revisado? Não., deixando dúvida se têm relação às dúvidas nos dados, ou um confronto entre o objeto e a ficha, considerando possível transferência de dados de forma digital sem conferência na peça ou em documentos. As seguintes correspondem aos direitos de uso de imagem: Pode ser publicado na web? Não, Situação: Localizado, Autorização de uso: Não., com a ressalva que as pesquisas já eram possíveis no ambiente online.

Os oito campos seguintes: Fonte revisada: Imagem em altíssima resolução?;, Condições de reprodução:, Observações:, Exposições:, Referências expográficas:, Referências bibliográficas:, Autoria das fotos, receberam como dado: Valor não Informado. Porém todos esses campos eram passíveis de preenchimento. E como Anexo: Foto com Coroa e Cetro, reafirmando o lugar da fotografia enquanto documento, para começo de investigação já que nos faltam dados desse registro que alimente também o campo Faz conjunto ou par com.

Dos 43 campos para inclusão de dados, temos 22 definidos como: Valor não informado, ciente da responsabilidade do preenchimento, demonstra-se assim a ausência de prioridade para a esfera da Documentação nos Museus, não por escolha do MHN, mas sim pela ausência de recursos que assolam as instituições de cultura.

A ficha coletada em 20/11/2024 apresenta o nome do objeto e três versões de imagem desse, 17 campos e dois subcampos: Número de Registro: 356, Denominação: Coroa de Congada, Descrição: coroa fechada, encimada por cruz sobre arremate quadrangular onde se juntam quatro arcos com decoração em linhas pontilhadas assimétricas. aro circular decorado por volutas e motivos fitomorfos formando vazados. Faz conjunto ou par com: 357, seguido de dois subcampos com foto reduzida do Cetro, e denominação: Cetro de Congada.

Em Técnica: cinzelagem, douramento, fundição, martelamento, repuxo; dispostas em ordem alfabética e não em ordem de processamento, há necessidade de checar se houve de fato a utilização de todos esses processos. Há possíveis desdobramentos para compreensão da tecnologia aplicada para produção da peça a partir das técnicas manuais e tradicionais aplicadas na História da Mineração no Brasil pelos oriundos e descendentes da África. O Material: Metal sendo possível proceder uma metodologia para identificação da composição da peça.

Tanto a produção da peça quanto a estética estão relacionadas a um efeito de mediar a relação entre o homem e a fé, permeando todos os objetos aqui descritos, e no caso da Coroa com o intuito de uma confirmação de um papel social exercido na comunidade. O trabalho com o metal nesse período não estava restrito a um local específico de produção como informa Lody (2000), “Próprio da atividade masculina, o artesanato metalúrgico em âmbito religioso afro-brasileiro se desenvolve em oficinas domésticas, nos mercados, nas feiras, e também nas comunidades-terreiros” (Lody, 2000, p. 68).

Consta o local de produção: Brasil — Minas Gerais, com acréscimo do estado, mas o município de Ouro Preto segue ausente. Não há indicação, até o momento, que a informação do local de produção possa ser lido nas peças ou em documentos. Ainda que na exibição da ficha a Data de produção: [18--] venha após a classe, aqui optou-se por mencioná-la junto com o local. Observa-se que em relação à ficha do Seret há mudança de século, ainda sem precisão da década ou ano.

Observamos mudança de Classe: 12 Objetos Pessoais - e inclusão de Sub-classe 12.8 Peça de Indumentária. O enquadramento para pertencimento à Classe 12 “Objetos criados para servir às necessidades pessoais dos indivíduos, tais como proteção e higiene do corpo, adorno, crença etc.” (Ferrez; Bianchini, 1987, p.9) e Sub-classe 12.8 “Objetos usados como vestimentas ou calçados por seres humanos. Inclui, também, as coberturas de cabeça e máscaras que complementem trajes” (Ferrez; Bianchini, 1987, p. 10). Porém, o termo genérico - Coroa e o termo específico - Coroa de Congada não estão na lista, e, como já mencionado anteriormente, cada termo pertence a uma única classe para fins de recuperação, ainda que seja possível enquadrá-los em outras, e a Coroa de Congada encontra-se somente na Classe 8.

Sendo a última ficha recuperada do objeto Coroa de Congada, por ora me concentro em identificar o aumento no número de termos de indexação e as substituições. Em comparação com a ficha do Tainacan de 2020, primeiramente houve uma mudança para o campo de Termos de indexação, ou seja, agora visível para o usuário. Foram transferidos os termos: Congada e Minas Gerais. A identificação da possível doadora pelo título de Baronesa de Miracema foi substituída pelo nome Maria Sara de Almeida Batista. O nome da instituição de localização dos objetos foi acrescido de “dos homens pretos” e título original: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Novos termos foram acrescidos no total de cinco, como forma de associá-los a outros objetos circunscritos em outros eventos ligados à África e seus descendentes. Dos quase 23

mil itens disponíveis para consulta, observamos em dezembro de 2024²¹⁹ que os termos serviam aos objetos da Pesquisa e também a outros do acervo do MHN. Temos o seguinte cenário para cada termo: Negros destinado a 80 objetos, Diáspora Africana a 77 objetos, e Sincretismo Religioso destinado a 7 objetos. E Ouro Preto como forma de especificar o local de uso do objeto e termo que também serve ao número de 23 objetos.

O quinto termo acrescido: Reisado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, indexa somente os objetos da pesquisa, com a ressalva que o grupo descendente da manifestação em Ouro Preto não emprega os termos Reisado e dos Pretos. Em pesquisas realizadas, também nas redes sociais²²⁰, dos grupos de Ouro Preto, adota-se o termo Reinado para a designação da Associação, assim como foi observado nos dossiês de pleito para título de Patrimônio Cultural. Soando como uma reiteração das fichas anteriores que fazem uma associação com o Reisado em Sergipe e o termos “dos Pretos” como uma inclusão a partir do nome da Igreja empregado na sua criação, porém sem uso atualmente como consequência do embranquecimento

As informações intrínsecas ao objeto, como Altura (cm): 34,50, Largura (cm): 31,50, Comprimento (cm): 32,40 sem alterações em comparação com as fichas anteriores. Em Observações: há reprodução de textos de fichas anteriores sem atualização de conteúdo, a considerar o título de Patrimônio no âmbito municipal e estadual que não constam na documentação dos objetos. As informações sobre conservação foram excluídas desse campo, mas não sabemos se foram transferidas para os devidos campos. É nesta ficha que se atribui a possibilidade de a peça ter sido doada por Odorico Neves a Gustavo Barroso.

O próximo campo contempla as Referências expográficas: Exposição de longa duração "Entre mundos", Museu Histórico Nacional, 2010. Exposição de longa duração do MHN "Portugueses no mundo". Não há menção à exposição permanente, pensada em módulos produzida a partir de meados da década de 80, há informação que o módulo 2 ficou pronto em dezembro de 1987, mesmo ano da produção da ficha cadastral da Coroa e do Cetro.

Denominado “Colonização e dependência”, na vitrine “Acervo do Período Barroco” estavam dispostos três objetos dessa pesquisa “[...] um caxambu (atabaque de origem africana) uma coroa e um cetro da festa do Divino, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto” (MHN, 1989, p. 26) peças reunidas com o intuito de provocar uma reflexão sobre a presença e as consequências do ouro em Minas Gerais. É possível constatar a presença da Coroa e Cetro em fotografia na mesma publicação, a fotografia tem um corte, razão pela qual não conseguimos observar o Caxambu.

²¹⁹ Data de busca do uso dos termos de indexação na página do MHN de acervos museológicos.

²²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/amireiassociacao/>. Acesso em: 2 jan. 2026

Para o item a seguir, Referências bibliográficas²²¹ optei por reescrevê-los em nota, pois não são menções ou pesquisas sobre a Coroa. A autoria das fotos: Jaime Acioli, mas não há data ou informações sobre a imagem disponível. As informações foram distribuídas em quatro páginas e não há a visualização de campos de Valor não informado como na ficha anterior e há diversos campos ocultos. A informação do catalogador e a data de tal procedimento não estão disponíveis.

CETRO DE CONGADA (357)

Voltando ao Quadro 1, o Cetro de Congada (356) possui cinco fichas de catalogação (Anexo T). A ficha integrante do Fichário eletrônico, a primeira analisada no conjunto da Coroa não consta cópia no Dossiê do MHN, sugere-se considerar o acréscimo. Há cópia da Ficha da Seção do Arquivo Fotográfico A - Joalheria número 19 e ausência da Ficha A - Prataria número 26, o objetivo dessa é o registro fotográfico, em ambas é possível observar o Cetro, logo essa última também deveria integrar o Dossiê do objeto como mencionamos anteriormente.

A ficha de catalogação faltante do dossiê, de meados da década de 1970, foi a primeira a ser analisada no agrupamento de documentos da Coroa, não sendo necessário repetir a análise. Somente para lembrar que Coroa e Cetro tinham um único número de ordem, posteriormente foi acrescido um segundo número, demonstrado em ficha seguinte que ficou atribuído para a Coroa, e para o número de catálogo um número para cada objeto.

Na análise da Ficha Cadastral, implementada em 1984, com 17 campos datilografados consta: N.º de Registro: P. 133, não sequencial ao número P.118 atribuído à Coroa de Con-

²²¹ Nota-se que neste item constam publicações que tratam dos quatro objetos desta pesquisa. Há publicações que a Coroa ou Cetro não são citadas, mas mesmo assim estão aqui. A publicação de Alves, Gerardo (1948) que menciona os quatro objetos, está ausente desta lista. BARATA, Mario. Arte Negra. **Revista da Semana**, ano XLII, n. 20, 17 de maio de 1941. | BITTENCOURT, José Neves. Asvárias faces de um equívoco. Observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. **Anais do MHN**, v. 40, 2008. | KI-ZERBO, Joseph. Metodologia epré-história da África. *In: História Geral da África*. Brasília: Unesco, 2010. | LODY, Raul. **O negro no museu brasileiro**: construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. | MAGALHÃES, Aline Montenegro. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 30, p. 1-29, 2022. | MAGALHÃES, Aline; AZEVEDO, E.; CASTRO, F.; SANTANA, S. Notas sobre a Diáspora Africana na exposição e nas ações educativas do Museu Histórico Nacional. **Anais do MHN**, v. 51, p. 44-64, 2019. | MAGALHÃES, Aline; PALAZZI, Solange. Maria Cambinda: máscara, boneca, escultura. *In: Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional (1922-2020)*. Rio de Janeiro: MHN, 2022. p. 217-219. | MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (1944). Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. **Anais do MHN**, v. 5. Rio de Janeiro, 1955 | PALLAZI, S.; GUIMARÃES, K.; PALLAZI, D.; ROCHA, J. O tambor caxambu. *In: Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional (1922-2022)*. Rio de Janeiro: MHN, 2022. p. 221-223. | SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da Festa de Coroação de rei Congo. Belo Horizonte: UFMG, 2014. | VIANNA, Marfa. O negro no Museu Histórico Nacional. **Anais do MHN**, v. VIII, 1947, p. 82-99.

gada e indicado na ficha de mesmo modelo. A numeração Alfanumérica (P seguida de 3 dígitos) aparece neste modelo e depois não mais detectada e identificada como anotação posterior consta o número do SIGA 000.356.

Adota-se o mesmo Código: 08 para notação de classe. Em N.º s anteriores: 28.108.2 (n.º de registro), reprodução do número de catálogo da ficha anterior e 10087 (NOG) faz-se a ressalva que este número também foi atribuído à Coroa na ficha cadastral, gerando dúvida se o número 10088 foi descartado por já pertencer a outro objeto. Objeto: Cetro de Congada utilizou-se o termo específico descrito no âmbito do código 08. Autor e Título estão em branco. Para a Data: [17- -] utiliza-se a mesma atribuição da Coroa.

Com relação à produção do Cetro, temos os campos: Material: Metal / Técnica: Dourado e Fundido / Suporte. As Dimensões: 45,2cm (comprimento) e 14cm (circunferência), já o manual (MHN, 1984), recomenda o uso de diâmetro. Para Procedência: Baronesa de Miracema, seguida da informação: “Não existe processo de aquisição” como consta na ficha da Coroa. Estado de Conservação: 2 consta no Manual (MHN, 1984) como classificação regular. Pela Localização: RT1 M5 Prateleira 3 / Expo Sala 5, demonstrando que tanto na RT como no circuito expositivo, sem menção ao Módulo II, a Coroa e o Cetro estavam juntos. Termo de Indexação: em branco.

O campo seguinte foi usado para descrever a peça, comportamento observado na ficha da Coroa. Obs.:Cetro em forma cilíndrica, em duas partes “atarrachadas”. Sem decoração. Parte superior com terminação em anel e forma de pião, semelhante a parte inferior. Na parte central, anel mais largo e saliente formando o ponto de junção das duas partes do cetro. Há uma segunda observação relacionada ao estado de conservação: Está perdendo a douração em algumas partes e está ligeiramente arranhado e amassado. Etiqueta colada na parte superior.

As informações do catalogador não são legíveis, sendo possível identificar que a catalogação da Coroa e do Cetro foram feitas pela mesma pessoa. Cadastrado por: não legível, Data: 3/6/87, uma quarta-feira. O verso da ficha apresenta as mesmas informações que constam na ficha da Coroa.

A ficha seguinte pertence ao SERET, apresenta-se digitalizada, com data possível de leitura de dezembro/2017, com a sigla e nome da instituição seguida do nome do sistema utilizado. Com vinte e três metadados visíveis para preenchimento, sendo os mesmos que constavam na ficha da Coroa de Congada (356): Dos 23 metadados, sete são informações exclusivas de identificação do Cetro. A imagem em perspectiva de cima para baixo. O Nro. siga: 356, Objeto: Cetro de Congada, Medidas (A, L, C em cms.): 0.00 / 14.00 / 45.20, Materiais: Metal, Conservação: RE - Regular. No campo de Obs: repete-se a informação da ficha cadastral acrescida da avaliação da peça feita em 2011 (R\$).

Há seis campos preenchidos que replicam as informações que constam na ficha da Coroa: Classe: 08-Insígnias, Local/País: Brasil, Data: [17 - -]. Para Origem:Expo Sala 5 e localização: Expo Sala 5, demonstra-se que ambos os objetos permaneceram no mesmo local desde final dos anos 80. Se na ficha anterior, o campo Termos estava em branco, nesta assumem-se os termos atribuídos a Coroa de Congada: Miracema, Baronesa de, Congada, Irmandade do Rosário de Ouro Preto, Minas Gerais.

Para cinco campos, Autor/Fabrica, Fonte, Processo, Técnicas, Movimentado em adotou-se o mesmo comportamento de inscrição: Em pesquisa e os demais, Forma (aquisição), Nros. de Reg que apareciam nas fichas anteriores não estão mais visíveis, Peso (em kgs), Atualizado em, Por. foram deixados em branco.

Ao compararmos as fichas do Seret da Coroa e do Cetro, os números de registro anteriores foram descartados. Não há menção visível que estes objetos formam conjunto, assim como não há como saber se esse campo já estava disponível para preenchimento.

A ficha do Tainacan, sistema em vigor e com possibilidade de recuperação de versões anteriores de ficha, foi baixada em 12/11/2020 junto com a ficha da Coroa. Apresenta o nome do objeto e imagem deste, com 43 campos, a ampliação dos campos não significou um aumento de informações disponíveis para consulta. O que ocorreu foi praticamente a transferência de informações do Seret para o Tainacan mantendo lacunas informacionais.

Com 19 campos preenchidos: Número de Registro: 357, Origem dos Dados: Seret, Denominação: Cetro de Congada, Descrição: Transcrição do texto do campo de observação do Seret a este campo da ficha do Tainacan. Materiais: Metal, Local de produção: Brasil, Data de produção: [17 - -], Classe: 08-Insígnias, Estado de conservação: Regular. Nota-se que os Termos de indexação - revisar e transferir os termos para o "Termos de indexação": miracema, baronesa de, congada, irmandade do rosário de ouro preto, minas gerais, não são considerados ainda aptos para visualização do público. Sobre as dimensões do objeto: Altura (cm): Valor não informado, entende-se que "não se aplica" poderia ser mais adequado, Largura (cm): 14,00 Comprimento (cm): 45,20, Diâmetro (cm): Valor não informado e Peso (g): Valor não informado. Demonstrando que o objeto não foi submetido ao processo de medição, visto que os anéis foram ignorados e o campo anexo com foto.

Os cinco campos seguintes são similares ao preenchimento da ficha da Coroa baixada na mesma data: Localização: EXPO-SALA 5, Revisado? Não. Pode ser publicado na web? Não, Situação: Localizado, Autorização de uso: Não.

Do total de 24 campos, três citados acima, possuem o descritivo: Valor não informado. Outros Números, Situação da Imagem, Faz conjunto ou par com Título, Autor, Técnica, Forma de aquisição, Fonte de aquisição, Referência de aquisição, Comentários sobre o estado de conservação, Restaurado, Comentários sobre a restauração, Termos de indexação, Fonte

revisada:, Imagem em altíssima resolução? Condições de reprodução:, Observações:, Exposições:, Referências expográficas:, Referências bibliográficas:, Autoria das fotos.

Os dados estão organizados em três páginas, em relação à ficha anterior não houve qualificação da informação e há campos, assim como na ficha da coroa, que poderiam ter sido preenchidos, com destaque para os campos: Outros números, Faz conjunto ou par com; campos com dados disponíveis em fichas anteriores e de auxílio para recuperação de informação sobre o objeto.

Com relação à Ficha de 20/11/2024, também extraída do Tainacan, é possível uma análise a partir dos campos disponíveis para o usuário final. A partir do nome do objeto e de uma imagem deste, seguidos de 16 campos e 2 subcampos: Número de Registro: 357, Denominação: Cetro de Congada, Descrição: Incluiu-se a descrição da ficha anterior, faz-se a correção na palavra “atarrachada” e exclui-se a informação sobre avaliação. Faz conjunto ou par com: 356, seguido de dois sub-campos com foto reduzida da Coroa, e denominação: Coroa de Congada, Técnica: douramento e fundição, que constavam na ficha de 1987 e apresentavam-se: Em pesquisa (Seret/2017) e Valor não Informado (Tainacan/2020) e Materiais: Metal.

Para os quatro campos seguintes, observam-se as mesmas mudanças que ocorreram na ficha da Coroa (Tainacan/2024). Local de produção: Brasil - Minas Gerais, Data de produção: [18--], e também houve mudança de Classe: 12 Objetos Pessoais - e inclusão de Sub-classe 12.8 Peça de Indumentária. Da Versão de 2020 para a versão 2024, no que tange à Classe: “E a escolha por uma ou outra classificação está sempre relacionada a um propósito.” (Ferrez; Bianchini, 1987, p.XXI). A mudança de Classe 08 para a Classe 12, pode ser interpretada considerando que um mesmo termo é passível de ser enquadrado em mais de uma classe/gênero. Visando a recuperação do objeto, optou-se por inseri-lo em somente uma única classe/gênero a partir da sua função utilitária (Ferrez; Bianchini, 1987). A mudança de classe é interpretada como erro em relação ao controle terminológico. E para Termos de indexação: Congada, Minas Gerais, Maria Sara de Almeida Batista, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Negros, Diáspora Africana, Sincretismo Religioso, Ouro Preto e Reisado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, as mesmas questões comentadas na ficha da Coroa servem para a ficha do Cetro em relação à reprodução dos termos de indexação.

Em relação às medidas temos a manutenção do dado com relação ao Comprimento (cm): 45,20, e o dado antes alocado em largura, passou para o Diâmetro (cm):14,00. Os quatro campos seguintes: Observações, Referências expográficas, Referências bibliográficas e Autoria das fotos, reproduzem igualmente as informações da ficha da Coroa do Tainacan do ano de 2024.

Passamos agora para a análise das fichas do Caxambu (3687) e Maria Cambinda (4046), esses com trâmite de chegada ao MHN esclarecido em cartas de 1928, porém sem processo de entrada de acervo ou documentos concomitantes à década ou em sequência dessa.

CAXAMBU (3687)

Esse objeto museológico, conforme descrito no Quadro 1, possui seis fichas de catalogação conforme Anexo U. No entanto, no dossiê fornecido pelo MHN consta somente a ficha cadastral instituída a partir de 1984, presente também nos dossiês dos demais objetos. A ficha do Seret foi enviada pela Aline Montenegro e a maioria das fichas do Tainacan foram baixadas por mim, no espaço de tempo de quatro anos, de 2020 até 2024.

A ficha cadastral instituída na década de 1980 com os 17 campos datilografados, desses somente sete foram preenchidos. Ciente das cartas endereçadas a Gustavo Barroso em 1928, e do artigo de Carvalho (1948), constatamos a falta de diálogo entre a documentação e a pesquisa, as fontes primárias possuem conteúdo que permitiriam o preenchimento mais completo da ficha de catalogação, materializando o quanto esse objeto esteve dissociado dos demais e do contexto do Reinado.

Não há como afirmar se essa é a primeira ficha de catalogação do Caxambu, somente que é a mais antiga disponível para consulta. Temos a seguir: N.º de Registro: Encontra-se como anotação posterior o número do SIGA 003.687. Código: 06.10 que corresponde ao termo do Objeto: Instrumento de percussão: caxambu com termo específico, a partir do *The-saurus* (Ferrez; Bianchini, 1987, p.48 e 49), os campos seguintes Autor, Título, Data e Local estão em branco.

Com relação à produção do instrumento musical, temos os campos: Material, Técnica, Suporte: Madeira e Couro, ou seja, somente o primeiro item foi preenchido. As dimensões: 94,0 cm (altura) e 60 cm sem indicação de qual dimensão pertence. Os campos Procedência e Estado de Conservação, campos possíveis de preencher também em branco. A Localização: RT1 SN3 P1 / Módulo II, demonstrando que o objeto passou da Reserva Técnica (RT) para o circuito expositivo no Módulo II sem indicação de data da mudança. Termo de Indexação: Instrumento de percussão. Os três campos seguintes estão em branco: Observação, Cadastrado por, e Data. Há uma anotação na ficha: Inv. 90 Maria²²².

A ficha seguinte é oriunda do Seret, apresenta-se digitalizada, com data visível no documento de impressão desta em novembro de 2018, com a sigla e nome da instituição,

²²² A inscrição na ficha foi feita pela funcionária Maria de Jesus Pires na época do inventário dos anos 90. Encontram-se as mesmas inscrições no Manual de Procedimentos para entrada de Dados no Computador da Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional, que pude digitalizar, fornecido por Maria de Jesus.

seguida do nome do sistema utilizado. Com vinte e três metadados visíveis para preenchimento, sendo os mesmos campos que constam na ficha da Coroa de Congada (356) e do Cetro de Congada (357).

Dos 23 metadados, sete estão preenchidos. Partimos da exibição da imagem frontal do objeto sem privilegiar a sua totalidade e sem comprometer a identificação. O Nro. siga: 3687, Objeto: Caxambu, Classe: 06.10 - Instrumento Musical, Medidas (A,L, C em cms.): 94.00 / 60.00 / 00.00, Materiais: Madeira, Couro. Conservação: BO - Bom. No campo de Obs: Artigo: Bittencourt, José Neves. As várias faces de um equívoco. Observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.40, p.189-219, 2008. Os artigos de Vianna (1947), Carvalho (1948) e Carvalho (1974), da primeira fase dos Anais do MHN, foram citados por Bittencourt (2008), os primeiros descrevem os objetos da pesquisa, incluindo fotos do Caxambu. Nesse contexto observamos que quando da elaboração das fichas de catalogação há uma contínua falta de consulta aos documentos produzidos dentro do próprio MHN.

Em comparação com a ficha cadastral de 1984, foram acrescentadas as informações Local/País: Brasil, Data: 17 - -, sem o uso dos colchetes, indicando a atribuição do catalogador. Para: Origem e localização: Expo Sala 5, a mesma informação nos dois campos. E, utiliza-se a subclasse do Tesouro para o campo Termos: Instrumento de percussão.

Para cinco campos, Autor/Fábrica, Fonte, Processo, Técnicas, Movimentado em adotou-se: Em pesquisa. Os demais, Forma (aquisição), Nros. de Reg, Peso (em kgs), Atualizado em e Por, foram deixados em branco, reiteramos que o processo de aquisição estava disponível, ainda que fora dos processos administrativos instaurado, como processo de entrada de acervo e os documentos que o compõem.

As fichas do Tainacan também foram recolhidas durante as atividades acadêmicas²²³ da graduação, como exemplificado no Quadro 1. A primeira desse sistema data de 12/11/2020, apresenta o nome do objeto e imagem desse, seguido de 43 campos, sendo 19 preenchidos, distribuídos em três páginas. O número de Registro: 3687, Origem dos Dados: Seret, Denominação: Caxambu, Materiais: Madeira e Couro, Local de produção: Brasil, Data de produção 17 - -, Classe: 06 Trabalho > 06.10 Equipamento Musical. Importa salientar que, segundo Ferrez e Bianchini (1987), a classe 06 com 12 subclasses, possui nove que adotam o termo “Equipamento”, já o termo da subclasse 6.10 é diverso e adota “Instrumento”, vimos que houve um erro na seleção do termo Equipamento.

Seguindo para o Estado de conservação: Bom e para Termos de indexação — revisar e transferir os termos para o Termos de indexação: Instrumento de percussão, Altura (cm):

²²³ Atividade citada na Introdução desta Dissertação.

94,0, Largura (cm):60, Valor (R\$): 1, Localização: Expo-Sala 5, Revisado? Não, Pode ser publicado na web? Não, Situação: Localizado. Autorização de uso: Não. Observações: Reprodução da informação do Seret, Imagem: uma imagem.

No total, 24 campos estão descritos com: Valor não informado, a maioria possíveis de preenchimento: Outros Números, Situação da Imagem, Descrição, Faz conjunto ou par com, Título, Autor, Técnica, Forma de aquisição, Fonte de aquisição, Referência de aquisição, Comentários sobre o estado de conservação, Restaurado, Comentários sobre a restauração, Termos de indexação, Comprimento (cm), Diâmetro (cm), Peso (g), Fonte revisada:, Imagem em altíssima resolução?, Condições de reprodução:, Exposições:, Referências expográficas:, Referências bibliográficas:, Autoria das fotos. A ausência de preenchimento sinaliza que os documentos acumulados sobre os objetos permaneceram como uma base de informações dispersas dentro da própria instituição, com impacto no ambiente expográfico e na comunicação (Bittencourt, 2008).

A ficha seguinte é uma impressão de tela datada de 09/06/2022, período de finalização do TCC, com 23 campos visíveis para o público, que em comparação com a ficha de 12/11/2020 incluiu-se a sugestão de compartilhamento nas redes sociais, como Facebook e Twitter. No entanto, não houve alteração no campo: Pode ser publicado na web, mantendo a resposta negativa. Apresentam-se seis campos com alterações, principalmente os campos relacionados à imagem, tendo em vista a sugestão de compartilhamento. Situação da Imagem: Revisada, Autorização de uso: Sim, Imagem em altíssima resolução?: Sim, Condições de reprodução: Direitos reservados, ver:²²⁴Referências expográficas: Entre Mundos, Autoria das fotos: Jaime Acioli.

A versão do Tainacan recolhida em 02/06/2023 foi a primeira versão digital com data visível da edição feita em 17/04/2019, seguida do nome André. Com relação aos campos preenchidos em comparação com a ficha também do Tainacan de 2022, podemos afirmar que há um terceiro ícone de copiar link da publicação.

Sobre os metadados, a maioria permanece sem alteração e observamos acréscimo de imagens, totalizando cinco. Em Denominação: Instrumento de Percussão: Caxambu com o acréscimo do termo genérico precedendo o termo autorizado, assumem-se os Termos de Indexação: Instrumento de Percussão, Instrumento Musical e Música.

Sobre a última ficha do Caxambu, baixada do Tainacan em 20/11/2024, dos 43 campos disponíveis para visualização com 19 preenchidos na ficha de 12/11/2020, faz-se a ressalva que não há como afirmar que todos estavam visíveis para o público. Na versão de 20/11/2024 temos 17 campos visíveis para o público, são os de: Número de Registro: 3687;

²²⁴ Disponível em: <https://mhn-hom.acervos.museus.gov.br/uso-de-imagem/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

é nessa ficha que temos a primeira descrição sobre o objeto que não é tão detalhada quanto à produzida por Carvalho (1948). A descrição é sucinta — Atabaque com corpo cilíndrico em madeira ligeiramente patinada com a inscrição em tinta preta sobre tarja branca, abaixo da membrana de couro: “VIVA O BRASIL E TODO O SEU VALOR E VIVA O NOSSO IMPERADOR”. Membrana de couro na parte superior, presa no corpo do atabaque por pinos de madeira salientes. Denominação: Instrumento de percussão: caxambu (atabaque), com acréscimo deste último termo.

Há inclusão de Título: Caxambu e preenchimento da Técnica: curtição e marcenaria, com reprodução da informação da ficha anterior para Material: couro e madeira com ordenamento alfabético. Foi acrescentado o Estado para o Local de Produção: Brasil — Minas Gerais e manteve-se a Classe: 06 Trabalho > 06.10 Equipamento Musical, permanecendo o erro apontado na ficha de 2020 e a correção de um século na Data de produção 18 - -, é desse período a iconografia Rugendas (1835).

Com total de onze, três campos foram transferidos da ficha de 2020 e oito inclusões, resultando nos seguintes Termos de indexação: Congada, Diáspora Africana, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Instrumento de Percussão, Instrumento Musical, Minas Gerais, Música, Negros, Ouro Preto, Reisado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Sincretismo Religioso.

Transferidos também os dados de Altura (cm): 94,0 e Largura (cm):60. Para o campo de observações, encontramos informação sobre a fonte de aquisição equivalente ao que consta nas fichas de Coroa e Cetro de 2024. Em Referências expográficas: Exposição de longa duração “Entre Mundos”, Museu Histórico Nacional 2010, com indicação do perfil da exposição e o ano. E em Referências bibliográficas: Repetem-se as mesmas publicações que constam na ficha de Coroa e Cetro, excluindo-se a publicação de Carvalho (1948), e autoria das fotos: Jaime Acioli com duas imagens do objeto.

De maneira geral, a descrição do objeto ainda segue o princípio classificatório, questões relacionadas ao contexto de inclusão na lista de Patrimônio Imaterial, a produção do objeto no âmbito do sagrado e da conexão com a natureza (Lody,2000) e a dimensão musical (Mendonça, 2020) não foram exploradas na documentação em museus.

MARIA CAMBINDA (4046)

Partimos para a análise das fichas de catalogação do objeto museológico Maria Cambinda que conforme demonstra o Quadro 1 e o Anexo V, são quatro fichas caracterizando-se como o menor número recolhido de documentos, porém, o mais diverso por contemplar quatro sistemas distintos: Ficha Cadastral de 1984, Ficha do LBW que vigorou de 1999 até 2013, Ficha do Seret de 2018/2019 e Ficha do Tainacan de 2024.

A Ficha cadastral de 1984 foi preenchida à mão, e notamos diferença de caligrafia sugerindo que o preenchimento foi executado por mais de uma pessoa. Com 17 campos sendo nove campos preenchidos, e o campo da Descrição acrescido ao verso. Para o N.º de Registro: R.84. 02-3 553, identificado como Registro Retrospectivo (MHN, 1984, p. 6), organizado em três partes, adotado para os objetos adquiridos pelo museu até o ano de 1979, procedimento adotado em virtude dos ruídos provocados pela numeração anterior atribuída que se alterava conforme a entrada de novos objetos. A composição seguiu a seguinte regra: precedido de R (retrospectivo), seguido do ano em curso: 84, número da classe: 02-3 - Escultura, e a posição do objeto na classe: 553. Há anotação 004.446, identificada como posterior correspondente ao número do SIGA.

A problemática da numeração dos objetos, reconhecida por Barroso (1951) e também pelos conservadores de museus em atuação na instituição à época, permaneceu nas décadas seguintes. Nos relatórios e processos de entrada de acervo, como observamos pelas reinterpretções dos produtores das fichas e escritas equivocadas²²⁵, não identificamos a metodologia adotada para objetos adquiridos até 1979, quando estes possuíam número de ordem e posteriormente número de ordem geral (NOG). Assim, cada objeto tem diversos números de registros preenchidos como observamos no comparativo das quatro fichas de 1984 de cada objeto analisado até aqui.

Adota-se o Código: 02-3, mesmo número que observamos no Registro Retrospectivo, que vem a ser a notação de classe. Em N.º s anteriores não há qualquer anotação, o que nos deixa a dúvida se de fato o objeto já tinha sido registrado antes da força-tarefa realizada a partir de 1984. Ao mesmo tempo que há possibilidade de terem sido registrados por configurarem em publicações da década de 1930 e por estarem em salas indicadas como catalogadas nos relatórios. Objeto: Máscara, subclasse no âmbito do código 02. Autor, Título, Local e Data estão em branco.

²²⁵ Apresenta-se como exemplo o caso do dossiê comparativo objeto 3221. Há fichas com número de ordem diversos e a supressão do número do objeto na coleção Souza Lima. Demonstrando que as fichas, ganham e perdem informações ao longo do tempo. A ficha atual apresenta os números atribuídos ao objeto ao longo da sua jornada museológica com supressão do seu registro retrospectivo (RR) 84.02-3.120 dado em 19.07.84 por E.B Paiva. Disponível em: https://mhn.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/nossa-senhora-151/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=3221&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_233&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=121&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&pos=0&source_list=collection&ref=%2Facervo-reserva-tecnica%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Drecords%26paged%3D1%26order%3DDESC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%26fetch_only_meta%3D184%252C177%252C187%252C230%252C232%26search%3D3221%26taxquery%255B0%255D%255Btaxonomy%255D%3Dnc_tax_233%26taxquery%255B0%255D%255Bterms%255D%255B0%255D%3D121%26taxquery%255B0%255D%255Bcompare%255D%3DIN. Acesso em: 30 jan. 2026 e Esclarecendo o NOG Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/34138/search/cole%C3%A7%C3%A3o%20souza%20lima>. Acesso em: 30 jan. 2026.

Com relação à produção Material, Técnica, Suporte: madeira, marcenaria, entalhe. As dimensões: 110 cm x 21 cm sem acompanhamento da indicação da dimensão correspondente. Procedência: Fonte: Odorico Neves / Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto. É o primeiro dos quatro objetos que possui essa anotação. Estado de Conservação: Bom. Pela Localização: Expo Sala 2, entendemos que não estava alocado com os demais objetos que estavam na Expo-Sala 5, mas como a indicação de localização não possui data, fica mais difícil afirmar enquanto certeza. A entrada dos Termos de Indexação: Irmandade do Rosário, Maria Cambinda, Ouro Preto, Maria Cambinda, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Religião Católica, Festas Religiosas, Arte Religiosa não tem compatibilidade com o termo observado na ficha seguinte, o que indica que esse campo foi preenchido posteriormente por assemelhar-se aos termos detectados na última ficha recolhida para pesquisa datada de 2024. Em observação está escrito à lápis de forma esmaecida “Entrou no MHN através do Dr. Gustavo Barroso em 27.12.1955”, o que nos dá uma hipótese de registro nesta data, dois anos após a criação da segunda Seção de História. O que está anotado atesta o desconhecimento das cartas enviadas por Odorico Neves em 1928 e das publicações comerciais das décadas de 1930 e 1940. Por repetidas vezes a documentação não exprime conteúdo gerado ou recolhido em poder da instituição.

A informação do catalogador, Cadastrado Por, há nome não legível, iniciado com R. e Data: setembro/85, pela regra do registro retrospectivo de anotação do ano em curso, o número de registro deveria iniciar em 85. A data também nos informa que esse objeto foi catalogado antes e com certa distância temporal da Coroa, em 29/05/1987, e do Cetro em 03/06/1987. Não há como comparar com a ficha do Caxambu, pois esse está sem a data do preenchimento.

No verso da ficha há o campo adicionado de Descrição: Máscara de Maria Cambinda, trabalhada em madeira escura, corpo inteiriço, rígido e frontalizado sobre base retangular. Cabelos com traços incisivos em semicírculos com a frente terminando em formato triangular. Sobrancelhas, boca e olhos delineados, sendo que os olhos estão fechados e pintados em tons avermelhados. Nariz angular. Apresenta em cada orelha três orifícios e tem longo pescoço fino. Corpo esguio com a parte superior do tronco (ombros e seios) pintados em tom avermelhado. Pintura nas costas termina em ponta. Braços representados pela metade. Braço direito quebrado. Ao centro, área vazada em formato cilíndrico. Parte posterior escavado formando abertura para encaixe do rosto. Utilizada em procissões da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Ouro Preto/MG.

Ao longo das análises das fichas de catalogação notamos que a transferência dos dados de uma ficha para a outra é o procedimento mais comum. Seguido do acréscimo e com

pouca frequência, a perda desses. No entanto, as duas fichas seguintes expressam um procedimento de criação sem conexão com a ficha cadastral. Sugerindo duas hipóteses: a ficha cadastral de 1984 foi completada posteriormente, foi possível observar caligrafias distintas no documento ou a ficha cadastral não serviu de base para a ficha do LBW, o que consideramos menos coerente.

Detecta-se na ficha que consta no Dossiê do sistema LBW, que vigorou de 1999 até 2013, o primeiro caso de não reprodução das informações da ficha anterior e a total dissociação do objeto à procedência e contexto, informações fundamentais para a sequência da pesquisa sobre o objeto em seu constante devir (Brulon, 2016), fundamentando a hipótese de desconhecimento sobre o objeto até a pesquisa realizada por Aline Montenegro em 2018.

A ficha do LBW apresenta-se com o nome da instituição seguida da informação Acervo Técnico com 25 campos para preenchimento. Com imagem frontal do objeto, O Nro. siga: 4046, e interpretada como uma escultura religiosa descrita em Objeto: Divindade, seguido da Classe: 02.3 - Escultura, Título: Deusa da Fertilidade, País: Desconhecido, Data: 18 - -. As Medidas antes concentradas em um único campo, foram desmembradas em três (A,L, C em cms.): Altura: 110.00, Larg/ diâm: 21.00. Materiais: Madeira, Aquisição: Desconhecido, Localização: RT1-Z13 que segundo o Manual (MHN, 1996) supomos RT1 é passível de interpretação - Reserva Técnica 1 e Z corresponde a uma Estante Z, sobre a numeração não há esclarecimento. Conservação: Regular. Para Indexação: 02.3.3 Deusa da Fertilidade, a numeração 02.3 corresponde à classe, essa é a primeira ficha do objeto que consta a classe, o segundo 3 não identificamos. A atribuição não tem diálogo com os termos observados na ficha anterior. Há 11 campos em branco: Autor, Processo, Fonte, Comprimento, Peso, Calibre, Obs, Expo/Bibli, Laudo, Data, Técnico, alguns são passíveis de exclusão pela não aplicação.

Seguiu-se para a ficha do Seret, digitalizada, com data de coleta informada entre 2018/2019, com sigla e nome da instituição seguida do nome do sistema utilizado. Com total de vinte e quatro metadados visíveis para preenchimento, observa-se compatibilidade no preenchimento com a ficha do LBW reforçando a hipótese que as informações relacionadas ao Reinado imputadas na ficha de 1984 foram procedidas recentemente e não na década de 1980.

Dos 24 metadados, somente 13 estão preenchidos, começando pela imagem frontal com achatamento. O Nro.Siga: 4046, Objeto: Divindade, Classe: 02.3 - Escultura, Data: 18 -, Título: Deusa da Fertilidade, as Medidas (A, L, C em cms.): 110.00 / 21.00 / 00.00 apresentam-se no mesmo campo único. Materiais: Madeira, com acréscimo do campo Técnicas: Marc Enta, uma abreviação de Marcenaria e Entalhe. Origem: Expo sala, sem indicação da sala como na ficha anterior. Com mudança na Localização Atual: RT1-SB2-P1, o Manual (1996)

não tem legenda para essa localização, somente a primeira parte RT1 é passível de interpretação - Reserva Técnica 1. Conservação: RE - Regular. Para Termos: 02.3.3 Deusa da Fertilidade, mesma ocorrência da ficha anterior.

Para cinco campos, Autor/Fábrica, Local/País, Fonte, Processo, Movimentado em, adotou-se: Em pesquisa. Os demais, Forma (aquisição), Nros. de Reg, Peso (em kgs), Obs., Atualizado em e por, foram deixados em branco. Há similaridade nas quatro fichas dos objetos do sistema Seret nos campos com as anotações: Em pesquisa e Em branco.

A quarta ficha desse conjunto é a ficha do Tainacan recolhida em 20/11/2024 Número de Registro: 4046; Descrição: tem a mesma descrição da ficha de setembro de 1985. A Denominação: Escultura (Máscara) considerando a Classe, Subclasse e Termo Específico. Título: Maria Cambinda, para Técnica: entalhe, marcenaria e pintura. Material: madeira e tinta a óleo. É visível para o público o campo Forma de Aquisição: Doação, Local de Produção: Brasil/Minas Gerais e Classe: 02 Artes Visuais/Cinematográfica > 02.3 Escultura. Nesse é atribuída a Data de produção [18 - -].

Sobre os Termos de indexação há inscrição de 13: Arte Religiosa, Congada, Diáspora Africana, Festas Religiosas, Gustavo Barroso, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Maria Cambinda, Minas Gerais, Negros, Ouro Preto, Reisado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Religião Católica e Sincretismo Religioso, sendo que seis termos estão na ficha de setembro de 1985.

Em relação a esse campo o Manual (MHN, 1984) indica três possibilidades para escolha: fato ou localização, relacionado ao aspecto decorativo e, por fim, assunto, como forma de facilitar a recuperação da informação pelos usuários. Em primeira análise, observamos que esses critérios não foram seguidos e que a escolha ficou a critério dos responsáveis pelo preenchimento, ao mesmo tempo que observamos que as fichas de 1984 receberam anotações sem a indicação de data dos complementos.

Evidencia-se diálogo do diagnóstico com foco na indexação feito por Will (1987, *apud* Ceravolo; Tálamo, 2007), quando esse coloca em discussão o cenário da indexação, em seus primeiros passos na década de 1980 também em decorrência da documentação em museus não estar na posição de prioridade, até hoje padece de recursos. Ao longo dos anos, esse campo foi preenchido com informações relacionadas a outros campos, como o controle terminológico da categoria e, o avanço para termos mais específicos, fruto de pesquisa foi detectado nas fichas produzidas em 2024.

Foram transferidos da ficha do Seret os dados de Altura (cm): 110,00 e Largura (cm): 21,00 e há no campo de Observações: A fonte de aquisição da peça teria sido Odorico Neves, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto. O orifício abaixo do ventre da boneca parece ter sido feito para melhor encaixe no rosto. O suporte em madeira

que a sustenta de pé foi colocado posteriormente. Resumidas para atender os seguintes critérios: Indicação de aquisição doador/instituição, hipótese para uso do objeto e nota sobre conservação, sem a data do procedimento de entrada de dados, o que podemos considerar armazenado digitalmente pelo Tainacan.

Em Referências expográficas: Exposição de longa duração “Entre Mundos”, Museu Histórico Nacional 2010, com indicação do perfil da exposição e o ano, como visto na ficha da Maria Cambinda. Em Referências bibliográficas: Repetem-se as mesmas publicações que constam na ficha de Coroa, Cetro e Caxambu. A publicação de Carvalho (1948) não cita a escultura, no entanto, outras publicações que não citam os objetos foram incluídas por questões relacionais, sendo possível a entrada de Carvalho (1948). Seguiu-se com autoria das fotos: Jaime Acioli e uma imagem do objeto.

Aqui, terminamos as análises individuais das fichas de catalogação por objeto e as interpretamos também em diálogo com as fichas produzidas para um mesmo objeto e enquanto uma coleção do Reinado de Ouro Preto. De maneira geral, constatou-se que a atualização do sistema de informática para a Documentação em Museus não tem correlação com a qualidade informacional, quando na maioria das fichas analisadas detectamos que os dados foram transferidos de um sistema para o seguinte com adequação dos campos.

E enquadram-se em ocorrência apontada por Scheiner (2015), na tomada da teoria pela prática que a autora denominou de “descompasso entre substrato teórico e apresentação da evidência” (Scheiner, 2015, p. 34), e dentre as três possibilidades apresentadas indicamos que os objetos aqui analisados se enquadram na segunda em níveis distintos:

b) coleções organizadas e estudadas por especialistas com grande conhecimento da(s) disciplina(s) formadora(s), em situação de custódia por parte de profissionais com conhecimento suficiente para apresentá-las, mas sem conhecimento suficiente para interpretá-las (Scheiner, 2015, p. 34).

Por esse motivo entende-se a importância do diálogo com os reinadeiros, já em curso na instituição, e a incorporação dos documentos apresentados nessa pesquisa, motivando a interpretação dos objetos enquanto integrantes do Patrimônio Imaterial e não tomados individualmente como observado nas fichas.

Pela ótica da gestão do acervo a mudança de sistema objetiva facilitar o acesso à informação e a possibilidade de interoperabilidade, resultando também em opções de diagnóstico da documentação (Cândido, 2014). As questões relacionadas à ausência de registro de acervo, histórico de mesma numeração empregada em mais de um objeto, sobreposição de fichas, ausência de diálogos entre os documentos presentes na instituição culminaram na reiteração de lacunas/ incertezas.

A substituição do sistema informatizado, seja por determinação/alinhamento institucional e, ou por obsolescência/descontinuidade de sistema, segue servindo à gestão do acervo, principalmente no fornecimento de dados quantitativos para responder sobre o número de objetos cadastrados, quais campos estão preenchidos, possibilidade relacional entre objetos, e acesso aos objetos para fins de pesquisa, exposição e difusão. Observamos a confluência das perspectivas tecnicista e reflexiva (Ceravolo; Tálamo, 2007), nessa direção as informações atendem aos aspectos administrativos, pesquisa e produção de conhecimento.

Deste subcapítulo, compartilho do aprendizado que revisitar as fichas de catalogação, tanto físicas quanto digitais, resultaram na observação de ausências documentais e informacionais, apontadas ao longo do texto, que comprometeram a compreensão e a difusão dos objetos. Destaca-se, também, que a perda de informação, quando da mudança de sistema, é de fácil ocorrência; em relação ao ganho de informação, este nem sempre é incorporado em tempo real.

3.2 A salvaguarda do Patrimônio Imaterial: integrando as fontes aos dossiês dos objetos

Os museus preservam, interpretam e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade (ICOM Brasil, 2009).

Considerando a necessidade de conscientização, especialmente entre as novas gerações, da importância do patrimônio cultural imaterial e de sua salvaguarda (Brasil, 2006).

A responsabilidade que o profissional de museu tem frente às gerações passadas e futuras na transmissão dos bens culturais, sua herança cultural, é imensa. Cabe a ele não apenas preservá-la sem pensar em seu valor de momento, mas também, com este mesmo pensamento, selecionar a coleta, e captar o máximo de informações passadas, presentes e futuras, documentado e portanto, enriquecendo o acervo coletado, e tornando-o fonte de conhecimento para o desenvolvimento da humanidade (Camargo-Moro, 1986, p. 17).

As citações convergem para o entendimento que a Salvaguarda²²⁶ do Patrimônio Imaterial encontra-se na esfera de ação conjunta entre: os integrantes do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, o MHN — por deter exemplares únicos de cultura material pertencente à manifestação, e a Documentação em Museus (Figura 1). Os três se articulam

²²⁶ “A salvaguarda, compreendida como preconiza a UNESCO (2003), é qualquer medida administrativa, jurídica, política, educativa (formal ou não) de identificação, pesquisa, documentação, proteção, promoção, valorização e transmissão que possibilite a continuidade do bem cultural e fomente os saberes e fazeres vinculados a ele nos seus respectivos contextos socioculturais e históricos” (Mendonça, 2017, p. 54-55).

em prol do Patrimônio Imaterial, dividem com ele a condição de estarem em processo, não são instâncias herméticas e imutáveis.

Pensar sobre a gestão dessa coleção que entrou no museu em 1928, musealizada e posteriormente, patrimonializada em 2001, que figura como expressão da cultura material de patrimônio imaterial brasileiro reconhecido na sua especificidade no âmbito municipal em 2019, alcançando o registro estadual em 2023, e federal em 2025, tamanha importância no contexto cultural. Com isso, a cultura material nos serve, a partir da interpretação de Scheiner (2015) como caminho para estabelecer a presença do patrimônio imaterial no museu.

Numa perspectiva mais ampla, a cultura material inclui não apenas objetos móveis (artefatos), mas também tudo aquilo que indica ou comprova, por meios palpáveis, as relações entre os grupos humanos e seu ambiente: ocupação humana e modos de uso do território, espaços construídos, a escrita e a arte. Aqui, o que importa é a visão de produto, e não de processo cultural: o objeto material (móvel ou imóvel) é registro e testemunho das ações humanas sobre o meio (Scheiner, 2015, p. 20).

Reitera-se a importância do permanente diálogo entre o MHN e os praticantes da manifestação religiosa e cultural, visando atender as demandas informacionais e culturais do século XXI. Um dos caminhos é contribuir para que: “a relação entre museus e patrimônio imaterial instituído precisa estar mais presente no bojo das discussões acadêmicas, institucionais e socioculturais” (Mendonça, 2020, p. 178), o que não deixa de ser cumprido por esse trabalho ao refletir sobre o Museu e Museologia, na questão da Documentação em Museus com impacto na difusão do Reinado.

A partir das teorias da museologia com foco nas premissas contemporâneas para a musealização (Moraes, 2020; Mendonça, 2020; Brulon, 2016) somadas à consciência da experiência (Bondía, 2002) imbricada no Reinado, apresenta-se como um desafio para o MHN a constituição da documentação dos objetos enquanto materialidade do Patrimônio Imaterial a partir, e sobretudo, da interpretação do que é Reinado pelos reinadeiros, que o definem com base na experiência (Bondía, 2002), sugestão para a revisão da documentação dos objetos e do processo expositivo desses.

Ser reinadeiro é você vivenciar. Não é só festejar na rua, é você vivenciar durante o seu dia a dia o seu comportamento, a sua consciência, a sua fala. Isso é ser reinadeiro (Guimarães, 2021, informação verbal).

Somam-se as citações que abrem o subcapítulo as expectativas frente às instituições museais que nos últimos anos foram propulsadas às redes: “Ao virarmos de século, nos deparamos com uma realidade sociocultural conectada às redes, que se informa, se comunica e se relaciona por meio das tecnologias digitais” (Padilha, 2022, p. 115), para atender aos

mais diversos públicos, como já pregava Barroso (1951), o que temos de novo é a possibilidade de produção e transmissão de forma simultânea (Castells, 2019).

Colocando os museus em diálogo com diversos públicos e submetidos a estes, movimentação que vem impactando as funções desempenhadas pelos museus, e motivo para solicitação de auxílio na documentação, como consta na página do MHN que se desenha como uma documentação participativa, solicitando aos seus públicos colaboração na produção de informação, essas disponíveis sobre o objeto e que se dá antes, na decisão do MHN do que estará disponível, enquanto informação para o público.

Os museus têm sido, então, questionados, revolucionados, revolvidos, e têm de se submeter ao crivo não somente do público e dos especialistas, mas ao dos patrocinadores, ou às comparações embutidas em disputas por recursos, mesmo em editais públicos (Cândido, 2014, p. 119).

No que tange a questão da Documentação em Museus, tema central desta dissertação, do panorama de instabilidade do exercício dessa com ganhos a partir da década de 60, também a partir da padronização estabelecida pelo CIDOC-ICOM (2014), e reconhecimento enquanto fonte para a pesquisa (Ceravolo; Tálamo, 2007), e a continuidade na produção de conhecimento sobre o objeto e nunca antes a documentação esteve tão acessível, pelo ambiente digital, para fins informacionais, culturais ou simplesmente de deleite, independente do acesso físico ao museu.

A partir da interpretação que a musealização é um processo contínuo (Moraes, 2020) pelo constante devir dos objetos (Brulon, 2016) e pela incumbência direcionada à documentação de transmitir o que se sabe sobre o objeto (Brulon, 2023), entendemos o mecanismo de retroalimentação entre a documentação e a pesquisa em museus como forma de romper com ruídos reiterados e acrescentar dados, objetivando que os quatro objetos se mostrem inter-relacionados desde a documentação.

E para tal sucesso, sugere-se integrar as fontes, documentos emitidos pela igreja ao longo do século XX e XXI, os dossiês produzidos para o registro enquanto Patrimônio Imaterial, inserindo esses a partir de revisão das fichas de catalogação para entrada das informações também sobre o Reinado, até então ausentes.

Com respaldo no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) reiterando a importância do permanente diálogo entre o MHN e os praticantes da manifestação religiosa e cultural (Mendonça, 2020), enveredando a museologia por um caminho que sempre repensa o seu fazer, pela sua condição e pela consciência da função dos museus.

Como saber recente e em fase de consolidação, a Museologia encontra-se ainda em profundo e constante processo de construção. Esse estágio, não

obstante suas dificuldades, mostra-se fecundo por permitir repensar permanentemente os quadros museológicos e seus objetos de estudo (Loureiro, 2005, p. 30).

Claro está ao longo do trabalho, o exercício da museologia em consonância com as tendências internacionais como um campo do conhecimento (Maroevic, 1997), com aplicação em museus. No estabelecimento do MHN o enquadramento serviu a um discurso patriótico e didático (Chagas, 2009; Montenegro, 2006; Bittencourt, 2000-2001), operando para que o museu cumprisse a sua missão (Brasil, 1922), de narrar acontecimentos históricos e seus personagens por meio de objetos.

Nos últimos anos, o exercício da museologia, no museu de história, que mantém sua missão e a partir de artefatos, julgados como esquecidos (Queiroz, 2022), há como estratégia, o critério da diversidade para o atendimento também dos grupos minoritários, que buscam pelo seu protagonismo no locus da memória nacional (Pollak, 1989) a partir de outras frentes antes dominadas pelo discurso da escravização.

Consequentemente, em nível estrutural, a museologia pode e deve conectar os museus à expressão, valorização e afirmação de várias formas de identidade. Isso apenas confirma que a perspectiva teórica (quando transcendemos a perspectiva prática e exclusivamente histórica) abrindo caminho para o entendimento dos vínculos entre patrimônio e todos os tipos de sociedade (Maroevic, 1997, p. 5, tradução nossa)²²⁷.

A partir de Maroevic (1997), encontra-se também o encorajamento para preservação dos objetos pertencentes a um grupo específico, nesse caso os reinadeiros, testemunhos de uma passagem de tempo e de fatos históricos e religiosos materializados nos objetos, cabendo ao museu pensar a preservação dos objetos neste enquadramento da salvaguarda do Patrimônio Imaterial no Museu. Sugere-se uma conexão mais esclarecedora entre os objetos e o Reinado na revisão da musealização.

O MHN enquanto um Museu de História e Nacional, guardião de expressões da cultura material e na sua interlocução com os públicos de interesse, experimentou de certa maneira o processo de instrução patriótica e por ora, o de estimular a reflexão sobre o território, a história do País (Ramos, 2004), o que não é uma novidade na abordagem para os objetos, pelo uso de “[...] evocações históricas [...] logo à situa no seu grau de importância em relação à sua época, à individualidade e aos acontecimentos que recorda” (Barroso, 1951, p. 80), indicando essa prática para os objetos históricos. Entende-se os documentos localizados e

²²⁷ “Consequently, on the structural level, museology can and should link museums to the expression, valorisation and affirmation of various forms of identity. This merely confirms that the theoretical outlook (when we transcend practical and exclusively historical perspectives) opens up an understanding of the varied yet constant links between heritage of all sorts and society”.

reunidos, como um instrumento de salvaguarda da memória da manifestação, posto que materializam momento histórico (proibição/revogação) para o povo reinadeiro.

Busca-se não esquecer as condições impostas a esses, para uma aproximação com o passado e o presente, e a reafirmação do compromisso com as gerações futuras: “O ser dos objetos existe na relação com o ser dos outros objetos e o ser humano. Falar sobre objetos é falar necessariamente acerca de nossa própria historicidade” (Ramos, 2004, p. 62), abordagem necessária para o Patrimônio Imaterial, pela sua própria natureza e mutabilidade das manifestações, que incorpora aspectos do presente.

A política recém-implementada em prol da salvaguarda do patrimônio imaterial não contempla questões tão caras às comunidades como propriedade intelectual e direitos difusos (Fonseca, 2009), que deve estar no rol das questões para discussão. Para a produção de informação sobre a manifestação destaca-se o trabalho em conjunto pelo o que nos recomenda a mesma autora “a produção de informação significa, nesse e em tantos outros casos, apropriação de um patrimônio coletivo, cujo uso e divulgação não poderiam ser feitos sem o consentimento e a participação dos produtores e transmissores desse patrimônio” (Fonseca, 2009, p. 25), e reforça a consideração das produções de Terror (2021), Santos (2019) e Guarilha (2015), no rol da documentação em museus sobre os objetos.

Se o primeiro desafio do MHN é a produção da informação de forma compartilhada, executada na publicação comemorativa do centenário da instituição em sequência, a possibilidade de continuidade pelo manancial de pesquisas sobre o tema e pela sua relevância nos usos e função social dos objetos (Gonçalves, 2005a) e pelos artigos publicados (MHN, 2022), fontes para pensar a salvaguarda do patrimônio imaterial.

Se os objetos foram recolhidos e interpretados enquanto documento, a partir das características de: representatividade, testemunhalidade e documentalidade (Rússio, 1984, p. 55 *apud* Loureiro, 2014), essas três invocações justificam as motivações para o contínuo processo de musealização²²⁸ tendo como instrumento a cultura material²²⁹, para transmissão do Patrimônio Cultural²³⁰. Em diálogo com os eixos propostos por José Reginaldo Gonçalves

²²⁸ “[...] é o conjunto de ações, medidas, estratégias e procedimentos de ordem simbólica, política, técnica e administrativa aplicadas as referências culturais pelo museu – visando atribuir ao objeto função de documento, desvelar seus sentidos, contribuir para a potencialidade informacional sobre a referência cultural e contribuir também para a manutenção da integridade material. Reúne teoria, prática e **consciência política** (Mendonça, 2020, p. 194, grifo nosso).

²²⁹ Segundo Meneses (1983), em uma definição para o termo encontramos que são artefatos: “[...] fornecem informação quanto à sua própria materialidade (matéria-prima e seu processamento, tecnologia, morfologia e funções, etc), fornecem também, em grau sempre considerável, informação de natureza relacional. [...] às formas de organização da sociedade que os produziu e consumiu (Meneses, 1983, p. 107).

²³⁰ Consta na Constituição 1988 a definição: “[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (Brasil, 1988, art. 216).

(2005b) “Ressonância, Materialidade e Subjetividade” pela investigação da relação entre as pessoas e os objetos, interpretando objetos como integrante da cultura, extensões de seus proprietários, ou aqui, com a comunidade, pelas mediações que exercem entre o sagrado e o homem de fé Gonçalves (2005b), e para seguirmos na esteira da salvaguarda do Patrimônio e para bem entendermos a atribuição do MHN nesse caso, retomo Borges e Campos (2012), também pelo diálogo com Maroevic (1997) por darem continuidade à discussão considerando que:

Daí a importância de se verificar o quanto um objeto ou traço cultural é significativo para uma dada comunidade, e isso implica saber o quanto e o quê esse objeto evoca, somado ao quanto e o quê ele representa para essa comunidade. Assim, um objeto, um artefato, um evento poderá ser considerado patrimônio (como expressão cultural simultaneamente instituinte e instituída) quando estiver investido de um alto grau de ressonância a de um grau elevado de aderência (Borges; Campos, 2012, p. 119).

É a partir da abordagem de Patrimônio pela ressonância e aderência no disparar de “evocação, encantamento, relação de pertença e indicativo de identidade” (Borges; Campos, 2012, p. 122), quatro episódios que servem ao entendimento de ressonância e aderência, sendo que os dois últimos só se aplicam no caso da aderência; que permitem o alargamento das abordagens como mostramos a seguir.

Ao pensar a abordagem estética de Barata (1941) em relação à Maria Cambinda (Nr 4046), em linha do que foi posto por Alfred Gell (2001): “Esse tipo de arte africana foi produzido, individualmente, por escultores altamente talentosos, com intenções artísticas (estéticas) específicas, que eles imprimiram em seus trabalhos” (Gell, 2001, p. 178), interpretações que são revestidas pela intenção do porquê fazer como aponta a reflexão de Clifford Geertz (2018) reitera o uso da arte para a relação com o divino, a expressão da fé:

[...] estudar arte é explorar uma sensibilidade; de que esta sensibilidade é essencialmente uma formação coletiva, e de que as bases de tal formação são tão amplas e tão profundas como a própria vida social, nos afasta daquela visão que considera a força estética como uma expressão grandiloquente do artesanato. Afasta-nos também da visão a que chamamos de funcionalista, que, na maioria das vezes, se opôs à anterior, e para a qual obras de arte são mecanismos elaborados para definir as relações sociais, manter as regras sociais e fortalecer os valores sociais (Gertz, 2018, p. 103).

Ainda em diálogo com Gell (2001), que discute a diferenciação imposta para arte e artefato, reinterpretando o segundo enquanto arte ainda que não tenha sido produzido para esta intenção primária, define que: “será considerado obra de arte se for interpretado a partir de um sistema de idéias fundamentadas em uma tradição artística historicamente estabelecida (Gell, 2001, p. 175).

Pensa-se aqui que a vertente obra de arte não pode ser dissociada da vivência dessa no ambiente religioso, já que “Apenas materializam uma forma de viver, e trazem um modelo específico de pensar para o mundo dos objetos, tornando-o visível. (Gertz, 2018, p. 103), reiterando a sua intenção de criação e constituindo enquanto documento: “[...] todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado com os fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual [...]” (Briet, 1951 *apud* Loureiro, 2019, p. 15).

E assim, vamos capturando as leituras sobre os objetos nas esferas possíveis nesse encontro entre a classificação (tradição) e o devir (contemporâneo). Todo processo de produção e uso do tambor (Palazzi, 2021), tem conexão com a natureza, estabelecida entre a terra, fonte dos recursos para produção, e o céu, a comunicação com a divindade. Os que foram lidos enquanto primitivos, sem técnica (Carvalho, 1948), objeto marginal (Baudrillard, 2015) ausente de valor por não ser interpretado enquanto mercadoria (Kotler, 1998) configuram no museu plenos de carga simbólica (Lima, 2017).

O que também se aplica à Coroa e ao Cetro, como materialização da tecnologia aplicada aos metais oriunda de África, somada à questão da devoção. Como explica Raul Lody (2000) para o caso da produção dos metais que congrega o conhecimento tecnológico com o simbólico: “A estética é determinada pela função, destinação litúrgica, uso pessoal ou coletivo do objeto isolado e dos conjuntos de objetos que geralmente são sacralizados para desempenhar seus papéis na mediação homem-divindade” (Lody, 2000, p. 68).

Nessa perspectiva encontramos a possibilidade do discurso dos objetos pela arte e inovação tecnológica, quer pela complexidade para sua execução, para além do material e técnica, e por integrar um sistema simbólico cultural de comunicação com a ancestralidade, fatores impregnados nos objetos, confirmando que o aprofundamento nessas questões exige incorporar também os dossiês produzidos para registro e a participação das guardas de congo ouro preto na documentação.

Chegar até aqui com a proposição de incorporar as fontes aos dossiês foi um caminho a partir da experiência²³¹ ao adotar a interpretação de Jorge Larrosa Bondía (2002), para explicar o que se passou em Ouro Preto. Se durante todo o trabalho lidamos com a informação (pesquisada, coletada, analisada, interpretada e roteirizada), talvez inspirada pela busca frenética de ordenar o mundo (Sá, 2019), para a salvaguarda do Patrimônio Imaterial é preciso ao menos conhecê-lo, em parte e em essência. Entende-se experiência por esse ponto de vista “A experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova” (Bondía, 2002). E para vivê-la:

²³¹ Observei um objeto durante a manifestação realizada em 2024, que me chamou a atenção. O cajado com figura humana, representação da imagem da avó, produzido por encomenda por um dos integrantes. O aspecto estético produzido para uma experiência sensorial na vivência religiosa. O objeto enquanto um veículo de comunicação.

[...] requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Bondía, 2002, p. 24).

Mas esse modo de olhar para a manifestação está intimamente ligado ao entendimento de que somos trabalhadores sociais (Guarnieri [entre 1975 e 1990] *apud* Bruno, 2010), o que fazemos e como fazemos são atos em prol da cultura com atitudes políticas e que dialogam e interferem nos processos museológicos.

A atualização que se impõe aos museus, advém também do questionamento: A quem serve o museu na sociedade do século XXI? Como a Documentação em museus responde ao momento? Nos últimos anos, a Museologia, ciência aplicada do campo dos museus, e áreas afins empenham-se em estudá-lo e localizá-lo no século XXI buscando modos de estar no mundo globalizado.

As transformações observadas nos processos de musealização relacionam-se com o papel das instituições de memória na sociedade da informação na produção do conhecimento (Padilha; Café; Silva, 2014; Szántó, 2022), e operam para que a partir dos processos de musealização do objeto confirmar a mutualidade entre o patrimônio material e imaterial (Lima, 2017) e salvaguarda do Patrimônio.

Nesse sentido, voltamos a pensar a tríade Patrimonialização, como fator para entrada/permanência no museu pelo reconhecimento do seu valor; a Musealização como condição para encenação do objeto e a documentação como materialidade dessa conjunção, razão pela qual precisa abarcar a singularidade de cada objeto, pelas suas características intrínsecas e extrínsecas (Ferrez, 1991) somadas à experiência do Reinado ao longo dos anos.

Nesse sentido, interpreta-se a manifestação enquanto performance, compreendido o termo a partir do entendimento de: “manifestações da vida cotidiana” por Mendonça (2020) e “um comportamento experienciado, no qual as bases são processos de escolha, aprendizagem, repetição e prática” (Schechner 1988; 2006 *apud* Mendonça 2020), que coloca em pauta como os museus a partir das diretrizes para os processos de musealização na documentação em museus, operam para garantir a salvaguarda do patrimônio considerando o PNPI (2020). De acordo com a autora, a Patrimonialização abre o caminho para a Salvaguarda, porém é a Musealização que sustenta e justifica o primeiro, a partir também da cultura material, percebidos como portadores de diversas camadas de informação, continuamente interpretados e expressos na documentação em museus.

Seguindo raciocínio proposto: “documentar o “modelo” que orienta a prática, os movimentos, as ações e os comportamentos, desempenhados pelos atores sociais, característico pela repetição de sequências organizadas que atribuem sentidos coletivos.” (Mendonça, 2020, p.189), como o todo que exemplifica o uso dos objetos e confirmando que estes com sua vocação de exprimir o valor simbólico do Patrimônio imaterial no ambiente do museu, reiteram a: “interdependência entre imaterialidade-materialidade, situando tal condição intrínseca que o bem simbólico consigna na ambiência dos museus” (Lima, 2017, p. 2).

É na pesquisa e na documentação que se encontram as possibilidades de produção do conhecimento sobre o patrimônio imaterial (Mendonça, 2020) registro não mencionado nas fichas de catalogação dos objetos. E talvez, esse seja um dos caminhos para perceber que ao integrar os documentos evidenciados aos dossiês, confirmamos uma ação de preservação da memória do Reinado de Nossa Senhora do Rosário com um passado impactado pela intolerância religiosa.

A produção de conhecimento passa a contar com a participação de agentes externos ao museu no processo de musealização, ação antes conduzida quase que exclusivamente pelo profissional do museu para cumprir a tal classificação científica, que passa a ser compartilhada detentores de conhecimento (Moraes, 2020), ou os que experienciam a celebração, para dar conta dos vínculos existentes com acrescentando novas abordagens para os objetos e, conseqüentemente, o número de metadados preenchidos. A ação de revisão da biografia dos objetos amplia a potência comunicacional. O museu no cumprimento da sua função social atua como mediador entre a manifestação e os públicos de interesse independente do fim para qual usem a informação produzida no ambiente do museu.

Considerando que a Salvaguarda também é garantida pela difusão (Brasil, 2000; Mendonça, 2020) e por conta da dissociação dos bens musealizados, personagens imprescindíveis (Gomes, 2024), da manifestação religiosa e cultural. O preenchimento do metadado Termo de Indexação²³², a partir da classificação do Thesaurus para Acervos Museológicos²³³, observados desde as primeiras fichas, encontram-se aptos para incorporar o sentido de objeto-devir, proposição de Bruno Brulon Soares (2016).

²³² Na publicação Declaração de princípio de Documentação em Museus esse metadado foi descrito como: Grupo de Informação sobre o assunto representado (2019, p.71), e tem como principal objetivo facilitar o acesso, visto que auxilia na identificação do objeto. Para além disso, indica a inclusão do aspecto relacional: pessoas, lugares, eventos ou objetos representados. Disponível em: <https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025. Consta no Manual de Serviço da Seção de Catalogação (MHN,1984), a orientação para preenchimento deste termo, cujo objetivo era organizar a informação visando também a recuperação no ambiente digital. Este documento me foi apresentado por Maria Cota que trabalhou no MHN de 1984 até 1991.

²³³ Disponível em: <https://forum.acervos.museus.gov.br/publicacoes/thesaurus-para-acervo-museologico-volume-1/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

Reflete-se que a classificação tradicional, informação prevalecente nas fichas observadas até 2024, responde às relações estabelecidas por esses objetos definidas pelo museu sem a participação dos Reinadeiros. A complementação com a Indexação, seja pela via tradicional ou pela Folksonomia²³⁴, formulada por sujeitos com relação com o objeto pela ressonância ou aderência (Borges; Campos, 2012), segue sendo: “[...] a representação de um documento (ou parte de um documento ou objeto informacional) em um registro ou em um índice para o propósito da recuperação” (Hjørland, 2007 *apud* Brandt; 2009, p. 21). E para além disso, para um propósito de pertencimento e protagonismo dos que são íntimos aos objetos e para corrigir suspeitas de atribuição, os dossiês produzidos para o registro de Patrimônio funcionam como expressão da visão destes sobre a manifestação e o que desejam comunicar sobre a mesma, caracterizando-se enquanto fonte para o museu.

Em vista das inúmeras possibilidades de fontes, aqui apresentadas, que abordam os objetos e também o Reinado, que operam para a difusão e favorecem a recuperação da informação, entendemos que integrar as fontes aos dossiês, é também integrar os acontecimentos que marcaram a história da manifestação à produção de informação que atestam a tradição do Patrimônio Imaterial. Que por ora, também, pode ser interpretada como uma proposição mais ampla na documentação dos objetos, e que reafirma o museólogo enquanto pesquisador. A seguir a síntese das fontes elencadas:

Quadro II - Fontes documentais para inserção nas fichas de catalogação

Referências Bibliográficas		
Artigos dos Anais do MHN	Dissertações	Documentário
Volumes VII, IX , XXV e 40	Guarilha (2015), Santos (2019)	Terror (2021)
Referência Documentais		
Documentos Eclesiásticos	Dossiês de Registro	Documentos Iconográficos
Publicação do Primeiro Synodo da Diocese de Mariana de 1903 com proibição do Congado.	Dossiê de Registro de Patrimônio Imaterial do Município (Novembro, 2019)	Rugendas, Johan Moritz. Fête de Ste. Rosalie, patronne des nègres. Litografia. 1835.
Motu Proprio Tra Le Sollicitude do Sumo Pontífice Pio X sobre a música sacra de 1903.	Dossiê de Registro Patrimônio Cultural do Brasil Saberes do Rosário: Reinados, Congados e Congadas (Fevereiro, 2023)	Martins, No. Colcha de Retalhos. Acrílica sobre lona. 2026.*
Publicação Conferência da	Dossiê de Registro Patrimônio	

²³⁴ “Classificação gerada pelo usuário, surgindo por meio de um consenso de baixo para cima (bottom-up)” (Quintarelli, 2005 *apud* Brandt, 2009, p. 39).

Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Provincias Ecclesiasticas de 1911.	Cultural Caminhos, Expressões e Celebrações do Rosário em Minas Gerais (Agosto, 2024)	
Aviso n.º5: Proibição da festa chamada Reinado 1923.		
Reparação Histórica 039/2023 Revogação da Proibição de 1923 de 10 de agosto de 2023		
Decreto n.º 16/2023 Criação da Capelania dos Reinados Negros da Arquidiocese de Belo Horizonte e Provisão de Capelão 154/2023 ambos de 08 de outubro de 2023.		
Referências Expográficas		
Exposição no MHN	Circulação do Acervo	
Brasil Decolonial – Novembro 2021	a ser considerado	
* A Obra de No Martins está exposta no Museu de Arte do Rio de 28/03/2026 até 20/09/2026. Encontra-se aqui por pertinência, embora não tenha sido localizada no levantamento inicial.		

Fonte: produzido pela autora em abril/2026.

O que reforça pensar a sistematização da informação e os diálogos em rede, considera-se que por princípio a sociedade não atua como espectadora da internet, e sim, ocupa uma posição de vivente no meio (Castells, 2019). Diante disso, considerando que a difusão/comunicação integra a Salvaguarda observou-se a apresentação dos objetos em rede, estabelecida como oportuna janela para o mundo do acervo brasileiro. Uma de suas vertentes caracterizada pela interoperabilidade é o repositório Brasileira Museus²³⁵, uma iniciativa do Ibram. Não se trata aqui de abrir uma nova discussão sobre a difusão do acervo. O intuito reside em reiterar a observação de Olcina (1986) em relação ao uso da informática, que o

²³⁵ A Brasileira Museus é uma plataforma online que busca conectar e disponibilizar o patrimônio dos museus brasileiros em um repositório acessível ao público, ampliando o alcance dos acervos para além das fronteiras físicas dos museus. Disponível em: https://brasiliana.museus.gov.br/page/5/?s=MINAS+GE-RAIS&ct_post_type=post%3Apage%3Atainacan-collection%3Atainacan-taxonomy%3Atnc_col_5_item. Acesso em: 15 fev. 2026.

emprego deve servir ao campo que a utiliza enquanto instrumento, o que se aplica à museologia. Reiterando que o preenchimento das fichas de catalogação é também uma resposta ao cumprimento da Salvaguarda.

Constatou-se que os termos indexadores servem para buscas no ambiente do MHN, mas não se aplicam ao ambiente da *Brasiliana Museus*. Os objetos reunidos conforme a (Figura 3) e recuperados pela escolha de um dos oito termos em comum, do total de dezessete termos indexadores. Na tentativa de agrupar os quatro objetos, tivemos o resultado de ocorrências individuais que totalizam cinco aparições. O primeiro termo refere-se ao objeto e o segundo o termo indexador e tivemos o seguinte resultado: Coroa - Congada²³⁶, Coroa - Minas Gerais, Coroa - Ouro Preto, Maria Cambinda - Maria Cambinda, Maria Cambinda - Ouro Preto no ambiente da *Brasiliana Museus*.

Se a proposta é incentivar diálogos entre acervos em instituições distintas o repositório é uma iniciativa que responde ao PNPI (2002), consideramos que duas tendências do caráter universalista — que corresponde a uma sistematização necessária com Linguagem de Organização (thesaurus) e representação da Informação, adotada pelo Museu; e uma de caráter contextual — das relações que o objeto estabeleceu com o mundo, entendemos que não foi aplicada pela plataforma. Bem como a organização dos campos nucleares (Roberts, 2015). Para assim se efetivar o fácil acesso ao objeto e a interoperabilidade entre objetos com propósitos semelhantes, depositados em outros museus.

Não basta tomar o ato institucionalizado para o discurso da salvaguarda, é preciso povoar as instituições implicadas na cultura do espírito da experiência de Bondía (2002), e no compartilhamento da experiência via rede de comunicação horizontal (Castells, 2019): “Eles subvertem a prática da comunicação convencional ocupando o meio de comunicação e criando a mensagem” (Castells, 2019, p. 485), conteúdo que podemos observar nas redes sociais dos grupos de congado de Ouro Preto.

Incorporar as fontes aos dossiês de documentação e buscar as melhores práticas para difundi-los é uma resposta às tendências dos campos da Museologia e da Comunicação para assim estar o museu, sempre em processo, no mundo do seu tempo atestando a sua capacidade transformação (Scheiner, 2008), e de quem tem a oportunidade de experienciar o museu.

Reitera-se a condição da documentação ser indispensável para as tarefas do museu, enquanto fonte de informação sobre o acervo, e que o museu contemporâneo atue para que a informação transforme a consciência do receptor (Rússio [entre 1970 e 1995] *apud* Bruno,

²³⁶ Link para experiência de acesso disponível em: https://brasiliana.museus.gov.br/?s=Congada&ct_post_type=post%3Apage%3Atainacan-collection%3Atainacan-taxonomy%3Atnc_col_5_item. Acesso em: 2 abr. 2026.

2010). Que sirva para que os museus reafirmem sua condição como sistema de informação (Loureiro, 2008), para tanto é necessário que as questões de defasagem tecnológica e da preservação de documentos oriundos das plataformas digitais recebam mais atenção como um apelo no contexto da gestão institucional demonstrando que todas as ações no museu são e estão interligadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos aqui, reiteramos que a pesquisa seja lida como uma conta de um rosário. Unindo-se aos trabalhos apresentados, em curso, e aos que virão, de produção de conhecimento sobre o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia para salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Como pesquisa exploratória, conseguimos observar as ações empreendidas pelo MHN, tanto pelos acertos de gestão quanto pelas falhas sistêmicas processuais ocorridas na Documentação em Museus, justificada pela escassez de recursos impostas ao museu, característica tão comum quanto a função de preservação dos objetos.

O arco temporal da pesquisa concorre com o tempo de existência do MHN. Por isso, buscamos entendimento, ao menos parcial, de como foram estabelecidos os processos e procedimentos para a Documentação em Museus. Estabelecendo relação com as teorias dos primeiros organismos criados, OIM e ICOM, e como foram incorporados e aplicados no MHN concomitante à prática e estabelecendo um modelo que foi incorporado por instituições nacionais.

Partimos do pressuposto que os quatro objetos compartilham de lacunas documentais e informacionais, em virtude de sua origem religiosa e de sua relação com pessoas escravizadas, dentro de um espaço que nasce para disseminar à História sob a ótica dos heróis nacionais e a Numismática. Constatamos que os procedimentos adotados na gestão da documentação no MHN, nas primeiras décadas, caracterizam-se pela seleção do objeto a ser registrado a partir da sua importância no contexto histórico; pela emissão de documentos inerentes ao processo de doação, relacionando objeto e doador e pela ordenação do objeto considerando sua classificação. Esse cenário foi emoldurado por apelos reiterados que informam a ausência de recursos e de pessoal para lidar com a incessante coleta de objetos.

Organizada em três capítulos, esta pesquisa busca refletir sobre a produção e gestão do conhecimento em relação aos quatro objetos: Coroa, Cetro, Caxambu e Maria Cambinda integrantes do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e das ocorrências de lacunas documentais e informacionais refletidas no conjunto documental e, conseqüentemente, nas fichas de catalogação que se encontram no MHN.

No primeiro capítulo reiteramos a motivação, oriunda de proibição emitida pela Igreja Católica, para a doação dos objetos ao MHN no início do século XX. Os documentos expedidos pelo Primeiro Synodo da Diocese de Mariana em 1903, e pela Pastoral Collectiva em 1910 e localizados pela pesquisa, são contribuições para a História do Reinado no Brasil e unem-se ao Aviso número 5 de 1923, documento este, propagado como data de proibição do

Reinado. A reunião desses documentos reposiciona a data de proibição da manifestação religiosa e cultural em 20 anos pretéritos comprovando o caráter de resistência, mediante o estabelecido nos textos de proibição.

Unem-se a esses, a revogação da proibição emitida pela Igreja Católica, e produções textuais acadêmicas, comerciais e institucionais do MHN, que versam sobre o Reinado e sobre os objetos, nem sempre tratados em associação à manifestação, como forma de confrontar a trajetória destes nas fichas de catalogação frente a esses documentos e as mobilizações em prol da retomada e do reconhecimento do Reinado enquanto Patrimônio Imaterial do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia - A Fé que Canta e Dança.

Em seguida, como elo entre o primeiro e o terceiro capítulo, o segundo capítulo foi desenvolvido para a compreensão da Documentação no MHN em relação ao conjunto documental dos objetos de pesquisa. Entendemos que: nem todos os objetos possuem documento de doação e carta de agradecimento ao doador, que catalogados ou não seriam expostos, e quando pesquisados e com fichas de catalogação extensas seriam divulgados nos Anais do MHN. Como resultado do capítulo caracterizamos os conjuntos documentais como incompletos em virtude da ausência dos documentos pretéritos, heterogêneos quando da ausência de fichas localizadas em objetos de mesma classificação e diminutos pela ausência de fichas impressas e natas digitais, o que nos deixa dúvidas se esses objetos foram privados desses documentos ou se foram produzidos e extraviados.

No segundo capítulo, identificamos que a instituição de memória não detém em arquivo institucional os modelos de fichas de catalogação adotados ao longo da história do MHN. Os instrumentos que, para além de apresentarem informações sobre os objetos, narram também a história da instituição, seja pelo conteúdo informacional de relação institucional ou pela comunicação visual adotada.

O terceiro capítulo foi dedicado à documentação como suporte para as narrativas institucionais, a partir das fichas de catalogação, em sua tripla singularidade: da instituição produtora, do catalogador portador do discurso sobre o objeto e do objeto em si. Cada ficha é um extrato do conhecimento produzido a ser preservado pela instituição de memória.

Ao compararmos as fichas de catalogação: físicas e digitais dos quatro objetos, observamos fichas físicas a partir da década de 1970, para dois dos quatro objetos. Sendo a primeira ficha produzida para os quatro objetos datada de 1985, quando da possibilidade de migração para o sistema informatizado. Quanto às fichas natas digitais, adotadas ao final dos anos de 1990, são passíveis de recuperação se foram impressas. E quando comparadas revelam que na maioria das vezes, houve migração de dados sem a devida investigação para qualificação da informação.

Demonstra-se um apagamento informacional parcial, no âmbito da documentação do objeto museológico, em razão da ausência de uma política de preservação digital. Visto que não há para consulta as fichas dos quatro objetos no período de 1928 a 1970, restando somente as produções comerciais e institucionais. Com relação às fichas digitais não há para consulta as fichas de catalogação correspondentes aos sistemas utilizados, como SIGA, LBW, Seret e Tainacan, considerando entrada inicial, alterações e migração.

Ao examinar o conteúdo das fichas disponíveis, em face ao conhecimento produzido, observaram-se lacunas informacionais. Compreendemos que esse fato é atribuído a um conjunto de evidências: a escassez de recursos financeiros; a de profissionais habilitados e com conhecimento específico. Observamos que a dissociação entre os objetos e em relação ao Reinado também se faz presente pela ausência de pesquisa nas fontes do museu, pela não interpretação desses objetos enquanto conjunto, e pelos campos de informação comum não preenchidos o que compromete a narrativa sobre os objetos no MHN e conseqüentemente, a difusão do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

Quando o museu estabelece diálogos com os representantes da manifestação e partilha das lutas da sociedade, entendemos que cumpre sua função social no século XXI. Nesse sentido, apontamos para o MHN a necessidade de atualização na Documentação em Museus do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, a partir de fontes que esclarecem as motivações para a vinda dos objetos e os colocam como materialização da intolerância religiosa no ambiente do museu, bem como, documentos sobre a trajetória da manifestação religiosa e cultural, que reforçam que: “A Fé Não Costuma Falhar”.

Com isso, as fichas de catalogação configuram-se como potente instrumento para entrada de informações, até então ausentes e, em atendimento à duas frentes: o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial — para salvaguarda da manifestação, e à Agenda 2030 da ONU ODS 18 — de promoção da igualdade étnico-racial conseqüentemente no combate da intolerância religiosa, luta diária dos praticantes da manifestação.

Que a presença do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, configurada na materialidade dos objetos no Museu Histórico Nacional, seja justificada por sua capacidade de sensibilizar a sociedade, para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro e atue como instrumento para o diálogo sobre a intolerância religiosa.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- 70 anos de Bons Amigos - **Catálogo de Exposição Comemorativa dos 70 anos do MHN**. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/23360>. Acesso em: 17 maio. 2025.
- ABREU, Regina. História de uma coleção: Miguel Calmon e a História de uma coleção. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.2, p.185-199, 1994. Disponível em: <http://reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/19%20Historia%20de%20uma%20cole%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- ABREU, Regina. O Paradigma Evolucionista e o Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.27, p.7-17,1995.
- A FÉ que canta e dança. Direção: Vinicius Terror. Produção: Vinicius Terror; Mariana de Oliveira; Guilherme Mansueto. Ouro Preto: Holofote Cultural, 2021. 1 vídeo (18 min) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DX_rJULWC6A. Acesso em: 16 jun.2025.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Bibliotecas, arquivos e museus: convergências** Revista Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan/jun. 2016 p.162-185.
- AMIREI. **Dossiê de Registro da Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia**. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, 2019. p. 28. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/turismo/arquivos/registros/>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- ANAIS do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.27, p.149-157, 1995. Disponível em: https://app.docvirt.com/Anais_MHN/pageid/6780. Acesso em: 3 out. 2025.
- ANGOTTI. Wilson. **Igreja, Sínodo e Sinodalidade**. Brasília,DF: CNBB, 2021. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/igreja-sinodo-e-sinodalidade/>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- ANTUNES, Arnaldo. **As coisas**. II. Rosa Moreau Antunes. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 1993. p. 91.
- ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. s/data. **A Preservação de Repositórios Digitais Dentro do Modelo OAIS**. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/61e5b7b8-11ae-4758-8024-66a0828f3f13/content>. Acesso em: 17 jan. 2026.
- BARAÇAL, Anaildo Bernardo. **Objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský**. 2008.(Dissertação Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós Graduação Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2008.
- BARATA, Mário. Arte negra. Revista da Semana, Rio de Janeiro, n. 34, p. 17-34, 1941.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidade: O negro no pensamento museal**. Curitiba: Appris, 2018.
- BELO HORIZONTE (Arquidiocese). Livro de Avisos e Mandamentos n.º I. Aviso n.º5: **Proibição da festa chamada Reinado**. Belo Horizonte: Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte, 10 ago. 1923.

BARROS, Sigrid Porto de. **Relatório de Atividades da Seção de História da Divisão de História e Arte Retrospectiva**: 1960 Rio de Janeiro: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [1961?]. 5p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43444>. Acesso em 23 de jun. 2025.

BARROS, Sigrid Porto de. **Relatório de Atividades da Seção de História da Divisão de História e Arte Retrospectiva**: 1965. Rio de Janeiro: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [1966?]. 10p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43960>. Acesso em 26 de jun. 2025.

BARROS, Sigrid Pôrto de. **A Condição Social e a Indumentária Feminina no Brasil Colônia**. Anais do Museu Histórico Nacional, v. VIII, 1947. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/11782/search/Sigrid>. Acesso em: 1 fev. 2025.

BARROSO, Gustavo. **Catálogo Geral**: 1ª Secção archeologia e história. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1924. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/24851>. Acesso em 21 Jun. 2025.

BARROSO, Gustavo. **[Carta]**: 18 jun. 1928, Rio de Janeiro [para] MIRACEMA, < Baronesa de. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1928. 1f. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/30523> . Acesso em: 22 de jun. 2025.

BARROSO, Gustavo. **Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**:1935. Rio de Janeiro: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [1936?]. 23p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42892>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BARROSO, Gustavo. **Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1938. Rio de Janeiro: MHN, 1939. 9p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43003>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BARROSO, Gustavo. Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 5, p.1-169, 1944.

BARROSO, Gustavo. **Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação e Saúde pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1946. Rio de Janeiro: MHN, 1947. 9p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43125>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Museu Histórico Nacional, 1951, v. 1.

BARROSO, Gustavo. **Relatório apresentado ao Senhor Ministro de Educação e Cultura pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1955. Rio de Janeiro: MHN, 40 p. Rio de Janeiro. 1955-1956. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39751>. Acesso em 19 jun. 2025.

BARROSO, Gustavo. Museu Ergológico Brasileiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.3, p. 433-448, 1942.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
BITTENCOURT, José; FERNANDES, Lia P; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Examinando a política de aquisição do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.27, p.61-78,1995.

BITTENCOURT, José Neves. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, V. 8, n.9, p. 151-174, 2000-2001.

BITTENCOURT, José Neves. As várias faces de um equívoco: observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.40, p.2-567, 2008.

BOMFIM, Marlene da Silva; DIAS, Robson; GOMES, Victor Márcio Laus Reis; DRAVET, Florence Marie. Relação entre narrativa institucional e construção de significados em uma organização. **Rizoma**, [s.l.] v. 6, n. 1, p. 227-241, 3 jan. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/11926>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BONDÍA, Jorge Larosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 Jun. 2025.

BORGES, Luiz Carlos; CAMPOS, Marcio D’Oliveira. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: SCHEINER, Teresa *et al.* (org). **Encontro Anual do Subcomitê Regional de Museologia para América Latina e o Caribe – ICOFOM LAM, 21.**, 2012, Petrópolis. Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. Petrópolis: UNIRIO/MAST, 2012. p.112-123. Disponível em: <https://www.sulear.com.br/textos/BORGES%20e%20CAMPOS%20Patrimonio%20como%20Valor%20IV%20SIAM.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2024.

BORNAY, Clóvis. **Relatório enviado ao Chefe da Seção**: 1960. Rio de Janeiro: MUSEU HISTÓRICO NACIONAL [1960?]. 8p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pa-geid/43449>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRANDT, Mariana. Etiqueta e folksonomia: uma análise sob a óptica dos processos de organização e recuperação da informação na web. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 2009.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 março de 1824**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890**. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Rio de Janeiro: Legislação Federal, [1890]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL, **Decreto n.º 15.596, de 2 de agosto de 1922**. Crêa o Museu Histórico Nacional e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1922. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 19.444, de 1º de dezembro de 1930. **Dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Saúde Pública e Educação, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf-arq/d19444.pdf. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro; cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. [Que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira]. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.573 de 12 de abril de 2006**. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.753%2C%20DE%2012,3%20de%20novembro%20de%202003. Acesso em: 1 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. [Institui o Estatuto de Igualdade Racial no Brasil]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. **Anteprojeto do novo regimento do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, 1970. 7p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44591>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. Brasília: Ibram, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/programa-de-gestao-de-riscos-ao-patrimonio-musealizado-brasileiro-2021>. Acesso em: 1 dez. 2025

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Ibram participa do VII Seminário Internacional de Preservação Digital - SINPRED**. Brasília: Ibram, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-participa-do-vii-seminario-internacional-de-preservacao-digital-sinpred>. Acesso em: 17 jan. 2026

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) 2025-2035**. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm-2025-a-2035.pdf>. Brasília: Ibram, 2025. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL Decolonial: outras histórias. Organização de Museu Histórico Nacional. **Google Arts & Culture**, 2025. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/KqVRV6el-ZHh-dw>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRULON, Bruno. Re-interpretando os objetos de museu: da classificação ao devir. **Transinformação**. v.28, n.1, p.107-114, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/DbzMxWw5sTW384L3mcqBJKJ/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p.

1-30. Disponível em: https://revistas.usp.br/anaismp/pt_BR/article/view/155323/158906. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRULON SOARES, Bruno. Decolonising the Museum? Community Experiences in the Periphery of the ICOM Museum Definition. **Curator: The Museum Journal**, New York, N.Y., v. 64, n. 3, p.1-18, July 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cura.12436> . Acesso em: 10 jul. 2026.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado:Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do ICOM, 2010a. v.2. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/cat-WALDISA-volume-1-pags-simples.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu: aquisição-documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. 2. ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

CARDOSO, Alan. Intolerância religiosa no Brasil cresceu mais de 80%, diz estudo. CNN, São Paulo, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/intolerancia-religiosa-no-brasil-cresceu-mais-de-80-diz-estudo/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Brascher Basílio. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53–73, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1675>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: a ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n.119, p. 115-126, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>. Acesso em: 16 Dez. 2025.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Tradução de Lúcia Pinto de Almeida et al. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 10, p. 241–253, 2000. Disponível em: https://revistas.usp.br/revmae/pt_BR/article/view/109390. Acesso em: 22 jun. 2025.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador. **Anais**. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

CHAGAS, Mário de Souza; GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 27, p.31-59, 1995.

CHAGAS, Mário. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009. Disponível em:

<https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2021/03/58imaginacao.pdf>. Acesso em: 02 maio 2025.

CARVALHO, Affonso Celso Villela. Caminhos de sofrimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.25, p.113-126, 1974.

CARVALHO, Gerardo Alves. Os instrumentos musicais primitivos afro-brasileiros. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.9, p.139-157, 1948.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. Resgate de uma dívida: o tombamento do MHN, seu prédio e acervo. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 34, p. 21-36, 2002.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO – CIDOC. CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS – ICOM. **Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos**: categorias de informação do CIDOC. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. **Revista Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. ja/jul. 2020, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v9i17.29480>. Acesso em: 01 jun. 2026.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos - chave de museologia** Tradução e Comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: ICOM, ICOM-BR: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 2013. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 19 mar.2026.

DREYFUS, Jenny. **Relatório das atividades da seção em 1954 apresentado pelo chefe da seção ao Sr. Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1955. 6p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39515> . Acesso em: 19 jun. 2025.

DUMANS, Adolpho. A ideia da criação do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, p.383-394, 1942.
FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró Memória, 1987. Disponível em :<https://ce-doc.museus.gov.br/publicacoes-ibram/thesaurus-para-acervo-museologico-volume-1/>. Acesso em: 19 mar.2026.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: teoria para uma boa prática. In: Fórum de Museus do Nordeste, 4.,1991, Recife. **Anais**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/205957151/FERREZ-Helena-Dodd-Documentacao-Museologica-Teoria-para-uma-Boa-Pratica-in-IV-Forum-de-Museus-do-Nordeste-1991-Recife>. Acesso em: 22 jun.2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de Pedra e Cal: Uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. In: Abreu, Regina; Chagas, Mário (Orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p. 59-79. Disponível em: https://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. **Escritos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.147-164, 2007. Disponível em: http://antigo.casaruibar-bosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_1/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Informação e patrimônio imaterial**. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena de Teixeira Costa. (org.). Ciência da Informação: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 23-30. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/10/1977/3387?inline=1. Acesso em: 19 mar.2026.

FONSECA, Solange Godoy Sampaio. **Relatório de seis meses de atividades do DTOM 1969-1970**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1970. 3p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44635>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Programa de preservação digital de acervo da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://fiocruz.br/documento/2020/12/programa-de-preservacao-digital-de-acervos-da-fiocruz>. Acesso em: 13 jul. 2025.

G1 MINAS. **100 anos do Aviso número 5**. Belo Horizonte, 14 ago. 2023. Instagram: @g1minas. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cv71g0QPwwu/>. Acesso em: 17 maio 2025.

GARCIA, Rodolpho Amorim. **Relatório do Ano de 1930 apresentado ao Ministro**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, [1931?]. 14p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42752>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

GELL, Alfred. A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p.174-191, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Gilberto. **Os museus do Brasil estão vivos**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 22 out. 2004. Disponível em: <https://www.forumpermanente.org/imprensa/minc/museus-gil>. Acesso em: 26 fev. 2025.

GOMES, Lilian Alves. **A peregrinação das coisas: trajetórias de imagens de santos, ex-votos e outros objetos de devoção**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, nº 60, p. 5-25, 2005a. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/285/273>. Acesso em: 25 jul.2025.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005b. Disponível em: <https://www.scielo.br/ha/a/wRHHd9BPqsbsD-BzSM33NZcG/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 dez.2024.

GOUVEIA, Inês. Waldisa Rússio: museologia e política nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 28, p. 1-29, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28d2e58. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/168427>. Acesso em: 1 jun. 2026.

GUARILHA, Hugo Xavier. **Vestígios de Patrimônio**: vivência e representação do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia na comunidade do Alto da Cruz, em Ouro Preto. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Escola de Museologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy2_of_hugo_xavier_guarilha.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Informação & Informação**. Londrina, v. 23, n. 3, p. 202 – 229, set./dez. 2018. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/108470>. Acesso em: 7 out. 2025.

ICOM BRASIL. **Código de Ética do ICOM para Museus**. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.icom.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 1 fev. 2026.

ICOM BRASIL. **Comitês internacionais**. São Paulo: ICOM BRASIL, 2018. Disponível em: <https://icom.org.br/icom/comites-internacionais/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1903-1914: Pio X). **Motu Proprio Tra le sollecitudini**: sobre a Música Sacra. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 22 nov. 1903. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/motu_proprio/documents/hf_p-x_motu-proprio_19031122_sollecitudini.html. Acesso em: 22 mar. 2026.

IGREJA CATÓLICA. Conferência da Pastoral Colectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S.Paulo e Porto Alegre. Rio de Janeiro: Typographya Leuzinger, 1911.

IGREJA do Rosario: sec. xvii-1683: construída por negros forrôs. Ouro Preto, Minas Gerais [1935]. 1 fot.: gelatina e prata, p&b, 17,7 x 11,7 cm. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/428813>. Acesso em: 22 mar. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final de atividades**. Brasília, DF: IPHAN, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 1 jun. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Saberes do Rosário: Reinados, Congados e Congadas. Processo de Registro n. 01450.007624/2008-83. Inscrição no Livro de Registro dos Saberes, v. 1, f. 42, 18 jun. 2025. Brasília, DF: IPHAN, 2025. Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/bens-culturais/saberes-do-rosario-reinados-congados-e-congadas/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a História do Museu**. In: Caderno de diretrizes museológicas 1. 2 ed. Brasília: Ministério da Cultura /IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria

de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. Disponível em: http://www.sistemademuseus.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo.pdf. Acesso em: 20 mar. 2026.

KARPINSKI, Cezar; KRESSIN, Fernanda Barbizan; VIEIRA, Keitty Rodrigues. Patrimônio digital em discussão na área de Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.27, n.1, p.116-141, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/cmDPP7HCQmCyLRHxHxQzmTC/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2026.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In*: AP-PADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EDUFF, 2008. p. 89-121.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LADKIN, Nicola. Gestão do acervo. *In*: BOYLAN, Patrick (Org.). **Como gerir um museu: manual prático**. Paris: ICOM, 2015. p.17-32. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/como-gerir-um-museu.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2026.

LEVY, Fortuneé. **Relatório da 1ª seção de História do Ano de 1956 do Museu Histórico Nacional apresentado pelo chefe da seção ao Sr. Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, [1957?]. 4p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39601>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LEVY, Fortuneé. **Relatório dos trabalhos da 2ª seção de História do ano de 1959 apresentado pelo chefe da seção ao Sr. Josué Montello**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1960. 4p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39743>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, Campo Disciplinar da Musealização e Fundamentos de Inflexão simbólica: “Tematizando Bourdieu para um convite à reflexão”. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 4, p.11-21, maio/jun. 2013.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização no contexto interpretativo da interdependência patrimônio cultural imaterial e material. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. n.18., 2017. **Anais [...]** Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/104347>. Acesso em: 13 jul. 2025.

LODY, Raul. **Sagrados Metais: O Artesanato metalúrgico nas religiões afro-brasileiras**. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2000. (Cultura Material: Identidade e processos sociais, n.3). Disponível em: http://antigo.cnfcp.gov.br/arquivos/file/N03_Cultura_material_identidades_e_processos.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

LODY, Raul. **O Negro no museu brasileiro: construindo identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. O Objeto de estudo da Museologia. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (org.). **Museus Instituição de Pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2005. p.11-22. (MAST Colloquia, v.7) Disponível em: http://site.mast.br/hot-site_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_7.pdf. Acesso em: 11 Dez. 2024.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Reflexões sobre musealização: processo informacional e estratégia de preservação. *In*: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 3., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s.n.], 2014. Disponível em:

<http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322800.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2025.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. O objeto de museu como documento: um panorama introdutório. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p.119-141, jan./abr. 2019.

LOUSADA, Mariana et al. Políticas de Indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 191-202, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/93238> Acesso em: 06 jul. 2025.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2006.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília, DF: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; PALAZZI, Solange. Maria Cambinda: uma máscara, uma boneca, uma escultura. **Exporvisões**, [S.I.] 1 dez. 2019. Disponível em: <https://exporvisoes.com.br/2019/12/01/maria-cambinda-uma-mascara-uma-boneca-uma-escultura/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Da Diáspora Africana no Museu Histórico Nacional: por uma coleção descolonizada. 1922-2020**. Relatório de Pesquisa(Pós-Doutorado Sênior em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; COSTA, Fabiana Vidal (2021). Reservas de Pranto: presença afrodiáspórica nos Anais do Museu Histórico Nacional (1940-1975). In: Magalhães, Fernando *et al.* (coord.). **Museologia e Patrimônio: Volume 5**. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - Politécnico de Leiria, 2021. p.310-345. Disponível em: https://www.ipleiria.pt/eseecs/wp-content/uploads/sites/15/2021/09/Volume_5.pdf. Acesso em: 5 jan.2026.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Entre cantos e chibatas: Da Diáspora Africana no Museu Histórico Nacional (1922-1959). **Inclusão Social**, Brasília, DF, v.16, n.2, p.1-23, jan./jun. 2023.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; RANGEL, Márcio Ferreira; BEZERRA, Rafael Zamorano. **Nota editorial**. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.55, 2024. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/65>. Acesso em: 30 set. 2025.

MAROEVIC, Ivo. **O Papel da Musealidade na Preservação da Memória**. Tradução de Tereza Scheiner. In: CONGRESSO ANUAL DO ICOFOM - MUSEOLOGIA E MEMÓRIA, 1997, Paris. [Anais...] Paris: ICOFOM, 1997.

MATOS, Alexandre. **A importância da Documentação e gestão das coleções na qualidade e certificação dos museus**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8932.pdf> Acesso em: 22 nov.2025.

MENDONÇA, Elizabete de Castro. Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Desafios e potencialidades para a salvaguarda de bens registrados (Brasil). **Ensaio e Práticas em Museologia**. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, vol. 6, p.50-64. 2017.

MENDONÇA, Elizabete de Castro. Museu, Patrimônio Imaterial e Performance: desafios dos processos de documentação para salvaguarda de bens registrados. **Museologia e Interdisciplinaridade**, [s.l.], v. 9, n. 18, 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 103–117, 1983. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/61796. Acesso em: 5 dez. 2025.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.89-103, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 24.293, de 11 de abril de 2023**. Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa do Reinado. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24293/2023/>. Acesso em: 19 set. 2025.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Dossiê para o registro dos Caminhos, expressões e celebrações do Rosário em Minas Gerais**. Belo Horizonte: IEPHA, 2024. Disponível em: https://www.mg.gov.br/system/files/media/iepha/documento_detalhado/2026/bens-registrados/caminhos-expressoes-e-celebracoes-do-rosario-em-minas-gerais/dossiereinadosecongados_capa_apendices_ago2024-1.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Caminhos, Expressões e Celebrações do Rosário em Minas Gerais**. 2025. <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-registrados/details/2/12/bens-registrados-caminhos,-express%C3%B5es-e-celebra%C3%A7%C3%B5es-do-ros%C3%A1rio-em-minas-gerais>. Acesso em: 19 set. 2025.

MORAES, Julia Nolasco de. Entrecendo conceitos, mirando o horizonte da participação: musealização, comunicação e públicos. **Museologia e Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 9, n. esp., p. 144-160, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/31995>. Acesso em: 13 jun.2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1922. Rio de Janeiro: MHN, [1923?]. 11p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42567>. Acesso em: 25 out. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação e Saúde pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1930. Rio de Janeiro: MHN, [1931?]. 14p. Disponível em : <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42752> . Acesso em: 22 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação e Saúde pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1931. Rio de Janeiro:

MHN, [1932?]. 15 p. Disponível em : <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42803>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação e Saúde pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1932. Rio de Janeiro: MHN, [1933?]. 16 p. Disponível em : <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42818>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação e Saúde pelo Diretor em Exercício do Museu Histórico Nacional**: 1940. Rio de Janeiro: MHN, [1941?]. 23 p. Disponível em : <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43014>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação e Saúde pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1945. Rio de Janeiro, MHN, 1946. 52p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43173>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Relatório apresentado ao Senhor Ministro pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1950. Rio de Janeiro, MHN, [1951?]. 40p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39053>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Relatório apresentado ao Senhor Ministro pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1954. Rio de Janeiro, MHN, [1955?]. 32p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39190>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Relatório apresentado ao Senhor Ministro pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1955. Rio de Janeiro, MHN, [1956?]. 40 p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39750>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil) **Relatório apresentado ao Senhor Ministro pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1956. Rio de Janeiro, MHN, [1957?]. 32p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39802>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil) **Relatório apresentado ao Senhor Ministro pelo Diretor do Museu Histórico Nacional**: 1959. Rio de Janeiro, MHN, [1960?]. 28p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39892>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil) **Relatório**: 1956-1960. Rio de Janeiro, MHN, [1960?]. 4p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39797>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Metodologia para Relatório Das Atividades Durante a Gestão de Léo Fonseca e Silva 1967-1970**. Rio de Janeiro: MHN, [1970?]. 1p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44590>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Ordem de Planejamento nº 70**. Rio de Janeiro: MHN, [1970?]. 2p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44608>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo. **Manual de Serviço da Seção de Catalogação**. Rio de Janeiro: Divisão de Museologia e Museografia, Seção de Catalogação, 1984. 53 p. Datilografado.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **O Museu Histórico Nacional**. São Paulo: Banco Safra, 1989.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil) **70 anos de Bons Amigos**: catálogo de Exposição Comemorativa dos 70 anos do MHN. Rio de Janeiro: MHN, 1992. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/23360>. Acesso em: 17 maio. 2025.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). **Plano museológico do Museu Histórico Nacional: 2020-2023**. Rio de Janeiro: MHN, 2020. Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Museolo%CC%81gico-MHN-2020-2023.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NORONHA, Vânia. **Rastros de África no Brasil**: práticas educativas no Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017.

NORONHA, Vânia. Festas de Pretos no caminho velho da Estrada Real: fé, obrigação, turismo e lazer na luta contra o racismo religioso. **Licere**, Belo Horizonte, v.26, n.4, p.298-326, dez/2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/49565>. Acesso em: 13 mar. 2025.

NORTE, João do. Culto da Saudade. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n.346, p.1, 12 dez. 1912. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=111988&pagfis=3377>. Acesso em: 12 jun. 2025.

OLCINA, Paulette. Prefácio. In: CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu**: aquisição-documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

OLIVA, Joaquim Menezes. **Relatório da 1ª seção apresentado ao Diretor do Museu Histórico Nacional**:1928. Rio de Janeiro, MHN, [1929?]. 23p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42703>. Acesso em: 19 maio 2025.

OLIVA, Joaquim Menezes. **Relatório da 1ª seção apresentado ao Diretor do Museu Histórico Nacional**:1929. Rio de Janeiro, MHN, [1930?]. 9p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42703>. Acesso em: 19 maio 2025.

OLIVA, Joaquim Menezes. **Relatório apresentado ao Diretor do Museu Histórico Nacional**:1931. Rio de Janeiro, MHN, [1932?]. 15p. Disponível em <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/42784>. Acesso em: 19 jun. 2025.

OLIVA, Joaquim Menezes. **Relatório da 1ª seção apresentado ao Diretor do Museu Histórico Nacional**:1942. Rio de Janeiro, MHN, [1943?]. 11p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43112>. Acesso em: 19 maio 2025.

OLIVEIRA, Octávia Correa dos Santos. **Relatório da 2ª Seção de História do Museu Histórico Nacional**: 1953. Rio de Janeiro, MHN, 1954. 3p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/39471>. Acesso em: 19 jun.2025.

OLIVEIRA, Octávia Correa dos Santos. **Relatório da Divisão de História e Arte Retrospectiva do Museu Histórico Nacional**: 1966. Rio de Janeiro, MHN, 1967. 18p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44138>. Acesso em: 20 jun.2025.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevan de. “De casa que guarda relíquias à instituição que cuida da memória: a trajetória o conceito de museu no Museu Histórico Nacional”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 65-89, 1996. Disponível em:

https://app.docvirt.com/Anais_MHN/pageid/6860/search/tombamento. Acesso em: 23 fev. 2026.

OURO PRETO (Minas Gerais). **Decreto nº 5.523, de 7 de Novembro de 2019**. [Dispõe sobre o registro da Festa do Reinados de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia como Patrimônio Cultural Imaterial do Município]. Ouro Preto, MG, 2019. Disponível em: <https://www.ouopreto.mg.gov.br/turismo/arquivos/registros/Dossie%20de%20Registro%20da%20Festa%20do%20Reinado%20de%20Nossa%20Senhora%20do%20Rosario%20e%20Santa%20Efigenia.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo Florianópolis**: FCC, 2014. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190653/17105304-documentacao-museologica-gestao-acervo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

PADILHA, Renata Cardozo; CAFÉ, Ligia; SILVA, Edna Lúcia da. O papel das instituições museológicas na sociedade da informação/conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.19, n.2, p.68-82, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/Y9fJcZt7qPRWZsYL35HkRDF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2026.

PADILHA, Renata Cardozo. A transformação da documentação museológica pela perspectiva da cultura digital. **Museologia e Interdisciplinaridade**, [s. l.], v. 11, n. Especial, p. 112-124, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11iEspecial.42760. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/42760>. Acesso em: 29 ago. 2025.

PALAZZI, Solange. **Um Reinado preso em um museu**. Resignificar objetos devocionais em um museu. [s.l.]: [s.n.], 2021. 1 vídeo (20 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-1hOzu7Q8g&t=2178s>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PHEBO, Auta Rojas Barreto. **Relatório Geral Das Atividades Da Divisão de Planejamento e Organização em 1969 e 1970**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, [1970?]. 5p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44508> Acesso em: 24 jun. 2025.

PIMENTA, D. Silvério Gomes. **Primeiro Synodo da Diocese de Mariana**: Dirigida pelos Typographos Agripino Claudino e Olympio Marques. Mariana [s.n.], 1904.

PINTO, Fernanda Nascimento Magalhães. Pesquisa Mestrado UNIRIO - OBJETO PARADIGMA 03/2025. Correio eletrônico recebido por mhn.controledeacervo@museus.gov.br em 20 mar. 2025.

POLIANO, Luiz Marques. O Museu Histórico Nacional seu 17º aniversário. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/45087>. Acesso em: 19 maio 2025.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.2, v.3, p.3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 17 jul. 2025.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

QUEIROZ, Christina. Museus de História descobrem tesouros na reserva técnica. Tendências curatoriais e seus reflexos nos museus tradicionais. **Revista Pesquisa Fa-**

pesp, n. 322 p.16-25. dez.2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/museus-de-historia-descobrem-tesouros-na-reserva-tecnica/> . Acesso em: 2 maio 2025.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Ramos; NOGUEIRA, Inês; ROCHA, Luísa Maria. Patrimônio Digital e suas implicações na documentação museológica. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 11, n. Especial, p.125-146, ago.2022.

REAL, Regina Monteiro. **O Museu Ideal**. Belo Horizonte: [s.n.], 1958. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/o-museu-ideal-ocr.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

ROBERTS, Andrew. Inventário e Documentação. In: BOYLAN, Patrick (org.). **Como gerir um museu**: manual prático. Paris: ICOM, 2015. p.25-38. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/como-gerir-um-museu.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2026.

ROCHA, Geraldo Lyrio. **Breve História da Arquidiocese de Mariana**. Mariana: Faculdade Dom Luciana Mendes; Instituto Teológico São José, 2019. Conferência de abertura apresentada ao Simpósio Acadêmico Filosófico-Teológico “A história da Igreja Particular de Mariana: Memória e Testemunho”. Mariana, 2-4 fev. 2019. Disponível em: <https://inconfidentia.famariana.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/1.-BREVE-HIST%C3%93RIA-DA-ARQUIDIOCESE-DE-MARIANA-DomGeraldo.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ROMERO, Edgard de Araujo. **Relatório do Ano de 1940 apresentado ao Ministro de Educação e Saúde pelo diretor interino**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1941. 24p. Disponível em: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/43014>. Acesso em: 22 jun.2025.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. Galáxia, São Paulo, n. 13, p.101-113, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>. Acesso em: 04 out.2025.

RUGENDAS, Johan Moritz. Fête de Ste. Rosalie, patronne des nègres. In: RUGENDAS, Johann. Moritz. Voyage pittoresque dans le Brésil. Paris: Engelmann & Cie, 1835. Disponível em: <https://historialuso.an.gov.br/index.php/hlb/2055-gloss%C3%A1rio/2074-f/6246-festividades-do-rosario>. Acesso em: 18 jan. 2026.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos escravos**. 1835. Disponível em: https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6246:festividades-do-rosario&catid=2074&Itemid=121. Acesso em: 20 maio 2025.

SÁ, Ivan Coelho de.; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de museus - MHN, 1932-1978**: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Escola de Museologia; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

SÁ, Ivan Coelho de. **Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Escola de Museologia; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Amanda Melissa dos. **O Grande Anganga Muquixe Chico Rei**: a presença do mito negro no Reinado do Alto da Cruz e nas escolas de Ouro Preto/MG. 2019. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: [https://www.repositorio-ufop.br/items/f3f54c92-786d-4be9-9702-314268b087e4](https://www.repositorio.ufop.br/items/f3f54c92-786d-4be9-9702-314268b087e4). Acesso em: 7 maio 2025.

SARMENTO, Therezinha de Moraes. **Relatório do Ano de 1968-1969 da Seção de Tombamento e Catalogação apresentado ao Diretor do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, [1969?]. 2p. Disponível em: <https://app.do-cvirt.com/MHN/pageid/44632>. Acesso em: 22 jun.2025.

SCHEINER, Tereza. O museu como processo. *In*: **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2**: mediação em museu: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte:Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008. p.36-49. Disponível em: <https://identidadememoria.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/1caderno-diretrizes-museologicas-2.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

SCHEINER, Tereza. Cultura Material e Museologia: considerações. *In*: GRANATO, Marcus (org.). **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p.17- 48.

SOARES, Anauene Dias. Apropriações indevidas: riscos e disputas na devolução de bens culturais. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 36, 2023. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/secoes/observatorio-itaucultural/apropriacao-devolucao-patrimonio-bens-culturais-internacional>. Acesso em: 29 set. 2025.

SOARES, Bruno Brulon. **Pensar Os Museus**: Mito, História, Tradição. Rio de Janeiro: Nau Editora: FAPERJ, 2023.

SILVA, Mauro Luiz da. **O patrimônio sacro da Arquidiocese de Belo Horizonte e o afro-patrimônio de Belo Horizonte**: da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del Rey (1819) à Igreja das Santas Pretas da Vila Estrela (2018). 2021. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Telma Elisa; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SZÁNTÓ, Andrés. **O Futuro dos Museus**. 28 diálogos. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

TAKAHASHI, Tadao (org.) Sociedade da Informação no Brasil. livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, set. 2000. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>. Acesso em:14 dez.2024.

TOMAÉL, Maria Inês. Rede de Conhecimento. **Data Grama Zero**. revista de ciência da informação, [S.l.], v.9, n.2 abr.2008. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/45073>. Acesso em: 18 jan. 2026.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. O Museu, órgão de Documentação. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 91 - 94, 2021. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/6523>. Acesso em: 28 jul. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VIANNA, Marfa Barbosa. O Negro no Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.8, p.82-99, 1947.

WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960. *In*: BITTENCOURT, José Neves (org.). **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 141-186, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Fichas de Catalogação dos objetos de pesquisa

Quadro III – Fichas de catalogação dos objetos de pesquisa

OBJETO	COMPOSIÇÃO DO DOSSIÊ	COLETADAS POR ALINE MONTENEGRO	COLETADAS PELA AUTORA
Coroa NR 356	Ficha da década de 70 Ficha cadastral (modelo 1984). Ficha da Seção do Arquivo Fotográfico número 19 Joalheria. Ficha da Seção do Arquivo Fotográfico número 26 Prataria. Legendas	Ficha do Bem (Seret) coletada entre 2018-2019	Ficha Tainacan 12/11/2020 Ficha Tainacan 20/11/2024
Cetro NR 357	Ficha década de 70 Ficha cadastral (modelo 1984). Ficha da Seção do Arquivo Fotográfico número 19 Joalheria. Ficha da Seção do Arquivo Fotográfico número 26 Prataria Legenda Datilografada	Ficha do Bem (Seret) coletada em 2017	Ficha Tainacan 12/11/2020 Ficha Tainacan 20/11/2024
Caxambu NR 3687	Ficha cadastral (modelo 1984). Página do artigo "O Negro no Museu Histórico Nacional" Vol VIII dos Anais do MHN. - Página do artigo "As várias faces de um equívoco" Vol 40 dos Anais do MHN.	Ficha do Bem (Seret) coletada entre 2018-2019	Ficha Tainacan 12/11/2020 Ficha Tainacan 08/06/2022 Ficha Tainacan 09/06/2022 Ficha Tainacan 02/06/2023 Ficha Tainacan 20/11/2024
Maria Cambinda NR 4046	Ficha cadastral (modelo 1984) Ficha LBW (1999-2013) Artigo da Revista da Semana 1941.	Ficha do Bem (Seret) coletada entre 2018-2019	Ficha Tainacan 20/11/2024

Fonte: produzido pela autora em nov./2025.

ANEXOS

ANEXO A – Festa de N. S. do Rosário, litografia de Johann Moritz Rugendas, 1835**Figura 11 – [FESTA DE N. S. DO ROSÁRIO, PADROEIRA DOS NEGROS] (1835)**

Fonte: Rugendas, 1835.

ANEXO B – Fotografia da Igreja do Rosário (Ouro Preto, MG)

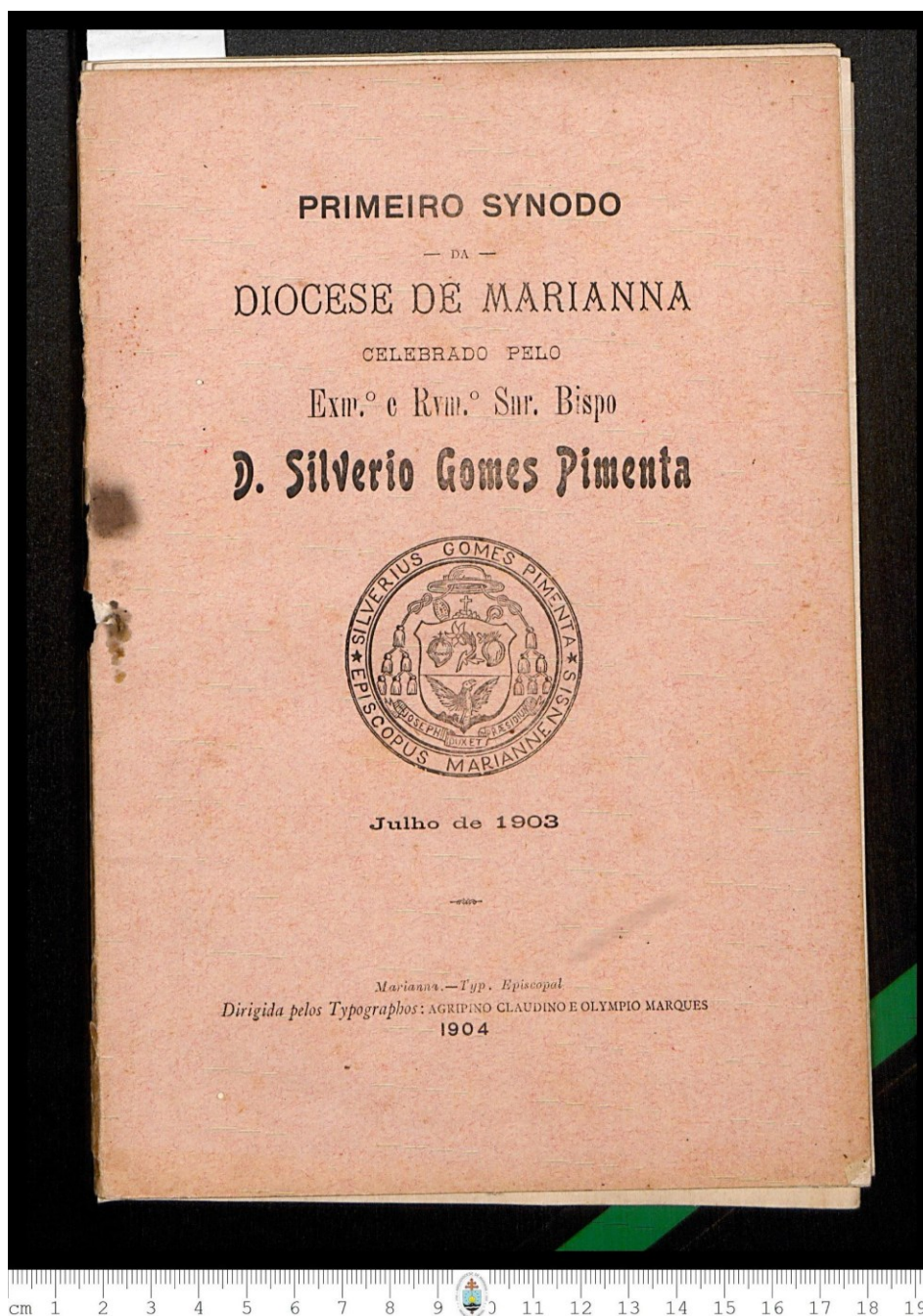
Figura 12 – Igreja do Rosário em Ouro Preto, Minas Gerais



Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/428813>.

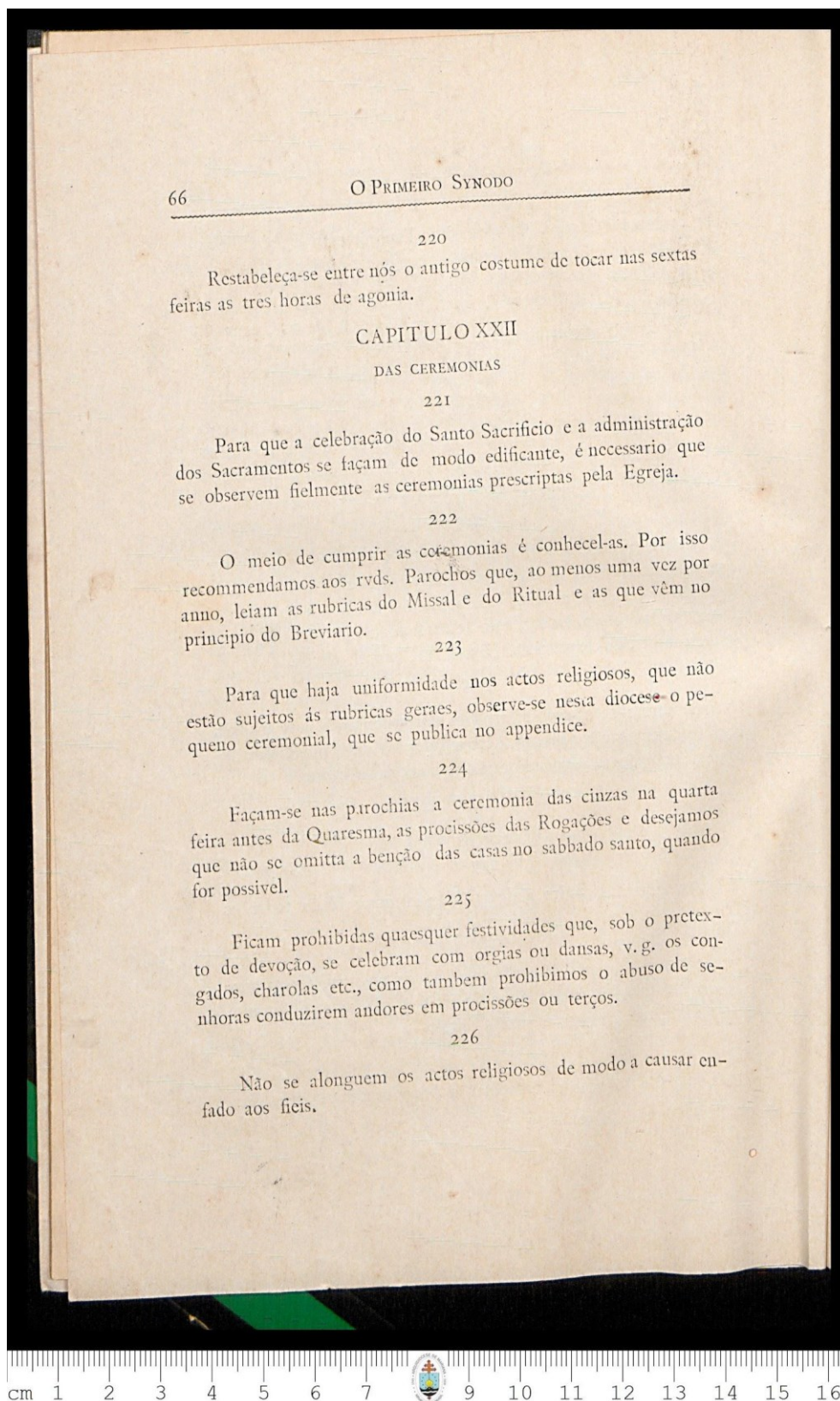
ANEXO C – Publicação Primeiro Synodo da Diocese de Mariana, ocorrido em 1903 (2fl)

Figura 13 – Primeiro Synodo da Diocese de Mariana, folha 1 (1904)



Fonte: Enviado por email em 25 jun. 2025, pelo Arquivo Eclesiástico Arquidiocese de Mariana.

Figura 14 – Primeiro Synodo da Diocese de Mariana, folha 2 (1904)



Fonte: enviado por e-mail em 25 jun. 2025, pelo Arquivo Eclesiástico Arquidiocese de Mariana.

ANEXO D – Documento Motu Proprio (Observar item 19)

Figura 15 – Trecho do documento Motu Proprio

VI. Órgão e Instrumentos

15. Posto que a música própria da Igreja é a música meramente vocal, contudo também se permite a música com acompanhamento de órgão. Nalgum caso particular, com as convenientes cautelas, poderão admitir-se outros instrumentos nunca sem o consentimento especial do Ordinário, conforme as prescrições do *Caeremoniale Episcoporum*.

16. Como o canto tem de ouvir-se sempre, o órgão e os instrumentos devem simplesmente sustentá-lo, e nunca encobri-lo.

17. Não é permitido antepor ao canto extensos prelúdios, ou interrompê-lo com peças de interlúdios.

18. O som do órgão, nos acompanhamentos do canto, nos prelúdios, interlúdios e outras passagens semelhantes, não só deve ser de harmonia com a própria natureza de tal instrumento, isto é, grave, mas deve ainda participar de todas as qualidades que tem a verdadeira música sacra, acima mencionadas.

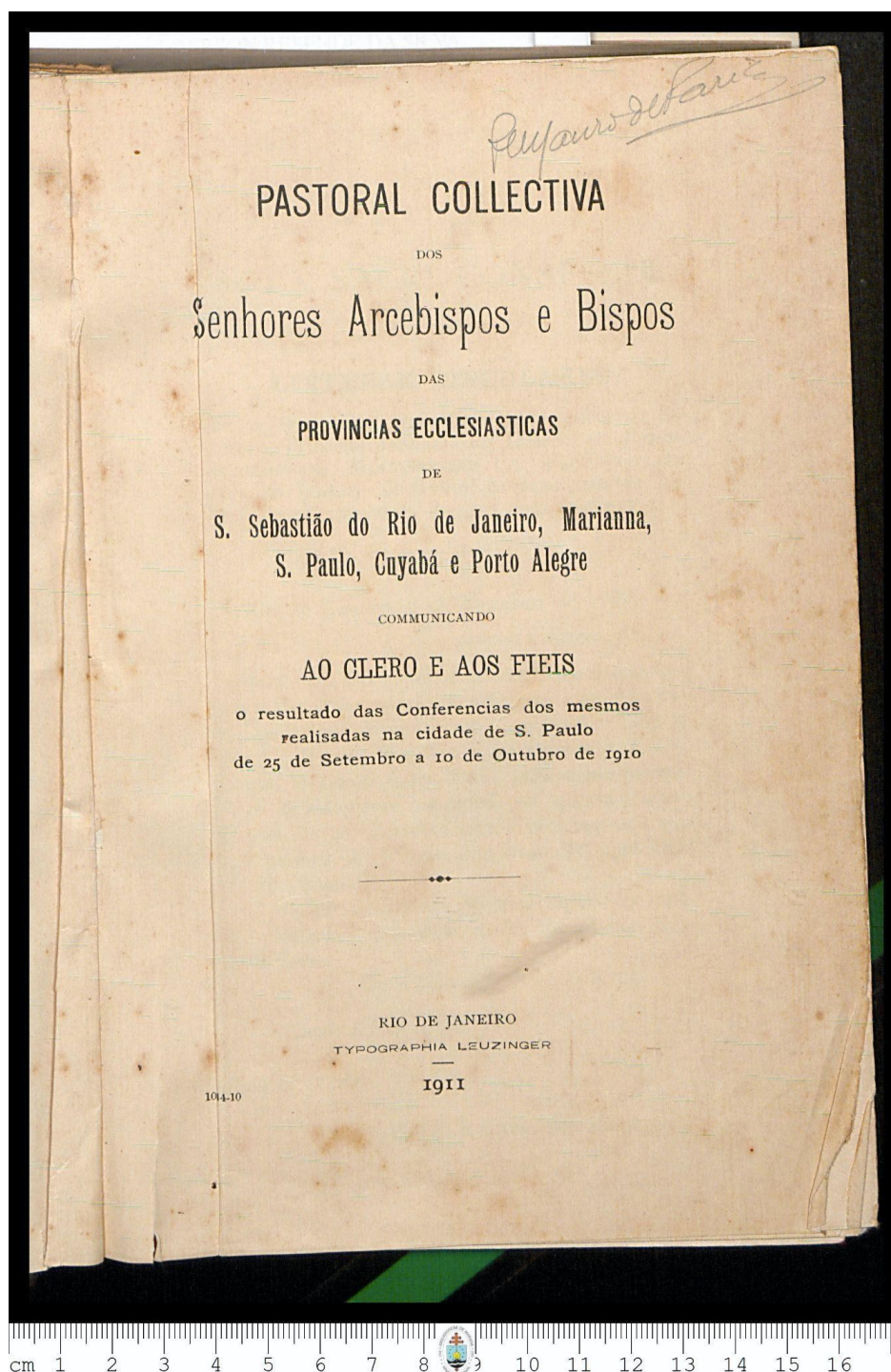
19. É proibido, na Igreja, o uso do piano bem como o de instrumentos fragorosos, o tambor, o bombo, os pratos, as campainhas e semelhantes.

20. É rigorosamente proibido que as bandas musicais toquem nas igrejas, e só em algum caso particular, com o consentimento do Ordinário, será permitida uma escolha limitada, judiciosa e proporcionada ao ambiente de instrumentos de sopro, contanto que a composição seja em estilo grave, conveniente e semelhante em tudo às do órgão.

Fonte: https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/motu_proprio/documents/hf_p-x_motu-proprio_19031122_sollicitudini.html. Acesso em: 16 fev. 2026.

ANEXO E – Publicação Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo e Porto Alegre, 1911 (4fl)

Figura 16 – Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo e Porto Alegre, folha 1 (1911)



Fonte: enviado por e-mail em 25 jun. 2025, pelo Arquivo Eclesiástico Arquidiocese de Mariana.

Figura 17 – Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo e Porto Alegre, folha 2 (1911)

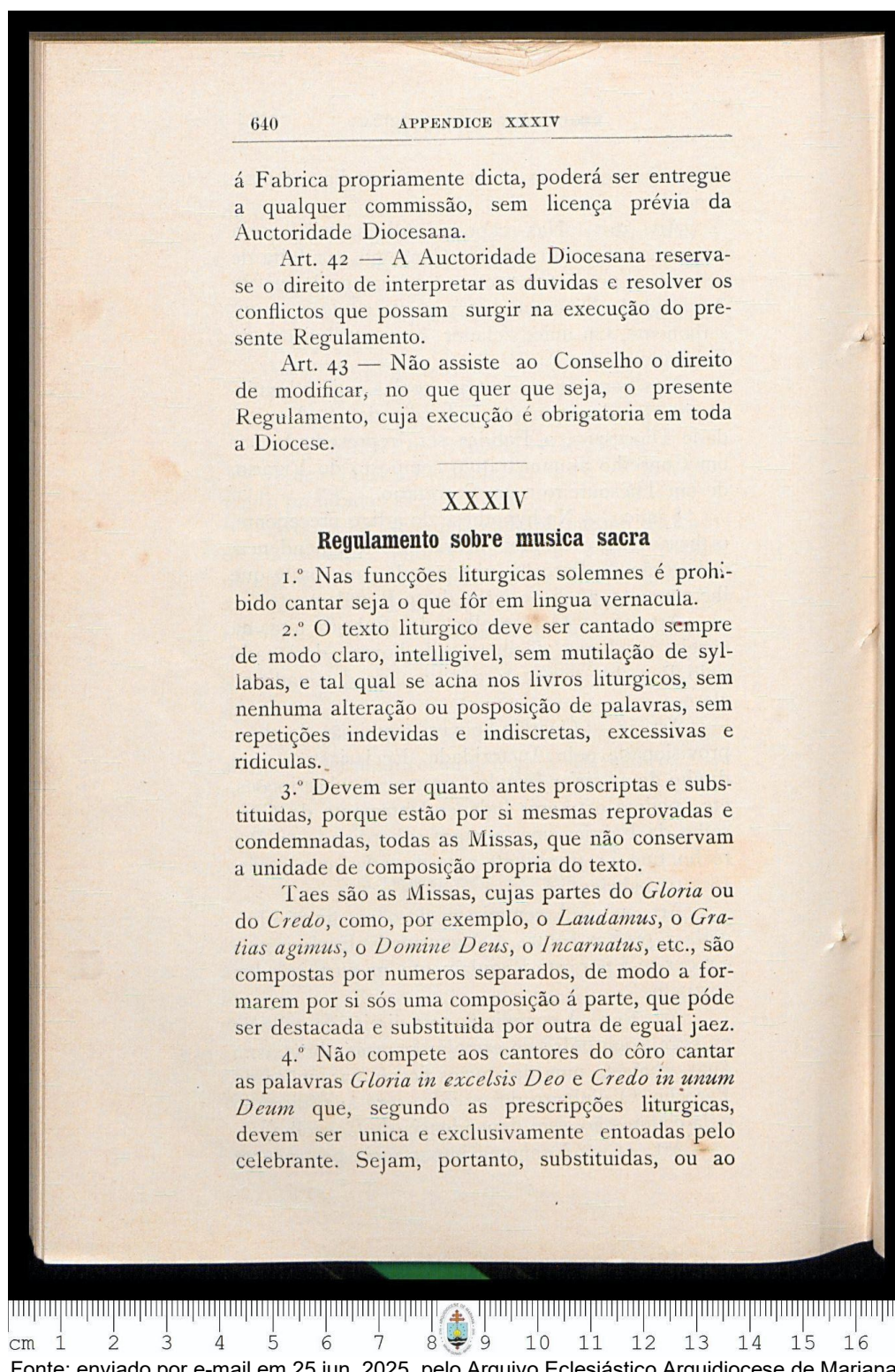
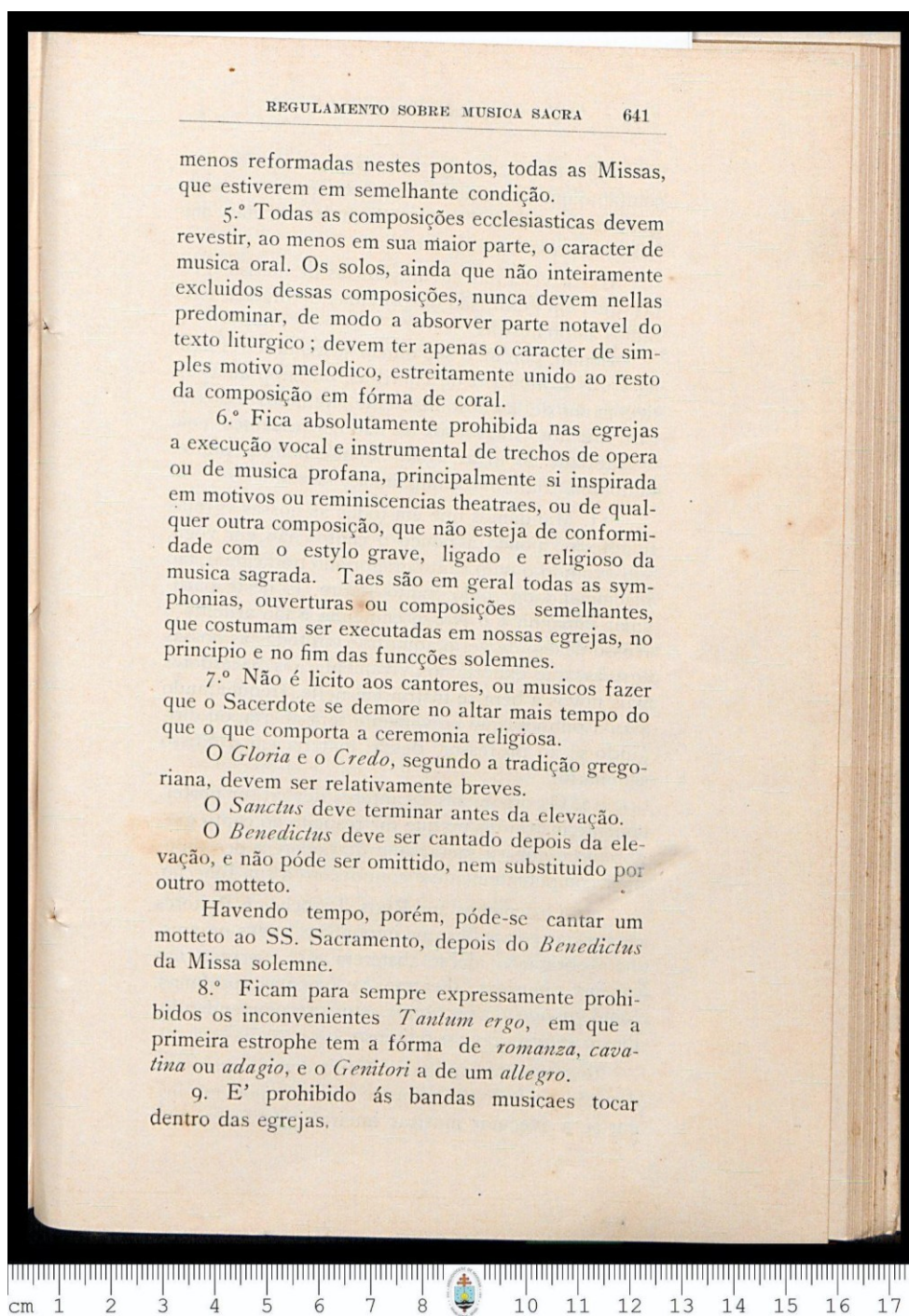
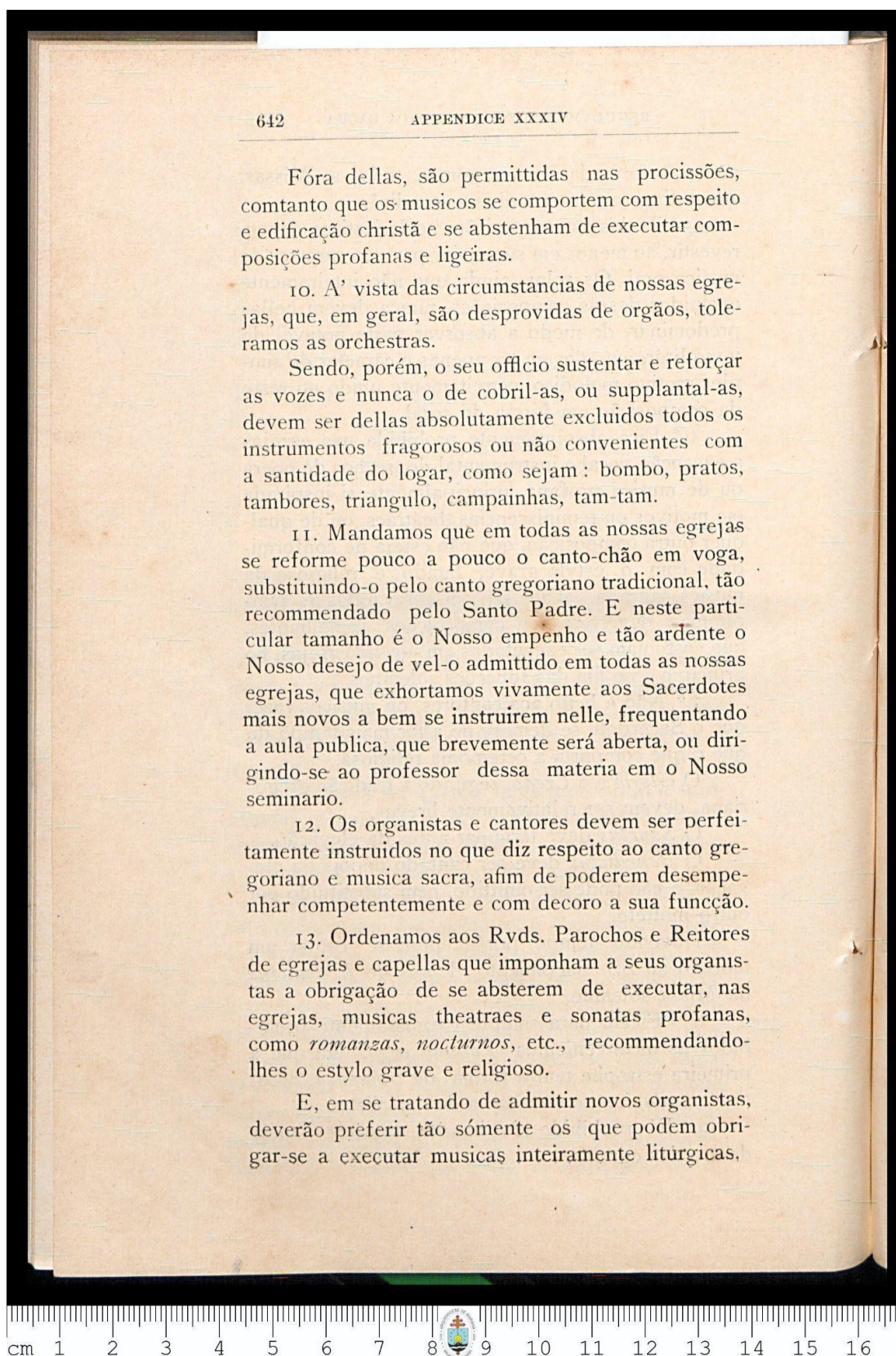


Figura 18 – Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S.Paulo e Porto Alegre, folha 3 (1911)



Fonte: enviado por e-mail em 25 jun. 2025, pelo Arquivo Ecclesiástico Arquidiocese de Mariana.

Figura 19 – Conferência da Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S.Paulo e Porto Alegre, folha 4 (1911)



ANEXO F – Livro Manuscrito – Aviso Número 5

Figura 20 – Aviso Número 5

Aviso n.º 5

Proibição da festa chamada "Reinado"

Dos Revmos. Srs. Vigários, leueros de ordem do Sr. Bispo Diocesano, a necessidade de suprimir-se a festa conhecida pelo nome de reinado. Não se far mister acrescentar aqui nenhuma outra razão áquellas que o Sr. Sr. Cabral lhes apresentou, por occasião do Retiro Espiritual. Daquellas considerações feitas então, resulta esta affirmação e pensamento e desejo da auctoridade Diocesana que

Fonte: enviado por Padre Mauro Luiz da Silva, via WhatsApp, em 09/04/2025.

Figura 21 – Aviso Número 5 (cont.)

desapareça o reinado; e que os fideis sejam bem instruidos sobre as vantagens da utilissima devocão do rosario.

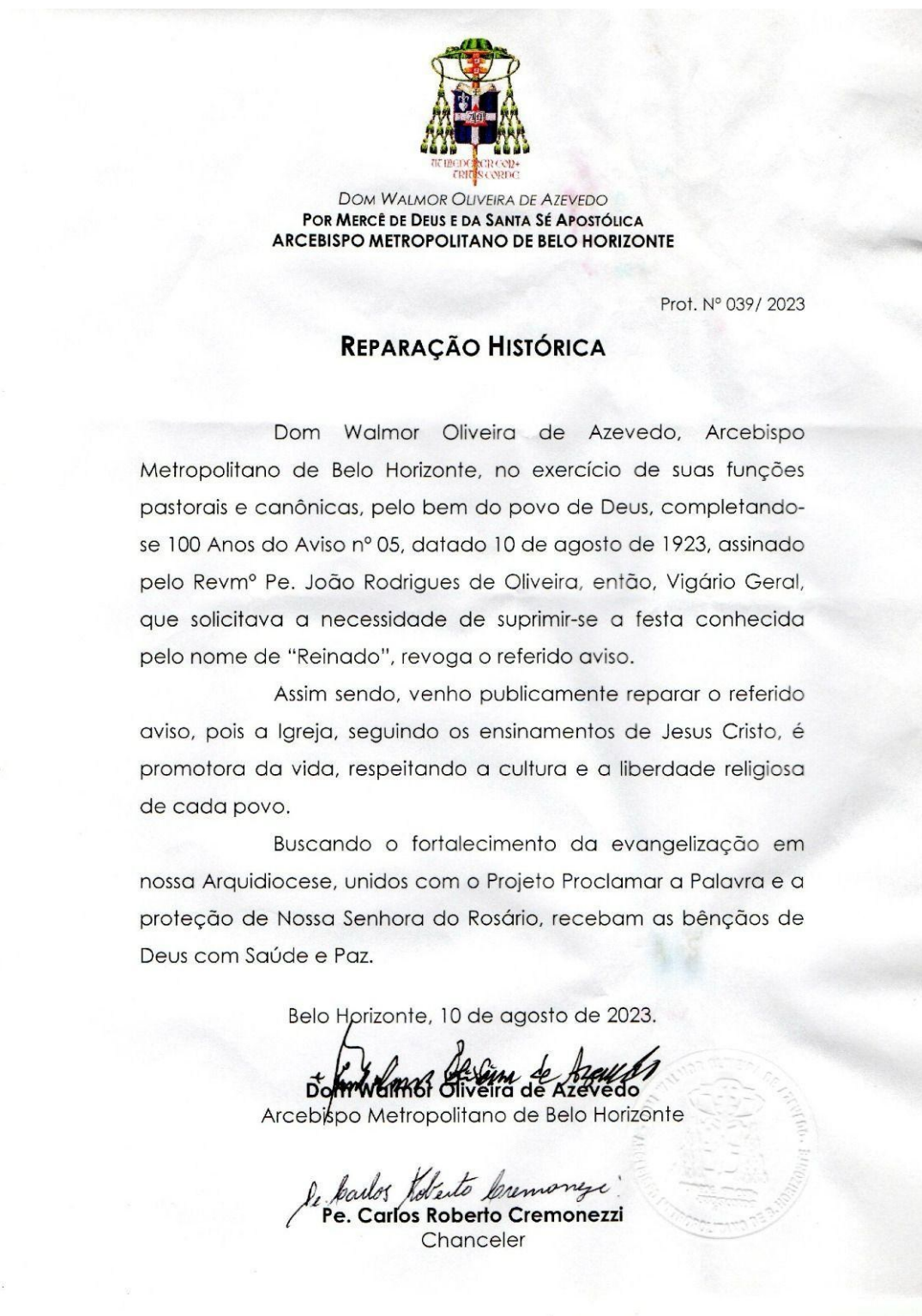
S. Eccia espera, pois, que os Revmos. Srs. Vigários promovam aquella devocão entre os fideis os quaes devem ser promovidos uma e mais vezes para a celebração do mez do S. rosario. Claro é si deve dar maximo esplendor essa festividade. Convenem sejam levadas em conta aquellas instrucções sobre o mez de outubro as quaes se encontram na Pastoral Collectiva.

(Ass) Padre João Rodrigues de Oliveira, Vigário Geral
Bello Horizonte, 10 de Agosto de 1953.

Fonte: enviado por Padre Mauro Luiz da Silva, via WhatsApp, em 09/04/2025.

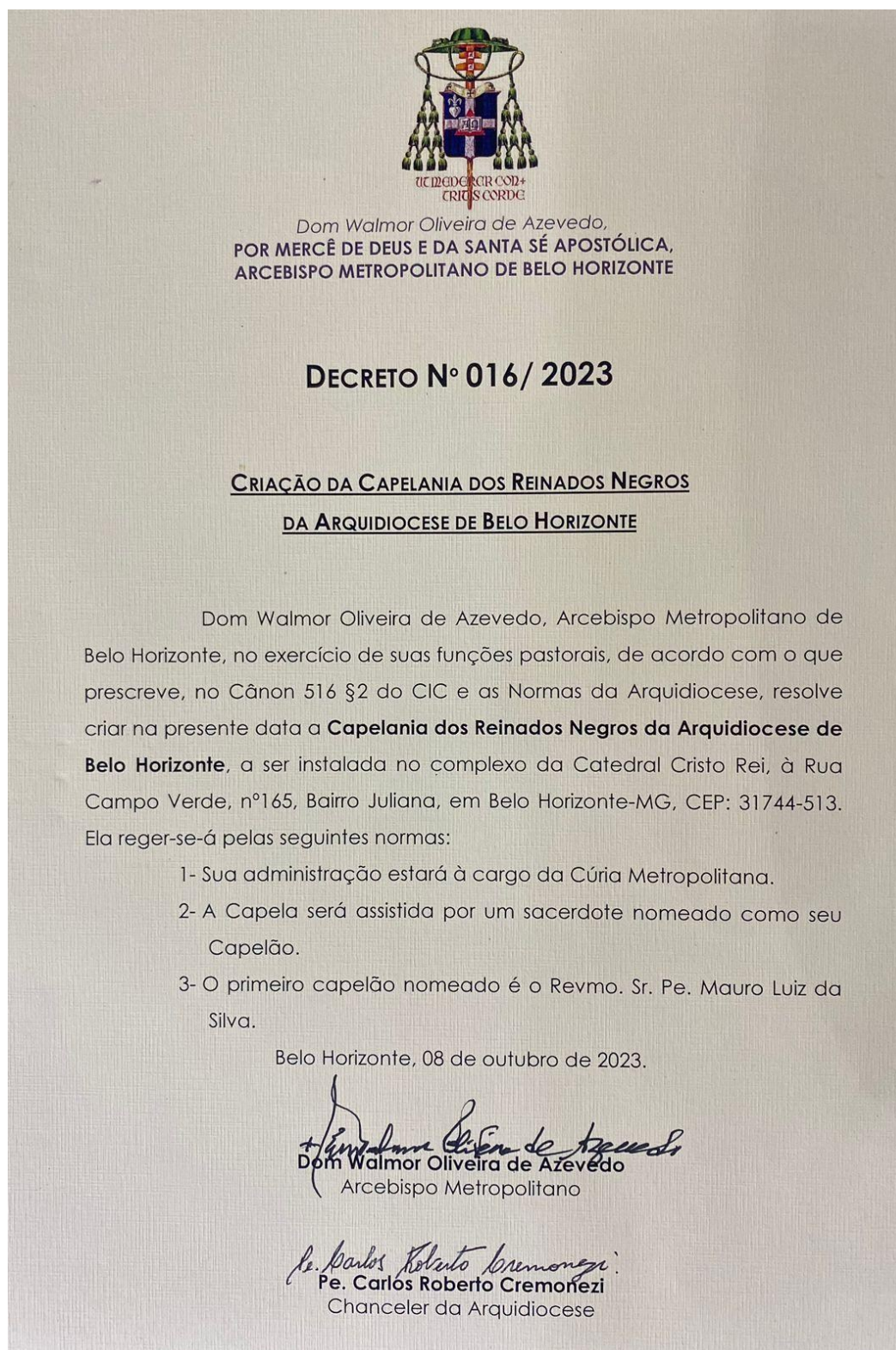
ANEXO G – Reparação Histórica Prot. n. 039/2023

Figura 22 – Reparação Histórica (2023)



ANEXO H – Decreto nº 016/2023


Figura 23 – Decreto nº 016/2023, Arquidiocese de Belo Horizonte



Fonte: Enviado por Kedison Guimarães, via Whatsapp, em 09/09/2024.

ANEXO I – Provisão do Capelão 154/2023

Figura 24 – Provisão de Capelão, Arquidiocese de Belo Horizonte



Dom Walmor Oliveira de Azevedo
POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA
ARCEBISPO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

Prof. Prov 154/ 2023

PROVISÃO DE CAPELÃO

Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, no exercício de suas funções pastorais diante das necessidades da Igreja Local para o bem de seu povo, nomeia o Revm^o.

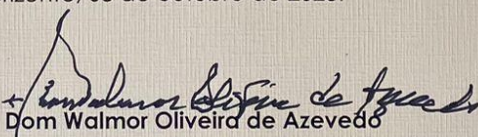
PE. MAURO LUIZ DA SILVA, Capelão da Capelania dos Reinados Negros da Arquidiocese de Belo Horizonte, no complexo da Catedral Cristo Rei, à Rua Campo Verde, nº165, Bairro Juliana, em Belo Horizonte-MG, com todos os direitos e obrigações inerentes ao ofício.


Lembramos-te que, em virtude de teu ofício, tens aquelas faculdades que o Direto, de acordo com os cânones 564-572, te dá para cuidares dos fiéis sob tua responsabilidade.

Esta Provisão é válida **enquanto houver necessidade Eclesial e Pastoral na Arquidiocese de Belo Horizonte**.

Pela Presente te declaramos nomeado em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2023.


 Dom Walmor Oliveira de Azevedo
 Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte


 Pe. Carlos Roberto Cremonesi
 Chanceler da Arquidiocese

Fonte: Enviado por Kedison Guimarães, via WhatsApp, em 09/09/2024.

ANEXO J - Página do Jornal do Commercio – 12/12/1912 – Edição da Tarde – O Culto da Saudade, de João do Norte

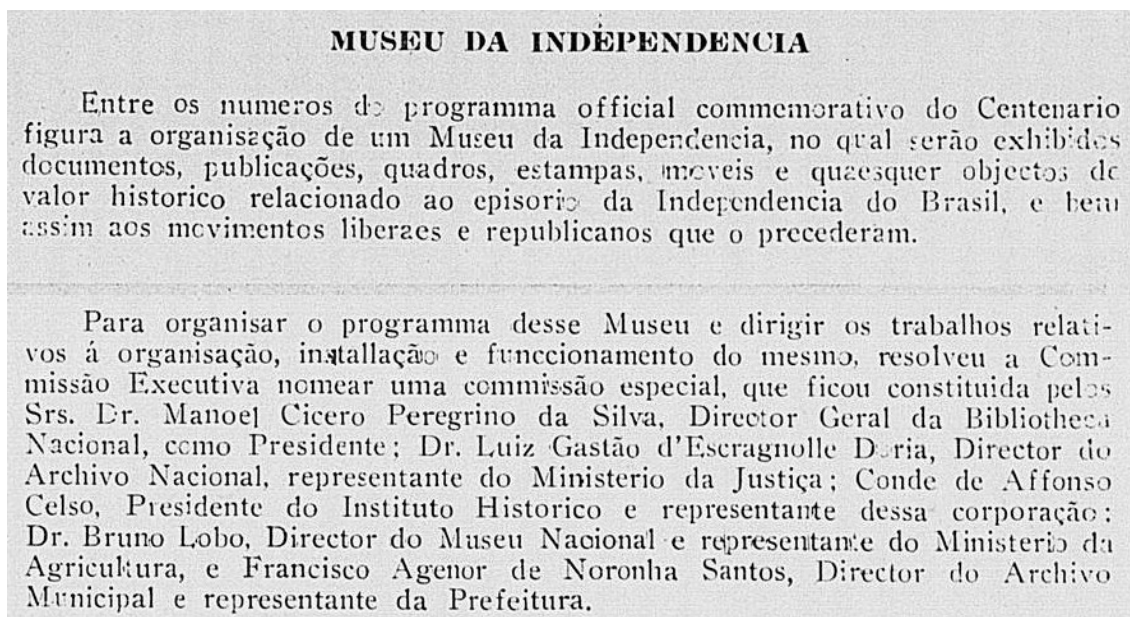
Figura 25 – Página do Jornal do Commercio de 12 de dezembro de 1912



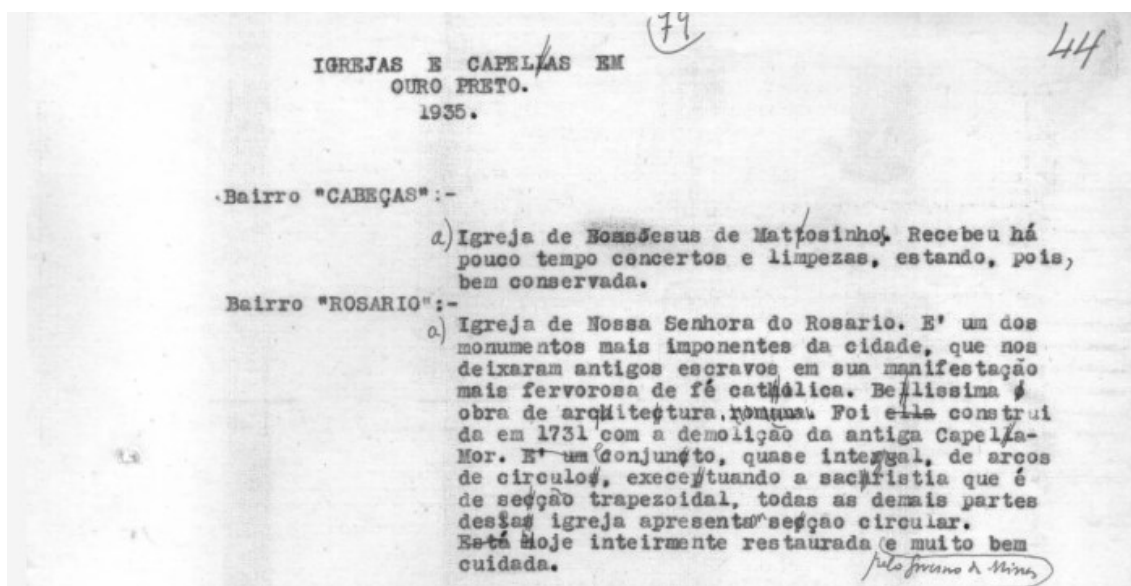
Figura 26 – Recorte da matéria “O culto da saudade” do Jornal do Commercio de 12 de dezembro de 1912

Paris, com toda a sua refulgencia e com toda a sua attracção, não perdeu os velhos habitos. Ainda hoje, nas *Halles*, as vendedoras fazem uma festa, alegre, regada de vinho e acompanhada de cantos, em que apparecem quatro delias vestidas de rainha, sendo uma escolhida rainha das *Halles* para um anno inteiro. E' uma cousa semelhante ao rei do Congo, nos tempos da escravatura.

Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=111988&pagfis=3377> Acesso em: 12 jun. 2025

ANEXO K – Ilustração Brasileira, 1922**Figura 27 – Página da revista Ilustração Brasileira**

Fonte: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107468&id=1349002774884&pagfis=5350>
Acesso em: 20 out. 2025

ANEXO L – Igrejas e Capelas em Ouro Preto (1935)**Figura 28 – Igrejas e capelas em Ouro Preto (MG) em 1935**

Fonte: <https://app.docvirt.com/MHN/pageid/44862>. Acesso em: 20 out. 2025.

ANEXO M – MODELO DE FICHA USADA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Figura 29 – Ficha usada no MHN (modelo)

MODELO DE FICHA USADA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
(Retro)

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
1.ª SEÇÃO — HISTÓRIA

Objeto : _____

Procedência : _____
(compra, doação, permuta, transferência)

Modo de aquisição : _____
(lugar de onde veio o objeto)

Número de ordem : _____ Número de catálogo : _____

Localização : _____
(sala, parede, vitrina, etc.)

Estado de conservação : _____

Valor : _____

Dimensões : _____

Bibliografia : _____

(Verso)

Descrição, histórico e comentário do objeto:

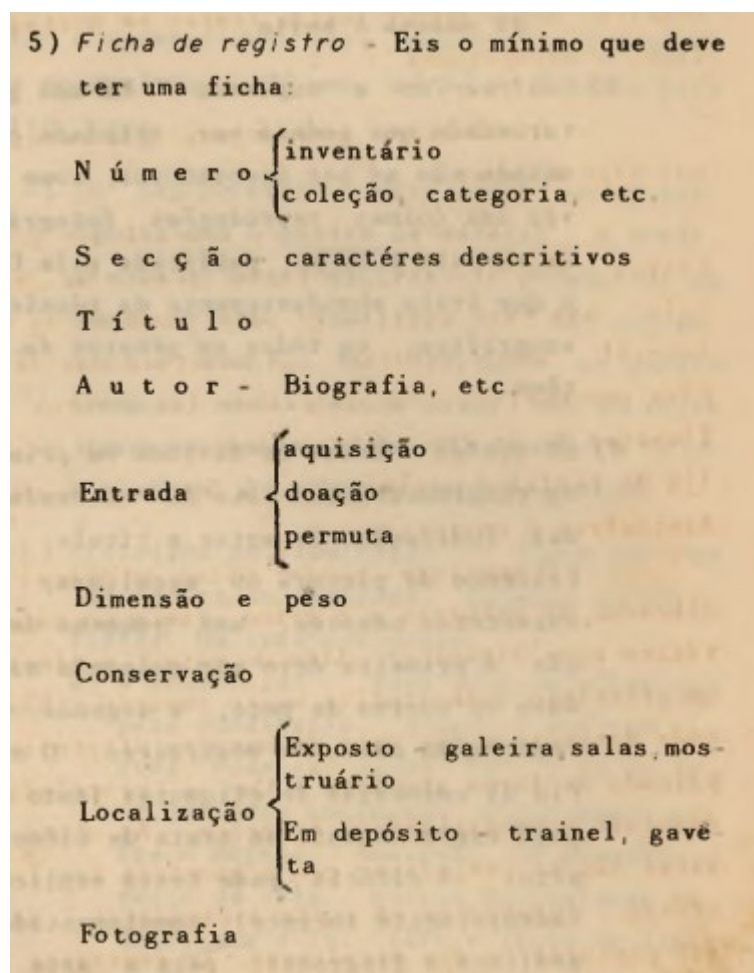
Data Conservador

Visto do Chefe de Seção

Fonte: Barroso, 1951, p. 82.

ANEXO N – MODELO DE FICHA DE REGISTRO

Figura 30 – Ficha de registro (modelo)



Fonte: Real, 1958, p. 28.

ANEXO O – MODELO DE FICHA CADASTRAL

Figura 31 – Ficha cadastral (modelo)

24

ANEXO I
FICHA CADASTRAL

Nº DE REGISTRO: _____

NOTAÇÃO DA CLASSE: _____

NºS ANTERIORES: _____

OBJETO: _____

AUTOR: _____

TÍTULO: _____

LOCAL: _____

DATA: _____

MATERIAL/TÉCNICA/SUPORTE: _____

DIMENSÕES: _____

MODO DE AQUISIÇÃO/PROCEDÊNCIA: _____

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: _____

LOCALIZAÇÃO: _____

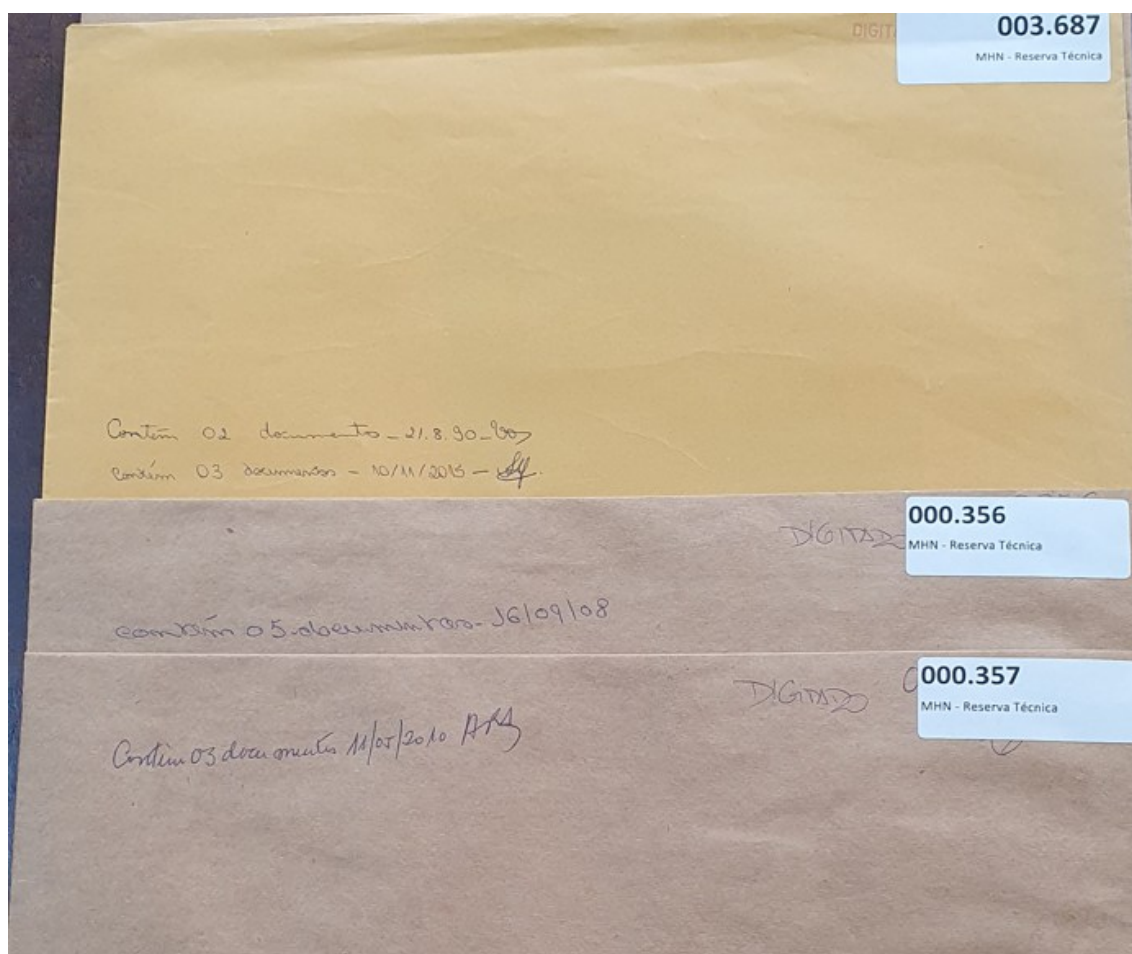
TERMS DE INDEXAÇÃO: _____

OBS: _____

CADASTRADO POR: _____

DATA: _____

Fonte: MHN, 1984.

ANEXO P – Exemplo do adesivo com número de registro do objeto**Figura 32** – Dossiês com adesivo com o número de registro do objeto, em formato adotado no SIGA, no canto superior direito do envelope

Fonte: MHN, fotografia produzida pela autora em 06 nov. 2021.

ANEXO Q – DOSSIÊ CAXAMBU NR 003687

Figura 33 – Dossiê do objeto “Caxambu”

003.687
ANM - Reserva Técnica

Conte. 02 documentos - 21 e 30 - 1985
Conte. 03 documentos - 10/11/2000 - 24

FICHA CATEGÓRICA

003-487
DIGITADO

Nº DE REGISTRO: 003.687
CÓDIGO: 06.10
SUA ATRIBUIÇÃO:
OBJETO: Instrumentos pessoais: Caxambu
AUTOR:
TÍTULO:
DATA:
LOCAL:
MATERIAL/TÉCNICA/SUporte: madeira, couro
DIMENSÃO: 21,30 cm x 60,0 cm
PROVENIÊNCIA:
ESTADO DE CONSERVAÇÃO:
LOCALIZAÇÃO: P. 1.1. ANO. 1.1 / módulo I
TERMO DE INSCRIÇÃO:
INSTRUMENTO DE REGISTRO
OBS.:
INSCRITO POR:
DATA:


L. 10/11/2000
Anaia

Fonte: MHN, fotos da autora em novembro de 2025.

ANEXO R – Fichas do DOSSIÊ XÍCARA – NR 001128

Figura 34 – Fichas do objeto “xícara” (frente)

001.128


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
 MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
 1ª SEÇÃO – HISTÓRIA

Objeto: Chicara s/ pires (Viscondessa de Mariaé) 2º Reinado
 Modo de aquisição: Doação
 Procedência: Baronesa de Miracema.
 Número de ordem: 519 Número do catálogo: 114.27
 Localização: Sala dos Desenhos *Nob* Vit. 37 19 p-1
 Estado de conservação: Regular
 Valor: Cr. \$ 150,00
 Dimensões: 0,095 x 0,075
 Bibliografia:

Imprensa Nacional – 1937

Fonte: MHN, fotos tiradas pela autora em novembro de 2025.

Figura 35 – Ficha do objeto “xícara” (atrás)

Descrição, histórico e comentário do objeto:
 Chicara s/pires de porcelana branca, com uma grinalda de flores em policroma, ornamentos dourados formando festões, atados por laços dourados. Relevo dos festões, rosáceas douradas. Porcelana possivelmente Vista Alegre s/n.

Viscondessa de Mariaé. D. Raquel Francisca de Castro Neto Cruz.

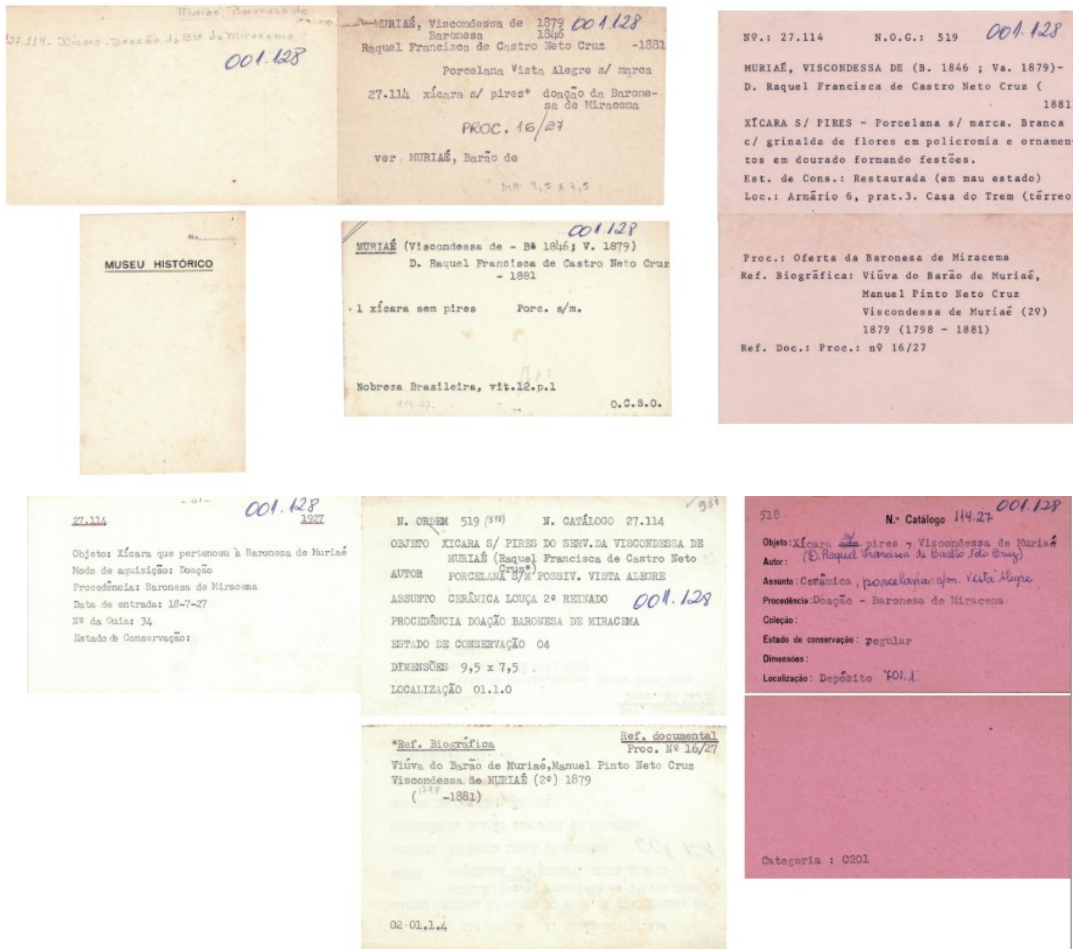
1-8-1946
Data

Conservador

Visto do Chile

Fonte: MHN, fotos tiradas pela autora em novembro de 2025.

Figura 36 – Fichas do objeto “xícara” no MHN



Fonte: MHN, fotos tiradas pela autora em novembro de 2025.

ANEXO S – Fichas da Coroa de Congada n.º de reg.: 356

Figura 37 – Ficha da década de 1970

N.º ORDEM	10088 (10087)	N.º CATALOGO	28.108.1 000.356 28.108.2 000.357
OB-JECTO	COROA E CETRO / REI DO CONGU		METAL DOU- RADO
AUTOR	IRMANDADE DO ROSARIO		
ASSUNTO	OUTRAS CATEGORIAS		
PROCEDENCIA	BARONESA DE MIRACEMA		
COLECAO			
ESTADO DE CONSERVACAO	03		
DIMENSÕES			
LOCALIZACAO	01.1.0		

Fonte: MHN, 2022.

Figura 38 – Ficha da década de 1970 (cont.)

Ref. Museográfica
Da Irmandade do
Rosário, em Ouro
Preto

02 24

is 24us spaly 209mi # 201 2 2

Fonte: MHN, 2022.

Figura 39 – Ficha Cadastral em 1987

Modulo II 000.356

FICHA CADASTRAL

Nº DE REGISTRO: p. 112 000.356

CÓDIGO: 08

NºS ANTERIORES: II-104, 28.102.1 (n.º de inscrição); 10087 (n.º)

OBJETO: COISA DE CONGADO

AUTOR: _____

TÍTULO: _____

DATA: [17-]

LOCAL: _____

MATERIAL/TÉCNICA/SUPOORTE: METAL / DOBRADO, FIMBRIADA, RETANADO, CINTADO DO FUNDO.

DIMENSÕES: 34,5 cm (alt.) x 31,5 cm (long.) x 32,4 cm (comp.)

PROCEDÊNCIA: _____
NÃO EXISTE PROCEDÊNCIA DE AQUISIÇÃO

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: 4

LOCALIZAÇÃO: RT. 1 - II - PRATELERA 3 / MODOLO II / EXD. S. 105

TERMO DE INDEXAÇÃO: MIRACEMA, BARRAGEM de (proteção?)

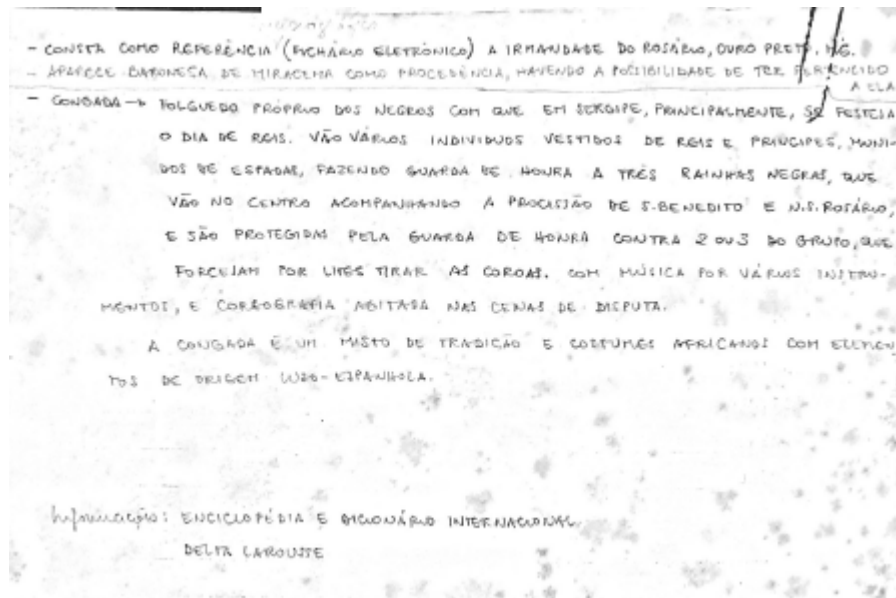
OBS: COISA FECHADA, SUSTENTADA POR CARRILHÃO SOBRE ARRABIMATE SWAPPAN. SOLA DE ONDE SE VÊM QUATRO ARCOS COM DECORAÇÃO EM LINHAS BASTANTE ASIMÉTRICAS. APO. CIRCULAR DECORADO POR VAGUETAS E MATRIZES FITOMORFOS FORMANDO VAGUETAS.

OBS: FOI RESTAURADA POR MÃO DE SOLDA CADASTRADO POR: CROCIJONE
E ARRABIMATES FEITOS POR PREGOS FORMANDO
DO RECHAMADO. ESTÁ ATASSADA, COM PAR-
TES SOLTAS. UM DOS ARCOS COM CORTE
NA EXTREMIDADE SUPERIOR. SEU ESTADO
É RUIM.

DATA: 29/5/87

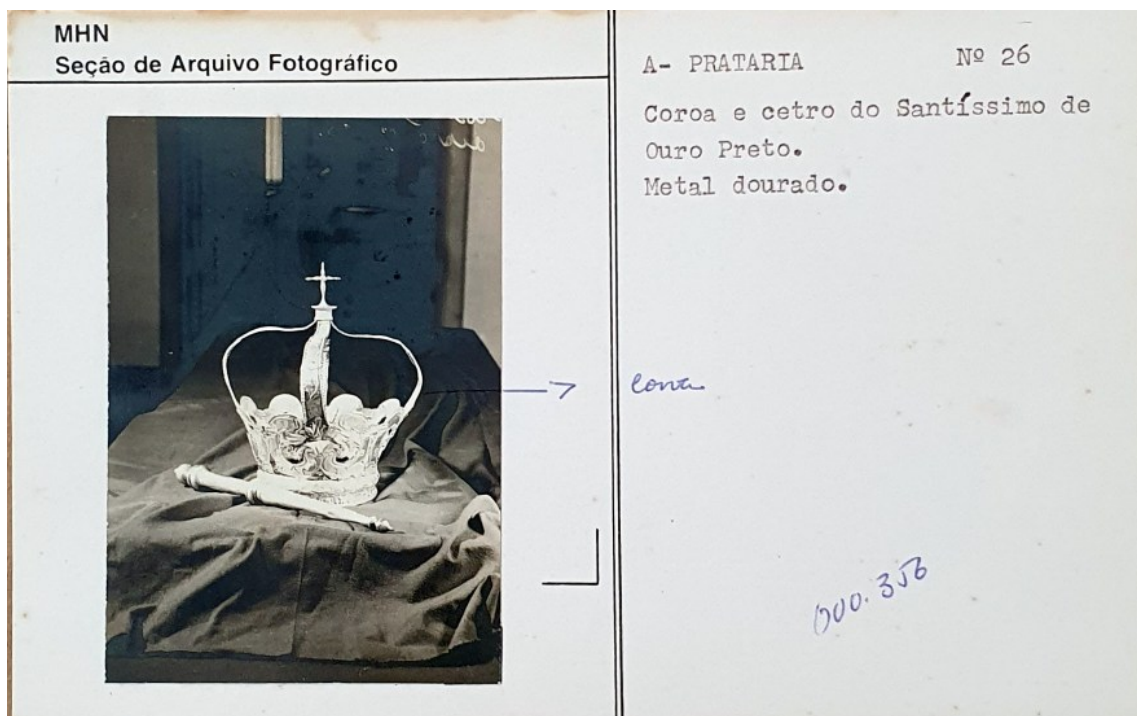
Fonte: MHN, 2025.

Figura 40 – Ficha Cadastral em 1987 (cont.)



Fonte: MHN, 2025.

Figura 41 – Ficha Arquivo Fotográfico Prataria



Fonte: MHN, 2025.

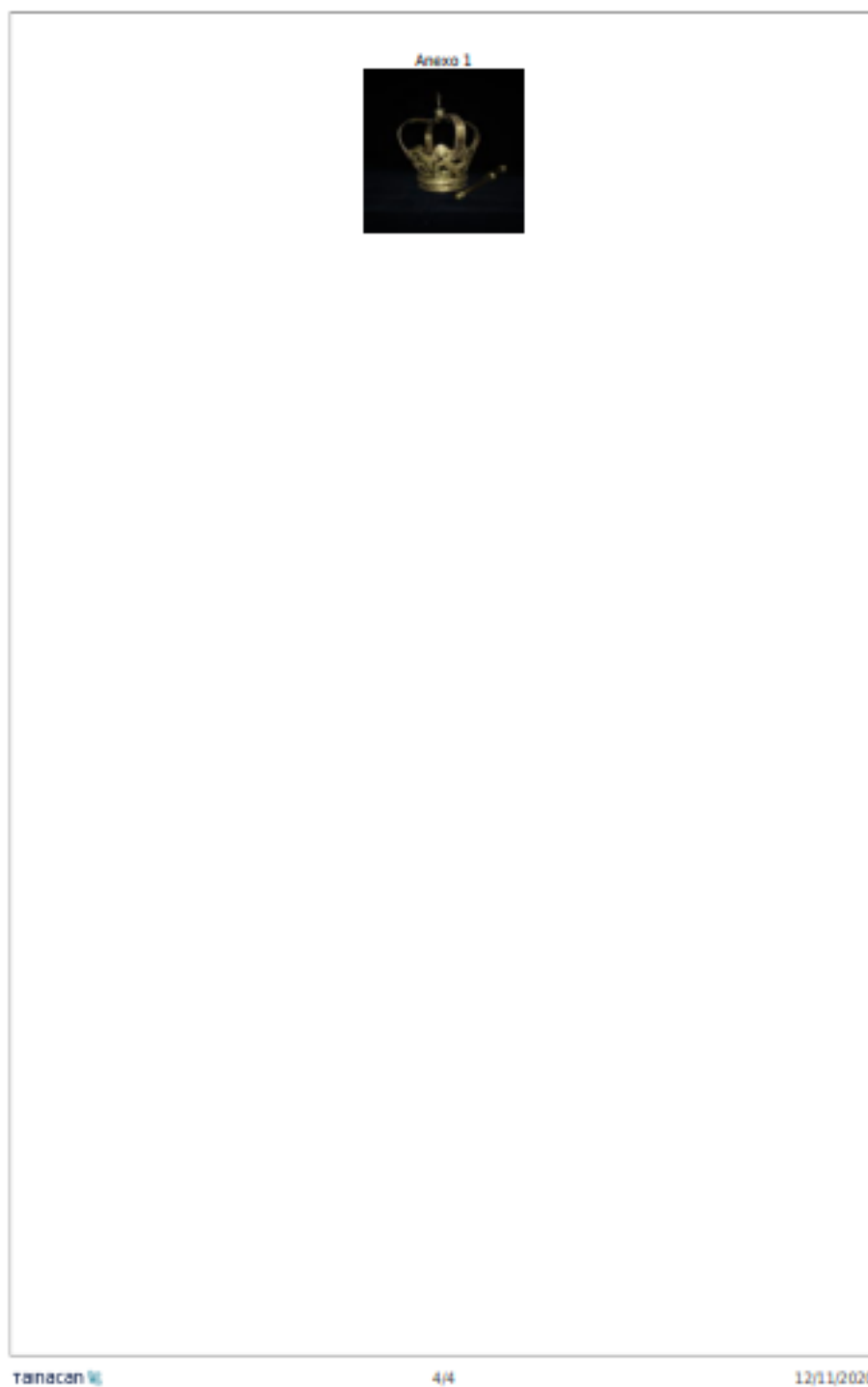
Figura 44 – Ficha Tainacan, 2020 (1)

Museu Histórico Nacional		
Coleção: Acervo Museológico		
Coroa de congada		
		
Número de registro:	356	
Outros números:	Valor não informado	
Origem dos Dados:	Seriet	
Situação da imagem:	Valor não informado	
Denominação:	Coroa de congada	
Descrição:	coroa fechada, encimada por cruz sobre arremate quadrangular onde se juntam quatro arcos com decoração em linhas pontilhadas assimétricas. aro circular decorado por volutas e motivos fitomorfos formando vazados. informações retiradas de fichas anteriores: consta como referência a irmandade do rosário de ouro preto, minas gerais. : congada folguedo próprio dos negros com que em sergipe, principalmente, se festeja o dia de reis. são vários indivíduos vestidos de reis e príncipes, munidos de espadas, fazendo guarda de honra a três rainhas negras, que vão no centro acompanhando a procissão de são benedito e n. do rosário, e são protegidas pela guarda de honra contra 2 ou 3 do grupo, que lhes tiram as coroas. com música por instrumentos, e coreografia agitada nas cenas de disputa. a congada um misto costumes africanos com elementos de origem luso-espanhola. possivelmente de origem brasileira. congada: festa popular brasileira realizada no dia de reis. avaliação feita em 2011 (rs). peça restaurada em 2011.	
Faz conjunto ou par com:	Valor não informado	
Título:	Valor não informado	
Autor:	Valor não informado	
Técnica:	douramento martelamento repuxo	
Materials:	metal	
Forma de aquisição:	Valor não informado	
Fonte de aquisição:	Valor não informado	
Referência de aquisição:	Valor não informado	
Local de produção:	Brasil	
Data de produção:	[17-]	
Classe:		
tainacan	2/4	12/11/2020

Fonte: MHN, 2020.

Figura 45 – Ficha Tainacan, 2020 (2)

08 Insignias
Estado de conservação: Valor não informado
Comentários sobre o estado de conservação: Valor não informado
Restaurado?: Sim
Comentários sobre a restauração: Valor não informado
Termos de indexação: Valor não informado
Termos de indexação - revisar e transferir os termos para o "Termos de indexação": miracema, baronesa de, congada, irmandade do rosário de ouro preto, minas gerais
Altura (cm): 34,50
Largura (cm): 31,50
Comprimento (cm): 32,40
Diâmetro (cm): Valor não informado
Peso (g): Valor não informado
Valor (R\$): 1
Localização: EXPO-SALA 05
Revisado?: Não
Pode ser publicado na web?: Não
Situação: Localizado
Autorização de uso: Não
Fonte revisada: Valor não informado
Imagem em altíssima resolução?: Valor não informado
Condições de reprodução: Valor não informado
Observações: Valor não informado
Exposições: Valor não informado
Referências expográficas: Valor não informado
Referências bibliográficas: Valor não informado
Autoria das fotos: Valor não informado

Figura 46 – Ficha Tainacan, 2020 (3)

Fonte: MHN, 2020.

Figura 47 – Ficha Tainacan, 2024 (1)

20/11/2024, 14:41

Coroa de Congada – MHN

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Coroa de Congada

HOME > ACERVO MUSEOLÓGICO > COROA DE CONGADA




Número de registro
356

https://mhn.acervo.museu.gov.br/acervo-museologico/coroa-de-congada/?perpage=12&order=ASC&orderby=data&pos=0&source_list=term&re... 1/5

Fonte: MHN, 2024.

Figura 48 – Ficha Tainacan, 2024 (2)

20/11/2024, 14:41	Coroa de Congada – MHN
Descrição	
Coroa fechada, encimada por cruz sobre arremate quadrangular onde se juntam quatro arcos com decoração em linhas pontilhadas assimétricas. Aro circular decorado por volutas e motivos fitomorfos formando vazados.	
Denominação	
Coroa de Congada	
Faz conjunto ou par com produção	
	357
Denominação	
Coroa de Congada	
Técnica	
cinzelagem douramento fundição martelamento rebuço	
Material	
metal	
Local de produção	
Brasil - Minas Gerais	
Classe	
12. Objetos Pessoais 12. Objetos Pessoais > 12.8. Peça de indumentária	
Data de produção	
[18- -]	
https://mhn.servicos.museus.gov.br/cervo-museo/obj/coroa-de-congada/?page=12&order=ASC&orderby=data&pos=0&source_id=term&re... 2/5	

Fonte: MHN, 2024.

Figura 49 – Ficha Tainacan, 2024 (3)

2011.0224, 1441	Corno de Congada – MHN
Termos de indexação	
<u>CONGADA</u> <u>DIÁSPORA AFRICANA</u> <u>IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS</u> <u>MARIA SARA DE ALMEIDA BATISTA</u> <u>MINAS GERAIS</u> <u>NEGROS</u> <u>OURO PRETO</u> <u>REISADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS</u> <u>SINCRETISMO RELIGIOSO</u>	
Altura (cm)	
34,50	
Largura (cm)	
31,50	
Comprimento (cm)	
32,40	
Observações	
<p>De acordo com a 'Enciclopédia e Dicionário Internacional Delta Larousse', a Congada é um folguedo próprio dos negros com que em Sergipe, principalmente, é festejado o Dia de Reis. Vários indivíduos vestidos de reis e príncipes, munidos de espadas, fazem guarda de honra a três rainhas negras que vão ao centro acompanhando a procissão de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, e são protegidas pela guarda de honra contra dois ou cinco do grupo que forjeja por tirar suas coroas. Com música por vários instrumentos e coreografia agitada nas cenas de disputa, a Congada é um misto de tradição e costumes africanos com elementos de origem luso-espanhola. Origem possivelmente brasileira.</p> <p>A fonte de aquisição desta peça teria sido Odairico Neves, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto, e Gustavo Barroso.</p>	
https://mhn.acervo.museus.gov.br/acervo-museologico/corno-de-congada/?page=12&order=ASC&orderby=data&pos=0&curca_00=termos...	

Fonte: MHN, 2024.

Figura 50 – Ficha Tainacan, 2024 (4)

20110204, 14:41 Coroa de Congada – MHN

Referências expográficas
[Exposição de longa duração "Entre mundos", Museu Histórico Nacional, 2019](#) | [Exposição de longa duração do MHN "Portugueses no mundo"](#)

Referências bibliográficas
[BARATA, Mario. Arte Negra. In: "Revista da Semana", ano XLII, nº 29, 17 de maio de 1941.](#) | [LODY, Raul. "O negro no museu brasileiro: constituindo identidades". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.](#) | [MAGALHÃES, Aline Montenegro. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. In: "Anais do Museu Paulista", São Paulo, v. 30, p. 1-29, 2022.](#) | [MAGALHÃES, Aline; AZEVEDO, E.; CASTRO, F.; SANTANA, S. Notas sobre a Diáspora Africana na exposição e nas ações educativas do Museu Histórico Nacional. In: "Anais do MHN", v.51, p.44-64, 2019.](#) | [MAGALHÃES, Aline; PALAZZI, Sciange Maria. Cambinda, máscara, boneca, escultura. In: "Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional \(1922-2020\)". Rio de Janeiro: MHN, 2022, p. 217-219.](#) | [MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. \(1944\) Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. In: "Anais do MHN", v. 5, Rio de Janeiro, 1955.](#) | [PALAZZI, S.; GUIMARÃES, K.; PALAZZI, D.; ROCHA, J. O tambor caxambu. In: "Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional \(1922-2020\)". Rio de Janeiro: MHN, 2022, p. 221-223.](#) | [SOUZA, Marina de Melo e. "Reis negros no Brasil: escrivista histórica da Festa de Coroação de rei Congo". Belo Horizonte: UFMG, 2014.](#) | [VIANINA, Marfa. O negro no Museu Histórico Nacional. In: "Anais do MHN", v. VIII, 1947, p. 82-99.](#)

Autoria das fotos
 Jaime Acidi

https://mhn.acervo.museus.gov.br/acervo-museologico/corua-de-congada/?page=12&order=ASC&orderBy=date&pos=0&acervo_id=term&is... 45

Fonte: MHN, 2024.

ANEXO T – Fichas do Cetro de Congada n.º de reg.: 357

Figura 51 – Ficha Cadastral de 1987 (1)

000.357

FICHA CADASTRAL

Nº DE REGISTRO: P.133 (000.357)

CODIGO: 08

NOS ANTERIORES: 28.108.2 (nº de registo); 10087 (NºG)

OBJETO: CETRO DE CONGADA

AUTOR: _____

TÍTULO: _____

DATA: [17--]

LOCAL: _____

MATERIAL/TÉCNICA/SUORTE: METAIS / DOURADO, PUNIDO

DIMENSÕES: 45,2 cm (compr) x 14 cm (largura)

PROCEDÊNCIA: BARONIA DE MISACETA.
NÃO EXISTE PROVEDOR DE AQUISIÇÃO

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: 2

LOCALIZAÇÃO: ST. 1 - M. - PRATELEIRA 3 / EXPO - SALAS

TERMO DE INDEXAÇÃO: _____

OBS: CETRO EM FORMA CILÍNDRICA, EM DUAS PARTES ATACHADAS SEM
DECORAÇÃO. PARTE SUPERIOR COM TERMINAÇÃO EM ANEL E TORNA DE PIAO,
DESENLINHA A PARTE INFERIOR. NA PARTE CENTRAL, ANEL MAIS LARGO
E SÓLIDAMENTE FORMANDO O PONTO DE JUNCÃO DAS DUAS PARTES DO CETRO.

CADASTRADO POR: CEC/ptm

DATA: 3/6/87

OBS: ESTA PORLENDO A DOURAÇÃO
EM ALGUMAS PARTES E ESTÁ USUAI-
RAMENTE ABRANHADO E ABRITADO.
ENQUETE COLADA NA PARTE SUPERIOR.

Fonte: MHN, 2022.

Figura 52 – Ficha Cadastral de 1987 (cont.)

- CONSTA COMO REFERÊNCIA (FICHÁRIO ELETRÔNICO) A IDENTIDADE DO ROTÁRIO, QUE É

- CONGADA → FOLGUEDO PRÓPRIO DOS NEGROS COM QUE EM SERGITE, PRINCIPALMENTE, SE
 PESTEJA O MA DE REIS. VÃO VÁRIOS INDIVÍDUOS VESTIDOS DE REIS E FRI
 CAPES, MUNDOS DE ESPADAS, FAZENDO GUARDA DE HONRA A TRÊS ENHADE
 NEGROS, QUE VÃO NO CENTRO ACOMPANHANDO A PROCEÇÃO DE S. BENEDITO
 E N.S. ROSÁRIO, E SÃO PROTEGIDAS PELA GUARDA DE HONRA CONTRA ZOU
 3 DO GRUPO, QUE FORCEJAM POR LHEIS TIRAR AS COREAS, COM MÚSICA POR
 VÁRIOS INSTRUMENTOS, E COREOGRAFIA AGITADA NAS CENAS DE DISPUTA.
 A CONGADA É UM MISTO DE TRADIÇÃO E COSTUMES AFRICANOS COM ELEMENTOS
 DE ORIGEM LUSO-ESPANHOLA.

Informação: ENCICLOPÉDIA E MÔNÚARIO INTERNACIONAL
 DELTA LABOURIE


Fonte: MHN, 2022.

Figura 53 – Ficha Seret em dezembro de 2017

12/2017

MHN - Museu Histórico Nacional - SERET

Ficha do Bem :357 - CETRO DE CONGADA



Nro.Siga: 357	Objeto: CETRO DE CONGADA	Classe: 06 - INSIGNIAS
Autor/Fabrica: Em pesquisa	Local/Pais: - BRASIL	Data: [17--]
Fonte: Em pesquisa	Forma:	Processo: Em pesquisa
Nros. de Reg.:	Peso (em Kgs.): 0.000	Conservação: RE - Regular
Medidas (A/L/C - em cms.): 0.00 / 14.00 / 45.20	Técnicas: Em pesquisa	
Materiais: METAL	Localização Atual: EXPO-SALA 05	Movimentado em: Em pesquisa
Origem: EXPO-SALA 05	Obs.: CETRO EM FORMA CILINDRICA, EM DUAS PARTES ATARRACHADAS, SEM DECORAÇÃO. PARTE SUPERIOR COM TERMINAÇÃO EM ANEL E FORMA DE PIAO, SEMELHANTE PARTE INFERIOR. NA PARTE CENTRAL, ANEL MAIS LARGO E SALIENTE FORMANDO O PONTO JUNÇÃO DAS DUAS PARTES DO CETRO. AVALIAÇÃO FEITA EM 2011 (R\$).	
Termos: MIRACEMA, BARONESA DE, CONGADA, IRMANDADE DO ROSÁRIO DE OURO PRETO, MINAS GERAIS		
Atualizado em: //	Por:	

<< Primeiro < Anterior Próximo > Último >>

Voltar

http://192.168.254.252/POR/TALMHN/SERET/hasive/bem.php?pat=357

Fonte: Magalhães, 2024.

Figura 54 – Ficha Tainacan em 2020 (1)

Museu Histórico Nacional		
Coleta: Acervo Museológico		
Cetro de congada		
		
Número de registro:	357	
Outros números:	Valor não informado	
Origem dos Dados:	Seret	
Situação da imagem:	Valor não informado	
Denominação:	Cetro de congada	
Descrição:	cetro em forma cilíndrica, em duas partes atarrachadas, sem decoração, parte superior com terminação em anel e forma de pião, semelhante parte inferior, na parte central, anel mais largo e saliente formando o ponto junção das duas partes do cetro, avaliação feita em 2011 (R\$).	
Faz conjunto ou par com:	Valor não informado	
Título:	Valor não informado	
Autor:	Valor não informado	
Técnica:	Valor não informado	
Materiais:	metal	
Forma de aquisição:	Valor não informado	
Fonte de aquisição:	Valor não informado	
Referência de aquisição:	Valor não informado	
Local de produção:	Brasil	
Data de produção:	[17--]	
Classe:	08 Insignias	
Estado de conservação:	Regular	
Comentários sobre o estado de conservação:		

Tainacan

2/3

12/11/2020

Fonte: MHN, 2020.

Figura 55 – Ficha Tainacan em 2020 (2)

Valor não informado
Restaurado?:
Valor não informado
Comentários sobre a restauração:
Valor não informado
Termos de indexação:
Valor não informado
Termos de indexação - revisar e transferir os termos para o "Termos de indexação":
miracema, baronesa de, congada, Imandade do rosário de ouro preto, minas gerais
Ajtura (cm):
Valor não informado
Largura (cm):
14,00
Comprimento (cm):
45,20
Diâmetro (cm):
Valor não informado
Peso (g):
Valor não informado
Valor (R\$):
1
Localização:
EXPO-SALA 05
Revisado?:
Não
Pode ser publicado na web?:
Não
Situação:
Localizado
Autorização de uso:
Não
Fonte revisada:
Valor não informado
Imagem em altíssima resolução?:
Valor não informado
Condições de reprodução:
Valor não informado
Observações:
Valor não informado
Exposições:
Valor não informado
Referências expográficas:
Valor não informado
Referências bibliográficas:
Valor não informado
Autoria das fotos:
Valor não informado

Figura 56 – Ficha Tainacan, 2024 (1)

2011/2024, 14:42

Cetro de Congada – MHN

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Cetro de Congada

HOME > ACERVO MUSEOLÓGICO > CETRO DE CONGADA



Número de registro
357

https://mhn.acervo.museus.gov.br/acervo-museologico/cetro-de-congada/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=1&source_fat=term&ref... 1/5


Fonte: MHN, 2024.

Figura 57 – Ficha Tainacan, 2024 (2)

2011/2024, 14:42 Cetro de Congada – MHN

Descrição
 Cetro em forma cilíndrica, em duas partes atarraxadas. Sem decoração. Parte superior com terminação em anel e forma de pino, semelhante à parte inferior. Na parte central, anel mais largo e saliente formando o ponto junção das duas partes do cetro.

Denominação
 Cetro de Congada

Faz conjunto ou par com produção
 356

Denominação
 Coroa de Congada

Técnica
[douramento](#) | [fundição](#)

Material
[metal](#)

Local de produção
[Brasil - Minas Gerais](#)

Classe
[12 Objetos Pessoais](#) > [12.B Peça de Indumentária](#)

Data de produção
 [sB--]

https://mhn.servico.museu.gov.br/objeto-museologico/cetro-de-congada/?page=12&order=ASC&orderBy=date&page=1&source_list=term&ref... 2/5

Fonte: MHN, 2024.

Figura 58 – Ficha Tainacan, 2024 (3)

20/11/2024, 14:42	Cetro de Congada - MHN
Termos de indexação	
CONGADA DIÁSPORA AFRICANA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS MARIA SARA DE ALMEIDA BATISTA MINAS GERAIS NEGROS OURO PRETO REISADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS SINCRETISMO RELIGIOSO	
Comprimento (cm)	
45,20	
Diâmetro (cm)	
14,00	
Observações	
<p>De acordo com a "Enciclopédia e Dicionário Internacional Delta Larousse", a Congada é um folguedo próprio dos negros com que em Sergipe, principalmente, é festejado o Dia de Reis. Vários indivíduos vestidos de reis e príncipes, munidos de espadas, fazem guarda de honra a três rainhas negras que vão ao centro acompanhando a procissão de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, e são protegidas pela guarda de honra contra dois ou cinco do grupo que forjeja por lirar suas coroas. Com música por vários instrumentos e coreografia agitada nas cenas de disputa, a Congada é um misto de tradição e costumes africanos com elementos de origem luso-espanhola. Origem possivelmente brasileira.</p>	
<p>A fonte de aquisição desta peça teria sido Odorico Neves, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto, e Gustavo Barroso.</p>	
Referências expográficas	
Exposição de longa duração 'Entre mundos', Museu Histórico Nacional, 2010 Exposição de longa duração do MHN 'Portugueses no mundo'	
https://mhn.acervo.museu.gov.br/itens/museologico/cetro-de-congada/?page=13&orden=ASC&ordery=desc&pos=1&acao=detalhe&ref... 3/5	

Fonte: MHN, 2024.

Figura 59 – Ficha Tainacan, 2024 (4)

20/11/2024, 14:42 Cetro de Congada – MHN

Referências bibliográficas

[BARATA, Mário. Arte Negra. In: "Revista da Semana", ano XLII, nº 20, 17 de maio de 1941.](#) | [LODY, Baul. "O negro no museu brasileiro: construindo identidades". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.](#) | [MAGALHÃES, Aline Montenegro. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. In: "Anais do Museu Paulista", São Paulo, v. 30, p. 1-29, 2022.](#) | [MAGALHÃES, Aline; AZEVEDO, E.; CASTRO, E.; SANTANA, S. Notas sobre a Diáspora Africana na exposição e nas ações educativas do Museu Histórico Nacional. In: "Anais do MHN", v.61, p.44-64, 2019.](#) | [MAGALHÃES, Aline; PALAZZI, Solange Maria. Cambinda: máscara, boneca, escultura. In: "Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional \(1922-2022\)", Rio de Janeiro: MHN, 2022, p. 217-219.](#) | [MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. \(1994\). Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. In: "Anais do MHN", v. 5, Rio de Janeiro, 1995.](#) | [PALAZZI, S.; GUIMARÃES, K.; PALAZZI, D.; ROCHA, J. O Iambor caxambu. In: "Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional \(1922-2022\)", Rio de Janeiro: MHN, 2022, p. 221-223.](#) | [SOUZA, Marina de Mello e. "Reis negros no Brasil escravista: história da Festa de Comação de rei Congo". Belo Horizonte: UFMG, 2014.](#) | [VIANNA, Maria. O negro no Museu Histórico Nacional. In: "Anais do MHN", v. VIII, 1947, p. 82-99.](#)

Autoria das fotos
Jaime Acioli

https://mhn.servicos.museus.gov.br/registro-museologico/cetro-de-congada/?perpage=12&order=ASC&orderby=descricao=&source_id=term&ref... 4/5


Fonte: MHN, 2024.

Figura 61 – Ficha Seret, 2018

9/11/2016

MHN - Museu Histórico Nacional - SERET

Ficha do Bem :3687 - CAXAMBU



Nro.Siga: 3687

Autor/Fabrica: Em pesquisa

Fonte: Em pesquisa

Nros. de Reg.:

Medidas (A/L/C - em cms.): 94.00 / 60.00 / 0.00

Materiais : MADEIRA,COURO

Origem: EXPO-SALA 05

Obs.: ARTIGO: BITTENCOURT, JOSÉ NEVES. AS VÁRIAS FACES DE UM EQUÍVOCO. OBSERVAÇÕES SOBRE O CARÁTER DA INFORMAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO NOS MUSEUS DE HISTÓRIA. ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO, V.40, P.189-219, 2008. *Museo de Genova. José Carvalho.*

Termos: INSTRUMENTO DE PERCUSSAO

Atualizado em: //

Objeto: CAXAMBU

Local/País: - BRASIL

Forma:

Peso (em Kgs.): 0.000

Técnicas : Em pesquisa

Localização Atual: EXPO-SALA 05

Conservação: BO - Bom

Movimentado em: Em pesquisa

Classe: 06.10 - INSTRUMENTO MUSICAL

Data: 17--

Processo: Em pesquisa

Por: ?

<< Primeiro < Anterior Próximo > Último >>

Voltar

http://192.168.254.252/PORTAL/MHN/SERET/seret/bem.php?atrir=3687

Fonte: Magalhães, 2024.

Figura 62 – Ficha Tainacan, 2020 (1)

Museu Histórico Nacional		
Coleção: Acervo Museológico		
Caxambu		
		
Número de registro:	3687	
Outros números:	Valor não informado	
Origem dos Dados:	Seret	
Situação da imagem:	Valor não informado	
Denominação:	Caxambu	
Descrição:	Valor não informado	
Faz conjunto ou par com:	Valor não informado	
Título:	Valor não informado	
Autor:	Valor não informado	
Técnica:	Valor não informado	
Materiais:	couro madeira	
Forma de aquisição:	Valor não informado	
Fonte de aquisição:	Valor não informado	
Referência de aquisição:	Valor não informado	
Local de produção:	Brasil	
Data de produção:		

Tainacan %

2/3


12/11/2020

Fonte: MHN, 2020.

Figura 63 – Ficha Tainacan, 2020 (2)

17--
Classe:
06 Trabalho > 06.10 Equipamento Musical
Estado de conservação:
Bom
Comentários sobre o estado de conservação:
Valor não informado
Restaurado?:
Valor não informado
Comentários sobre a restauração:
Valor não informado
Termos de indexação:
Valor não informado
Termos de indexação - revisar e transferir os termos para o "Termos de indexação":
Instrumento de percussão
Altura (cm):
94,00
Largura (cm):
60,00
Comprimento (cm):
Valor não informado
Diâmetro (cm):
Valor não informado
Peso (g):
Valor não informado
Valor (R\$):
1
Localização:
EXPO-SALA 05
Revisado?:
Não
Pode ser publicado na web?:
Não
Situação:
Localizado
Autorização de uso:
Não
Fonte revisada:
Valor não informado
Imagem em altíssima resolução?:
Valor não informado
Condições de reprodução:
Valor não informado
Observações:
artigo: bitencourt, José neves. as várias faces de um equívoco. observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. anais do museu histórico nacional, rio de janeiro, v. 40, p. 189-219, 2008.
Exposições:
Valor não informado
Referências expográficas:
Valor não informado
Referências bibliográficas:
Valor não informado
Autoria das fotos:
Valor não informado

Figura 64 – Ficha Tainacan, 2022 (1)

<p>Miniatura</p>  <p>Compartilhar</p> <p>f t</p> <p>Número de registro 3687</p> <p>Situação da imagem Revisada</p> <p>Denominação Caxambu</p> <p>Materiais couro madeira</p> <p>Local de produção Brasil</p>	<p>Data de produção 17-</p> <p>Classe 06 Trabalho > 06.10 Equipamento Musical</p> <p>Estado de conservação Bom</p> <p>Termos de indexação - revisar e transferir os termos para o "Termos de indexação" Instrumento de percussão</p> <p>Altura (cm) 94,00</p> <p>Largura (cm) 60,00</p> <p>Valor (R\$) 1</p> <p>Localização EXPO-SALA 05</p> <p>Revisado? Não</p>	<p>Pode ser publicado na web? Não</p> <p>Situação Localizado</p> <p>Autorização de uso Sim</p> <p>Imagem em altíssima resolução? Sim</p> <p>Condições de reprodução Direitos reservados, ver http://mhn.acervos.museus.gov.br/uso-de-imagem/</p> <p>Observações artigo: bittencourt, José Neves. as várias faces de um equívoco. observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. anais do museu histórico nacional, rio de janeiro, v. 40, p. 189-219, 2008.</p> <p>Referências expográficas Exposição "Entre Mundos"</p> <p>Autoria das fotos Jaime Acicli</p>
--	---	--

Fonte: MHN, 2022.

Figura 65 – Ficha Tainacan, 2022 (2)


08/06/2022 15:40 Tainacan : Acervo MHN — WordPress

Tainacan Busca avançada

Coleção Acervo Museológico

Itens Configurações Metadados Filtros Atividades Permissões

Público **Item Caxambu** Voltar

Coleção	Status	Documento
Acervo Museológico	Público	
Visibilidade	Comentários	
Acesso restrito	Não permitido	
Metadados	Anexos (12)	Atividades

Número de registro
3687

Situação da imagem
Revisada

Denominação
Caxambu

Descrição
Nenhum valor informado.

Título
Nenhum valor informado.

Autor
Nenhum valor informado.

Miniatura

Texto alternativo da miniatura

[Editar item](#) [Ver como...](#) [Página do item no site](#)

https://mhn.tainacan.org/wp-admin/admin.php?page=tainacan_admin#collections/233012/items/241917 1/1

Fonte: MHN, 2022.

Figura 66 – Ficha Tainacan, 2023 (1)

03/06/2023, 12:18 Instrumento de percussão caambu - Acervo MHN

[Início](#) > [Coleções](#) > [Acervo Histórico](#) > Instrumento de percussão: caambu

Instrumento de percussão: caambu [Ver](#)

17 de abril de 2019 por [Julia Silveira](#)

Documento



Anexo



0206a 0206b 0206c 0206d

[Museu Histórico Nacional - Acervo Histórico](#) 1/1


Fonte: MHN, 2023.

Figura 67 – Ficha Tainacan, 2023 (2)

OBJETO, 12/18 Instrumento de percussão casado - Acaná MHN

Metadados

Mixtura



Compartilhar

[f](#) [t](#) [o](#)

Número de registro
3087

Situação da imagem
[Ativada](#)

Denominação
Instrumento de percussão casado

Material
[madeira](#) | [madeira](#)

Local de produção
[Brasil](#)

Data de produção
17-

Classe
[Música](#) - [Instrumentos Musicais](#)

Estado de conservação
[Bom](#)

Termos de indexação
[Instrumento de percussão](#) | [Instrumento Musical](#) | [Música](#)

Altura (cm)
10,00

Largura (cm)
10,00

Valor (R\$)
1

Localização
[MUSEU DO BRASIL](#)

Revisado?
Não

Pode ser publicado na web?
[Sim](#)

[https://repositorio.inpa.gov.br/handle/ri/10000/1](#) 28

Fonte: MHN, 2023.

Figura 68 – Ficha Tainacan, 2023 (3)

03/04/2023, 12:18 Instrumento de pesquisa completo - Acervo MHN

Situação
[Localizado](#)

Autorização de uso
[Sim](#)

Imagem em alta resolução?
[Sim](#)

Condições de reprodução
[Direitos reservados por lei do Brasil, com exceções para fins de preservação](#)

Observações
 artigo RITTENCOURT, José Neves. As várias faces de um espelho. Observações sobre o caráter da informação e da representação nos museus de história. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 189-219, 2008.



Referências espográficas
[Zucarelli, "Tainacan"](#)

Autoria das fotos
 Jaime Aulst

Itens relacionados [Ver todos](#)

12 1/2 1/3

No item found.

Continue navegando [← Voltando](#)   [Gasparilha](#) [→ Voltar para a página de itens](#)

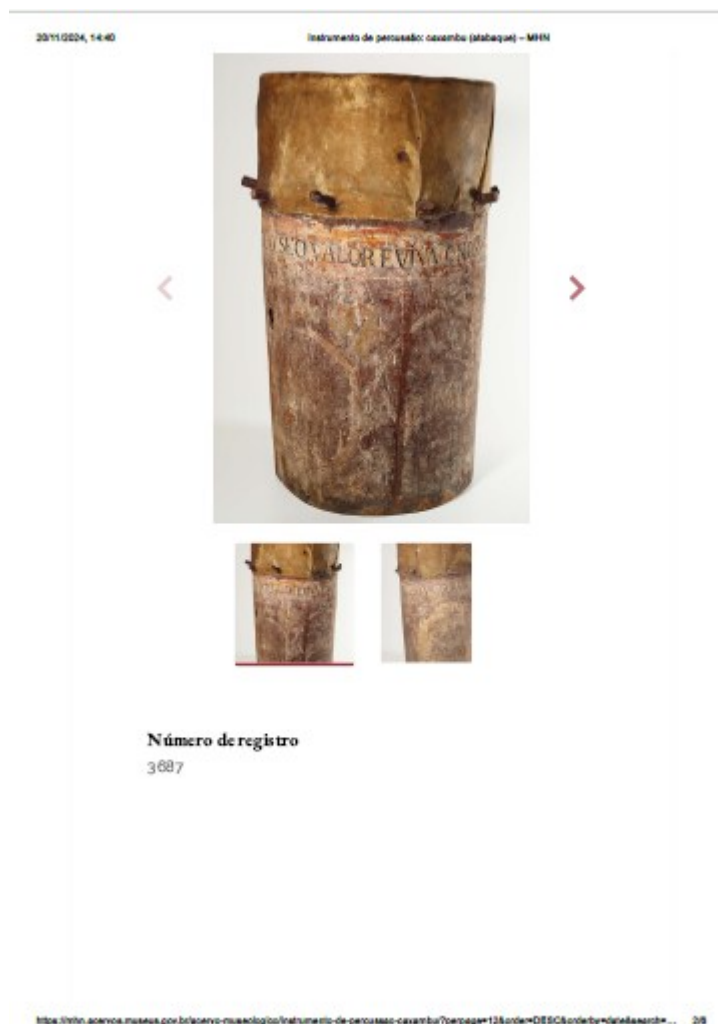
Acervo MHN

Fonte: MHN, 2023.

Figura 69 – Ficha Tainacan, 2024 (1)



Fonte: MHN, 2024.

Figura 70 – Ficha Tainacan, 2024 (2)

Fonte: MHN, 2024.

Figura 71 – Ficha Tainacan, 2024 (2)

20/11/2024, 14:40 Instrumento de percussão: caxambu (atabaque) – MHN

Descrição
 Atabaque com corpo cilíndrico em madeira ligeiramente patinada com a inscrição em tinta preta sobre tarja branca, abaixo da membrana de couro: "VIVA O BRASIL E TODO O SEU VALOR E VIVA O NOSSO IMPERADOR". Membrana de couro na parte superior, presa no corpo do atabaque por pinos de madeira salientes.

Denominação
 Instrumento de percussão: caxambu (atabaque)

Título
 Caxambu

Técnica
[cutição](#) | [maracaria](#)

Material
[couro](#) | [madeira](#)

Local de produção
[Brasil - Minas Gerais](#)

Classe
[08 Trabalho](#) > [08.10 Equipamento Musical](#)

Data de produção
 18--

[https://mhn.acervo.museus.gov.br/acervo-museologico/instrumento-de-percussao-caxambu/?pagina=12&ordenar=DESC&ordem=dataInscricao...](https://mhn.acervo.museus.gov.br/acervo-museologico/instrumento-de-percussao-caxambu/?pagina=12&ordenar=DESC&ordem=dataInscricao) 38

Fonte: MHN, 2024.

Figura 72 – Ficha Tainacan, 2024 (3)

20110204, 14:40 Instrumento de percussão: casamba (atabaque) – MHN

Termos de indexação

[CONGADA](#) | [DIÁSPORA AFRICANA](#) | [IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS](#) | [INSTRUMENTO DE PERCUSSÃO](#) | [INSTRUMENTO MUSICAL](#) | [MINAS GERAIS](#) | [MÚSICA](#) | [NEGROS](#) | [OURO PRETO](#) | [REISADO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS](#) | [SINCRETISMO RELIGIOSO](#)

Altura (cm)
94,00

Largura (cm)
60,00

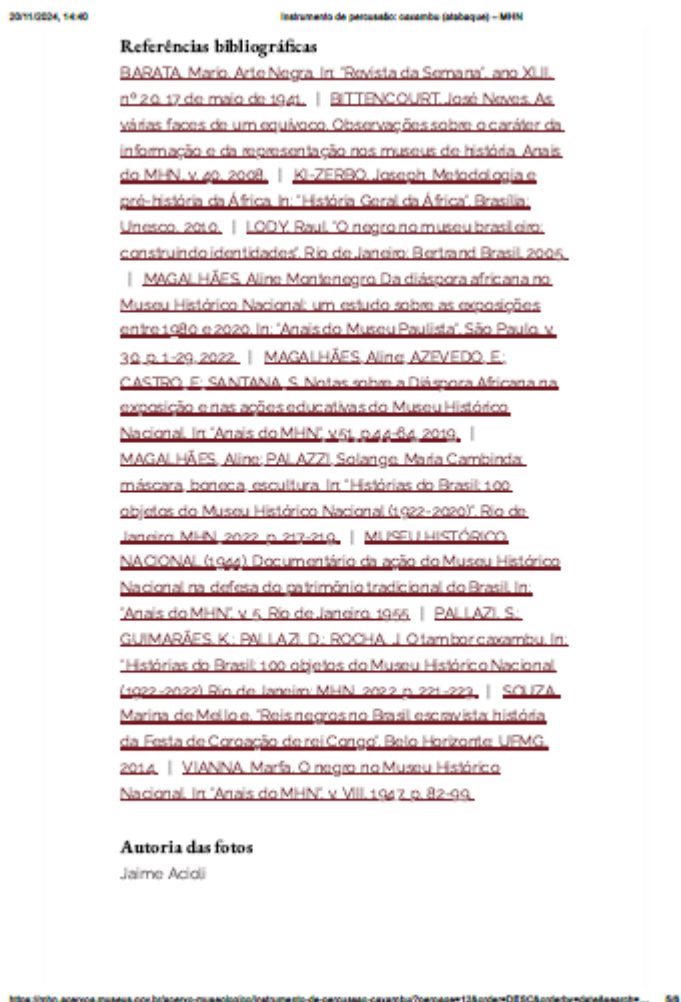
Observações
A fonte de aquisição da peça teria sido Odonício Neves, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Ouro Preto, e Gustavo Barroso.

Referências expográficas
[Exposição de longa duração "Entre mundos" Museu Histórico Nacional, 2010.](#)

<http://lthn.acervo.museus.gov.br/acervo-museologico/instrumento-de-percussao-casamba/?page=13&orden=DESC&ordenby=data&search=...> 49

Fonte: MHN, 2024.

Figura 73 – Ficha Tainacan, 2024 (4)



Fonte: MHN, 2024.

ANEXO V – Fichas Maria Cambinda n.º de reg.: 4046

Figura 74 – Ficha Cadastral, 2024 (1)

004.046

FICHA CADASTRAL

NO DE REGISTRO: 0.24.02-3 553. 004.046

CÓDIGO: 02-3

NOS ANTERIORES: _____

OBJETO: MÁSCARA - _____

AUTOR: _____

TÍTULO: _____

DATA: _____

LOCAL: _____

MATERIAL/TÉCNICA/SUPORTE: madeira / manunaria / cartão

DIMENSÕES: 14cm x 21cm

PROCEDÊNCIA: Fonte: Odonício Neves / Irmandade de N. Sra. do Rosário dos Pretos de Ouro Preto

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

LOCALIZAÇÃO: Expo - SALA 02

TERMO DE INDEXAÇÃO: Irmandade do Rosário; Maria Cambinda; Ouro Preto; Maria Cambinda; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; Religião Católica; Teatro Religioso; Arte Religiosa

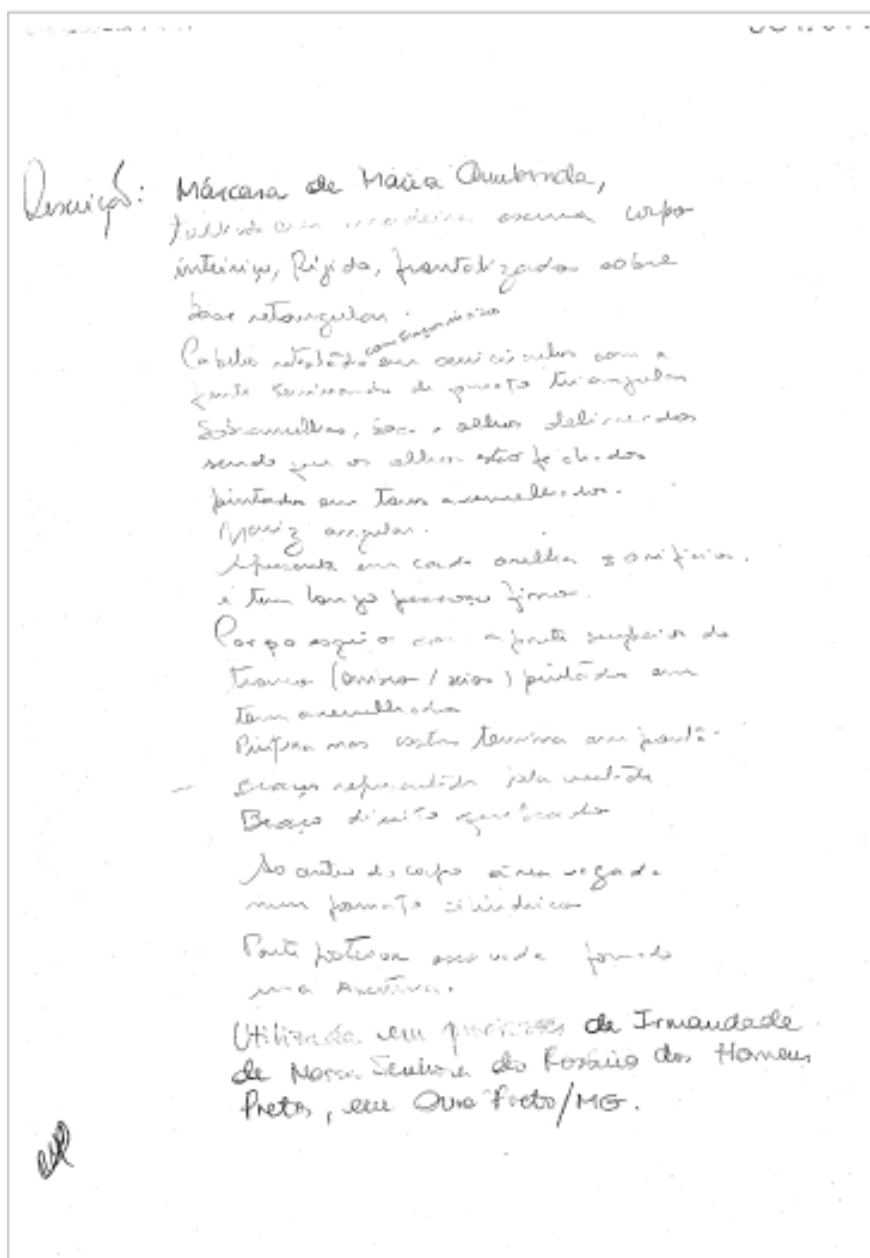
OBS: _____

CADASTRADO POR: ed

- ul - rot

Fonte: MHN, 2024.

Figura 75 – Ficha Cadastral, 2024 (2)




Fonte: MHN, 2024.

Figura 76 – Ficha LBW, 2024

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL ACERVO TÉCNICO									
Objeto:	DIVINDADE	Registro:	4046,000						
Classe:	02.3 ESCULTURA								
Autor:									
Título:	DEUSA DA FERTILIDADE								
País:	D. DESCONHECIDO	Data:	18--						
Materials:	MADEIRA								
Processo:		Fonte:							
Aquisição:	X. DESCONHECIDO	Localização:	RT1-Z13						
Altura:	110,00	Larg/diâm:	21,00	Comprimento:	0,00	Peso:	0,00	Calibre:	
Indexação:	02.3.3 DEUSA DA FERTILIDADE	Obs:							
Expo/Bibli:									
Conservação:	REGULAR	Laudo:							
Data:			Técnico:						

Fonte: MHN, 2024.

Figura 77 – Ficha Seret, 2018-2019

MHN - Museu Histórico Nacional - SERET Ficha do Bem :4046 - DIVINDADE							
	Nro.Siga:	4046	Objeto:	DIVINDADE	Classe:	02.3 - ESCULTURA	
	Autor/Fabrica:	Em pesquisa	Local/País:	- Em pesquisa	Data:	18-- <i>M&C&A</i>	
	Título:	DEUSA-DA-FERTILIDADE	Forma:		Processo:	Em pesquisa	
	Fonte:	Em pesquisa	Nros. de Reg.:		Conservação:	RE - Regular	
	Medidas (A/L/C - em cms.):	110,00 / 21,00 / 0,00	Peso (em Kgs.):	0,000	Técnicas:	MARC ENTA	
	Materials:	MADEIRA	Localização Atual:	RT1-SB2-P1	Movimentado em:	Em pesquisa	
	Origem:	EXPO-SALA	Obs.:		Por:		
	Termos:	02.3.3 , DEUSA DA FERTILIDADE	Atualizado em:	/ /			
	<input type="button" value="« Primeiro"/> <input type="button" value="« Anterior"/> <input type="button" value="Próximo >"/> <input type="button" value="Último >>"/>						
	<input type="button" value="Votar"/>						
<i>os objetos cerâmicos</i> <i>no Brasil</i> <i>em 1900</i>							

http://192.168.254.253/PORTAL/MHN/SERET/seretverbem.php?pat=4046

Fonte: MHN, 2024.


Figura 78 – Ficha Tainacan, 2024 (1)

Fonte: MHN, 2024.

Figura 79 – Ficha Tainacan, 2024 (2)

20/11/2024, 14:29

Escultura (máscara) - MHN



Número de registro
4048

Descrição
Máscara de Maria Cambinda, trabalhada em madeira escura, corpo inteiriço, rígido e frontalizado sobre base retangular. Cabelos com traços incisos em semicírculos com a frente terminando em formato triangular. Sobrancelhas, boca e olhos delineados, sendo que os olhos estão fechados e pintados em tons avermelhados. Nariz angular. Apresenta em cada orelha três orifícios e tem longo pescoço fino. Corpo esguio com a parte superior do tronco (ombros e seios) pintados em tom avermelhado. Pintura nas costas termina em porta. Braços representados pela metade. Braço direito quebrado. Ao centro, área vazada em formato cilíndrico. Parte posterior escavada formando abertura para encaixe do rosto. Utilizada em procissões da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Ouro Preto/MG.

Denominação
Escultura (máscara)

Título
Maria Cambinda

Técnica
[entalhe](#) | [marcenaria](#) | [pintura](#)

Material
[madeira](#) | [tinta a óleo](#)

<https://mhn.acervo.museus.gov.br/acevo-museologos/escultura-mascara/?page=1&ordenacao=DESC&ordetb=dataassent+maria+cambinda&...> 2/5

Fonte: MHN, 2024.

Figura 80 – Ficha Tainacan, 2024 (3)

20/11/2024, 14:39	Escultura (Tainacan) - MHN
Forma de aquisição	<u>Doação</u>
Local de produção	<u>Brasil - Minas Gerais</u>
Classe	<u>02 Artes Visuais/Cinematográfica > 02.3 Escultura</u>
Data de produção	[18-]
Termos de indexação	<u>ARTE RELIGIOSA</u> <u>CONGADA</u> <u>DIÁSPORA AFRICANA</u> <u>FESTAS RELIGIOSAS</u> <u>GUSTAVO BARROSO</u> <u>IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS</u> <u>MARIA CAMBINDA</u> <u>MINAS GERAIS</u> <u>NEGROS</u> <u>OURO PRETO</u> <u>ROSÁRIO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS</u> <u>RELIGÃO CATÓLICA</u> <u>SINCRETISMO RELIGIOSO</u>
Altura (cm)	110,00
Largura (cm)	21,00
Observações	A fonte de aquisição da peça teria sido Odorico Neves, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto. O orifício abaixo do ventre da boneca parece ter sido feito para melhor encaixe no rosto. O suporte em madeira que a sustenta de pé foi colocado posteriormente.
https://mhn.acervo.museu.gov.br/acervo-museologico/escultura-tainacan/?page=113&ordem=DESC&ordemby=data&search=maria+cambinda&... 35	

Fonte: MHN, 2024.

Figura 81 – Ficha Tainacan, 2024 (4)

20/11/2024, 14:39

Escultura (máscara) – MHN

Referências expográficas

[Exposição de longa duração do MHN "Portugueses no mundo"](#)

Referências bibliográficas

[BARATA, Maria. Arte Negra. In "Revista da Semana", ano XLII, nº 20, 17 de maio de 1941.](#) | [LODY, Raul. "O negro no museu brasileiro: constituindo identidades". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.](#) | [MAGALHÃES, Aline Montenegro. Da diáspora africana no Museu Histórico Nacional: um estudo sobre as exposições entre 1980 e 2020. In "Anais do Museu Paulista", São Paulo, v. 30, p. 1-29, 2022.](#) | [MAGALHÃES, Aline; AZEVEDO, E.; CASTRO, F.; SANTANA, S. Notas sobre a Diáspora Africana na exposição e nas ações educativas do Museu Histórico Nacional. In "Anais do MHN", v. 51, p. 64-84, 2019.](#) | [MAGALHÃES, Aline; PALAZZI, Solange; Maria Cambinda: máscara, boneca, escultura. In "Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional \(1922-2020\)". Rio de Janeiro: MHN, 2022, p. 217-219.](#) | [MUSEU HISTÓRICO NACIONAL \(1994\). Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. In: "Anais do MHN", v. 5, Rio de Janeiro, 1955.](#) | [PALAZZI, S.; GUIMARÃES, K.; PALAZZI, D.; ROCHA, J. O tambor casambu. In: "Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional \(1922-2020\)". Rio de Janeiro: MHN, 2022, p. 221-223.](#) | [SOUZA, Marina de Mello e. "Reis negros no Brasil: escrivista, história da Festa de Coroação de rei Congo". Belo Horizonte: UFMG, 2014.](#) | [VIANNA, Maria. O negro no Museu Histórico Nacional. In "Anais do MHN", v. VIII, 1947, p. 82-99.](#)

Autoria das fotos

Jaime Acidj

<https://nha.acervo.museus.gov.br/acervo-museolg/colecultura-mascara/?page=12&order=DESC&orderby=date&search=maria+cambinda&...> 45

Fonte: MHN, 2024.